

TEXTOS & DEBATES

Revista de Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

Nº 34

DOSSIÊ

VENEZUELA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Org. Fábio Luis Barbosa dos Santos e Rodrigo Pereira Chagas



**REVISTA VINCULADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E FRONTEIRAS (PPGSOF) E AO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (CCH/UFRR)**

ISSN On-line 2317-1448

Textos e Debates | Boa Vista | Nº 34 | V. 1 | p. 1-205 | 2020

Ficha catalográfica

Textos e Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima n. 1 (1995) - . - Boa Vista: Editora UFRR, 1995-
Periodicidade: semestral.

ISSN 1413-9987 / ISSN On-line 2317-1448

1. Periódicos. 2.Ciências Sociais. 3.História. 4. Relações Internacionais. - Universidade Federal de Roraima.

Revista vinculada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) e ao Centro de Ciências Humanas (CCH/UFRR)

CDU:0 (05)

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografias de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Textos e Debates

Comitê editorial

Profa. Dra. Ana Lúcia de Sousa
Prof. Dr. Rodrigo Pereira Chagas

Editores Assistentes

Prof. Dr. Leonardo Ulian Dall Evedove (RI)
Profa. Dra. Luziene Corrêa Parnaíba (C. Sociais)
Profa. Dra. Marcelle Ivie Costa Silva (RI)
Profa. Dra. Márcia Maria de Oliveira (PPGSOF)
Profa. Dra. Maria Luíza Fernandes (PPGSOF)
Profa. Dra. Mariana Cunha Pereira (História)
Profa. Dra. Monalisa Pavonne Oliveira (História)
Prof. Dr. Sylvio M. da Pureza Ramires (C. Sociais)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Carlos A. Cordovano Vieira (UNICAMP)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. Fábio Luís Barbosa (UNIFESP)
Prof. Dr. Fernando Sérgio Damasceno (UFG)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)
Profa. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)
Profa. Dra. Maria Denise Guedes (UNESP)
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. Ramón Peña Castro (UFScar)
Prof. Dr. Stephen Grant Baines (UNB)



Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez,
n° 2413, Bairro Aeroporto.
CEP: 69304-000 Boa Vista / RR
Telefone: (55) (95) 3621-3111
E-mail: editora@ufrr.br
www.ufrr.br

Editora da UFRR

Direção
Fabio Almeida de Carvalho

Editoração Eletrônica
Rodrigo P. Chagas

APRESENTAÇÃO	5
Fabio Luis Barbosa dos Santos	
Rodrigo Pereira Chagas	
PETRÓLEO E PODER: A CRISE VENEZUELANA E SEUS ELEMENTOS HISTÓRICOS	9
Carolina Silva Pedroso	
RENTISMO E CRISE	23
João Carlos Jarochinski Silva	
Vítor Plácido dos Santos Peres	
A QUESTÃO CHAVISTA NA HISTORIOGRAFIA	41
Tiago Santos Salgado	
CONTRARREVOLUÇÃO BOLIVARIANA NA HISTÓRIA RECENTE DA VENEZUELA	61
Fernando Sérgio Damasceno	
Wanderson de Oliveira Coelho	
SOCIALISMO: LOS LEGADOS DE LA HISTORIA Y LAS PERSPECTIVAS DE CHÁVEZ	75
Vitor Eduardo Schincariol	
O ESTADO COMUNAL E SEUS ANTÍPODAS	99
Jair Pinheiro	
O GOVERNO DE NICOLÁS MADURO RESISTE: UM DIÁLOGO CRÍTICO COM O MODELO DE QUEDAS PRESIDENCIAIS PROPOSTO POR ANÍBAL PÉREZ-LIÑÁN	121
Jefferson Nascimento	

LA MALDICIÓN CIUDADANA..... 135
Henry Tobia Inojosa Zerpa

**IMPERIALISM AND THE GEOPOLITICS OF
COVID-19 IN VENEZUELA..... 153**
Rowan Lubbock

ENTREVISTA

PERSPECTIVAS VENEZUELANAS..... 177
Adrian Padilla Fernández; Liliana Buitrago; Manuel Sutherland e
Marielys Briceno.

APRESENTAÇÃO

Após a derrocada das experiências socialistas na URSS e o apaziguamento das lutas revolucionárias ao redor do mundo, surgiu, no início dos anos 2000, uma voz dissidente propondo o “socialismo do século XXI”. Hugo Chávez se tornou uma das figuras mais controversas no cenário político internacional e uma das pessoas mais queridas entre os venezuelanos. Ainda em vida, seus retratos eram vendidos nos camelôs de Caracas e seus discursos eram capazes de arrastar multidões, que por horas, o ouviam tratando de temas diversos, reivindicando o bolivarianismo e o socialismo.

Na primeira década deste século, o chamado *boom das commodities* – a valorização de produtos primários – permitiu ao governo venezuelano, liderado por Chávez, realizar um dos maiores programas de distribuição de renda da América Latina, além de oferecer importante ajuda econômica a países do Caribe como Haiti, Cuba entre outros. Este foi o auge do projeto chavista: uma socialização da renda petroleira como base para avançar reformas institucionais – o que incluiu a realização de uma nova constituição.

Com a queda dos preços do petróleo, os problemas começaram a ganhar vulto. Para piorar, Chávez morre de câncer em 2013, deixando Nicolás Maduro como seu sucessor. Sem o carisma do tenente-coronel –, mas tão controverso quanto ele – os governos venezuelanos sob o comando de Maduro estão sendo marcados por uma crise social de grandes proporções.

Hoje, diversos analistas apontam a falência da economia formal do país. Milhões de venezuelanos estão imigrando, ou buscam alternativas de sustento em uma economia paralela, que muitas vezes, inclui meios ilegais como o garimpo, o tráfico de drogas e de pessoas. A corrupção entre os militares venezuelanos – que são

um braço importante do governo – ganha dimensões alarmantes, e é facilmente constatada nos bloqueios para fiscalização (*alcabalas*) instalados ao longo das estradas do país.

Assim, a Venezuela oscilou entre ser a nova esperança da esquerda internacional, e um desastre humanitário – antes mesmo da pandemia. No processo, tornou-se um grande espantinho que vem sendo utilizado por uma direita continental que necessita da polarização para crescer politicamente na gangorra do mal menor/mal maior.

Esta situação expressa o fim do chavismo ou entrará na história do país como algo comparável ao que os cubanos chamam de “período especial” – quando a fome assolou a ilha nos anos 1990? É possível colocar o caos social do país na conta do “imperialismo yanque” – que era no mínimo previsível – e manter o caminho chavista como uma referência para a esquerda latino-americana? Em medida esse governo, apesar de manter uma retórica e cacoetes esquerdistas, não se transformou em uma ditadura burocrática, que tem como fim, a manutenção do poder? São muitas as questões.

Como o leitor verá, estes dilemas se expressam entre os analistas. Há um sentido de revolta e urgência por parte daqueles que assistem o drama do povo venezuelano; há visões mais técnicas que tentam desvendar a atuação política e econômica seja em busca de saídas, seja para enunciar culpados; ainda, há aqueles convictos de que o sacrifício faz parte do processo de nascimento de algo novo (presente não apenas nos analistas de escritório, mas em pessoas que vivenciam os problemas na pele).

Uma boa chave de leitura para compreender essa oscilação de posições, é o artigo de Tiago Santos Salgado, *A questão chavista na historiografia*. O autor propôs um mapeamento das principais abordagens sobre o chavismo e assim, nos ajuda a posicionar as demais colaborações. A primeira interpretação analisada por Salgado foi a do historiador Fernando Damasceno que, por coincidência, também nos enviou uma contribuição intitulada *Contrarrevolução Bolivariana na história recente da Venezuela*, escrita com Wanderson de Oliveira Coelho. No texto, verificamos como a ascensão de Chávez tem por base as lutas dos movimentos populares e de operários. Sem poupar críticas, Damasceno e Coelho retratam Chávez como um burocrata e traidor de um dos movimentos mais importantes da esquerda, depois da dissolução URSS.

Após uma contextualização dos fracassos do “socialismo real” no leste europeu, Vitor Schincariol mapeia – em *Socialismo: los legados de la historia y las perspectivas de Chávez* – os elementos centrais do projeto bolivariano, que alçou a bandeira do socialismo após as dificuldades enfrentadas por Chávez em 2002. Assim, argumenta

como a opção pelo socialismo buscou se consolidar, sem internalizar as lições que já haviam sido acumuladas em outras experiências socialistas.

Em uma leitura simpática ao projeto bolivariano, Jair Pinheiro nos apresenta em seu *O estado comunal e seus antípodas*, as modificações consolidadas no “Estado comunal” venezuelano. Diferente do que geralmente se expõe sobre os plebiscitos promovidos por Chávez, muitas vezes entendidos como mecanismo “populista”, o autor demonstra o grau de institucionalização da participação popular junto ao Estado venezuelano. E salienta neste processo como se desenvolve um marco jurídico que rompe com padrões típicos da organização estatal liberal.

O contraponto aparece no artigo *O governo de Nicolás Maduro resiste*, de Jefferson Nascimento, que utiliza o exemplo dos governos Maduro para questionar as análises pautadas em modelos bidimensionais sobre permanência e queda de presidentes. Para isso, demonstra que, mesmo no cenário de crise e com a consolidação dos dois vetores principais dos modelos bidimensionais – protestos de rua e perda de apoio no legislativo – não houve a queda do presidente. Isto porque houve uma instrumentalização do Judiciário, que lhe serve de “escudo” e “espada”; bem como das forças armadas.

Em contraste com o pragmatismo da *realpolitik*, o ensaio *La maldición ciudadana* do venezuelano Henry Tobia Inojosa Zerpa nos ajuda a compreender a visão de mundo que se tentou estabelecer a partir do bolivarianismo. Uma filosofia política na qual os elementos do humanismo e romantismo dos tempos de Simón Bolívar interagem com a crítica do liberalismo de origem marxista.

Subjacente a todos os debates está o problema da renda petrolífera. Isso não apenas porque se trata do principal produto venezuelano, mas porque a sociedade e o Estado venezuelanos foram moldados, desde o início do século XX, pela abundância petrolífera do país. Por isso, iniciamos a revista com o artigo *Petróleo e Poder* de Carolina Silva Pedroso, que faz uma contextualização histórica que vai do início do século XX até a crise do *Pacto de Punto Fijo*, quando se abre o caminho para a ascensão de Hugo Chávez. Na sequência está o texto *Rentismo e crise*, de João Carlos Jarochinski Silva e Vítor Plácido dos Santos Peres, que desdobra o tema até os dias de hoje.

No outro extremo da publicação, incluímos o artigo *Imperialism and the geopolitics of Covid-19 in Venezuela* de Rowan Lubbock. Tomando a crise sanitária da Covid-19 como mote, o autor britânico demonstra que o processo de desenvolvimento de uma medicina preventiva de influência cubana no período áureo de Chávez, acaba se revertendo a partir da crise econômica. Neste sentido, ressalta o papel

da “cadeia imperialista” que intervém na dinâmica econômica e política do país, com consequências desastrosas principalmente à população venezuelana, e não necessariamente para o governo.

Por fim, convidamos quatro intelectuais venezuelanos para responderem a um pequeno questionário que apresentamos como anexo a este Dossiê *Venezuela: passado, presente e futuro*. Manuel Sutherland e Liliana Buitrago nos enviaram suas respostas da Venezuela, enquanto Adrian Padilla Fernández e Marielys Briceno Altuve vivem atualmente em Boa Vista. Todos estão diretamente implicados na situação atual do país: seja porque vivem ou têm parentes vivendo na Venezuela, seja porque são e acompanham os dilemas dos imigrantes venezuelanos no Brasil.

Optamos neste Dossiê em publicar as posições mais variadas e com estilos igualmente diversos. Alguns textos foram estruturados como ensaios e outros como artigos acadêmicos *stricto sensu*. No conjunto, o material diz tanto sobre os dramas venezuelanos quanto sobre os dilemas do pensamento crítico na região, oferecendo um ponto de vista privilegiado para refletir sobre o alcance e os limites do progressismo sul-americano, condição necessária para uma política emancipatória, em dias pandêmicos ou não.

Fabio Luis Barbosa dos Santos
Rodrigo Pereira Chagas
(organizadores)

ARTIGO

PETRÓLEO E PODER: A CRISE VENEZUELANA E SEUS
ELEMENTOS HISTÓRICOS**

Resumo:

Desde 2013, a Venezuela vivencia uma crise multidimensional, marcada por dois processos simultâneos e que se retroalimentam: a profunda deterioração econômica e a intensa polarização política. Apesar de parte das causas estar relacionada às decisões dos governos de Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (2013-?), parte da resposta para explicar essa crise passa pela compreensão dos processos históricos que legaram condições estruturais difíceis de superar, consolidadas sobretudo no período de *Punto Fijo* (1958-98). Este estudo parte da ideia de que a consolidação do petróleo como força-motriz da economia venezuelana no XX gerou uma burguesia rentista intrinsecamente ligada ao poder político, sendo este uma peça fundamental para o entendimento dos desafios da Venezuela no século XXI. Portanto, o objetivo deste artigo é apresentar a relação histórica entre petróleo e poder na Venezuela pré-chavista, como elemento relevante para a compreensão do complexo quadro vigente.

Palavras-chave: Petróleo; Poder; Crise.

Resumen:

Desde 2013, Venezuela ha experimentado una crisis multidimensional, marcada por dos procesos simultáneos: un profundo deterioro económico y una intensa polarización política. Aunque parte de las causas tiene relación con las decisiones de los gobiernos de Hugo Chávez (1999-2013) y Nicolás Maduro (2013-?), otra parte requiere la comprensión de los procesos históricos que produjeron condiciones estructurales difíciles de superar, sobre todo en el período de Punto Fijo (1958-98). Este estudio considera que la conversión del petróleo en la fuerza impulsora de la economía venezolana en el siglo XX generó una burguesía rentista intrínsecamente vinculada al poder político, lo que consiste en un eje explicativo fundamental frente a los desafíos del país en el siglo XXI. Así, el objetivo del artículo es presentar la relación histórica entre el petróleo y el poder en la Venezuela anterior a Chávez, como una parte relevante para comprender el complejo marco actual.

Palabras llave: *Petróleo; Poder; Crisis.*

* Diretora-adjunta do periódico *Pensamiento Propio*, da *Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales* (CRIES), e membra da *Latin American Studies Association* (LASA). Professora do Departamento de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN-Unifesp).

** Este artigo é uma adaptação de trechos que compõe a tese de doutorado de nossa autoria, defendida em 2018.

Introdução

A compreensão da crise venezuelana na segunda década do século XXI – caracterizada por ser multidimensional, envolvendo questões econômicas, políticas, geopolíticas, sociais e migratórias – requer análises complexas e não simplistas, justamente por envolver um mosaico de elementos e camadas distintos. A fim de contribuir com esse debate, o presente artigo procura apresentar a herança histórica que os governos de Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (desde 2013) receberam do chamado Pacto de *Punto Fijo* (1958-98). O foco do artigo é a consolidação da economia petroleira, que levou à constituição de uma burguesia altamente dependente da renda do petróleo e, portanto, incapaz de gerar riquezas para além dessa atividade extrativista, além de estar fortemente relacionada ao poder político.

Para reconstruir esse quadro histórico, é preciso sinalizar que a Venezuela passou por uma metamorfose econômica, o que a fez sair de uma trajetória muito semelhante à de seus vizinhos latino-americanos – agrário-exportadora governada por elites latifundiárias – para se transformar em uma das principais produtoras de petróleo do mundo. Desta forma, na primeira seção será apresentada brevemente a mudança produtiva do país, ocorrida nas primeiras cinco décadas do século XX. Na segunda parte, será abordada a relação entre a burguesia rentista ligada ao petróleo e o poder político durante o chamado *Pacto de Punto Fijo* (1958-1998), período que precede a ascensão de Chávez à presidência. Por fim, será realizada uma breve análise sobre a relação entre esses elementos históricos e a crise vigente desde 2013.

A consolidação da Venezuela petroleira (1908-58)

O momento da transição produtiva na Venezuela teve início na ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-35), que havia sido precedido pelo presidente nacionalista Cipriano Castro (1899-1908), responsável pela negociação dos primeiros contratos de exploração petroleira entre o Estado e companhias estrangeiras. Conforme aponta Salas (2015, p. 51, tradução nossa):

Embora ele supervisionasse essas primeiras concessões, a cautela de Castro em relação às potências estrangeiras e a promoção do nacionalismo econômico o distinguiam da subsequente política abertamente conciliadora adotada pelo sucessor Juan Vicente Gómez.

Como indicado no trecho acima, Gómez não manteve uma postura tão nacionalista quanto a de Castro no que se refere às concessões para as empresas estrangeiras. Lopes (2009) revela a existência de uma aliança entre empresas estrangeiras e o governo venezuelano, que por meio de uma política autoritária garantiria a estabilidade necessária para que o capital internacional pudesse fluir sem sobressaltos. Em seu governo foram descobertas reservas significativas de petróleo, o que trouxe mudanças à Venezuela e faria com que seu desenvolvimento político, econômico e social fosse único na América Latina (EWELL, 1991).

Durante esse período chegaram ao país centenas de companhias e milhares de funcionários estrangeiros, atraídos pela bonança petroleira e a alta permissividade governamental. A relação promíscua entre público e privado ficou evidente quando o ditador venezuelano – maior *tierrateniente* do país – criou a Companhia Venezuelana de Petróleo (CVP), considerada uma empresa de fachada para os interesses pessoais do presidente, pois sua função era negociar as concessões de terra com as empresas, dando margem a atividades de corrupção (LOPES, 2009).

As primeiras legislações sobre a exploração deste recurso foram pensadas para beneficiar o capital privado, com isenção fiscal em troca de *royalties* ao Estado – que, ainda assim, eram baixos diante dos enormes lucros – além de garantir a não interferência do Congresso venezuelano em suas atividades e a possibilidade de compra de terras ilimitada. Apesar do peso dos interesses da burguesia global petroleira sobre a política venezuelana, este país gozou de uma alta taxa de retorno, entre 1913 e 47 – maior do que os países do Oriente Médio – e pôde liquidar sua dívida externa – problema que, anos antes, havia lhe rendido o bloqueio naval (EWELL, 1991, p. 729; LOPES, 2009, p. 25).

A produção de petróleo na Venezuela passou por um *boom* após a ditadura de Gómez, saltando de 63 milhões de barris, em 1927, para 323 milhões, em 1945. O domínio do petróleo sobre a economia se deu de maneira tão rápida, violenta e em um momento tão crítico para o setor agroexportador – a crise de 1929 havia sido um duro golpe para os produtores de café venezuelanos – que as atividades agrícolas praticamente desapareceram, fazendo com que desde essa época o país se tornasse sujeito à uma grande vulnerabilidade alimentar (EWELL, 1991).

Se durante décadas a economia agrária e extensiva predominou no cenário venezuelano, em questão de vinte anos uma nova estrutura econômica se impôs, com um caráter importador e especulativo. Segundo Martínez Daza (2013), a destruição da agricultura na Venezuela ocorreu em tempo recorde, acelerando o processo de urbanização. Os fazendeiros se converteram em importadores, banqueiros,

comerciantes ou empresários da construção civil, enquanto o campesinato migrou para as cidades e passou a compor a população urbana. Em suas palavras: “[...] especulação e corrupção, especulação e importação eram as leis desse capitalismo rentista” (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 21, tradução nossa).

A fase pós-*gomezista* (1936-45) marcou a consolidação do petróleo como força-motriz da economia em um país mais urbanizado, com a ascensão de novos grupos políticos e sociais, sobretudo profissionais liberais e ligados à indústria petroléira, que começaram a se organizar em partidos políticos de diversos matizes. O contexto da Segunda Guerra Mundial, por sua vez, influenciou os sucessores de Gómez a lidarem com as companhias de petróleo de maneira mais assertiva. Sem deixar de estar alinhada à estratégia ocidental de combate ao nazifascismo, a Venezuela aproveitou o momento em que os Estados Unidos precisavam da cooperação hemisférica para estabelecer regras mais benéficas para si em termos da exploração petroléira (EWELL, 1991).

Em 1945, uma movimentação interna liderada por Rómulo Betancourt, um militante da juventude *antigomezista*, culminou em um período chamado de “triênio democrático”, que durou até 1948. Essa mudança política aumentou a representatividade dos setores médios, que se sentiam alijados das decisões estatais até então. Contudo, apesar das críticas que Betancourt fizera à política econômica dos governos anteriores de alta dependência econômica do petróleo, ele não tomou nenhuma medida para reverter essa tendência (SALAS, 2015).

Após esse breve “respiro democrático”, a Venezuela voltaria a ser comandada por uma ditadura militar, em 1948, após a eleição de Rómulo Gallegos (AD). Setores militares intervieram e governaram por quatro anos até que o general Marcos Pérez Jiménez (1952-58) assumisse a presidência. Conhecido por sua posição linha-dura, ele lidou com fortes resistências de uma sociedade em que a burguesia urbana estava tão consolidada que tinha maior capacidade de articulação que a oligarquia agrária e as elites militares, o que tornou a repressão bastante dura (SALAS, 2015).

Em termos comerciais, Pérez Jiménez e Harry Truman (1945-53), mandatário dos Estados Unidos, estreitaram as relações de seus países, por meio de novas concessões petrolíferas a empresas norte-americanas e de tratados de livre-comércio de manufaturados. A Venezuela consolidava, então, sua dependência do mercado estadunidense. Assim como no período *gomezista*, ocorreu o enriquecimento dos círculos próximos ao presidente, que foram diretamente beneficiados pelo controle autoritário da renda petroléira, que crescia vertiginosamente em um contexto internacional favorável (VALENTE, 2012).

Com a alta no preço do petróleo, o Estado venezuelano induzia a economia nacional por meio de grandes obras de infraestrutura, beneficiando a fração da burguesia que era o sustentáculo do governo. Por meio de contratos, muitas vezes fraudulentos para favorecer seus correligionários, Jiménez ajudou no enriquecimento de empreiteiros ligados à Fedecámaras – uma entidade patronal com diversos setores de burguesia venezuelana, que apoiava e era apoiada pela ditadura (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Contudo, a queda do preço do petróleo, em 1957, e o conseqüente aumento da dívida pública acarretaram na perda do apoio empresarial. A sociedade venezuelana, mesmo reprimida, não aceitava tutelas, buscando subterfúgios para manter a atividade política na clandestinidade. A falta de mecanismos de distribuição da renda petrolífera, que estava nas mãos de poucas famílias, alimentou ainda mais o descontentamento que sepultou a ditadura e trouxe, em seu lugar, o Pacto de *Punto Fijo*.

A Venezuela puntofijista (1958-1998): o petróleo como elemento de poder

O *Punto Fijo* teve início na articulação de um golpe contra Pérez Jiménez na cidade de Nova York, porém sem a participação ou ciência da população, tendo como líderes os dirigentes dos partidos *Acción Democrática* (AD), *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI) e *Unión Republicana Democrática* (URD). O acordo estava baseado na promessa de que, restaurada a democracia liberal, não haveria monopólio de poder, por meio do respeito à Constituição e aos resultados eleitorais (MARINGONI, 2009).

A queda da ditadura, entretanto, não ocorreu somente pelo pacto entre elites partidárias. Os principais protagonistas desse processo foram movimentos populares urbanos e rurais organizados em parte pela esquerda mais radical, sob o Partido Comunista da Venezuela (PCV), além de estudantes e militares dissidentes. Porém, como afirma Maringoni (2009), esse amplo movimento foi cooptado pelo AD e fez com que esse partido chegasse à presidência da república.

Essa nova fase política, que teria início em 1958 e só se esgotaria totalmente em 1998 – um longo percurso, repleto de nuances e contradições –, consolidou o capitalismo rentista e importador, bem como as instituições burguesas e assistiu a uma acelerada urbanização. Houve ainda a retomada da centralidade dos partidos políticos, além da aliança entre empresas petrolíferas, a Fedecámaras (em especial a fração da burguesia importadora) e as Forças Armadas. Considerada por muitos como o mais longo período democrático da história venezuelana, nos referiremos ao *Punto*

Fijo como um pacto de conciliação das classes dominantes, em consonância com uma literatura mais crítica a respeito do tema (BARRANTES, 2012; MARINGONI, 2009; MARTÍNEZ DAZA, 2013; VALENTE, 2012; VILLA, 2005).

O retorno de Rómulo Betancourt (1959-64) ao poder, por eleições diretas, revelou a face autoritária do *Punto Fijo*, que tinha sido apresentado ao país como uma democratização. Na realidade, os governos *puntofijistas* dos anos 1960 e 70 reprimiram tanto quanto a ditadura anterior, utilizando expedientes autoritários para sufocar vozes dissonantes, mas buscavam métodos e meios, como alianças mais amplas, que lhe garantissem certa legitimidade (MARTINEZ DAZA, 2013).

Já o modelo econômico adotado buscava conciliar interesses no seio das classes burguesas, mantendo o perfil de intervenção e promoção do capitalismo via Estado nacional. Um dos exemplos dessa política econômica foi a valorização da moeda nacional, o *bolívar*, que só foi possível porque o país tinha um balanço de pagamentos superavitário em decorrência da venda do petróleo. Desta forma, gerava-se um ambiente extremamente benéfico para o empresariado importador, que contava com as vantagens de uma economia altamente produtiva, mas sem custos. Foi nesse momento, segundo Judith Ewell (1991), que o caráter rentista e improdutivo da burguesia venezuelana se tornou predominante.

Por conseguinte, os empresários não se opunham completamente à intervenção estatal porque sempre se beneficiavam dela. Ainda que houvesse tensões intra e extra bloco, em termos de autonomia *versus* dependência em relação ao Estado, algumas foram resolvidas com a inclusão de representantes empresariais em ministérios e a continuidade de contratos públicos fraudulentos. Ainda assim, governo e Fedecâmaras tiveram dificuldades em alinhar objetivos: enquanto o primeiro insistia no desenvolvimento estatal, a entidade patronal acreditava que era preciso também investimentos externos (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Betancourt criou ainda a *Corporación Venezolana de Fomento*, reforçando o caráter de Estado-empresário e planificador, além da *Corporación Nacional de Petróleo*, que antecedeu o que viria a ser a estatal dedicada a esse setor. Foi ainda um dos protagonistas da fundação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960, um novo organismo internacional que atua em forma de cartel, sendo composto pelos principais produtores de petróleo do mundo.

Se para Martínez Daza (2013) o governo Betancourt foi elitista e buscou acomodar cuidadosamente os interesses do capital nacional e internacional, para Ewell (1991) e Salas (2015) seu sucessor, Raúl Otero (1964-69), deu continuidade à repressão da esquerda, assim como às insurgências de direita que eram remanescentes

do *perezjimenismo*. Também surgiu uma ala da intelectualidade, com a qual Leoni teve grandes embates, que se opunha ao governo e ao empresariado importador na defesa pela melhor distribuição da renda petroléira. Esse pensamento estava baseado na máxima de “*sembrar al petróleo*” de Arturo Uslar Pietri, que é considerado um dos maiores pensadores venezuelanos do século XX. Em 1936 publicou um artigo chamado “*Sembrar el petróleo*” no jornal *Abora*, em que defendia a necessidade de aproveitar o petróleo para dinamizar a economia venezuelana e, assim, lograr o seu desenvolvimento.

Em 1969, a vitória do líder histórico do COPEI, Rafael Caldera, representou a manutenção do modelo de Estado interventor na economia, tendo como mudança principal a concretização de uma aliança tácita com os empresários – situação que não fora alcançada pelos *adecos* – a partir de assessoria em termos de administração e gestão. Segundo Martínez Daza (2013), “esse foi o primeiro vínculo orgânico, consistente, entre a elite política e burocrática e o empresariado tradicional” (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 78, tradução nossa).

Internamente, o aspecto político mais relevante da gestão de Caldera, que durou até 1974, foi o processo de pacificação. Já em termos econômicos, a situação do início da década era desfavorável, devido à crise inflacionária nos Estados Unidos, fazendo com que as importações do petróleo venezuelano pelo seu principal comprador despencassem. Por isso, manter os ingressos petroléiros e os preços desse produto era vital, devido à improdutividade da economia venezuelana e à dificuldade de arrecadar impostos (EWELL, 1991; ESCOBAR; ROMERO, 2005).

Assim, Maringoni (2009) aponta que a nacionalização surgia como o caminho óbvio para manter a renda estatal e, embora tenha sido realizada somente no governo seguinte, foi com Caldera que as primeiras ações foram tomadas. Nesse sentido, foram realizadas a nacionalização do gás e a reversão petroléira, que previa que os bens das empresas petroléiras fossem preservados para, posteriormente, serem transferidos para o Estado – esta última baseada na ideia de “*no más concesiones*”, em que era efetuada a compra das empresas estrangeiras atuando no país, sem a necessidade desapropriá-las (VALENTE, 2012).

A presidência de Carlos Andrés Pérez (1974-79) representou o retorno do AD ao poder e o início da “Venezuela Saudita”, forma como o país era chamado nesta fase de extrema prosperidade. Isso porque em 1973 ocorrera o primeiro choque do petróleo, quando os preços do produto dispararam no mercado internacional. A consequente elevação da renda petroléira permitiu financiar uma série de projetos desenvolvimentistas (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 105).

CAP (sigla pela qual o presidente era conhecido) era uma figura singular, pois diferentemente de seus antecessores *adecos*, preferia estabelecer alianças com empresários e tecnocratas a estreitar laços com “políticos profissionais”, o que o colocava à direita do seu partido (SALAS, 2015). A sua relação com o empresariado rompeu, portanto, com a dificuldade que o AD tinha em obter o total apoio deste setor.

Tendo em vista que o projeto de país promovido por Pérez estava baseado em um capitalismo corporativo de larga escala, em que o Estado seria o promotor, proprietário e gerente, o setor privado foi beneficiado com novas oportunidades e pelas políticas protecionistas do governo. O problema é que, para Martínez Daza (2013), a relação público-privada tornou-se promíscua diante de uma complexa rede de regulações e interações. A bonança econômica estimulava os empresários a acionarem sua rede de contatos pessoais próximos a políticos.

Essa vinculação remonta à campanha presidencial de Pérez, quando o então candidato,¹ sem possuir uma base partidária dentro do AD, buscou aliar-se com os “Doze Apóstolos”, empresários que bancaram sua candidatura. Posteriormente, esse grupo restrito foi beneficiado com os contratos mais lucrativos da época, sobretudo os relacionados ao petróleo, além de concessões e cargos públicos. Um dos nomes-chave era Pedro Tinoco, banqueiro que foi essencial para a aliança entre o governo e o empresariado rentista, além de Gustavo Cisneros, magnata da comunicação² que foi altamente beneficiado por CAP (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Esse apoio empresarial, ainda que com base em laços escusos, foi essencial para que Pérez pudesse empreender sua principal realização: as nacionalizações do ferro e do petróleo. As discussões no congresso venezuelano foram acirradas, mas não impediram a nacionalização do ferro em 1974 e do petróleo em 1975 (EWELL, 1991). Esta última demandou mais cautela do governo, ainda que as companhias estrangeiras não estivessem tão receosas, devido às generosas compensações que o governo prometera. Salas (2015) ressalta o fato de que a Venezuela sempre defendeu seus direitos sobre os recursos do subsolo e, portanto, sobre o petróleo; a nacionalização seria o passo final para que os ativos comandados desde o exterior passassem a ser controlados pelo Estado.

A criação da estatal Petróleos de Venezuela SA (PdVSA) concretizou a nacionalização, porém, um ponto ressaltado por Luis Lander (2005) foi que muitos executivos das empresas estrangeiras nacionalizadas foram mantidos no cargo,

1 Segundo o livro “*Los Doce Apóstoles: Proceso a la Degradación Política*” de Pedro Duno (1975), da Vadell Hermanos Editores (Valencia).

2 O Grupo Cisneros é um dos maiores conglomerados de meios de comunicação do mundo.

ou seja, “continuaram em seus cargos diretivos aqueles que até o dia anterior à nacionalização representavam no país os interesses das companhias transnacionais” (LANDER, 2005, p. 6, tradução nossa). O impacto disso era que “ao passar de investidor para ser também um ator nacional e, portanto, público, a capacidade de vigilância e controle do Executivo nacional como proprietário do recurso começou, de imediato, a se debilitar” (LANDER, 2005, p. 6, tradução nossa).

Para os fundadores da PdVSA, a companhia deveria funcionar como uma empresa privada, reinvestindo os lucros para desenvolver a indústria petroquímica e a prospecção de novos poços. Isso significa que mesmo sendo a empresa estatal, as suas ações ainda estariam sendo guiadas por uma lógica privada. Nesse sentido, Ewell (1991), Mommer (2004), Lander (2005), Martínez Daza (2013) e Salas (2015) coincidem na avaliação de que, desde a sua gênese, a PdVSA foi dirigida por uma fração da oligarquia petroleira, ligada ao capital estrangeiro, que buscou insular a empresa do controle social.

Internamente, a formação desta fração de classe no seio da empresa estatal de petróleo fez com que os opositores à nacionalização nos moldes propostos por Pérez confirmassem os seus temores. Externamente, porém, o impacto deste processo foi bem menos problemático. A compra de empresas petroleiras pertencentes aos Estados Unidos e a países europeus foi feita com base nos preços de mercado, sem incorrer em prejuízos para o capital estrangeiro (VALENTE, 2012).

Por fim, no período em que a Venezuela foi inundada por petrodólares, o país também viu explodir sua dívida pública. Portanto, o ápice dos preços do petróleo acarretou não somente o aprofundamento da dependência desta renda, como também no alto endividamento estatal. Enquanto o *boom* petroleiro durou até o início da década de 1980, o Estado venezuelano ainda conseguia cumprir com as suas obrigações financeiras. Contudo, quando os preços voltaram à normalidade e os gastos se mantiveram em alta, teve início uma prolongada crise que, quase duas décadas depois, colocaria fim do *Punto Fijo* (VALENTE, 2012).

Assim, no governo de Luis Campins (1979-84), o modelo de forte endividamento e permanente improdutividade das companhias venezuelanas, além da elevada inflação impulsionada pela alta do petróleo, dava mostrar de enfraquecimento. No entanto, o que mantinha a inércia do novo governo frente a essas questões eram os elevados preços do petróleo, que passaram por um novo *boom*, ente 1979 e 1980, e mascararam muitos desses problemas (VALENTE, 2012).

Campins preferiu, então, diminuir as restrições às importações e o controle de preços para compensar a queda na produtividade, ainda crendo que a elevação do

petróleo (que chegou a dobrar de valor) seria suficiente para manter o crescente papel estatal na economia. O Estado consolidou-se como um dos principais empregadores, chegando a ter mais de um milhão de funcionários públicos – o que em um país de, aproximadamente 15 milhões de pessoas, não era desprezível (SALAS, 2015).

A partir de 1982, o governo começou a sentir os efeitos das mudanças conjunturais, quando a deterioração da condição financeira do país em arcar com as dívidas adquiridas no *boom* petrolífero começou a ficar mais evidente. A entrada de divisas não mais cobria o rombo da dívida pública, fazendo com que, em 1983, o Banco Central da Venezuela declarasse insolvência e, diante da queda do preço do petróleo, a moeda nacional fosse desvalorizada e o controle de câmbio fosse instituído. Essa situação resultou em uma das maiores crises econômicas do país, caracterizada pela inflação galopante e desemprego em alta – efeitos também presentes no país desde 2013, demonstrando que os problemas oriundos da alta dependência petrolífera ainda não foram sendo resolvidos.

No caso da maxidesvalorização do *bolívar*, Salas (2015) apresenta como a ligação do governo com os empresários revelou que, mesmo com as mudanças do comando presidencial, as relações escusas entre público e privado foram uma constante no *puntofijismo*. Enquanto para a classe média essa decisão monetária pôs fim à esperança de que o petróleo garantia ao seu país não entrar na espiral de crises que tomava conta da América Latina, para a burguesia nacional foi possível obter lucros exorbitantes. O governo foi acusado de antecipar a informação da desvalorização, dando margem a ações especulativas.

A ascensão de Jaime Lusinchi (1984-89) à presidência representou uma aposta no fortalecimento dos vínculos com os trabalhadores sindicalizados, como parte da construção de um ambiente interno mais favorável. Todavia, contar com o apoio dos empresários também era fundamental. A Fedecámaras já havia estabelecido, desde o governo de Caldera, conexões irreversíveis com a classe política *puntofijista*. Desta forma, o tratamento diferenciado aos empresariados continuou, sob a forma de vantagens cambiais (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 131).

A venda de dólares preferenciais não só impulsionou mais uma vez o empresariado importador, o que aprofundava a situação de dependência petrolífera *vis-à-vis* uma burguesia improdutiva, como também gerou denúncias de favorecimentos ilícitos. Logo, mesmo com as diferentes nuances derivadas dos posicionamentos político-ideológicos e das circunstâncias históricas, há uma linha condutora durante todos os anos do *Punto Fijo* em que todos os governos, em maior ou menor grau, seguiram no sentido de privilegiar o setor privado, muitas vezes de forma ilícita.

Após a gestão Lusinchi, que não conseguiu reverter a crise, as esperanças foram depositadas novamente em CAP (1989-93). Com seu estilo personalista e próximo aos grandes empresários, Pérez nomeou-os para os ministérios, gerando descontentamento entre os militantes do partido, que foram distanciados do centro de poder. Apesar das dificuldades econômicas, ainda era possível realizar grandes negócios na Venezuela, pois o país ainda não estava em uma bancarrota. Isso significa que subsistiam intensas atividades financeiras e de especulação que durante esse governo atingiram níveis notáveis, especialmente por Pérez ser um verdadeiro representante de um capitalismo parasitário e especulador (MARTÍNEZ DAZA, 2013; MARINGONI, 2009, SALAS, 2015).

Lembrado como sendo o presidente do auge econômico, ele voltou ao poder prometendo retomar os tempos áureos da Venezuela Saudita, porém essa esperança durou somente 25 dias, quando anunciou um programa de ajuste neoliberal. Neste contexto, houve o aumento do preço da gasolina, que foi repassado para os transportes públicos, ocasionando o *Caracazo*, episódio que foi um marco na história recente da Venezuela pela extrema e desproporcional violência com que o Estado reprimiu protestos populares (LANDER, 2005).

De fevereiro de 1989 até final de 1993, teve lugar uma nova luta pelo poder, chegando ao seu ápice, no ano de 1992, com as insurreições militares. A principal delas foi um intento de golpe de Estado liderado pelo então jovem tenente-coronel do Exército, Hugo Chávez Frías. Além da virada neoliberal, o que motivava essas revoltas eram os graves escândalos de corrupção e a crise econômica e social. Quando os focos de levante foram controlados, o sistema *puntofijista* já estava danificado irreversivelmente. Até mesmo seus aliados históricos estavam descontentes, como a Fedecámaras que afirmava que o presidente não tinha mais condições de se sustentar no poder. Tal movimento demonstrava, portanto, o ocaso da aliança tácita entre o *Acción Democrática* e a burguesia (MARINGONI, 2009; VALENTE, 2012).

No final da segunda presidência de Pérez, a Venezuela vivia sob uma economia capitalista, porém sem ter passado por um processo profundo de industrialização. CAP teve uma postura marcada por duplicidades, dentre as quais se destaca a imagem de nacionalista, enquanto recompensava generosamente as empresas e permitia à PdVSA ter uma estrutura de empresa privada. Contudo, essa ação não foi suficiente para evitar que ele resistisse às constantes pressões populares e às graves acusações de corrupção, sucumbindo em 1993 diante de um processo de *impeachment*.

A eleição de 1993, Rafael Caldera foi eleito como último presidente do Pacto de *Punto Fijo*, representando a síntese do que foi esse período:

Impelido por uma crise bancária, [Caldera] aplicou primeiro as medidas estatistas (controle de câmbio e de preços), que haviam sido implementadas nos primeiros governos *puntofijistas*; logo, retomaria as medidas neoliberais de Pérez, enquanto combinava a repressão localizada com medidas de distensão como a libertação dos comandantes do 4-F [intento de golpe de 1992] (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 194, tradução nossa).

Diante do aumento da crise, Caldera lançou a “Agenda Venezuela”, baseada em receitas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Dentre elas, estavam o corte dos gastos públicos, a desvalorização da moeda nacional, o aumento dos combustíveis e a desnacionalização do petróleo. Contudo, sua principal ação foi promover a “*Apertura petrolera*”, com o abaixamento dos preços do barril, por meio do distanciamento da OPEP e da atração de capitais externos para a PdVSA. Essa medida permitiu à Shell, Exxon Mobil e Mitsubishi, além de dezenas de companhias estrangeiras e outras empresas privadas nacionais explorarem o petróleo venezuelano. Na prática, significava uma ruptura ideacional com o “*sembrar el petróleo*”, uma vez que permitia a internacionalização da estatal e, com isso, o envio dos lucros para o exterior e não para reinvestimento interno (MARINGONI, 2009; VALENTE, 2012).

Nesta fase final do *Punto Fijo*, os empresários se descolaram dos partidos políticos e passaram a defender suas agendas próprias, após anos de beneficiamento estatal, por meio de grandes conglomerados. Segundo Martínez Daza (2013), o tripé desta nova direita que surge na Venezuela era composto por: (i) “politização” do empresariado no sentido de aumentar sua interferência sobre a política, (ii) descentralização política, que favoreceria o surgimento de novos líderes regionais e locais e (iii) valorização da tecnocracia, especialmente da PdVSA.

Nesse contexto, os meios de comunicação privados ganharam mais relevância na cena política, atuando como porta-vozes e defensores de uma agenda liberal. A mídia estava, aos poucos, se apropriando do espaço de influência da opinião pública que durante o *puntofijismo* havia sido ocupado pelos partidos tradicionais – processo que se consolidaria no chavismo, a partir de 1999 (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Considerações Finais

A consolidação da Venezuela como uma economia petroleira, ainda no início do século XX, foi caracterizada pela destruição do setor agrário e, portanto, da capacidade nacional de produção de alimentos. Tal situação fez com que, cem anos depois, o país vivesse uma séria falta de soberania alimentar, que compõe um dos vértices mais dramáticos da crise instaurada desde 2013.

Além desta questão produtiva, ao longo das décadas, é possível perceber como o empresariado, classe oriunda do capital dos antigos latifundiários, foi essencial para os diferentes regimes e governos que chegaram ao poder na Venezuela. Tal proximidade é explicada pelo controle da renda petroleira, que tanto na época desenvolvimentista quanto na neoliberal, continuou nas mãos de uma oligarquia.

Durante as quatro décadas de conciliação oligárquica do *Punto Fijo* (1958-98), toda a organização do Estado passava diretamente pelas cúpulas dos partidos dominantes, que incluíam os seus apoiadores, dentre os quais estavam os empresários. Estes, por meio da Fedecâmaras, construíram alianças com os diferentes governos, porém nunca aceitaram se submeter à lógica partidária, focando na busca de vantagens para o empresariado importador.

Quando as lutas políticas e sociais do final dos anos 1980 destruíram por completo o *Punto Fijo*, surgiram novos embates que reorganizaram o poder político no país. Se no decorrer do *puntofijismo* houve o surgimento de uma direita composta por empresários com ligações diretas com a política, durante seu ocaso, surgiu uma “nova direita neoliberal”, composta também pela mídia. Os meios de comunicação, cada vez mais poderosos, legitimavam um projeto que nasceu entre o empresariado venezuelano de substituir os partidos políticos tradicionais e de manter o status privilegiado da tecnocracia da estatal de petróleo. Essa burocracia era extremamente poderosa, pois comandava o coração da economia venezuelana: o petróleo.

É este o quadro político e econômico herdado por Chávez em 1999, que enfrentou uma forte resistência dessas burocracias e dos setores empresarial e midiático, gerando atritos políticos com consequências até os dias atuais. Muito embora medidas econômicas e políticas adotadas por ele e Maduro, sejam apontadas como causadoras da recente crise e, por isso, também necessitem de estudos específicos, nosso intuito foi revelar que as condições estruturais construídas por décadas também são elementos explicadores de tal situação. Isso porque o caráter rentista, improdutivo e especulador dessa burguesia aprofundou a dependência petroleira, o que em um cenário no qual o Estado tem sido incapaz de gerar respostas adequadas, é um entrave adicional aos enormes desafios que se apresentam.

Referências Bibliográficas

BARRANTES, E. M. *Impacto da Política Externa Venezuelana na Conformação da Coesão Social na América Latina; o caso ALBA*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ESCOBAR, J. K.; ROMERO, C. *Venezuela y Estados Unidos: coincidencias y conflictos*. Caracas: El Nacional, 2005.

EWELL, J. Venezuela since 1930. IN: Leslie Bethell. *The Cambridge History of Latin America: Latin America since 1930: Spanish South America*, Cambridge: Cambridge University Press, v. VIII, 1991, p. 727-790.

LANDER, L. Petróleo y Democracia en Venezuela: del fortalecimiento del Estado a la subversión soterrada y la insurrección abierta. *Revista Galega de Economía*, v. 14, n. 1-2, p. 1-14, 2005.

LOPES, M. O. *Imperialismo, Petróleo e Revolução Bolivariana: impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista. Marília, 2009.

MARINGONI, G. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARTÍNEZ DAZA, J. *La era Puntofijista*. Caracas: Editorial La Estrella Roja, 2013.

MOMMER, B. Subversive Oil. In: Steve Ellner; Daniel Hellinger (eds). *Venezuelan Politics in the Chávez Era: Polarization and Social Conflict*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2004.

SALAS, M. T. *Venezuela: What everyone need to know*. New York: Oxford University Press, 2015.

VALENTE, L. *Inimigos sim, negócios à parte: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VILLA, R. D. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. *Estudos Avançados - USP*, n. 55, v. 19, p. 153-172, 2005.

ARTIGO

RENTISMO E CRISE

Resumo:

A crise que hoje atormenta a Venezuela repercute no intenso deslocamento forçado de pessoas que se testemunha e em um Estado que implode. Porém, tão importante quanto avaliar as repercussões da crise é identificar as causas estruturais da mesma. Com este intuito, neste artigo abordaremos a interface entre rentismo e crise na Venezuela, com o objetivo de contribuir para um esforço de compreensão mais longitudinal, capaz de contemplar as continuidades e rupturas concernentes ao funcionamento do Estado e da economia venezuelanos contidas no quadro da crise atual, por meio de uma análise pautada na revisão bibliográfica das produções que discutem a história venezuelana. Para isso percorremos três momentos distintos da história venezuelana: a ascensão e queda do pacto de *Punto Fijo*; a Venezuela sob Chávez; e a Venezuela pós-Chávez. Ao final, argumentamos que a crise atual trata-se de uma crise oriunda das tecnologias rentistas não superadas pelo projeto bolivarianista.

Palavras-chave: Rentismo; Crise Venezuelana; Bolivarianismo.

Abstract:

*The crisis that currently torments Venezuela has repercussions on the intense forced displacement which is now witnessed, and in a State that is clearly imploding. However, as important as to assess the repercussions of the crisis is to identify the structural causes of it. With this in mind, in this paper, we will address the interface between rentism and crisis in Venezuela, willing to contribute to a more longitudinal understanding effort, capable of contemplating the continuities and ruptures concerning the functioning of the Venezuelan State and economy, contained in the current crisis context, through an analysis guided by a bibliographic review of the productions that discuss Venezuelan history. For this, we went through three distinct moments in Venezuelan history: the rise and fall of the *Punto Fijo* pact; Venezuela under Chavez; and post-Chavez Venezuela. In the end, we argue that the current crisis is a crisis that arose from rentier technologies that were not overcome by the Bolivarian project.*

Keywords: *Rentism; Venezuelan Crisis; Bolivarianism.*

* Professor do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR) e do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

** Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).

1. A Venezuela antes do chavismo: uma crise enraizada

A Venezuela é um país historicamente assentado sobre o rentismo do petróleo. Qualquer análise minimamente responsável a respeito da vida política do país e de suas sucessivas crises de governabilidade, desde a consagração do pacto de *Punto Fijo* em 1958, devem levar isso em consideração (VILLA, 2005). O petróleo é um elemento estrutural na conformação e funcionamento do Estado venezuelano. A renda petrolífera foi tão determinante na consolidação do Estado nacional, em detrimento da estrutura política caudilhesca existente na Venezuela antes disso (MOREIRA, 2018), que existe até um conceito voltado para explicar essa relação: “Estado mágico”. Formulado pelo antropólogo venezuelano Fernando Coronil (1999), o conceito expõe a natureza simbiótica entre aqueles envolvidos na disputa de poder na Venezuela e a renda advinda da produção petrolífera, desde pelo menos a década de 1920. O “Estado mágico” é aquele que consegue converter os recursos brutos da terra em riqueza material para aqueles que se apropriam do Estado.

Essa peculiaridade advinda da abundância de petróleo fez com que a Venezuela, diferente de seus vizinhos, detivesse uma fonte natural robusta de dólares, na medida em que o recurso é desde o século passado “o principal motor do modelo de industrialização mundial” (MOREIRA, 2018); mas, ao mesmo tempo, também fez com que o país se tornasse mais vulnerável às flutuações cambiais (SALMERÓN, 2013).

Isto posto, tornam-se mais claras as tendências que orientaram as disputas políticas no interior do país: a conquista do Estado equivale a apropriação do excedente petrolífero, a despeito dos receios reais de forças políticas bem posicionadas no debate sobre os riscos advindos desse modelo (LIMA, 2014). Juan Pablo Pérez Alfonso, importante diplomata venezuelano e primeira pessoa a presidir a Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP ainda na década de 1970, prenunciou: “o petróleo nos trará a ruína. É o excremento do diabo. Estamos todos afundados no excremento do diabo” (BEATTIE, 2009).

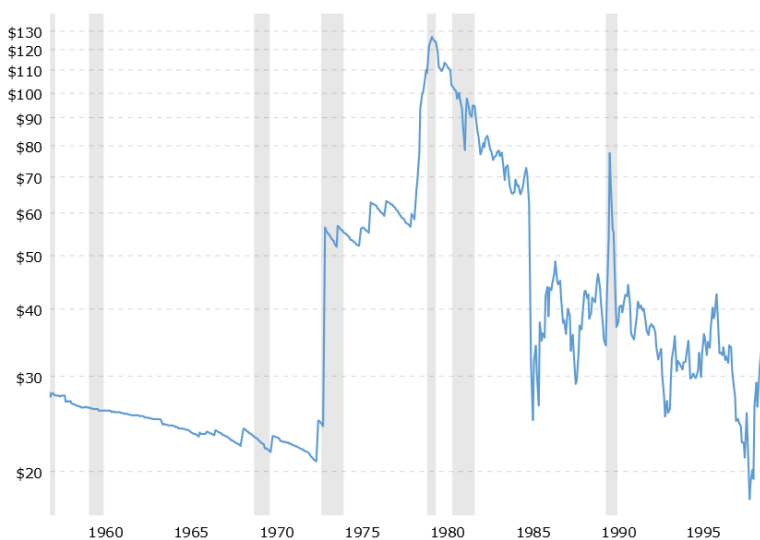
Recursos naturais em abundância não necessariamente se convertem em desenvolvimento para o país detentor desses recursos, como sugere a Teoria da Maldição dos Recursos. Em síntese, a Teoria da Maldição dos Recursos – ou *Resource Curse Theory* no original (NRGI, 2015) – postula que o excesso de um determinado recurso natural possui implicações de ordem política e econômica, no geral, negativas.

Ao considerar o princípio de que os agentes econômicos respondem a estímulos, isso se torna mais evidente. Como explica Lima (2011), em países em desenvolvimento,

comumente frágeis institucionalmente, as receitas elevadas oriundas da exploração de um determinado recurso abundante e valioso geralmente acabam se traduzindo em incentivos ao desperdício, à má gestão, à falta de transparência, e conseqüentemente à corrupção por parte dos agentes públicos, bem como a um baixo incentivo à diversificação produtiva, logo a um baixo índice de desenvolvimento econômico e a altos índices de dependência econômica do recurso em específico, entre outras coisas.

Vale destacar que esta “maldição” acaba por não amaldiçoar a todos. Beattie (2010) nos dá um bom exemplo ao mencionar o caso de Botsuana, que mesmo com suas imensas reservas de diamantes, soube gerenciar este recurso e resguardá-lo sob um bom nível de estabilidade institucional. Porém ao tratar de Venezuela não seria absurdo afirmar que o país não figura entre as exceções. Ao se observar *vis-à-vis* os períodos de crise de governabilidade e os períodos de intensa depreciação dos preços do petróleo bruto no mercado internacional, constata-se uma correspondência. É nesta correspondência que se expressam com mais nitidez as características de ineficiência e de corrupção existentes no sistema.

Tabela 1 — Preços internacionais do barril do petróleo correspondente ao período histórico do *puntofijismo* (1958 – 1999).



Fonte: Macrotrends.

A ascensão e queda do modelo *puntofijista*, cuja deterioração viabilizou a ascensão de Chávez ao poder, possuiu uma relação direta com a renda advinda da indústria petrolífera venezuelana. O Pacto de *Punto Fijo* foi um amplo arranjo político iniciado em 31 de outubro de 1958, com o fim da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, articulado pelos principais partidos do país, a Ação Democrática – AC e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente – COPEI, destinado a garantir a estabilidade política venezuelana por meio de uma alternância consentida entre ambos, sob a concordância do respeito às regras do jogo democrático.

Suas bases consistiram em um sistema partidário altamente institucionalizado liderado por indivíduos provenientes principalmente das classes médias urbanas (VILLA, 2005) e inscrito em um modelo de democracia representativa. O pacto instituiu regras de competição e sucessão de poder capazes de evitar grandes quebras de expectativa e perpassando as elites políticas, empresariais, militares e religiosas, tal como forças populares. Ficaram excluídos os atores vistos pelos arquitetos do modelo como desestabilizadores em potencial, leia-se: os partidos de esquerda radical, como o Partido Comunista Venezuelano que foi colocado na ilegalidade. Deste modo, viabilizou-se a distribuição equilibrada dos benefícios do poder (MOREIRA, 2018), evitando grandes ressentimentos que antes haviam levado o país a aventuras autoritárias.

Contudo, ao mesmo tempo em que a distribuição de benefícios entre um número amplo de *stakeholders* era o que conferia legitimidade ao modelo, era também o seu principal fator de vulnerabilidade. Pois o que chamamos de “benefícios”, nada mais eram do que partes da renda petrolífera.

O modelo *puntofijista* alcançou seu auge nos dez anos que sucederam o primeiro choque do petróleo, em 1973, surfando em uma alta histórica dos preços internacionais da *commodity*. Foi exatamente na área de rebentação da onda — com os preços do petróleo depreciando de US\$ 126,91, em junho de 1980, à US\$ 24,92, em março de 1986, em decorrência principalmente do abrandamento dos efeitos dos dois choques do petróleo (1973 e 1979) — que a sua insustentabilidade se fez evidente.

O fim do *boom* petrolífero foi prenunciado pelo *viernes negro*, em 18 de fevereiro de 1983, que lançou a Venezuela em uma crise econômica brutal.¹ Não poderia ser diferente, de acordo com Lins e Martins (2007), no momento do choque de 1973, 70,1% das receitas do país dependiam do petróleo. Logo, com os preços do petróleo

1 *Viernes negro* (sexta-feira negra) é como ficou conhecido o dia em que o bolívar sofreu uma violenta desvalorização cambial frente ao dólar.

altamente depreciados, não havia escapatória possível para a situação fiscal do país. Segundo Moreira (2018), a depreciação dos preços do petróleo diminuiu as receitas fiscais venezuelanas, por consequência as altíssimas dívidas contraídas nos anos de prosperidade não puderam ser honradas, e com isso os índices de empobrecimento da população só cresceram.

O esgotamento do modelo *puntofijista* não se explica somente por essa relação simplista com o preço do petróleo. Porém, todos os seus aspectos mantêm uma relação dialética com o rentismo petrolero, pois estavam simbioticamente ligados ao funcionamento do mecanismo de distribuição de benefícios oriundos dele. Como Moreira expõe, a implosão do modelo envolveu:

O esgotamento do sistema de representação centrado na hegemonia dos partidos tradicionais; o surgimento de novos atores políticos; e a deterioração econômica após o “milagre venezuelano” dos anos de 1970, que levou ao empobrecimento de amplos setores da população e à gradual frustração das expectativas de melhoria de vida (MOREIRA, 2018, p. 40).

Fatores claramente indissociáveis do modelo rentista acoplado à arquitetura política alicerçada em 1958.

Em razão da frustração social generalizada, uma série de revoltas de caráter popular tomaram conta do país a partir da década de 1980, transbordando para a década seguinte. A mais emblemática delas foi o *Caracazo*, ocorrida em 27 de janeiro de 1989, protagonizado pelos setores mais pobres da população Venezuelana (VILLA, 2005) em decorrência do aumento das tarifas de ônibus — que afetou o bolso das camadas urbanas menos abastadas —, e que acabou sendo respondida violentamente pelo Estado venezuelano (LIMA, 2014), deixando um rastro de mortes ainda a ser contabilizado.

Este cenário de intensa instabilidade e fragilidade social acabou por premiar novíssimos atores políticos, *outsiders* do sistema tradicional *puntofijista*. O principal deles, o então tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frias, tentou chegar ao poder primeiramente por um golpe militar em 1992, contra o então presidente Carlos Andrés Pérez, sem sucesso. Sua prisão fez-lhe nacionalmente conhecido, de modo que em determinado ponto havia se tornado o principal líder popular do país. A partir disso, não precisou mais mobilizar a força das armas para chegar ao poder, o voto popular lhe levou até Miraflores nas eleições nacionais de 1999, onde permaneceu por longos e turbulentos quatorze anos.

2. A Venezuela chavista: uma crise gestada

Rory Carroll (2013) em uma biografia sobre o líder venezuelano, cita um episódio extraordinário envolvendo Hugo Chávez, na iminência de ser empossado como presidente da Venezuela, e o escritor, prêmio Nobel de 1982, Gabriel García Márquez. O ano era 1999, ambos partiam em um voo de Havana para Caracas, e García Márquez havia sido incumbido da missão de traçar o perfil do jovem líder para uma revista colombiana. A conversa como um todo é digna de nota, mas o registro de García Márquez sobre a impressão geral daquela experiência foi profético:

Enquanto ele se retirava com seus guarda-costas, oficiais condecorados e amigos íntimos, fui tomado pelo sentimento de que acabara de viajar e ter uma conversa agradável com dois homens opostos. Um a quem os caprichos do destino deram a oportunidade de salvar seu país. O outro, um ilusionista que poderia entrar para os livros de história como apenas mais um déspota. (MÁRQUEZ, *apud* CAROL, 2013, p.13).

Não é nosso objetivo empreender uma análise circunscrita a figura de Hugo Rafael Chávez Frias, em caráter biográfico. O episódio supracitado serve apenas para assinalar a complexa personalidade do ex-presidente venezuelano, que a depender do observador — nas palavras do já mencionado biógrafo — pode ser retratado como tanto como “um herói, um demônio ou um palhaço” (CARROL, 2013).

O objetivo desta seção é identificar as continuidades e as discontinuidades concretas das estruturas político-econômicas do país na Era Chávez (1999-2013), e suas correlações com a mais recente crise da Venezuela. Partindo do pressuposto levantado na seção anterior de que a alta dependência do petróleo é o principal fator de vulnerabilidade da economia venezuelana, refletindo negativamente na sociedade e na política – e portanto traduzindo-se em crises de governabilidade.

Chávez, do ponto de vista político-institucional, representou uma ruptura com o modelo pactuado em *Punto Fijo* (MOREIRA 2018, VILLA, 2005). Para ele o *puntofijismo* se tratava de um modelo de funcionamento estatal rentista e clientelista a serviço de uma elite política permissiva com as concentrações de renda e de poder (BARROS, 2006).

Inicialmente, no plano retórico, Chávez propunha mudanças radicais nas estruturas do Estado e da economia Venezuelana. Ele reconhecia que o Estado venezuelano era profundamente dependente do petróleo, e já em seu programa de governo expunha a necessidade urgente de superar essa dependência mediante o

desenvolvimento de vantagens comparativas, diversificando a estrutura produtiva do país (MOREIRA, 2018; BARROS, 2006).

Parte de suas intenções foram expostas no Programa Econômico de Transição 1999-2000. Dentre algumas medidas de caráter setorial empreendidas por meio do programa podemos citar: a defesa dos preços do petróleo, viabilizada por uma articulação entre os membros da OPEP voltado para o controle de oferta do insumo, e protagonizada por Chávez; de fomento da atividade agrícola; e de fortalecimento da atividade industrial do país, priorizando as pequenas e médias indústrias (BCV, 2013). É importante sublinhar que a concepção e a execução desse programa se deu em um contexto de “restricionismo ortodoxo”, com pouco espaço de manobra para medidas mais radicais por parte de Hugo Chávez devido à presença ainda expressiva da elite *puntofijista* na máquina estatal, à base de apoio restrita que possuía no legislativo e à desfavorável situação de endividamento externo do país.

No geral, o balanço dos primeiros anos foi razoável. De acordo com Barros (2006), o PIB que acumulava 5% de queda entre 1998 e 1999, cresceu a uma taxa média de 3,5% em 2000 e em 2001; os gastos em educação que em 1998 representavam 3,2% do PIB chegaram a 4,7% em 2001; a formalização laboral que era de 46% em 1999 alcançou os 50% em 2001. Em contrapartida, os investimentos em infraestrutura não apresentaram aumentos expressivos, e o serviço da dívida pública cresceu de 5,1% a 6,1% entre 1998 e 2001.

Ao se analisar o período 2000-2010, marcado pelas sucessivas vitórias de partidos de esquerda de diferentes vertentes em toda a América Latina — fenômeno que ficou conhecido enquanto “onda rosa” —, constata-se que a Venezuela se inseriu em um quadro geral de bem-estar econômico. No referido período, observou-se não só o crescimento da renda dos cidadãos, mas também a redução das desigualdades e das taxas de pobreza na região (OSÓRIO, 2013).

Osório (2013) ao analisar dados do Banco Mundial, expõe que no caso específico da Venezuela, a RNB *per capita* em PPC, entre 2000 e 2010, foi de US\$ 8.300 para US\$ 12.000, apresentando um crescimento anual médio de 3,6% desses indicadores. Positivo, mas abaixo da média de 4,9% da região. Quanto à desigualdade, de acordo com o coeficiente de Gini, a Venezuela saiu dos 47,2 pontos para os 44,7 entre 2001 e 2010, com uma redução média anual de 1% no índice de desigualdade, acima da média de 0,89% da região.

Por último, vale apresentar os movimentos dos índices de pobreza extrema. A Venezuela observou a porcentagem de sua população em situação de pobreza extrema decrescer de 9,5%, em 2001, a 6,6%, em 2010 (OSÓRIO, 2013). Com

uma redução média anual de 7% no período analisado. Contudo, é necessário que se contemple os deslocamentos sociais e políticos subjacentes, pois os números tendem a dissimular uma substância sócio-política efervescente e potencialmente desestabilizadora.

Os resultados positivos apresentados foram consequência direta de amplas políticas sociais promovidas pelo regime chavista. Inicialmente, devido ao reduzido espaço de manobra política e institucional que Chávez possuía, políticas redistributivas mais arrojadas estavam fora da ordem do dia. Mas com a aprovação popular da nova constituição do país, em novembro de 1999 — manobra operada politicamente pelo próprio Chávez — os ventos se tornassem favoráveis as suas aventuras:

Em comparação com a Constituição de 1961, a nova Carta ampliou e fortaleceu os poderes do presidente da república, que passou a ter um mandato de seis anos, com possibilidade de reeleição por um período adicional (na Constituição de 1961, o mandato era de cinco anos, sem reeleição). O chefe de Estado e de governo teria, portanto, um horizonte de poder de doze anos, em comparação com os cinco anos previstos anteriormente. Mais tarde, outro referendo popular realizado em 15 de fevereiro de 2009 eliminaria limites para reeleições sucessivas e consolidaria a figura do presidente como a principal instituição do Estado (MOREIRA, 2018, p. 59).

Além disso, o executivo adquiriu um controle maior sobre as Forças Armadas, politizando estruturalmente a instituição, e ampliou enormemente sua base aliada no Parlamento nas eleições de julho de 2000.

Os amplos poderes do presidente assustaram a oposição, que não demorou muito a reagir. Após uma frustrada tentativa de golpe em 2002, por parte dos setores patronais a frente da Federação de Câmaras de Comércio e Produção — *FEDECÁMARAS* e da Petróleos de Venezuela S. A. — PDVSA — que chegou a alijar Chávez do poder por 48 horas — a legitimidade do tenente-coronel ante as classes populares apenas se consolidou, para prejuízo da imagem de uma oposição agora vista enquanto golpista e associada fortemente ao passado *puntofijista*.

Com Chávez desfrutando dessa ambiência favorável, não demorou muito para que começasse a executar movimentos mais ousados. Entre 2002 e 2003, iniciou as *misiones*, planos sociais voltados para atender certas necessidades básicas de setores da classe baixa e da classe média-baixa (VILLA, 2005). As *misiones* envolviam programas de saúde básica, venda de cestas básicas com preços subsidiados e distribuição gratuita de alimentos para indivíduos em situação de miserabilidade, programa de alfabetização, reingresso e estímulo à educação superior.

Programas redistributivos e assistencialistas demandam um nível substancial de recursos. Para viabilizá-los criaram-se fundos de investimentos, como o Fundo de Desenvolvimento Nacional – FONDEN (MOREIRA, 2018) e o Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País – FONDESPA (BARROS, 2006). A nova Lei de Hidrocarbonetos, criada a partir de um mecanismo incluído na nova constituição que permitia o presidente legislar, permitiu que Chávez detivesse mais controle sobre o setor petroquímico venezuelano, viabilizando essas estratégias.

Ambos os fundos captavam recursos diretamente das reservas internacionais do Banco Central da Venezuela e da PDVSA. De acordo com Moreira (2018), entre 2005 e 2011, somando os recursos obtidos somente da PDVSA, o montante estimado é da ordem dos US\$ 42,3 bilhões, tudo isso em um contexto de baixíssima eficácia dos instrumentos de supervisão, de fiscalização e de transparência.

Se a vida estava melhor para os mais pobres, imagine para os amigos do comandante, os *boligarvas*, como eram chamados os membros da nova elite política: uma fusão entre bolivarianista e oligarca. Segundo Carrol estes:

Compravam utilitários, apartamentos duplex, engenhocas eletrônicas, iates. Alugavam o antigo Hilton [...] na Ilha Margarita, para aniversários e casamentos. Para festas em Caracas, alugavam a Quinta Esmeralda, um salão de banquetes em falso estilo rústico que cobrava 300 mil dólares por recepção e tinha reservas para o ano inteiro [...] Tudo isso regado a muito uísque importado (CARROL, 2013, p. 121).

O fato é que a dependência da renda oriunda do petróleo nunca foi superada. A Venezuela, como boa parte dos países latino-americanos entre 2003 e 2008, foi favorecida por uma altíssima demanda internacional de seu produto primário principal, período que ficou conhecido como *boom das commodities* (2000-2014), alavancado principalmente pelas importações chinesas.

As mudanças socioeconômicas apresentadas mantiveram-se umbilicalmente ligadas com a renda petroleira. Bem como, fragilidades históricas se mantiveram, como a péssima relação do país com a inflação. A renda do petróleo continuou servindo de suporte para ampliação da base monetária a serviço da dívida no país: em um ambiente de alta demanda agregada, fugir da inflação de dois dígitos não foi possível. Segundo Lins e Martins (2007), o crescimento de dois dígitos observado entre 2003 e 2008, acabou sendo distorcido pela inflação no mesmo período, o que indica o quão efêmera era a prosperidade que se vivia.

Das doze economias latino-americanas estudadas por Osório (2013), a Venezuela foi a única que não apresentou sinais de recuperação nos dois anos posteriores após a crise financeira internacional de 2008.

Em 2010, a política de preços administrados (medida adotada pelo governo para dissimular o perfil da inflação no país frente aos consumidores, em grande parte envolvendo subsídios estatais oriundos da renda petroleira) se mostrou evidentemente contraproducente. Os preços ao consumidor aumentaram 27% e continuam crescendo no ano seguinte. Em 2011, os preços dos alimentos já eram nove vezes maiores do que eram no início do controle (MEDIEVAL, 2011).

No ano da morte de Hugo Chávez, 2013, a Venezuela já era a economia mais disfuncional da América Latina (CORRALES, 2013). Ainda segundo Corrales (2013), dois movimentos contrários ocorriam na Venezuela a essa altura: o primeiro diz respeito aos níveis de reserva e aos preços de exportação, que encontravam-se em altas históricas; e, o segundo, corresponde ao declínio do nível de produtividade do setor, a ponto do país ter de começar a importar gasolina, um artigo historicamente abundante na Venezuela.

3. A crise sob Maduro: aprofundamento e repercussões

Nicolás Maduro Moros galgou à presidência da república sob uma série de inconsistências legais, que de imediato colocaram sob suspeita sua legitimidade. Afinal, como Bastos e Obregón (2018) explicam, segundo a constituição do país seriam necessárias novas eleições trinta dias após a morte do presidente, não só isso: o fato do presidente eleito não ter chegado a tomar posse impediria a interinidade do vice-presidente, estando o exercício do executivo sob responsabilidade do presidente da Assembleia Nacional até a realização de novas eleições.

Contrariando todas as disposições constitucionais, Maduro permaneceu onde estava, um lugar, diga-se de passagem, pouquíssimo agradável. Em 2013, as condições materiais da Venezuela não eram nada salutares, faltavam produtos básicos de subsistência nas gôndolas dos supermercados, o setor elétrico estava em crise, a inflação cada vez mais aguda, o câmbio desvalorizado, o PIB em decadência, os lucros do setor privado sendo limitados por decreto e uma quantidade cada vez maior de preços sendo controlados pelo governo (BASTOS, OBREGÓN, 2018). Porém isto era apenas o esboço da tragédia.

Os autores ainda salientam que o avanço cada vez mais agressivo por parte do regime sobre iniciativa privada fez com que os setores não petrolíferos da economia assumissem uma postura combativa. Os boicotes por parte do empresariado agravaram as condições gerais de vida da população e a economia como um todo, lançando o país em uma dependência progressivamente maior da atividade petroleira,

portanto mais frágil às oscilações dos preços internacionais da *commodity*: no ano de 2014, o petróleo cru representou 82,9% das exportações venezuelanas, segundo dados do *The Observatory of Economic Complexity*.

O ano de 2014 é um marco fundamental para compreender os aspectos econômicos da crise venezuelana. O preço do barril de petróleo, que em janeiro era negociado a US\$ 108,51, chegou a US\$ 59,02 em dezembro. Uma análise da *The Economist* à época elencou quatro componentes da depreciação brusca do preço do petróleo naquele ano:

Quatro coisas estão afetando o cenário. A demanda está baixa devido à fraca atividade econômica, ao aumento da eficiência e a uma mudança crescente do petróleo para outros combustíveis. Em segundo lugar, a turbulência no Iraque e na Líbia – dois grandes produtores de petróleo, que juntos produzem quase 4 milhões de barris por dia – não afetou sua produção. O mercado está mais otimista quanto ao risco geopolítico. Em terceiro lugar, a América se tornou o maior produtor mundial de petróleo. Embora não exporte petróleo bruto, agora importa muito menos, criando uma grande oferta sobressalente. Finalmente, os sauditas e seus aliados do Golfo decidiram não sacrificar sua própria participação de mercado para restaurar os preços. Eles poderiam reduzir drasticamente a produção, mas os principais benefícios iriam para países que eles detestam, como Irã e Rússia. (THE ECONOMIST, 2014, tradução nossa).

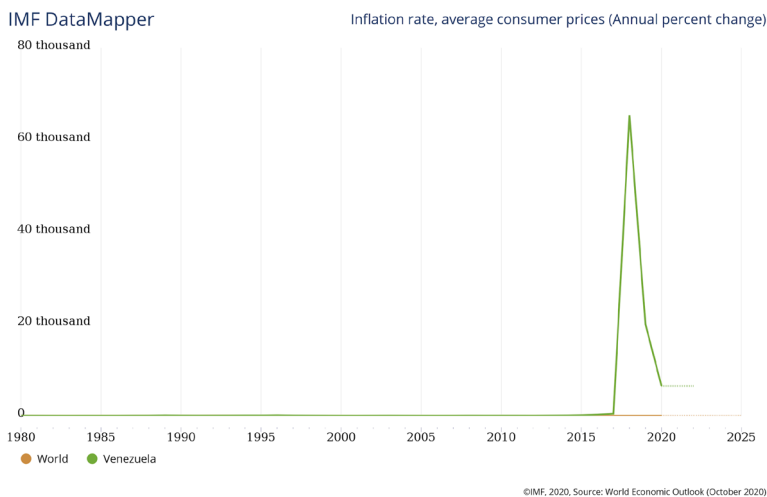
Impasses dentro das negociações da OPEP em novembro de 2014 também acabaram por prejudicar os acordos de restrição da produção, capazes de deprimir a oferta, equilibrando com isso os preços no mercado internacional (THE ECONOMIST, 2014). O resultado foi uma queda vertiginosa dos preços do petróleo cru, principal item de exportação da Venezuela.

Porém nada parecia ser dramático demais para o governo venezuelano. A conduta político-econômica anti-estratégica continuou. As forças de mercado permaneceram sob forte controle do governo, que controlava preços e limitava lucros, e que em última instância não vislumbrou outra saída senão um recrudescimento de uma retórica revolucionária e de uma postura cada vez mais autoritária, que por sua vez não possuíam lastro algum com as condições materiais do país. Em outras palavras, o que restou foi a manutenção de uma estrutura produtiva disfuncional subjacente a um discurso político apelativo.

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional, a inflação, que já atingia os dramáticos 62,2% no ano de 2014, chegou aos 121,7% em 2015, explodindo para os inacreditáveis 65.370.000% em 2018. Os preços ao consumidor aumentaram 1400%

em 2016, o Bolívar perdeu 98% do seu valor entre 2013 e 2016 e o trabalhador venezuelano precisava trabalhar em média quarenta horas para comprar 1 kg de açúcar (SANTOS, 2017).

Tabela 2 — Hiperinflação na Venezuela



Fonte: Fundo Monetário Internacional.

O mal-estar generalizado na sociedade venezuelana repercutiu no resultado das eleições parlamentares de 2015. A Mesa da Unidade Democrática, uma ampla frente de oposição, conquistou 112 cadeiras na Assembleia nacional, contra os 51 assentos conquistados pela situação (PSUV). O poder Eleitoral da Venezuela (que possui mais dois outros poderes além dos tradicionais Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo um o Eleitoral e o outro o Cidadão),² acabou por suspender esse resultado alegando irregularidades. Obviamente isso só serviu para agravar a insatisfação da oposição e das massas descontentes, bem como levar o país a um nível crítico de governabilidade sem precedentes.

Os preços internacionais do petróleo, porém, não foram os únicos fatores exógenos a dificultar a vida do regime. Em 2016, Donald J. Trump saiu vitorioso da corrida presidencial americana, prometendo endurecer o cerco contra Nicolás

2 O Poder Cidadão foi criado a princípio para operar um arranjo institucional capaz de inibir a corrupção no país, já o Poder Eleitoral é a autoridade máxima do país no que concerne à resolução de conflitos em processos eleitorais.

Maduro. Vale ressaltar que as relações entre EUA e Venezuela, desde a vitória de Hugo Chávez, nunca foram amigáveis. Em um episódio emblemático, Chávez chegou a comparar o então presidente americano George W. Bush ao diabo. Em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2006, proferiu: “Ontem o diabo esteve aqui, neste mesmo lugar. Esta mesa de onde tenho de me pronunciar ainda cheira a enxofre!”.

A materialização do endurecimento contra o regime chavista, por parte da administração Trump, se deu principalmente por meio de sanções econômicas. Weisbrot e Sachs (2019) oferecem uma perspectiva consistente a respeito dos desdobramentos das mesmas: as primeiras, de agosto de 2017, tornaram proibitivas as contrações de empréstimos por parte do governo venezuelano no mercado financeiro americano, inviabilizando a reestruturação da dívida externa do país e colapsando a produção de petróleo daquele ano, em decorrência da falta de crédito necessária para cobrir os custos operacionais e realizar novos investimentos na indústria petrolífera nacional.

Já as segundas, de janeiro de 2019, vetaram a venda de petróleo venezuelano para os EUA, fazendo com que as importações americanas da *commodity* chegassem a zero em março. No ano anterior, os EUA haviam sido responsáveis por mais de 1/3 das exportações de petróleo venezuelano, depois das sanções as receitas de exportação do petróleo caíram 67,2% em relação a 2018.

Para Weisbrot e Sachs (2019), o ônus das sanções americanas recaíram mais sobre a população civil do que sobre o governo, mostrando-se tragicamente contraproducentes. Para *policymakers* importantes, como por exemplo John Bolton (2020), conselheiro de Segurança Nacional dos EUA à época, a tática de sanções econômicas eram uma escolha “natural”. De todo modo, os constrangimentos externos e internos ao regime resultaram em uma deterioração dos meios de vida da população.

O país observou os índices de tráfico humano e sexual explodirem e a violência se tornar uma das mais endêmicas do planeta (JOHN, 2019). De acordo com dados da UNICEF a taxa de mortalidade infantil cresceu de 17,6 por mil nascimentos em 2013, para 24,2 por mil em 2018. Em 2017, 73 venezuelanos morriam de morte violenta por dia no país, acumulando uma taxa de 89 homicídios por 100 mil habitantes — El Salvador, país conhecido por seus altos índices de homicídio, acumulou no mesmo período 60,7 homicídios por 100 mil habitantes (OSAC, 2018). Ainda em 2017, o país observou a sua população perder em média 11 quilos ao longo

do ano, em decorrência da escassez de comida e dos seus altos preços (SEQUERA, 2018), algo que se traduziu em episódios da mais profunda indignidade, com a população tendo que recorrer ao lixo para se alimentar.

Em 2018, Nicolás Maduro conseguiu se reeleger mesmo diante de um cenário de descontentamento, o que fez com que a oposição e alguns atores da comunidade internacional contestassem os resultados sob suspeita de fraude. A resposta da oposição foi a mais atrapalhada: no dia 23 de janeiro de 2019, Juan Guaidó, do partido *Voluntad Popular*, se autoproclamou presidente interino da Venezuela, baseado no art. 233 da Constituição Venezuelana, que expõe que na falta absoluta do presidente – em caso de renúncia, destituição decretada pelo *Tribunal Supremo de Justicia de la República Bolivariana de Venezuela* (TSJ), morte, incapacidade física ou mental permanente – a presidência da República fica sob interinidade do presidente da Assembleia, que por sua vez é obrigado a convocar novas eleições o mais rápido possível.

Guaidó foi prontamente reconhecido pelo governo americano, o que não era algo novo na história venezuelana: durante a tentativa de golpe de estado em 2002, na qual Hugo Chávez foi sequestrado, o presidente da Fedecámaras, Pedro Carmona, foi nomeado presidente da Venezuela e prontamente reconhecido pelo governo Bush. Logo no quinto mês após a autoproclamação de Guaidó já era perceptível que a oposição voltava a perder fôlego.

Nesse ínterim, entre 2016 e 2021, a Venezuela produziu mais de 5.6 milhões de refugiados,³ superando os números da Síria e deslocando o eixo da crise migratória global da Europa para a América do Sul. Mais 5.6 milhões de pessoas: mulheres, homens e crianças; de todas as cores, idades, gêneros, religiões e condição social, que esmagadas entre uma situação autoritária e corrupta e uma oposição golpista, incompetente e desarticulada – ambas com os pés fincados em um chão histórico que mais se assemelha a um cadafalso – foram obrigadas a fugir, mas não só, talvez mais dramaticamente ainda: desistir de seu país.

Conclusão

Entendemos que a tragédia bolivariana trata-se de uma tragédia rentista revisitada. O que diferencia esta de todas as outras é o seu conteúdo ideológico, que acabou por impor um duplo constrangimento à Venezuela dentro de uma ordem

3 Dados referentes ao dia 5 de março de 2021, de acordo com a plataforma R4V. Disponível em: Situación Respuesta a los Venezolanos (r4v.info).

internacional liberal. Seria o drama venezuelano a crônica de uma crise anunciada, portanto? Demandaria uma boa dose de desonestidade intelectual para tecer tal afirmação. O fato é que as disfuncionalidades do Estado venezuelano, alicerçado no rentismo petrolífero, já eram percebidas por observadores atentos – que deram a “sorte” de no futuro verem confirmados seus maus presságios.

A Venezuela em crise sob Nicolás Maduro converteu-se em um espantinho ideológico, em uma caricatura. A tendência geral do entendimento sobre a tragédia do país deriva hoje das marcas deixadas pelo bolivarianismo. O que buscamos reiterar com nossa contribuição é a necessidade de um olhar mais atento e demorado das tecnologias rentistas sobre as quais o Estado venezuelano está involucrado, anteriores, vale sublinhar, a aventura bolivarianista. Isto é: a reflexão sobre a crise venezuelana impõe a tarefa de prestigiar estruturas que superam o processo histórico iniciado por Hugo Chávez Frías, hoje protagonizado por Nicolás Maduro.

Isso não se trata de eximir os atores da atual conjuntura de parte da responsabilidade pela prostração do país caribenho. Afinal, o estilo bolivariano de governar, que perpassou a reciclagem do aparato rentista do Estado e o reaparelhamento deste por parte de uma elite “revolucionária” que logo se acomodou aos aconchegos do poder, não foi capaz de superar a condição estrutural que já havia levado o país à crise. Trata-se de incentivar uma leitura mais extensiva da crise atual, capaz de subsidiar ações mais efetivas face a uma complexidade que transborda o momento histórico presente.

Referências Bibliográficas

BARROS, P. S. Chávez e Petróleo: Uma Análise da Nova Política Econômica Venezuelana. *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo, vol. 2, p. 209 - 237, 2006.

BASTOS, J. P. B.; OBREGÓN, M. F. Q. Venezuela em Crise: o que mudou com Maduro? *Derecho y Cambio Social*, 2018.

BEATTIE, A. *Falsa Economia, uma surpreendente história econômica do mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOLTON, J. *The Room Where It Happened: A White House Memoir*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2020.

CARROL, R. *Comandante: A Venezuela de Hugo Chávez*. São Paulo: Intrínseca, 1ª edição, 2013.

CORONIL, F. *El Estado Mágico: Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Caracas: Editorial Alfa, 2016.

CORRALES, J. The House That Chávez Built. *Foreign Policy*, Washington D.C, 2013. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2011/08/20/medieval-policies>. Acesso em 14 nov. 2020.

JOHN, M. Venezuelan economic crisis: crossing Latin American and Caribbean borders. *Migration and Development*, vol. 8, nº. 3, 437–447, 2019.

LIMA, A. M. *Perspectivas da Política Petroléira Venezuelana no Cenário Internacional*. Monografia (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Roraima. Roraima, 2014.

LIMA, M. A. P. A Teoria da Maldição dos Recursos Naturais e a Nova Agenda de Pesquisa. Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI, Anais do 3º *Encontro Nacional da ABRI*, São Paulo, 2011.

LINS, E.; MARTINS, S. *Preço de commodities e política macroeconômica: As experiências de Chile e Venezuela*. Monografia (Graduação) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MEDIEVAL policies, another step forward from Hugo Chávez. *The Economist*, Londres, 2011. Disponível: <https://www.economist.com/the-americas/2011/08/20/medieval-policies>. Acesso em 14 nov. 2020.

MOREIRA, G. B. *A Política Regional da Venezuela entre 1999 e 2012*. Brasília: FUNAG, 2018.

NRGI – NATURAL RESOURCE GOVERNANCE INSTITUTE. *The Resource Course, the Political and Economic Challenges of Natural Resource Wealth*. NRG Reader, 2015.

OSAC – OVERSEAS SECURITY ADVISORY COUNCIL. Venezuela 2019 Crime & Safety Report. *Country Security Report*, 2018. Disponível em: <https://www.osac.gov/Content/Report/cf40a950-40e4-4787-8084-15f4ae5d91d7>. Acesso em 22 nov. 2020.

OSÓRIO, R. G. Bem-Estar, Desigualdade, e Pobreza em 12 Países da América Latina. *Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas*, Brasília, 2013.

SALMERÓN, V. *Petróleo y desmadre: de la Gran Venezuela a la Revolución Bolivariana*. Caracas: Editorial Alfa, 2013.

SANTOS, M. A. Venezuela: Running on Empty. *Dabates: Venezuela, Latin American Studies Association Forum*, vol. 48, 2017.

SEQUERA, V. Venezuelans report big weight losses in 2017 as hunger hits. *Reuters, Healthcare & Pharma*, 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-food-idUSKCN1G52HA>. Acesso em 22 nov. 2020.

VILLA, R. D. Venezuela: Mudanças Políticas na Era Chávez. *Estudos Avançados*, vol. 55, nº 19, 2005.

WEISBROT, M.; SACHS, J. *Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O Caso da Venezuela*. Center for Economic and Policy Research, Washington D.C, 2019.

WHY THE OIL price is falling. *The Economist*, Londres, 2014. Disponível em: <https://www.economist.com/the-economist-explains/2014/12/08/why-the-oil-price-is-falling>. Acesso em 18 nov. 2020.

ARTIGO

A QUESTÃO CHAVISTA NA HISTORIOGRAFIA

Resumo

O artigo tem o objetivo de apresentar um mapa historiográfico acerca do período chavista na Venezuela, situando como diversos intelectuais pensam e problematizam as questões relacionadas a natureza do regime político venezuelano após a chegada de Chávez ao poder político em 1998, assim como a própria dinâmica das lutas de classe no país e a forma como os diferentes atores sociais e políticos se alinharam em relação às políticas neoliberais. Por fim, esperamos oferecer aos interessados na história recente venezuelana uma ferramenta que abarque diversas leituras e arcabouços teóricos que possam auxiliar nas reflexões críticas acerca dos processos políticos e sociais vigente no país.

Palavras-chave: Venezuela; Hugo Chávez; Historiografia

Resumen:

El artículo tiene como objetivo presentar un mapa historiográfico sobre el periodo chavista en Venezuela, situando cómo diversos intelectuales piensan y problematizan cuestiones relacionadas con la naturaleza del régimen político venezolano después de la llegada de Chávez al poder político en 1998, así como la dinámica de luchas de clase en el país y la forma en que los diferentes actores sociales y políticos se alinearon en relación con las políticas neoliberales. Finalmente, esperamos ofrecer a aquellos interesados en la historia venezolana reciente una herramienta que abarque varias lecturas y marcos teóricos que puedan ayudar en las reflexiones críticas sobre los procesos políticos y sociales vigentes en el país.

Palabras llave: Venezuela; Hugo Chavez; Historiografía

* Graduado em História pela Unesp, Mestre em História pela PUC-SP e Doutor em História pela PUC-SP.

Introdução

O objetivo do artigo é apresentar algumas interpretações sobre o governo Chávez feitas por autores de diferentes filiações ideológicas, com o objetivo de mapear parte da produção historiográfica acerca do fenômeno político conhecido como chavismo. Tal exercício é relevante em um momento em que é crescente o interesse pela história venezuelana em universidades brasileiras, com o crescente número de pesquisas relacionadas ao país e, em particular, ao período em que Hugo Chávez esteve na presidência e sobre a atual crise venezuelana.

Em que pesem as divergências, a historiografia parecer ter encontrado algum consenso no que diz respeito ao início do processo que resulta na vitória eleitoral de Chávez, sendo este o desgaste do *pacto de Punto Fijo*¹ e o esgarçamento da frágil relação entre o Estado e sociedade no país, um retrato do capitalismo rentista venezuelano que tem como principal agente modernizador o próprio Estado, que, como afirma Coronil (2017), é mágico, no sentido em que controla sua principal riqueza, o petróleo.

Assim, tanto o Estado venezuelano como as correlações de forças sociais que marcaram a sociedade da Venezuela, durante o século XX e início do século XXI, devem ser entendidos a partir dos caminhos trilhados pelas forças políticas e sociais no país no decorrer do processo histórico que possibilitou a formação de um Estado dependente, que atuou durante boa parte do século passado no sentido de facilitar a entrada de empresas estrangeiras no país e consolidar a hegemonia de uma burguesia vinculada ao Estado e à estatal petrolífera Petróleo de Venezuela (PDVSA) que, em contrapartida, negligenciou as demandas populares por mais direitos sociais, políticos e econômicos, atendendo às demandas do capital internacional, em especial, o sediado nos EUA. Tal fato gerou uma burguesia completamente atrelada aos interesses do capital internacional e que manteve, por todo o século XX, sua taxa de lucros à custa do trabalho e dos ganhos da extração do petróleo.

As crises capitalistas dos anos de 1980 e 1990 e a adoção de políticas neoliberais acabaram por destruir a frágil base social do *puntofujismo*, resultando no maior movimento venezuelano de insurreição popular no século XX, o *Caracazo* (1989),

1 A vitória de Chávez em 1998 marcou o fim do chamado *Pacto de Punto Fijo*, nome dado a democracia venezuelana que foi instalada em 1958 após a derrocada do então ditador Perez Jimenez. Tal sistema político era baseado no revezamento no poder entre os dois principais partidos políticos do país, a *Accion Democrática* e o COPEI, que, aproveitando dos recursos naturais venezuelanos e a aproximação com os EUA durante a Guerra Fria, conseguiram manter a democracia representativa sem a necessidade de golpes militares e massacrar os movimentos de esquerda, como a guerrilha venezuelana, por exemplo (SALGADO, p.59, 2017).

quando a população tomou as ruas de diversas cidades do país promovendo saques e reivindicando o fim das políticas neoliberais na Venezuela.

É nesse contexto de crise institucional, política e econômica que Hugo Chávez se torna um ator político importante no país, em condições de dialogar com setores sociais antes excluídos pelos partidos *puntofujistas*. Com um discurso que negava os partidos tradicionais e prometendo refundar a República, Chávez foi eleito no ano de 1998 para o cargo de presidente da República.

Uma vez no governo, Chávez enfrentou o acirramento da ação oposicionista quando tocou na estrutura fundante do Estado venezuelano, que mantinha os privilégios de classe no país, o petróleo. Buscando impor uma maior presença do Estado na extração do petróleo e reverter parte dos ganhos em programas sociais que melhoraram a vida da maioria dos venezuelanos, se distanciando dos pressupostos de livre iniciativa e liberalizantes preconizados pelo neoliberalismo, sendo o suficiente para que a oposição adotasse uma furiosa campanha contra o governo chavista, acusando-o de ditador, autoritário, populista e até mesmo fascista.

No entanto, Chávez não conseguiu alterar a base estruturante da sociedade e da economia venezuelanas: a dependência do petróleo. As bases econômicas que norteiam a correlação de forças sociais e políticas no país se mantiveram inalteradas durante os governos chavistas, ou seja, a Venezuela continuou dependente do mercado externo, sem apresentar alternativas internas de desenvolvimento autônomo. Isso faz com que o país mantenha a fragilidade frente ao “humor dos mercados”, que é determinado nos grandes centros de capitalismo avançado, os quais fazem oposição ao governo venezuelano.

É sob esse pano de fundo que buscaremos mapear a produção historiográfica sobre o período em questão.

1.1 A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO

O historiador Fernando Damasceno oferece uma interpretação que busca fazer uma crítica à esquerda ao governo Chávez. Para o autor, “Chávez foi um traidor da classe operária”, que aprofundou as políticas neoliberais introduzidas no país nos anos de 1980 e 1990 em especial no setor mais importante da econômica venezuelana, o petroleiro. A pesquisa apresentada pelo autor no livro *A face oculta da Venezuela* (2015), utiliza como fontes, uma série de entrevistas com militantes sindicalistas e membros de movimentos sociais para demonstrar, a partir da ação de funcionários da PDVSA na paralisação de 2002, como o movimento operário salvou o governo Chávez dos ataques da oposição através de sua atuação independente.

Damasceno defende que, para se entender o nível da luta de classes na Venezuela, era necessário retomar o contexto deixado pelas políticas adotadas durante o *Pacto de PuntoFijo* e pela adoção de planos de reestruturação econômica impostos pelo FMI que resultou no rebaixamento da qualidade de vida da população, situação que possibilitou a organização da classe trabalhadora durante o *Caracazo*.

Frente ao avanço e ao recrudescimento da oposição ao governo bolivariano, o autor coloca que a classe trabalhadora se organizou para defender o governo que acreditava estar ao seu lado contra a antiga oligarquia. Para o autor, é essa organização que consegue vencer o golpe de 2002 e recolocar Chávez no palácio de Miraflores (DAMASCENO, 2015, p. 115).

A intenção da oposição, já que o golpe militar em 2002 não foi bem-sucedido, foi paralisar economicamente o país através da interrupção da produção do petróleo, levando a uma crise econômica que resultaria em uma onda de violência e no esgotamento do governo bolivariano. Para tal, a oposição contava com altos funcionários da PDVSA e com a atuação de grandes empresários, que buscaram dificultar e até mesmo interromper completamente o funcionamento de estabelecimentos comerciais, criando uma situação de carestia na população.

Damasceno afirma que tal estratégia só não foi um sucesso porque contou com a oposição firme e organizada da classe trabalhadora, que ocupou a refinaria de *Puerto la Cruz* e reestabeleceu a produção, possibilitando ao governo um tempo maior para conseguir contornar a crise. O autor oferece um detalhado relato, com diversas entrevistas e relatos da imprensa, de como se deu a ocupação e o retorno das atividades na refinaria, sendo que “efetivamente, dessa vez o governo Chávez somente se sustentou graças à intervenção desses operários petroleiros e ao apoio popular” (2015, p.348).

A tese central do autor nesse aspecto é a de que os operários conseguiram subverter a ordem social burguesa, tanto no aspecto ideológico, em particular no aspecto meritocrático que norteava as promoções e os cargos dentro da PDVSA, como na própria contestação da propriedade privada dos meios de produção, uma vez que os operários conseguiram, mesmo com as dificuldades inerentes a um momento de acirramento da luta de classes, tomar para si a produção e a distribuição do petróleo na refinaria. Nesse sentido, Damasceno compara o controle operário em *Puerto la Cruz* com os “Comitês de Fábricas” teorizados por Trotsky em seu Programa de Transição (DAMASCENO, 2015, p. 398).

Para o autor, essa postura combativa e independente dos movimentos populares era uma ameaça para a burguesia venezuelana, uma vez que o fracasso da paralização

dos petroleiros significava sua segunda derrota em menos de um ano e, ao mesmo tempo, um enfraquecimento do governo Chávez, que não conseguia controlar as forças sociais. Assim, Chávez teria passado a adotar uma série de medidas para inviabilizar o aprofundamento da organização operária e popular que havia derrotado o golpe e o paro petroleiro, representando um entrave para a participação direta operária nas decisões da vida pública venezuelana (DAMASCENO, 2015, p. 408).

A análise de Damasceno se aproxima das leituras de que atribuem a Chávez a pecha de populista, já que chama a atenção para o discurso, para o carisma e para a personalidade de Chávez, que conseguia atingir “as mentes e corações dos mais bem-intencionados e abnegados lutadores” (2015, p. 413). Em outro momento a análise se aproxima do bonapartismo, no sentido em que Chávez age no intuito de defender os interesses burgueses enquanto atua para interromper o avanço da classe operária.²

Segundo Damasceno, o neoliberalismo de Chávez se torna evidente com a política de internacionalização da PDVSA, que tem como objetivo diminuir os direitos trabalhistas, aumentando assim a taxa de lucro da burguesia e a entrega das riquezas naturais do país para as empresas. Dessa forma, o chavismo poderia ser caracterizado como um governo de conciliação de classes, em que o Estado “deseja fortalecer as relações capitalistas e criar um mercado interno mais dinâmico”. Assim, o autor considera que os programas sociais, marcas do governo bolivariano, são políticas compensatórias e assistencialistas que cumprem um papel negativo na dinâmica das lutas de classe, uma vez que desmobiliza e coopta as organizações sociais independentes, inviabilizando a construção de uma consciência de classe no país.

1.2 A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E O “CAPITALISMO DE LAS CALLES”

Se Damasceno considera o governo Chávez neoliberal, o cientista social Wallace Moraes chega a uma conclusão diferente ao comparar o governo venezuelano com

2 A categoria “bonapartismo” faz referência a obra *18 Brumário de Luis Bonaparte*, de Karl Marx, em que o autor analisa o golpe de Estado dado por Bonaparte em 1851, em um contexto após as revoluções de 1848. Nesse sentido, além da grande discussão que envolve a categoria em questão, essa se relaciona com um contexto em que a situação das lutas de classe oferece risco real para a ordem burguesa, que nesse sentido, abre mão do poder político de Estado para defender seus interesses de forma conjunta através de um “bonaparte”. No caso latino-americano, Trotsky buscou entender a especificidade do continente através do *bonapartismo sui generis*, que se manifesta de duas maneiras. A primeira através da repressão aberta do Estado contra setores considerados subversivos. A segunda, o bonapartismo se manifesta em situações não ditatoriais, quando o Estado visa conter a ameaça a ordem capitalista adotando reformas políticas para incorporar as massas à esfera política (DEMIER, 2012, p. 29).

o período em que o Brasil foi governado por Lula em sua obra *Brasil e Venezuela: histórico das relações trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez* (2011).

O autor considera que não é possível entender o desenvolvimento capitalista na Venezuela sem levar em consideração a importância do petróleo para a sua balança comercial, já que, desde que foram descobertas, o Estado direcionou suas ações para explorar a extração e a exportação do produto. Portanto, o país praticamente abandonou a produção agrícola e vivenciou uma frágil industrialização, o que resultou em uma organização operária tardia.

Com um país totalmente dependente do petróleo, a burguesia venezuelana se constituiu também dependente do Estado, enquanto a classe trabalhadora se alinhou com princípios reformistas, uma vez que “o caráter rentista da economia moldou uma sociedade e um aparelho de Estado acostumados à riqueza fácil e dependentes, em extremo, do vaivém do mercado petrolífero internacional” (LANDER, 2005; LOPEZ MAYA, 2006 *apud* MORAES, 2011, p. 175).

A grande central patronal venezuelana, a *Fedecámaras*, que nasceu em 1944 para representar os interesses empresariais junto ao Estado e à sociedade, foi personagem importante para se promover um ambiente político e econômico que possibilitasse uma espécie de paz social no país, produzindo um “grau razoável de consenso no âmbito do Capital, a despeito da competição intercapitalista” (MONCADA, 1985; BOSCHI, 2006 *apud* MORAES, 2011, p. 178).

Em relação à organização da classe operária, a análise se detém na CTV, a maior central sindical venezuelana, a qual, historicamente, se notabilizou pela aproximação com os partidos políticos. Segundo Moraes, a aristocracia operária da CTV mantinha estreita ligação com o mercado e com o governo, sustentando a hegemonia de tal central em relação a outros grupos mais combativos. Assim, a aliança entre a CTV e o poder político e econômico foi utilizada para excluir certos grupos que buscavam radicalizar a luta por direitos, como os comunistas, para que a relação Capital-Trabalho na Venezuela não correspondesse uma ameaça ao processo de acumulação capitalista.

O autor considera que assim se desenvolveu o capitalismo venezuelano, um capitalismo dependente da extração do petróleo em um país pouco industrializado, com baixa produção agrícola, importador de produtos primários e industrializados, com grande entrada de capitais durante os anos de 1970, o que valorizou a moeda e incentivou o consumo. No entanto, com as crises capitalistas dos anos de 1980, o modelo *puntofujista* entrou em colapso e se aprofundou a adoção de uma agenda neoliberal, situação que persistiu até a eleição de Hugo Chávez em 1998.

Assim, juntamente com o neoliberalismo, tem início a “*política de las calles*”, termo cunhado pela intelectual venezuelana Margarita Lopez Maya (2009) para entender o aumento das manifestações de rua que ocorreram contra o neoliberalismo na Venezuela.³

Para o autor, tal período é de suma importância para o entendimento da chegada de Chávez ao poder político, mas também para demonstrar uma aparente contradição existente na Venezuela. Enquanto que em outros países o neoliberalismo retirou direitos trabalhistas historicamente constituídos, na Venezuela teria ocorrido o contrário. O Consenso de Washington serviu de combustível para que os trabalhadores venezuelanos buscassem mais direitos.⁴

No que se refere ao governo Chávez, o autor elabora duas categorias, o “Capitalismo de las calles” e a “Revolução Legal”. Para Moraes, Chávez buscou atender as demandas populares com absoluto respeito às leis do país e, dessa forma, colocou fim aos protestos violentos e trouxe as reivindicações populares para dentro da ordem do Capital. Dessas abstrações advêm as definições de “Capitalismo de las calles” e “Revolução legal”.

Portanto, ele considera que o governo Chávez é marcado por atender as demandas populares com a instalação de uma série de políticas de distribuição de renda, as quais foram possíveis graças ao aumento do preço do petróleo no mercado internacional e ao controle exercido pelo Estado na PDVSA. Dessa forma, seria possível compreender o caminho legalista adotado por Chávez, uma vez que “as exigências dos movimentos sociais são mais legalistas e menos revolucionárias, isto é, não reivindicam o fim do capitalismo, mas melhorias nas condições de vida” (MORAES, 2011, p. 260).

Moraes conclui que o governo Chávez não foi o responsável por impulsionar os movimentos sociais, mas foi impulsionado por estes, representando um rompimento com o neoliberalismo. Em relação às leis trabalhistas, Chávez propôs uma reforma, em 2006, que dificulta a terceirização, garante um período maior de amamentação para as mulheres, proíbe a dispensa massiva de funcionários, entre outras resoluções, a fim de assegurar mais direitos aos trabalhadores venezuelanos.

Assim, o “Capitalismo de las calles” e a “Revolução legal” teriam representado um governo que, pela primeira vez “olhou para os mais pobres prioritariamente, ao

3 *O Caracazo*, movimento de revolta popular contra as reformas neoliberais que aconteceu em 27 de fevereiro de 1989, é considerado o maior levante popular da história venezuelana. Na ocasião, os venezuelanos ocuparam as ruas das principais cidades do país protestando contra as medidas de arrocho fiscal adotadas pelo governo. A repressão estatal foi violenta, sendo que até hoje, ainda não se conhece o número exato de vítimas.

4 Tais mudanças ocasionaram a reforma nas Leis Trabalhistas de 1971. Ver: MORAES, 2011, p.241.

mesmo tempo em que não rompeu com a subordinação do Trabalho ao Capital, mas ajudou a amenizar a exploração e garantir a paz social” (MORAES, 2011, p. 284).

1.3 A GOVERNO CHAVISTA VISTO COMO UMA REVOLUÇÃO POPULAR

O cientista político estadunidense George Ciccariello-Maher busca entender a Revolução Bolivariana como uma consequência da dinâmica das lutas de classes que marcaram a história venezuelana desde as décadas de 1950 e 1960. Para o autor, Chávez não é a figura central, a liderança do processo bolivariano, mas sim a consequência de uma histórica luta social contra a miséria e a desigualdade que marcam o desenvolvimento capitalista no país.

Com o intuito de demonstrar que Chávez foi criado pelas forças sociais venezuelanas, Maher recupera elementos da história do país, retomando discussões acerca de lutas sociais que marcaram a história venezuelana. O objetivo de tal exercício é resgatar as origens das bases sociais que sustentam a Revolução Bolivariana, indicando que estas já estavam latentes na sociedade antes da eleição de Chávez em 1998. Para tal, o autor resgata a derrota das guerrilhas venezuelanas na década 1960 e a estruturação do sistema democrático no país conhecido como *Pacto de PuntoFijo*.

Para o autor, o fim da ditadura Pérez Jimenez e a instalação do *Pacto* em 1958 representaram o fim da luta social contra a ditadura e o início de uma luta por democracia e igualdade material – ou seja, não apenas a igualdade jurídica típica das democracias liberais burguesas. Tal descompasso entre as aspirações populares e a democracia liberal se materializa com a política adotada pelo primeiro presidente *puntofujista*, Romulo Betancourt, um dos idealizadores da democracia venezuelana do *Pacto de PuntoFijo*, e que marcou a relação entre o Estado e sociedade no país. Para Betancourt, o povo era apenas uma abstração e tal conceito representava uma ameaça para a ordem estabelecida, configurando dessa forma uma “democracia protegida do povo”.

Assim, o Estado Venezuelano passou a considerar como parte da sociedade apenas instituições como partidos políticos, sindicatos, grupos organizados, as quais foram reconhecidas como a sociedade civil,⁵ deixando de fora da dinâmica política as forças sociais não reconhecidas pelo Estado, mas que emergiam em decorrência da miséria e da desigualdade (MAHER, 2013, p. 10).

Nesta perspectiva, isolado o povo da política, a democracia instalada com o *PuntoFijo* representaria, na verdade, uma continuação da ditadura Pérez Jiménez no

5 A oposição venezuelana contra Chávez ainda utiliza tal perspectiva em sua leitura sobre a realidade no país, pois considera como sociedade civil apenas as instituições como ONGs, imprensa, centrais patronais, deixando de fora de sua definição as organizações sociais chavistas. Ver: SALGADO, 2019.

sentido de constituir uma forma política que impedia a plena participação popular, ao mesmo tempo em que mantinha as práticas repressoras impostas pelas diretrizes da Guerra Fria. É nesse contexto que as guerrilhas venezuelanas começam a atuar com o objetivo de liderar uma revolução no país, baseada na experiência cubana.

Para o autor, essa desagregação das forças populares fez com que as lutas sociais se espalhassem em várias frentes no país, como no movimento negro, nos grupos de povos nativos, nos grupos femininos, nos conselhos de bairros e nas fábricas, sendo que tais forças voltaram a se unificar com a adoção por parte do governo de práticas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990, em particular durante o *Caracazo*, e, posteriormente, apoiaram a Revolução Bolivariana e o governo Chávez a partir de 1998.

Maher coloca que a dinâmica social que impulsiona e mantém a Revolução Bolivariana se estrutura através da ação desses grupos em uma situação de tensão entre o Estado e a sociedade, que se materializa após a derrota das guerrilhas e o contato entre antigos guerrilheiros e os moradores dos *barrios* venezuelanos. Tal contato é entendido pelo governo como uma ameaça, que passa a reprimir os movimentos populares, que, por sua vez, resistem com uma maior organização interna e com a construção de uma cultura de *barrio*, que se assemelha a formação de uma consciência de classe. Tal dinâmica forma organizações populares, como Conselhos e Assembleias populares que ainda existem e foram o germe das comunas e conselhos bolivarianos.

O autor identifica no *Caracazo*, no ano de 1989, o maior movimento social de resistência ao neoliberalismo da América Latina e como sendo o início da quarta guerra mundial⁶ no país e o início da Revolução Bolivariana, uma vez que foi nesse momento que os movimentos sociais que antes estavam dispersos se uniram, se organizaram e se armaram contra as políticas de reajuste neoliberal impostas pelo FMI e Banco Mundial (2013, p. 98). É logo após o Caracazo, no ano de 1991, que se pode verificar a organização de Assembleias de Bairros no país, ou seja, uma organização “de baixo”, com prática de democracia direta, é anterior ao governo Chávez (2013, p. 238).

É sob essa ótica de autonomia e organização dos movimentos sociais que o autor busca analisar a vitória eleitoral de Chávez em 1998 e as políticas adotadas por ele no governo, em particular após o fracasso do golpe de 2002 e o paro petrolero do mesmo ano, quando, mais uma vez, o contato entre antigos guerrilheiros e

6 Para o autor, citando Luis Britto, a terceira guerra mundial teria sido a Guerra Fria, que terminou com a vitória do neoliberalismo e a quarta guerra mundial começa na Venezuela em 1989 com a luta contra o neoliberalismo (MAHER, 2013, p.101).

lideranças sociais organizadas ajudaram a impedir o golpe contra Chávez. Assim, além da vontade particular de Chávez, ou de sua oratória e retórica socialista e anti-imperialista, o que o autor entende por Revolução Bolivariana é algo que não se relaciona com Chávez, mas sim com um longo processo de lutas sociais.

Portanto, para Maher, a Revolução Bolivariana não pode ser entendida tendo como centro da análise a figura de Chávez, uma vez que ele seria o resultado de uma série de lutas sociais que marcaram a relação entre o Estado e a sociedade na Venezuela. Dessa forma, o autor ainda problematiza a função do Estado na Revolução, uma vez que, se os grupos sociais que compõem a luta de classes no país são formados, em grande sentido, por grupos que são contra o Estado, como estes lidam com um processo revolucionário que tem como instituição central o próprio Estado? Lembrando que na Venezuela, como Fernando Coronil coloca, o Estado é “mágico”.

A obra defende que Chávez e seu governo são resultado de uma intensa disputa social que tem início com o *Caracazo*, que levou forças sociais a se organizarem para eleger e defender o governo bolivariano. Dessa forma, para o autor, o que está em jogo na Venezuela não é o governo chavista, mas sim as conquistas sociais resultantes das tensões inerentes a relação entre o Estado e a sociedade que, organizada, pressiona para que novas formas de representação e organização política possam ser colocadas em prática (2013, p. 254).

Nesse contexto, Chávez teria cumprido uma função importante por ter agregado os diferentes grupos sociais e ajudado na construção de uma plataforma política institucional comum. No entanto, o fato de Chávez ocupar uma posição dentro de um aparato estatal burguês, ou seja, um aparelho de dominação de classe e estar cercado por uma burocracia estatal e partidária que muitas vezes entende a autonomia popular como uma ameaça a seus privilégios pode fazer com que a confiança depositada em Chávez acabe. Para o autor, a Revolução Bolivariana começou antes de Chávez e pode continuar sem o mesmo.

1.4 CHÁVEZ: LÍDER DE UMA REVOLUÇÃO ANTILIBERAL E ANTIDEMOCRÁTICA?

O historiador mexicano Enrique Krauze, em seu livro *O poder e o delírio* (2013) busca fazer uma análise sobre a personalidade de Chávez e a natureza política da Revolução Bolivariana trazendo à baila os temas da contrarrevolução antiliberal e antidemocrática, que caracterizariam o governo Chávez.

A baliza teórica utilizada pelo autor passa pela sacralização dos pressupostos da democracia liberal para, assim, fazer uma crítica ao governo Chávez. Dessa forma, resgata o que teria sido a “era de ouro” da Venezuela, quando o país teria conhecido a verdadeira forma da democracia liberal durante o *Pacto de PuntoFijo*, quando liderados por Romulo Betancourt, o país atingiu o desenvolvimento social e político, configurando a “excepcionalidade venezuelana” e que manteve a ordem legal enquanto a América Latina era assolada por ditaduras militares. Para Krauze, tal democracia foi sufocada por Chávez.

Ou seja, a pluralidade partidária, a meritocracia dos funcionários do judiciário e a liberdade de expressão, segundo ele, inerentes ao Estado de Direito, eram, segundo conclui, a garantia do desenvolvimento econômico. Dessa forma, o autor assume que a democracia liberal se relaciona automaticamente com o desenvolvimento econômico e a prosperidade social, sendo o período *puntofujista* venezuelano uma prova dessa relação. A esses direitos soma-se “o controle civil das Forças Armadas (com atenção substancial para seu desenvolvimento profissional e educação) e a canalização do movimento insurrecional de esquerda para o parlamento” (2013, p. 35).

Na obra, a revolução bolivariana de Chávez representou uma ameaça ao continente latino-americano, pois além de não aceitar a democracia-liberal – considerada a única saída para o continente se desenvolver –, resgata a perspectiva revolucionária, que para Krauze fracassou após as experiências do socialismo real do século XX. Nesse sentido, para explicar como a democracia venezuelana entrou em declínio, o autor faz, basicamente, três análises. A primeira é a crise do *Pacto de PuntoFijo*, que se concretiza com o *Caracazo*; a segunda, é a influência da Revolução Cubana, que teria sido a responsável por influenciar uma geração de jovens e por acabar com experiências democratas da esquerda no continente; e, por fim, a própria personalidade de Chávez, tido como um fanático religioso.

Seguindo essa trilha teórica e discursiva, o autor busca legitimar sua defesa do *Pacto de PuntoFijo* mesmo quando se propõem a analisar o seu esgotamento. Para Krauze, o que causou o fim do Pacto não foi a política neoliberal adotada pelos partidos políticos dirigentes e a dependência venezuelana do petróleo, entregue às companhias internacionais, mas interesses de indivíduos isolados, que subverteram o caráter benéfico das leis do mercado para tirar proveito ilícitos do controle do Estado, tido como uma entidade monopolista que impede a efetivação da competição entre agentes econômicos livres, o que resultaria em um melhor serviço e em melhores condições sociais e econômicas para todos (2013, p. 51).

Vê-se que o autor não contextualiza nem explica as condições materiais que fizeram possível a adoção das reformas neoliberais no segundo governo de Andrés Perez, nem mesmo define a natureza do capitalismo venezuelano e a posição que o país ocupa no circuito de produção e reprodução do capital, algo essencial para o entendimento do processo político venezuelano a qual a obra busca entender. A operação que Krauze faz é criticar a forma, não o conteúdo das reformas, ou seja, o problema não é o impacto de medidas liberalizantes e antinacionais para a população venezuelana, mas sim o *timing* da mesma, que acabou por dar início ao *Caracazo*.

Como é impossível falar do *Caracazo* sem mencionar a violência pela qual o movimento foi reprimido pelo Exército a mando do presidente Perez, o autor problematiza tal evento. O resultado da repressão foram muitos venezuelanos mortos pelas forças militares, em um combate que se estendeu por dias nas ruas das principais cidades do país. A grande maioria das vítimas era composta por moradores dos bairros pobres que mais sofreram com as medidas neoliberais e a adoção do Consenso de Washington.

Mesmo com o consenso bibliográfico a respeito da brutalidade da repressão contra os participantes do *Caracazo*, Krauze sente a necessidade de problematizar tal violência, apontando que muitos dos mortos não foram vítimas das balas disparadas pelos militares mas sim em virtude “dos ferimentos provocados por vidros quebrados na hora dos saques” (2013, p. 53), ou seja, o autor responsabiliza a própria população, vítima das medidas adotadas por Perez, pelas mortes.

Para o autor, esses acontecimentos marcaram o fim do *PuntoFijo* e abriram a possibilidade de Chávez ser eleito em 1998, dando início a Revolução Bolivariana. Para Krauze, o processo político que tem início com a chegada de Chávez ao posto de presidente da República deve ser entendido através de Cuba, uma vez que Fidel Castro se aproveita do chavismo para conseguir cumprir um projeto da década de 1960, quando o autor relata duas tentativas de invasão de forças cubanas em território venezuelano e a recusa de Romulo Betancourt em prover a ilha com petróleo. Dessa forma, Fidel teria visto em Chávez uma oportunidade de se apropriar do petróleo venezuelano. Na leitura de Krauze, a potência estrangeira que tem interesse no petróleo da Venezuela não é os EUA, mas sim Cuba.

Por fim, Krauze analisa a personalidade de Chávez e a forma como este se coloca como presidente e sua relação com os venezuelanos e com seus opositores. Nesse aspecto o autor é categórico: Chávez não é um democrata, mas sim um religioso, que adota políticas fascistas, que não se furta de se aproximar de radicalismos, inclusive de grupos terroristas islâmicos (2013, p. 117). Para Krauze, a maneira como Chávez

se comunica com seus eleitores é típica de um discurso religioso, de populistas e de fascistas antidemocráticos latino-americanos (2003, p. 334).

A obra parte do pressuposto que Chávez e a Revolução Bolivariana são reacionários, que entendem o progresso em aspectos do passado, em particular, no reestabelecimento de uma monarquia que remonta ao sistema colonial espanhol. Para Krauze, Chávez se coloca como um rei, enquanto que seus apoiadores na América Latina, países como Bolívia, Equador e Nicaraguá, são entendidos como seus vice-reinados. Para tanto, Chávez utilizaria do poder do petróleo para influenciar eleições nesses países com o objetivo de colocar seus “vice-reis” em diferentes nações, para que, atuando em conjunto, possam acabar com a democracia liberal e com a propriedade privada no continente. Ou seja, para o autor, as potências imperialistas na América Latina são Cuba e Venezuela, o papel dos EUA na geopolítica da região não aparece na análise (2013, p. 355).

Krauze resgata uma leitura bastante comum entre pesquisadores liberais no início dos anos 2000 que entendem o avanço de forças tidas como progressistas no continente de duas formas, de um lado o caminho democrático e “correto” adotado pelos governos brasileiros e chilenos e de outro o caminho autoritário e populista adotado pela Venezuela, uma vez que Chávez entenderia o Estado como a solução para o subdesenvolvimento do país. Para Krauze, o Estado é o problema e a solução para o país é o mercado (2013, p. 86).

1.5 CHÁVEZ E OS “POPULISMOS”

Chávez é também caracterizado como um político populista por grande parte de seus adversários políticos desde o início de sua trajetória.⁷ À semelhança de tal postura, encontram-se alguns autores que têm como tema central de suas análises configurar o populismo de Chávez, embora diverjam sobre a natureza da relação entre este político e o populismo.

A discussão acerca do populismo é de longa data, já que o conceito remonta a década de 1950 (GOMES, 2010, p.23), sendo que, em termos gerais, as principais correntes que analisam o populismo consideram que o fenômeno decorre de uma crise hegemônica no poder classista e da inexistência de consciência de classe por parte do operariado. Dessa forma, em um momento histórico particular, em que há o desgaste de uma oligarquia agrária, ao mesmo tempo em que acontece o avanço

7 Um apanhando sobre a compreensão de Chávez como populista por seus adversários e como a imprensa, em especial o jornal *Folha de S.Paulo*, opera no mesmo diapasão analítico pode ser encontrado em: SALGADO, 2015.

da industrialização e de um movimento migratório do campo para a cidade, nem as velhas oligarquias, nem as “novas” elites industriais conseguem se colocar como classe hegemônica frente as “massas” emergentes dispostas a reivindicar seus direitos. Seria nesse quadro social e histórico que o fenômeno populista surge, segundo o qual as elites aceitam ceder alguns direitos para as “massas” com a intenção de se legitimar no poder através de um líder carismático que centraliza as funções do Estado e possui contato direto com as massas populares. Ou seja, a população seria uma massa de manobra para a instalação e manutenção de uma hegemonia frágil, expressiva apenas de alguns segmentos de classe (SALGADO, 2015, p. 251).

Por outro lado, existem autores que adotam uma perspectiva crítica em relação ao entendimento sobre o populismo colocado acima, uma vez que consideram que, ao deixar de reconhecer a existência de classe e suas contradições, se reduz a realidade concreta. Dessa forma, o populismo partiria do paradigma liberal-democrático, ou seja, capitalista, para explicar sociedades que não seguiram o modelo de desenvolvimento capitalista europeu, como no caso da América Latina.

Os autores críticos a teoria do populismo consideram que tal modelo teórico elegeu a pequena burguesia como paradigma e, como estão ausentes das análises do populismo as lutas de classes – já que se considera que as massas estão disponíveis para a manipulação do líder carismático –, fundamentais na fase de transição, fica impossibilitada a existência de projetos sociais alternativos que se desenvolvem na própria realidade histórica: tudo se passaria por meio da manobra política das elites. (COTRIM *apud* SALGADO, 2015)

Desse modo, tentaremos resgatar dois autores que buscam entender Chávez como populista, no entanto, de locais teóricos diferentes. A primeira é a socióloga venezuelana Margarita Lopez Maya, que resgata o arcabouço conceitual de Max Weber, considerado pela autora o formulador da teoria sobre o poder “mais importante de todos os tempos” (2016, p. 22), para defender que Chávez é um político populista, que em seu segundo mandato (a partir de 2006) se afasta dos pressupostos da democracia liberal para radicalizar um projeto socialista aos moldes das experiências cubanas e soviéticas do século passado, adotando para tal, políticas autoritárias. Por outro lado, Gilberto Maringoni analisa o governo Chávez, através de um entendimento diferente do populismo. Para ele o conceito é tomado como um importante fenômeno que tornou possível a integração das massas na dinâmica política latino-americana ao conseguir colocar em prática um projeto de país “dirigido de modo autoritário com auxílio de uma hábil política econômica [...] que atendia aos reclamos de paz social de vários setores do capital e incorporava a classe operária

no jogo político” (2010, p. 292). Assim, Maringoni defende que o populismo deve ser entendido em sua complexidade e em sua particularidade histórica, podendo se efetivar de diferentes maneiras. No caso venezuelano de Chávez, o populismo se caracterizaria por ser um populismo progressista.

1.5.1 O POPULISMO AUTORITÁRIO DE MARGARITA LOPEZ MAYA

Margarita Lopez Maya, um dos nomes mais importantes da intelectualidade venezuelana, reconhece que o período do primeiro governo de Chávez é marcado por avanços nas práticas democráticas e de representação popular, em um ambiente marcado pela rejeição popular às práticas neoliberais e pela violência da oposição, que buscou de formas antidemocráticas recuperar o poder político perdido com a vitória de Chávez em 1998. Nesse sentido, Maya considera que Chávez buscou se aproveitar da alta dos preços do petróleo para colocar em prática uma política de aproximação com as massas, em especial através das *missões* – que garantiram melhorias concretas na vida dos venezuelanos – e para reorientar o papel do Estado no país, adotando medidas redistributivas e de maior controle estatal na economia.

Segundo ela, as ferramentas teóricas que possibilitam entender o chavismo podem ser encontradas na teorização de Max Weber sobre os tipos de dominação, em particular no caso de Chávez a dominação carismática. Para Lopez, a compreensão da dominação carismática perpassa pelo reconhecimento de que a sociedade apresenta propensão ao surgimento de um líder dessa tipologia e pela análise das características predominantes do líder e das particularidades de sua relação com seus seguidores (2016, p. 29). Como as pessoas buscam um líder carismático em tempos de crise, o momento em que Chávez chega ao poder político é propenso, já que o pacto de *puntofijo* havia colapsado com a adoção de uma agenda neoliberal.

A necessidade de se tornar tradicional ou legalizar a dominação carismática, processo esse que Chávez vai tentar colocar em prática durante seu governo através da adoção de eleições, com o objetivo de legitimar de forma racional-legal a autoridade do líder carismático é a conclusão de Lopes calcada em Weber. Assim, se busca desenhar um cenário onde a dominação carismática se justifica através de eleições, dando ao líder um caráter antiautoritário (2016, p. 34).

No entanto, a autora aponta que os processos eleitorais convocados durante o governo chavista não foram democrático, uma vez que as eleições foram consequências do carisma do líder e não ao contrário, ou seja, diferentemente do que acontece em dominações que tem como pressuposto a racionalidade e a legalidade, nesse caso as eleições ocorreram em um contexto de pressão psicológica, onde

existia apenas uma opção correta ao eleitorado, ou seja, votar a favor do presidente. Para a autora, a principal ferramenta adotada por líderes carismáticos é o uso de plebiscitos, mais uma vez, calcada na perspectiva weberiana (2016, p. 34).

Após traçar essas questões mais amplas, Lopez parte para a caracterização de Chávez como um líder populista, que através de seu poder carismático conseguiria manipular para impedir que seus seguidores tenham total consciência da complexidade histórica do momento e da situação em que estão inseridos. Para tal, faz uso de um discurso revolucionário, que conseguiu abarcar as aspirações da sociedade venezuelana após o *Caracazo*, sendo estas a necessidade de uma democracia direta, a recusa das políticas neoliberais e a rejeição dos partidos tradicionais (2016, p. 53).

Assim se explicaria o populismo de Chávez, um líder carismático e autoritário, que tem como base de seu discurso bélico e militar, o salvacionismo messiânico e o nacionalismo (2016, p. 63).⁸

Chávez articularia um discurso contra a oligarquia imperialista e corrupta, que inclui os setores populares, centrado na ideia de que o povo é protagonista da histórica, incentivando, dessa forma, a polarização da sociedade venezuelana. Para a autora, tal ambiente polarizado é utilizado por Chávez para colocar em prática sua política plebiscitária, que se caracteriza pela execução de uma campanha constante, já que o povo é chamado às urnas a todo o momento.

No entanto, todas as eleições ganhariam contornos plebiscitários, como se fossem uma prova da legitimação do governo, onde Chávez é o centro de toda e qualquer disputa, ou seja, não se votaria pelas propostas, mas sim a favor ou contra o líder. Para a autora, tais características, em um país como a Venezuela, onde quem controla o Estado tem acesso a grandes recursos financeiros do petróleo, faz com que o líder populista consiga disputar as eleições de forma desigual, prejudicando um dos pressupostos básicos da democracia liberal, ou seja, a ideia de igualdade entre as forças políticas em disputa (2016, p. 66).

1.5.2 O POPULISMO PROGRESSISTA DE MARINGONI

Gilberto Maringoni, um dos primeiros a se dedicar a analisar a Venezuela chavista no Brasil (ver: MARINGONI, 2009 e 2004) também pensa o governo chavista através da chave explicativa do populismo em artigo intitulado *Que tipo de*

⁸ A autora se alinha com a conceitualização de Enersto Laclau sobre o populismo, considerando o populismo como uma “forma universal de hacer política, que aparece para empujar aspiraciones de inclusión social, y cuyo eje definitorio es un discurso de gran valor movilizador, que construye sujetos políticos antagónicos e irreconciliables: el pueblo y la oligarquía. En esta literatura se ele reconoce como una forma de democracia directa que privilegia el vínculo identitario entre un líder carismático y sus bases, y rechaza las formas mediadas de la democracia representativa” (MAYA, 2016, p. 53).

liderança é Chávez? de 2010. No texto, Maringoni parte de um pressuposto diferente do adotado por Margarita Lopez Maya, que entende a democracia liberal como um valor universal e o populismo como um afastamento dos ritos democráticos. Para Maringoni, o populismo se caracteriza como uma forma de acusação contra toda figura pública que se afasta do receituário ortodoxo liberal (2010, p. 287).

O autor aponta para o fato de que tal definição sobre o populismo corresponde a uma lógica neoliberal, que tende a mudar os significados de conceitos, assim como instrumentalizar de forma ideológica seu uso. Dessa forma, se desloca as contradições de classe para aspectos puramente abstratos, como por exemplo as contradições entre moderno e atraso ou o desmerecimento das conquistas sociais, como os direitos trabalhistas, entendidas pelo vocabulário neoliberal como privilégios. Dessa forma, o populismo serviria como o “desmascaramento definitivo de maus governantes”, algo vinculado ao arcaico, que rejeita as benesses do mundo moderno e globalizado (2010, p. 288).

O populismo seria uma forma de introduzir uma nova cultura política na América Latina, baseada no papel interventor do Estado, sustentado em três agentes básicos, “o Estado, o capital estrangeiro e o capital privado nacional, como sócio menor. O capital estrangeiro entrou de forma crescente, à medida que os poderes públicos ofereceriam condições cada vez mais vantajosas de investimento e de retorno” (2010, p. 290).

Assim, o populismo seria o resultado de condições históricas específicas, em sociedades de capitalismo tardio que apresentavam uma configuração social agrária, onde uma oligarquia vinculada a terra e a produção agrária concentrava o poder de Estado. Nesse contexto de agudização capitalista, em que se aprofunda a industrialização e o êxodo rural, em sociedades em que as novas instituições ainda não oferecem condições de normalidade, o líder populista aparece como o responsável pela pacificação social, ao mesmo tempo em que constrói todo arcabouço jurídico e institucional que torna possível a exploração e a reprodução do capitalismo na periferia. Por isso os líderes populistas, em contato direto com as massas, não precisariam prestar contas aos ritos institucionais, como teria feito Vargas, por exemplo, conseguindo atender diretamente os anseios dos trabalhadores, com leis que regulam a relação entre capital e trabalho, e promover a paz social que os setores do capital desejavam e incluir a classe operária no jogo político. Nesse sentido, o populismo pode se apresentar, dependendo das circunstâncias históricas, a uma só vez como “nacionalista e progressista, autoritário e elitista” (2010, p. 292).

Tendo em mente a necessidade de se analisar as condições objetivas em que o populismo se manifesta, Maringoni aponta ainda que o discurso “acentuadamente antioligárquico, anti-imperialista e, na prática, demarcado interesse de classe” de Chávez não se alinha com a demagogia que marcou os líderes populistas conservadores (2010, p. 293). Dessa forma, o autor defende que após as crises neoliberais e o *Caracazo*, a Venezuela entrou em um processo de desgaste do sistema político vigente, criando um ambiente em que não existiam condições para que o arcabouço institucional conseguisse dar vazão as demandas sociais, ou seja, nem sindicatos, nem partidos políticos, nem mesmo o Estado ofereciam legitimidade para o “exercício mínimo da democracia representativa” (2010, p. 296). Nesse ambiente, “era difícil deslumbrar outro caminho na Venezuela se não o exercício da liderança em linha direta com as massas” (2010, p. 296).

Portanto, o autor defende que o populismo de Chávez não é uma questão de escolha de um líder autoritário, mas sim uma contingência histórica, de uma adaptação às condições objetivas encontradas, em que Chávez se valeu do alto preço do petróleo, em especial entre 2004 e 2008, para ampliar programas sociais e fortalecer o poder de intervenção do Estado, estatizar empresas antes privatizadas e dar impulso a sua agenda internacional (2010, p. 296).

Concluindo, para o autor, o populismo de Chávez não foi autoritário (como afirma Margarita Lopez Maya), mas sim se efetiva de forma progressista na realidade venezuelana, uma vez que criou novos parâmetros institucionais em uma realidade onde Chávez era o fiador da legalidade, conseguindo colocar nas margens setores da oligarquia que tentaram derrubá-lo. Se Chávez conseguisse construir canais democráticos de participação efetiva, seu próprio populismo acabaria por criar condições concretas que o inviabilizariam (2010, p. 297).

Considerações finais

Através do resgate de uma série de autores e suas respectivas obras buscamos oferecer um conjunto de leituras e interpretações que buscam entender a história venezuelana durante o período chavista.

Frente à complexidade do período, buscamos elencar autores que divergem sobre a natureza ideológica e a forma como a correlação de forças do governo Chávez, hora identificado como neoliberal, populista, autoritário ou progressista. Tais contradições são resultado das próprias disputas presente na realidade social venezuelana, inseridas na forma como a luta de classes se efetiva no país, levando em consideração as particularidades do capitalismo venezuelano.

Nesse aspecto, a disputa acerca da forma como acontece relação entre o Estado e a sociedade é um dos centros do debate, uma vez que o capitalismo rentista venezuelano se configura através da extração do petróleo, que, por sua vez, é uma riqueza natural de propriedade estatal. Portanto, o controle do Estado significa o acesso à principal fonte de recursos nacionais, sendo, dessa forma, um espaço de tensões entre as classes sociais venezuelanas.

Por fim, esperamos ter demonstrado a complexidade das leituras referentes ao governo Chávez, sendo que autores como Damasceno consideram o período como uma radicalização das políticas neoliberais, enquanto que autores como Moraes defendem um afastamento do governo chavistas aos pressupostos neoliberais. Ainda encontramos autores que consideram Chávez um ditador anti-democrático e autoritário, como no caso de Krauze, e outros que o identificam com o conceito de populismo, como Maringoni e Lopez Maya.

Referências bibliográficas

CICCARIELLO-MAHER, G. *We created Chávez: a people's history of the Venezuelan revolution*. Durham: Duke University Press, 2013.

CORONIL, F. *El Estado mágico: naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Montevideo: Editorial Alfa, 2017.

DAMASCENO, F. S. *A Face oculta da Venezuela*. São Paulo: ILAESE, 2015.

GOMES, A. M. C. *O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. IN: FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KRAUZE, E. *O poder e o delírio*. São Paulo: Benvirá, 2013.

MARINGONI, G. *Que tipo de liderança é Chávez?*. IN: BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, F; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas*. Boitempo, São Paulo, 2010.

_____. *A Revolução Venezuelana*. Unesp, São Paulo, 2009.

_____. *A Venezuela que se reinventa*. Perseu Abramo, São Paulo, 2004.

MAYA, M. L. *El ocaso del chavismo: Venezuela 2005-2015*. Montevideo: Editorial Alfa, 2016.

MORAES, W. *Brasil e Venezuela: histórico das relações trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

SALGADO, T. S. A Ação dos EUA na Venezuela: ONGs, Sociedade Civil E Neoliberalismo. *Repam* 2019, 13, 320-344. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/23385>

_____. *A Folha de S.Paulo e o governo Hugo Chávez (2002-2005)*. Jundiaí: Paco, 2015.

_____. *Em nome da democracia: a intervenção branca dos EUA na Venezuela chavista*. São Paulo: PUC, doutorado, 2019. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/22156>

ARTIGO

CONTRARREVOLUÇÃO BOLIVARIANA NA HISTÓRIA RECENTE DA VENEZUELA

Resumo

Este artigo lança luz sobre sucessivas tentativas de golpes contra Chávez, entre 2001 e 2003, todas derrotadas pelo movimento operário venezuelano. Destacam-se o golpe de 11 de abril de 2002, o *lockout* petrolífero de dezembro do mesmo ano e a reação dos trabalhadores a partir da refinaria de Puerto La Cruz, onde se estabeleceu o controle operário da produção. O objetivo aqui é, por um lado, resgatar a consciência histórica desse movimento, que protagonizou o maior feito de caráter revolucionário do século XXI; por outro, elucidar o papel de Chávez e do movimento bolivariano na contrarrevolução.

Palavras-Chave: Movimento popular e operário; ascensão chavista; contrarrevolução.

Abstract

This article sheds light on successive coup attempts against Chávez between 2001 and 2003, all of which were defeated by the Venezuelan workers' movement. Among them, the most prominent are the coup on April 11, 2002, the oil lockout in December in the same year, and the reaction of workers from the Puerto La Cruz refinery, where workers' control of production was established. The goal here is, on the one hand, to rescue the historical awareness of this movement, which led to the greatest revolutionary act of the 21st century; on the other, to elucidate the role of Chávez and the Bolivarian movement in the counter-revolution.

Keywords: *Popular and workers' movement; Chavism ascension; counter-revolution.*

1 Professor Associado I da Universidade Federal de Goiás.

2 Mestre em História Social pelo Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

1 - Das ditaduras sucessivas ao Caracazo

Durante a primeira metade do século XX, a Venezuela viveu sob ditaduras sucessivas. De 1899 a 1945, tem-se ditaduras bonapartistas, conhecidas ainda como hegemonia tachirense, devido ao fato de todos os generais que comandaram o país nesse período serem do estado de Táchira. De 1899 a 1908, o país foi governado pelo general Cipriano Castro, seguido pelo governo de seu vice, Juan Vicente Gómez, de quem sofrera um golpe. Este governou vitaliciamente de 1908 a 1935 (ALCÁNTARA, 2004). Posteriormente, mais dois generais assumem a presidência: General José Eleazar López Contreras, de 1935 a 1941, que derrotou a heroica greve petroleira de 1936, e o General Isaías Medina Angarita, de 1941 a 1945.

Em 1946, dá-se a primeira eleição direta para Constituinte. Aprovada a Constituição de 1947, define-se as eleições democráticas, com voto direto, secreto e universal. Em 1948, tem-se novo golpe, agora, exclusivamente, militar, capitaneado por Marcos Pérez Jiménez. Este governo criminaliza os partidos oponentes, mesmo os burgueses, e instaura uma ditadura das mais sanguinárias, principalmente, vitimando trabalhadores. Esse novo ciclo de hegemonia política da Forças Armadas se estende até 1958, quando se inicia o evento histórico conhecido como Acordo de *Punto Fijo* (DAMASCENO, 2015).

Com a ascensão significativa protagonizada por operários, camponeses, classe média e oposição de setores burgueses descontentes, Jiménez fica sem sustentabilidade e cai, em 1958. Nisso, a ditadura é sucedida pelo Acordo de *Punto Fijo*. Desse acordo participaram três partidos burgueses: Ação Democrática – AD; Partido Social Cristão – COPEI; União Republicana Democrática – URD. Tal compromisso estabelecia que haveria alternância no cargo de presidente governo entre esses partidos. Assim, não haveria mais golpes, respeitando-se os resultados eleitorais, sendo certo que aos demais integrantes do pacto, que não eleitos, distribuir-se-ia ministérios. Logo após o acordo, o partido URD o abandonou, o que não inviabilizou o pacto, que continuou com AD e COPEI. Esses dois partidos governaram o país por quase 40 anos sem nenhum golpe militar. O primeiro presidente eleito sob esse regime foi Rômulo Betancourt, antiga liderança estudantil.

Estabeleceu-se ainda nesse acordo que a política econômica do país seria o petróleo, definindo-se o papel da burguesia nacional como sócia do capital internacional e das multinacionais. Embora sócia menor, isso foi suficiente para conformar essa burguesia, a quem também caberia a execução das políticas delineadas pelos sócios majoritários. Com isso, não se desenvolveu a indústria no país, ou se

desenvolveu um setor muito rudimentar, como moinho de farinha, bebidas, extração de sal entre outras indústrias de baixa tecnologia. Excepcionalmente, *a posteriori*, desenvolveu-se a indústria de base de ferro e alumínio.

Isso é central para se entender o grau de dependência e crise do país hodiernamente. Esse modelo *rentista* é marcado pela alta concentração de renda (HERNÁNDEZ, 2006). Ademais, tê-lo como prioridade inibiu a dinamização da economia e tornou a Venezuela refém do mercado e das grandes potências.

Nesse contexto, para piorar a situação, o movimento operário, disputado pelo Partido Comunista Venezuelano – PCV, que já atuava há muito, em grande medida, na clandestinidade, tornou-se poderosa força burocrática, um freio para os trabalhadores, inibindo mudanças efetivas na condição de trabalho e vida destes. Com isso, não se deu direção de luta independente da classe operária do país; os petroleiros, categoria de peso, por exemplo, compunham a Central de Trabalhadores Venezuelanos – CTV, que estava nas mãos das burocracias dos partidos AD e COPEI.

Como se vê, *Punto Fijo* foi um acordo que trouxe estabilidade política interburguesa, sem a necessidade de ditadura militar. Isso é uma peculiaridade da Venezuela, tendo em vista que a maioria dos países da América Latina, nos anos de 1960 e 70, enfrentavam terríveis ditaduras. Entretanto, o pacto dava continuidade à subjugação dos trabalhadores e pobres; implementava as políticas do FMI, que drenavam toda a riqueza e impunham à Venezuela modelo de desenvolvimento altamente dependente e parasitário.

Esta dura realidade: alta inflação, que corroía salários; o esvaziamento de prateleiras nos supermercados – comerciantes, para obter mais lucro, escondiam suas mercadorias e aguardavam a subida de preços para disponibilizarem-nas novamente –; alto preço das passagens de transporte público; falta de serviços públicos, como escolas e acesso a hospitais; desmandos das polícias e Forças Armadas, que esfolavam ainda a população, desapareciam com os rebeldes; tudo isso levou a população a explodir em enormes manifestações, ações de rebeldia, enfrentamentos com os destacamentos militares armados, saques a supermercados e a lojas do país, bem como à ocupação e à depredação de instituições do regime. Esse evento histórico ficou conhecido como *Caracazo*.

O *Caracazo* foi um movimento popular espontâneo, que iniciou nos arredores de Caracas, capital do país, dia 27 fevereiro de 1989, e estendeu-se por cerca de uma semana. O estopim foi o anúncio que, a partir daquele dia, uma segunda-feira, os ônibus dobrariam o preço da passagem, sob a justificativa que a gasolina

havia também subido – em verdade, tudo havia subido, menos o poder aquisitivo dos trabalhadores. Na madrugada desse dia, em Guarenas, cidade-dormitório de Caracas, trabalhadores e estudantes que se dirigiam à capital, itinerário cotidiano, não aceitaram pagar as passagens majoradas e iniciaram uma revolta nos locais de transportes e terminais. No terminal de transporte de Caracas, também se dá início à pequena manifestação estudantil. Populares, sabendo desses acontecimentos, aderem ao protesto e iniciam o quebra-quebra na capital, dando corpo ao efeito dominó: o movimento atingiu todo país. De norte a sul, leste a oeste, a população começou a quebrar e saquear os supermercados e estabelecimentos comerciais em geral. Era gente correndo com lata de óleo, farinha, arroz, peças inteiras de carnes, eletrodomésticos, móveis, etc.

A polícia militar reprimia com violência, executava sumariamente os saqueadores. Isso, em vez de intimidar, colocou mais lenha na fogueira, e a população passou a enfrentar também os militares. O presidente do país, Carlos Andrés Pérez, do *Pacto do Punto Fijo*, estava em Barquisimeto, cerca de 360 quilômetros de Caracas. Quando regressou, já na noite do dia 27, percebeu, desde o avião, a capital literalmente em chamas e muita fumaça. Só aí teve a real dimensão dos fatos e ordenou que o exército assumisse o controle e reprimisse ainda mais duramente o movimento. Depois disso, o que se viu foi banho de sangue: a polícia e, principalmente, o exército dispararam 3 milhões de projéteis; mataram nada menos que 2 mil pessoas, em uma população de pouco mais de 20 milhões (COLMENAREZ, 1989).

Esse episódio quebrou o pouco que restava de ilusões com as instituições do Estado burguês venezuelano; embora a população tenha sido derrotada militarmente, os partidos AD e COPEI, principais partidos burgueses do país, perderam suas bases sociais. O *Pacto do Punto Fijo* havia vindo abaixo: o país viveu ainda dez anos sem definições, mas nada seria como antes na Venezuela.

2 - A chegada de Chávez ao poder

É neste contexto de repulsa ao velho que o novo se apresenta; o novo, nesse contexto, seria qualquer movimento político que expressasse ruptura com o que estava posto, que não fosse identificado com os quadros e as propostas políticas dos partidos AD e COPEI; que apresentasse propostas efetivas para a falta de moradia, emprego, violência, baixo poder aquisitivo do salário, etc.

O primeiro movimento político que trouxe esperança nesses termos à população foi o *La Causa Radical* – LCR, liderado por Andrés Velásquez. Essa organização

sindical obtém significativo apoio operário e popular quando da sua eleição, em 1979, para presidência do *Sindicato Unico de Trabajadores de la Industria Siderurgica y Similares* – SUTISS, na cidade de Guayana. Junto a outras direções, como Pablo Medina, Jose Lira e Lucas Matheus, consegue expandir o movimento popular na zona de Catia Mayor, região de Caracas muito populosa. Com isso, o LCR começa a ser visto como a nova direção política para o país, e Andrés Velásquez é eleito governador do estado de Bolívar em 1989.

Em 1993, Velásquez disputa a presidência da república contra Rafael Caldera, antigo político venezuelano. Este, percebendo o desgaste dos partidos AD e COPEI, fundara uma agremiação política chamada *Convergencia Democratica* para disputar as eleições presidenciais e se apresentar também como algo novo. No entanto, será Caldera beneficiado com fraude eleitoral (MAYA, 2005), que visou desvirtuar a vitória de Andrés Velásquez. Este perdeu uma oportunidade histórica ao não lutar consequentemente pelo poder, como o fará Chávez em 1998; Velásquez aceita o golpe, o que esmorece o apoio popular e operário que tinha até então.

Como não há vácuo no poder, o movimento denominado *Bolivariano*, e, posteriormente, *Movimiento V (quinta) República* – MVR, encabeçado pelo coronel Hugo Chávez, canaliza para si o sentimento de mudanças do país. Essa mudança distorcida é tentada primeiro em 1992, quando o coronel tenta um golpe e, sem sucesso, vai preso. Entre idas e vindas, em dezembro de 1998, com organização política fora dos tradicionais partidos, disputa as eleições do país e ganha. No entanto, como a democracia só é válida quando se está ganhando, os partidos tradicionais e a elite do país não lhe permitiam tomar posse. Assim como ocorrera com Velásquez, os políticos tradicionais já tinham manobrado os resultados, e, embora patente fraude, o Tribunal Eleitoral não queria reconhecer a vitória de Chávez nas urnas.

Nesse período, o país já vivia cenário de intensa luta de classes; a própria vitória de Chávez já era efeito do descontentamento popular. Após muita resistência, Chávez assume em 1999, depois de uma série de vai-e-vens e o perigo iminente de uma convulsão social, caso ele incitasse mobilização no país, o que estava disposto a fazer.

Devido ao enfrentamento circunstancial a esse grupo político, que há anos dominava a política na Venezuela, isso será determinante para a popularidade do presidente. Diante dos desdobramentos inimagináveis para o fenômeno chavista/bolivariano, a partir de então, é possível conjecturar que se, em 1993, Velásquez tivesse feito o que fez o MVR e assumido, implementado algumas medidas que a população desejava, o chavismo teria passado ao largo da história, ou, no máximo,

seria coadjuvante. Isso porque as determinantes sociais estavam postas, vindo esses grupos tão somente a canalizar, e em grande medida desviar, a força política popular e operária arraigada. Assim, em certo sentido, Chávez contou com um pouco de sorte e sua determinação atraiu outros setores, que passaram a identificá-lo como o homem forte que o país necessitava.

Chávez, após assumir, fica até 2001 entre negociações e disputas com a burguesia tradicional; esta, mesmo o tendo repudiado, como visto, exige segurança para seus negócios nos moldes dos 40 anos anteriores; ela ainda não percebera a mudança na correlação de forças entre as classes desde o pós-*Caracazo*.

Isso causa um embaraço à Chávez, pois tinha ele consciência de que fora posto ali, a contragosto da burguesia, pelos trabalhadores e pobres. Assim, sabia que, se fizesse do modo como se exigia, a mesma massa que o havia colocado no poder o derrubaria. No entanto, ele fez muitos esforços para se unificar com a elite venezuelana, tentou acordos até com os banqueiros, mas não obteve êxito naquele momento. Diante da queda de braços, a burguesia chega à conclusão que o melhor seria retirar Chávez do poder. O evento que se desenrola nesse período é pouco mostrado na literatura: em dezembro de 2001, a burguesia faz o primeiro ensaio de derrubada do presidente, contudo, não tem sucesso. No entanto, Chávez comete um erro que lhe custará mais adiante: ele não faz nenhuma represália aos broto-golpistas, que voltarão com toda força em abril de 2002 (DAMASCENO, 2015).

3 - Golpe de abril de 2002 e a resposta popular

Em 11 de abril de 2002, com as forças burguesas muito mais consolidadas, dá-se o golpe civil-militar com a prisão de Chávez na ilha de Orchila. Para isso, juntaram-se a central sindical patronal *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela* – Fedecámara, dirigida por Pedro Francisco Carmona Estanga; a *Confederación de Trabajadores de Venezuela* – CTV, principal central sindical operária do país, totalmente burocratizada, dirigida por Carlos Ortega; a Igreja Católica com o Bispo Luis Carlos Ugalde; a CIA, por intermédio da Embaixada dos EUA na Venezuela; os principais meios de comunicação, como a Globovisión; e os principais comandantes militares da Venezuela.

O pretexto para o golpe foi os cerca de 19 assassinatos de manifestantes na *Marcha por la Libertad*, que era conduzida pela direita. No entanto, foram os próprios golpistas quem contrataram mercenários franco-atiradores – infiltrados em prédios aos arredores do Palácio Miraflores, onde se concentrava a marcha – que mataram os

manifestantes. Os meios de comunicação, usando montagens das cenas do conflito, noticiavam que eram os chavistas, a partir da ponte de Laguno, que atacavam a manifestação pacífica chamada pela oposição e causaram toda aquela matança.¹ Com isso, justificou-se a ação posterior dos militares golpistas e da polícia de Caracas; Chávez, com toda essa pressão, concordou em ser removido do palácio e ser feito prisioneiro. Com a derrubada dele, Pedro Carmona assume, lançando imediatamente um Decreto presidencial, que retirava todas as garantias civis e fechava a Câmara dos Deputados.

O que os golpistas não esperavam é que a população já estaria calejada dessas trapaças e disposta a enfrentar o golpe com a bravura que faltou a Chávez. Isso é um marco na história da América Latina, onde a hegemonia política internacional já era *expert* em se utilizar mesmo dos partidos comunistas para conter as situações revolucionárias que ganhavam corpo.

As populações das favelas de Caracas, como Petare e Catia Mayor e bairro 23 de Enero, desceram de seus morros, trancaram as avenidas, enfrentavam-se com os corpos policiais. Os movimentos populares, círculos bolivarianos, entre outros, partiam em arremetidas contra as polícias e as tropas golpistas. Militares rasos e oficiais de baixa patente roubavam as armas dos quartéis e se juntavam aos populares; a massa resistia heroicamente. Enquanto isso, o primeiro escalão do governo Chávez partia em debandada. O próprio Nicolas Maduro, que à época era deputado, fazia apelo de “não resistir para preservar o ‘movimento’”. Por outra banda, muitos militares e políticos do primeiro escalão passaram para o lado golpista, como o caso do governador do estado de Bolívar Francisco Rangel Gomez, que apoiou a posse de Carmona. Fato curioso, que muito revela sobre as relações de Chávez, é que, depois do movimento de massas derrubar Carmona, Rangel se reconcilia com Chávez e é perdoado.

A situação foi tomando tal proporção que, dia 13 de abril, no momento em que se daria a posse dos novos ministros pelo novo governo de Pedro Carmona, o tiroteio aos arredores de Miraflores era tão intenso que muitos convidados não conseguiram chegar à posse (COLMENAREZ, 2008). O quadro era que as forças golpistas não estavam conseguindo manter a área do palácio protegida; as massas, com duras escaramuças, iam se aproximando, quadra a quadra, prédio a prédio até chegarem às portas do palácio de Miraflores: era uma multidão chamando Chávez a retornar ao poder.

¹ Vide documentário *La revolución no será televisonada*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MTui69j4XvQ>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

No interior do país, a resistência também ia crescendo; em Ciudad Guayana, polo siderúrgico do país, os trabalhadores se mobilizavam, tomaram as armas das guarnições que lá existiam e, em suas assembleias de 5 mil operários, preparavam-se para enviar um destacamento armado de operários à capital para lutar, de armas em punho, pelo retorno do presidente. Outras unidades militares se rebelaram; a mais conhecida foi a do comandante Baduel, em Maracay, onde uma multidão de cerca de 50 mil pessoas cercou o quartel, principal região militar do país. Neste episódio, os manifestantes exigiram que o comandante fosse resistir ao golpe ou entregasse imediatamente as armas à população, que iria, ela própria, se fosse o caso, acertar as contas com os golpistas em Caracas.

O país estava em fogo; aquele fogo que forja as mudanças e derrota os algozes da classe explorada; a própria dita “Revolução Bolivariana” estava correndo o risco de ficar para trás, e outro movimento, espontâneo, efetivamente disposto a implementar as mudanças estava germinando naquelas poucas horas; mais uma vez a rebeldia popular e operária fazia história naquele país.

Diante desse peso inesperado de resistência popular e operária, não restou aos golpistas outra opção a não ser recuar e aceitar o regresso de Chávez, sob o risco de enfrentar diretamente outro movimento mais duro ainda, que não desse espaço a negociações – essa foi a grande missão de Chávez. Nessa conjuntura, Pedro Carmona foge do Palácio Miraflores por uma saída secundária e o palácio é ocupado pelos membros mais abnegados da resistência. São presos os aliados de Carmona que estavam naquele momento para tomar posse de seus respectivos cargos. Assim, o golpe civil-militar não durou 48 horas e Chávez é reconduzido ao cargo de Presidente do país ovacionado pela população em fúria.

4 - O lockout petroleiro

Com a volta de Chávez ao governo, as manifestações populares não cessaram; a população pedia a cabeça dos golpistas. Assim, exigia-se um julgamento efetivo contra os militares e civis que organizaram o golpe. Porém, na deliberação de reconciliar com os golpistas e, claro, com o setor da burguesia patrocinadora deste evento, Chávez fez de tudo para não condenar os mesmos; um a um (os almirantes Héctor Ramirez, Daniel Comiso e Carlos Molina; o general Pedro Pereira e o coronel Isidro Pérez), todos vão sendo absolvidos pelos seus crimes, mesmo comprovada a matança. O próprio Pedro Carmona é um caso emblemático: em julgamento absurdo, é-lhe determinada prisão domiciliar; um mês após o golpe, fazendo sua caminhada

matinal, consegue “despistar” os agentes de segurança e foge para embaixada da Colômbia. De lá, recebe salvo conduto de Chávez e sai da Venezuela.

Como se não bastasse a impunidade dos algozes, Chávez reprime duramente a população, que explodia em manifestações nas ruas, também cobrando justiça; afinal, não se tratava apenas de confabuladores que derrubaram o presidente eleito, mas dos assassinos de centenas de pessoas. Toda aquela sangria ficou impune, e, mais uma vez, o próprio Chávez deu novo fôlego aos golpistas.

Diante da abstenção em julgar os golpistas, estes recompõem suas forças e vão tentar outra vez derrubar Chávez, em dezembro de 2002, naquilo que ficou conhecido como *Paro Petrolero* ou *lockout*. Agora a *Petroleo da Venezuela S.A.* – PDVSA – é o centro da confabulação e não diretamente as Forças Armadas.

O plano foi elaborado com o objetivo de asfixiar a economia, por meio da interrupção da produção do petróleo, principal fonte econômica do país. A velha direção da PDVSA era composta por engenheiros e espertos do petróleo que possuíam seus vínculos com os antigos dirigentes dos partidos AD e COPEI. Para interromper a extração, circulação, e refino do petróleo, a alta gerência colocou a produção em alta durante os meses que antecederam dezembro, conseguindo encher todos os reservatórios de petróleo cru e de produtos industrializados, como o óleo diesel e a gasolina, o que entre outros aspectos, afastava a desconfiança do *paro*.

Feito isso, de uma hora para outra, abandonaram seus postos de trabalho, depois de sabotarem, desligarem equipamentos e máquinas. Também sumiram com os códigos necessários para o funcionamento eletrônico da empresa e mandaram seus subordinados voltarem para casa. A chave era a completa automação da PDVSA, controlada pelos golpistas; eles fiaram no monopólio do controle tecnológico que detinham. Para fazer a prospecção do petróleo *in natura*, os tanques devem ter capacidade de receber o petróleo cru, mas, naquele momento, estavam cheios, e o bombeamento, prospecção, distribuição eram automatizados. Em efeito cascata, não se podia baixar o nível dos tanques e os navios petroleiros haviam parado de carregar; não se podia refinar gasolina e também não havia onde estocá-la. Tudo parou. Mas mal sabiam os articuladores do *paro* que por pouco tempo.

5 - Mais resistência operária e popular

O país estava parado, não havia como movimentar externamente a produção de petróleo, tampouco internamente se podia transportar mercadorias, pois nos postos de abastecimento não havia combustível. A produção industrial também

parou; supermercados, estabelecimentos comerciais em geral; os bancos alegavam incapacidade técnica para o funcionamento; paulatinamente, ia-se decretando adesão ao *lockout*. Faltava de tudo no país, produtos alimentícios, gás de cozinha etc.

Nesse quadro, a população pobre, parte organizada nos *Círculos Bolivarianos* – agrupamento de pessoas que se auto identificavam com o chavismo –, organizou intuitivamente uma resistência: primeiro, mantendo a calma, evitando os saques ou medidas individuais; fazendo sacrifícios, andando a pé, organizando comida coletiva para suprimir a falta de gás – pessoas chegaram a retirar as portas de madeira de suas casas e até memos utilizar suas camas como lenha –; assumindo o controle de alguns estoques; ou seja, procurando de todos os modos encontrar uma solução. Nesse conjunto de ações, a unificação com o setor operário foi a que surtiu maior efeito.

5.1 CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO

Concomitante aos setores populares, setores operários procuravam uma solução para que o país voltasse a funcionar. Foi em Puerto La Cruz, especificamente, na refinaria dessa cidade, que um grupo de trabalhadores petroleiros organizados em uma corrente sindical chamada *La Jornada* deu início ao maior protagonismo da classe operária deste início de século XXI. Estes petroleiros, com apoio de *experts* populares, conseguiram modificar a programação eletrônica e controlar a tecnologia, façanha que foi chave para a vitória do movimento. Concomitante a isso, em meio à disputa medonha com a gerência da empresa, conseguiram desalojar os golpistas da empresa com o apoio desses setores populares organizados a partir dos *Círculos Bolivarianos* e também de um setor militar. Assim, conseguiram resguardar os limites da refinaria e do terminal de abastecimento de Guaraguao.

Com essa ação, ganhou-se a consciência de outra parcela significativa dos trabalhadores que haviam parado por medo de demissões ou mesmo de confrontos com os *Círculos Bolivarianos* – os quais a burguesia, por meio da mídia, tachou de vândalos e criminosos. Com a adesão desse numeroso setor, acumulou-se forças para reiniciar a produção e distribuição de combustível. É então que estes petroleiros, apoiados por populares, em suas assembleias, vão discutindo os problemas que existiam para voltar à produção e as respectivas medidas para saná-los; elege-se, entre os próprios trabalhadores, aquele mais qualificado para cada área para substituir os engenheiros e outros chefes que haviam debandado.

Formaram-se diversos mecanismos de controle operário da produção na refinaria de Puerto La Cruz. Um deles foi chamado de *Equipos de Coordinación Operacional* – ECOS.

A refinaria, sob o controle dos trabalhadores, conseguiu embarcar petróleo *in natura*, refinar o produto, produzindo gasolina e diesel e, principalmente, levantar o sistema de carregamento das carretas e realizar a distribuição no país.

Outros mecanismos mais abrangentes se desenvolveram, como os Comitês Guia, junção de diversos setores que estavam desenvolvendo o controle operário. Esses Comitês eram responsáveis pela comunicação com outros movimentos que davam sustentação ao movimento maior, faziam chegar mercadorias necessárias à produção e à própria população. Isso foi fundamental, tendo em vista que a organização foi ganhando vida na prática, e os movimentos foram construindo um objetivo comum e uma unidade de ação. Com isso, a refinaria de Puerto La Cruz passa a abastecer, além de Anzoátegui, mais 5 estados: Sucre, Guárico, Monagas, Bolívar e Nueva Esparta. Além desses estados, os petroleiros fizeram chegar combustível no Forte Tiuna, importante quartel militar em Caracas, o que era estratégico, pois, naquele momento, esses militares estavam também contra o *lockout*. Essa produção abasteceu ainda, em certa medida, a capital. Tal ação neutralizou os golpistas, que aguardavam o caos e a revolta popular para iniciar o golpe armado.

Criou-se também instrumentos na Ciudad de Guayana, principal região siderúrgica do país; lá, os trabalhadores ocuparam as plantas e mantiveram a produção por meio de uma luta heroica para garantir o abastecimento de gás que vinha do estado de Anzoátegui para os fornos de fundição. Os trabalhadores do complexo gasífero da cidade de Anaco, sob a ordem dos gerentes golpistas, cortaram o gasoduto fornecido desde Anzoátegui. No entanto, os operários da siderurgia de Guayana se armaram e foram em enorme comissão até a cidade de Anaco; após intensas negociações com os trabalhadores do complexo gasífero os gerentes e o prefeito da cidade garantiram o envio do gás.

O controle operário e também popular se desenvolvia por diversos setores; populares organizados em comitês também passaram a ocupar empresas e a controlar os estoques, fazendo a distribuição dos gêneros à população. No mar, os navios petroleiros venezuelanos nos quais seus comandantes se recusavam a transportar o produto eram assumidos pelos tripulantes das embarcações. Dessa vez, a força operária e popular venezuelana deixou o maior ensinamento dos tempos contemporâneos para a classe trabalhadora mundial: os trabalhadores não nasceram para executar ordens, eles têm plena capacidade de controlar a produção!

6 - O desmonte do controle operário

Desde 2001 até março de 2003, todos os movimentos golpistas de oposição a Chávez são derrotados pelas ações das massas – a última delas e de maior representatividade foi o contra-ataque ao *paro* petrolero na PDVSA. As massas haviam qualificado muito a forma de organização com a prática; o controle operário e popular continuava na refinaria de Puerto La Cruz sem que a gerência oficial pudesse reassumir a direção.

É aí que Chávez entra em cena para desmontar o controle operário, afinal, era-lhe conveniente o apoio das massas, mas sob o controle dele e não de organismos de luta independentes da própria classe. Diante desse impasse, em primeiro momento, para cooptar as lideranças, ele condecora as principais direções dos petroleiros da refinaria com medalhas de honra em um grande evento, oferece cargos de alto escalão em Caracas. Isso não surte o efeito esperado imediato; inicia-se, paralelo à política de cooptação, um processo de repressão para que entreguem a refinaria ao controle da diretoria escolhida desde Caracas. Com isso, em cerca de um ano, o controle operário, pelo aliciamento ou violência, sem apoio popular, é extinto definitivamente da refinaria.²

Nesse contexto, Chávez não deixa dúvidas de que o movimento bolivariano só tem a libertação da classe trabalhadora como retórica oportunista para canalizar as demandas sociais já postas. O movimento defendia a moralização do país contra a corrupção, benefícios sociais aos mais pobres, mas desde que todos os meios de produção continuassem nas mãos da burguesia. Isso não poderia ser diferente, uma vez que o movimento bolivariano surge nos quartéis, em meados dos anos de 1970, tendo na baixa e mediana oficialidade seus principais quadros; tem sua origem na pequena burguesia e classe média. Assim, era umbilicalmente comprometido com seus pares; logo, jamais poderia ser socialista.

O debate sobre a Venezuela é massivamente construído em termos maniqueístas, em que: de um lado, tem-se o mal representado pelo imperialismo, a saber Estados Unidos e aliados; do outro, o bem é encarnado pelo movimento bolivariano de Chávez, grande herói contemporâneo da pilhada América Latina. Essa é a convicção de grande parte da esquerda mundial. Em outra perspectiva, essa relação se inverte: Trump e companhia são os redentores do povo venezuelano, exportando democracia

2 Chávez, em rede nacional, por meio do “Alô, Presidente”, incita a população contra os trabalhadores petroleiros da refinaria de Puerto La Cruz que ainda aderiam ao movimento de controle operário, culpando-os pelos prejuízos econômicos; de heróis, passaram a rebeldes, malfeitores da sociedade.

e civilização, enquanto o “socialismo” chavista é sinônimo de atraso e barbárie. Isso é reproduzido midiaticamente, em todo o globo, e tem impactante adesão social.

No entanto, como se demonstrou aqui, a história, revisitada pelo materialismo histórico, desfaz essas ideologias: nem EUA – atualmente representado por Guaidó – é a tábua de salvação, nem o movimento bolivariano – herdado por Maduro – é socialista. A chave para se compreender essa ambiguidade começa com o *Caracazo*, em 1989. Esse evento, mais que marco da ruptura de uma antiga era na Venezuela, foi referência para os acontecimentos que levaram à situação revolucionária de 2002, marco da contemporaneidade daquele país. Embora a grandiosa ascensão das massas nesse processo, não houve organismo de classe independente; ao contrário, a rebeldia foi canalizada pela burocracia. Ademais, é neste íterim que com um pouco de sorte, grande astúcia, oportunismo e determinação Chávez consolida sua hegemonia política, sendo identificado como “o novo” pelo movimento popular que sacudia a Venezuela.

De fato, a burguesia tradicional, como já visto, opôs-se radicalmente à eleição de Chávez desde 1998 e por três vezes recorreu a golpes de Estado, todos derrotados pelo aguerrido movimento de populares e trabalhadores. Essa resistência a Chávez é ponto central para compreender a ascensão dele, que soube tirar proveito da oportunidade histórica. Isso porque o movimento dos trabalhadores, que já se organizava contra a reestruturação neoliberal da PDVSA, promovida pelo bolivariano, foi direcionado para o contra-ataque aos golpes. Ocorre que essa atuação que deveria ser momentânea, devido às direções burocratizadas, passou a ser o horizonte de luta dos movimentos sociais e operários e até hoje põe a perder as lutas.

Nesse sentido, a ira da burguesia tradicional tinha como base a disputa pelo poder interclasse, interburguesa, somada à instabilidade do retorno dos coronéis. Ademais, Chávez sequer planejou a tomada dos meios de produção pela classe trabalhadora, planificação da economia, estatização do comércio exterior, estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores e democracia operária, pilares da transição socialista; ao contrário, sabotou desde dentro o controle operário da produção na refinaria de Puerto La Cruz, reprimiu violentamente os movimentos, implementou política de reestruturação neoliberal e ainda foi complacente com os golpistas.

Dito isso, conclui-se que não se encontra personalidade tão nefasta para a classe trabalhadora e os setores populares venezuelanos quanto Hugo Chávez e o seu herdeiro do movimento bolivariano Nicolás Maduro. Essas figuras, arrotando a revolução socialista, realizaram, por mais de uma vez, a contrarrevolução mais artilosa da América deste século XXI. Como se viu, existe um abismo entre o

discurso socialista e a realidade de práticas neoliberais. Isso, de um lado, dá força ao retorno da direita tradicional, como é o caso do golpista Guaidó; por outro, confunde a esquerda e os movimentos com disposição de luta bem-intencionados e desmoraliza as massas.

Referências bibliográficas

ALCÁNTARA, T. P. *Juan Vicente Gómez: aproximación a una biografía*. Barcelona: Morales i Torres Editores, S. L. 1ª Edición Española y 10ª Edición Venezolana, 2004.

COLMENAREZ, E. *La insurrección de febrero*. Caracas: Ediciones la Chispa, 1989.

DAMASCENO, F. S. *A face oculta da Venezuela: do controle operário da produção à hegemonia de Chávez*. SP: ILAESE, 2015.

GOMES, A; ITURBE, A; WELL, J; NETO, C. Dossiê Venezuela. *Marxismo Vivo*. Revista de política e Teoria Internacional. SP: Instituto José Luís e Rosa Sundermann. n.10, 2004. pp. 57-93.

HERNÁNDEZ, P. *El verdadero golpe de PDVSA*. Maracaibo/Venezuela: Imprenta Internacional, julio de 2006.

MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. IN: Texto 3 edições sociais. SP: Alfa-ômega, s/d. pp.199-285.

MATTEI, U; NADER, L. *Pilbagem: quando o Estado de Direito é ilegal*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MAYA, M. L. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Venezuela-Panamá: Alfadil Ediciones, 2005.

GEORGE, N. *As origens do materialismo*. SP: Sundermann, 2015.

PLEKHANOV, G. V. *O papel do indivíduo na história*. SP: Expressão popular, 2006.

ROSA, F. B. *O movimento operário na Venezuela do século XXI: dilemas da reorganização sob o governo Chávez*. SP: Sundermann, 2014.

ARTÍCULO

SOCIALISMO: LOS LEGADOS DE LA HISTORIA Y LAS PERSPECTIVAS DE CHÁVEZ**

Resumo:

Este trabalho faz um resumo da ascensão histórica de Chávez, e suas ideias sobre o socialismo. Partindo da história do planejamento socialista na segunda metade do século XX, o excerto então discute como as ideias de Chávez foram influenciadas não somente pelo contexto venezuelano, mas como por várias correntes do pensamento progressista latino-americano, assim como pela história da União Soviética e do planejamento socialista. O texto é finalizado com algumas reflexões à luz da crise econômica venezuelana atual.

Palavras-chave: Economia da Venezuela; políticas econômicas na Venezuela; história da América Latina; socialismo.

Abstract:

This work makes a summary of Hugo Chávez's historical ascension and his ideas on socialism. Departing from the history of socialist planning in the second half of the last century, the work then shows how Chávez views on socialism and his economic policies were influenced not only by the Venezuelan context, but by several trends of the Latin American progressive ideas, as well as the history of the Soviet Union and the socialist planning. The work is finished with some reflections in light of the Venezuelan current economic crisis.

Keywords: *Venezuelan economy; economic policies in Venezuela; Latin American history; socialism.*

* Profesor Asociado – Universidade Federal do ABC. Miembro del Programa de Pós-Grado em Economia Política Mundial (PPG-EPM) de la UFABC. Research Associate 2019-2021 – School of Oriental and African Studies (SOAS).

** Este artigo es una traducción del capítulo ‘Socialism: the legacies of history and Chávez’s perspectives’, da obra ‘Economy and society in Venezuela, an overview of the Bolivarian Period, 1998-2018’ (Schincariol 2020). Agradezco a la editora Springer por la amabilidad de la autorización.

Introducción

Desde 2003, las políticas gubernamentales en Venezuela declararon oficialmente perseguir objetivos socialistas. Según Hugo Chávez, la lucha por el socialismo debería mantenerse durante este nuevo siglo XXI. Pero el argumentó que debería haber un nuevo tipo de socialismo que debería tener en cuenta las tradiciones históricas e intelectuales venezolanas, así como los límites y los peligros de adoptar modelos extranjeros, particularmente el estilo soviético de las políticas económicas. Este artículo aborda la cuestión de los legados del socialismo a fines del siglo XX y cómo Chávez los interpretó. En primer lugar, el capítulo muestra algunas de las perspectivas teóricas modernas sobre la planificación socialista y sus intentos de reforma, y a la luz de eso se acerca a las ideas de Hugo Chávez sobre el socialismo. Abordamos después la doctrina Bolivariana de Chávez y sus pensamientos sobre el socialismo. El capítulo termina con una apreciación de ellos a la luz de la historia del socialismo.

1. Reformando el socialismo

La primera experiencia de una economía socialista sin una socialización completa de los medios de producción y el control de la asignación de la fuerza laboral se produjo por circunstancias históricas radicales durante la Nueva Política Económica (NEP) en la URSS (1921-1928). Como sabemos, frente a la destrucción causada por la guerra civil, los bolcheviques vieron la introducción de una planificación socialista completa como inviable, permitiendo que los mercados privados funcionen hasta la introducción del primer plan quinquenal (1928-1932). La experiencia y la literatura sobre planificación socialista tuvieron desarrollos adicionales con G. Feldman, A. Preobrazhensky y otros economistas soviéticos. Fuera de la URSS, la literatura sobre planificación socialista también se desarrolló en los trabajos de M. Kalecki, M. Ellman, M. Dobb e Y. Tinbergen (NOVE y NUTI, 1972). Después de 1945, el mundo capitalista también implementó las nacionalizaciones, así como la planificación estatal parcial y/o indicativa (FURTADO, 1977; HOBSBAWM, 1994; PONS y SERVICE, 2010).

La idea de reformar una economía de planificación centralizada a través de la introducción o el permiso de empresas privadas y la movilidad de la fuerza laboral se remonta a la década de 1960, tanto en Europa del Este como en la URSS (NOVE,

1992; KORNAL, 2008). Ya había algunos argumentos teóricos para eso. Por ejemplo, Oskar Lange había desarrollado durante la década de 1930 un modelo teórico de un sistema económico dual, donde los bienes de consumo se venderían a precios de mercado, mientras que los bienes de capital seguirían siendo controlados por la comisión de planificación (LANGE, 1936). A pesar de ser un tema controvertido en la URSS, se hicieron algunos intentos para introducir mecanismos de mercado particularmente en Hungría y en Yugoslavia, donde las empresas administradas colectivamente podían tomar sus propias decisiones sobre precios, decisiones de inversión e incluso la selección de clientes (FÜRST, PONS y SELDEN, 2017; EATWELL, MILGATE y NEWMAN, 1990).

Estas discusiones también se realizaron en China y Cuba, lo que condujo a diferentes logros (China se distanció con el tiempo, Cuba se mantuvo fiel al modelo soviético). El álgebra lineal y otros métodos matemáticos fueron desarrollados por L. Kantorovich para mejorar la planificación estatal (KANTOROVICH, 1965; WILCZYNSKI, 1972), a pesar de que las conclusiones apuntaban a una creciente dificultad de planificación a medida que la economía socialista moderna se volvió más compleja con el tiempo (ROBINSON y EATWELL, 1973; NOVE, 1992). A la luz de eso, la conclusión general fue que una economía socialista debería de hecho implementar algún tipo de decisiones descentralizadas y permitir algunos incentivos del mercado privado para lograr un crecimiento más ‘intensivo’ y no solo ‘extensivo’ (BRUS, 1973; WILCZYNSKI, 1973; LASKI y BRUS, 1991).

Sin embargo, estas discusiones se centraron principalmente en las economías socialistas ya existentes de la época, y menos en las naciones agrarias o ‘en desarrollo’ que intentan implementar el socialismo por medios ‘democráticos’. En el caso reciente de Venezuela, esta diferencia incluía (1) la ausencia de un campo socialista internacional, (2) la ausencia del monopolio político del partido socialista en el poder y (3) la ausencia de la propiedad pública de la mayoría de los medios de producción.¹

Las discusiones sobre un socialismo de mercado tuvieron un impacto en el curso de las historias soviéticas y chinas durante la década de 1980, particularmente con la búsqueda de Gorbachov de *glasnost* y *perestroika* y la adopción China de mercados privados en la agricultura, así como la aceptación de las inversiones capitalistas extranjeras en sectores específicos de la economía (ELLMAN y KONTOROVICH, 1992; BROWN, 2009). La pérdida de control de los acontecimientos en la Unión Soviética a principios de la década de 1990 y la posterior reintroducción del

1 Como observó Yaffe, “el sistema electoral venezolano ha presentado un gobierno radicalmente nuevo, pero no un estado o relaciones sociales completamente nuevos” (YAFFE, 2015, p.24).

capitalismo en todo el antiguo campo socialista, incluidas las naciones africanas donde las fuerzas de liberación socialista habían ganado la guerra sobre el colonialismo europeo, condujo al abandono de casi todas las discusiones sobre una economía socialista y la planificación socialista, teniendo Corea del Norte y Cuba los últimos restos del viejo modelo de planificación estatal completa.

Al mismo tiempo, los efectos a largo plazo de la crisis internacional de 1971-1973 en el llamado campo socialista, particularmente en su balanza de pagos, impidieron eventuales resultados positivos derivados de esas reformas. De hecho, es imposible separar por completo los fracasos de las economías socialistas de sus escenarios políticos internos y también las condiciones internacionales más amplias de los años setenta y ochenta, particularmente en Europa del Este. La mayoría de las antiguas naciones socialistas, en particular Yugoslavia, Polonia y la Alemania socialista, tenían importantes lazos económicos con Occidente. La caída en el crecimiento económico de las principales economías capitalistas durante 1973-1982 provocó la caída de las exportaciones y el endeudamiento externo de los socialistas.

Al mismo tiempo, la Unión Soviética impuso el socialismo a la mayoría de la Europa del Este después de 1945, y así aquel nunca fue aceptado completamente por la mayoría (conservadora) de las poblaciones de la región, a pesar de los progresivos logros del modelo socialista (para una discusión ver: MAZOWER, 1999; BARBOSA, 2017). Entonces, se podría argumentar que esas formulaciones teóricas hacia una economía socialista “reformada” sin una planificación estatal completa no tuvieran condiciones económicas o incluso sociales para ser implementadas, particularmente después del surgimiento de las agresivas políticas occidentales hacia la URSS después de Ronald Reagan y Margaret Thatcher.

Así, después de 1991, el socialismo aparentemente se convirtió en un problema para los historiadores, siendo tratado con creciente desprecio y cinismo. Los ex-partidos comunistas y socialistas se adhirieron a la social-democracia o incluso al neoliberalismo (uno de los casos extremos fue dado por algunos ex-comunistas italianos que una vez en el poder apoyaron el bombardeo de Yugoslavia de la OTAN). Algunas características importantes de la planificación socialista aún se conservaban en China (fuerte presencia de planificación estatal y monopolio político del Partido Comunista), pero el rápido crecimiento de la propiedad capitalista y la desigualdad en esta nación no contribuyeron a mejorar la desmoralización de los socialistas después de 1991, China se definiendo con frecuencia más como capitalista que socialista (POMAR, 2004; TOMBA, 2010; PIKETTY, 2019). Por su parte, Cuba, Corea del Norte y las naciones socialistas africanas restantes no tenían el poder geopolítico o

económico para influir en los eventos a escala mundial; sus dificultades económicas como naciones aisladas ayudaron a difundir la propaganda capitalista.

Entonces, después del final de la URSS y la conversión práctica de China en una economía predominantemente mixta (por lo menos), incluso se cuestionó la búsqueda de un socialismo de mercado, como en el enfoque neo-Hayekiano del ex-socialista Janos Kornai (KORNAI, 2008). Autores como Alec Nove aún conservaban que las características socialistas podían mezclarse con empresas privadas y “elecciones libres”, para lograr más de lo que los estados de bienestar podían dar en términos de justicia social, pero incluso estas ideas moderadamente socialdemócratas fueron consideradas progresivamente como anticuadas en un mundo de neoliberalismo estadounidense triunfante (para una actualización sobre el socialismo y las reformas de mercado, ver PONS y SERVICE, 2014). El declive e incluso la desmoralización de la influencia socialista en la década de 1990 también fueron acompañados por una suposición subyacente de que no se harían más agitaciones políticas en nombre del socialismo. Es por eso que la revolución política de Hugo Chávez en Venezuela desconcertó el nuevo sentido común establecido. Quizás no sería así en el caso de otra nación subdesarrollada. Pero Venezuela tenía las mayores reservas de petróleo del mundo, y esto cambió todo.

2. *El ascenso de Chávez*

La ascensión e ideas de Chávez se extienden a través de muchos tipos de fuentes históricas y ya han recibido mucha atención.² Estas fuentes incluyen entrevistas, discursos, documentos políticos e incluso los libros de Chávez. Estas dos secciones siguientes hacen un breve comentario sobre su ascensión histórica como líder político y sobre algunas de sus ideas económicas.

Celso Furtado no previó la posibilidad de un cambio político radical en Venezuela durante la década de 1970 (FURTADO, 1997 y 2008). Hélio Jaguaribe, otro reconocido intelectual latinoamericano, tampoco predijo la posibilidad de un cambio histórico en Venezuela por medio de una alianza entre las fuerzas de izquierda y los militares. A la luz de la crisis económica de mediados de la década de 1970, su trabajo *Crisis y alternativas para América Latina* (JAGUARIBE, 1976) predijo tres alternativas históricas principales para la región: (1) dependencia continua y la

2 Para la biografía de Chávez, ver: JONES, 2008; GOTT, 2005; CARROL, 2013; GONZALEZ, 2014; OTTERO, 2014; BISTOLETTI, 2011; MANCILLA, 2014. Para sus escritos y discursos, ver CHÁVEZ FRÍAS, 2005, 2009, 2012 y 2013.

consolidación de un llamado “colonial-fascismo” como respuesta a la disminución de las condiciones económicas; (b) la alternativa revolucionaria, basada en el marxismo-leninismo o enfoques similares “antiimperialistas”; (3) reformismo llevado a cabo por algunos “pocos partidos políticos organizados de América Latina” como, por supuesto, Comité de Organización Política Electoral Independiente – COPEI y Acción Democrática – AD en Venezuela, o algún “reformismo radical” dirigido por el ejército, como en Perú (JAGUARIBE, 1976, p.129). Sin embargo, la ascensión de Chávez y su movimiento político centrado en un “bolivarianismo socialista” podría describirse como una combinación de (2) y (3).

No es necesario ser un anti-chavista para reconocer los límites y las fallas en torno a las administraciones de Chávez, y tampoco no es necesario ser un chavista para reconocer sus méritos. Como observó Dos Santos, ‘Chávez era un lector atento y un lector voraz, que tenía la humildad de aprender con los libros y la vida’ (DOS SANTOS, 2018, p.88). Se podría hacer una evaluación psicológica más precisa de su carácter no solo mediante la interpretación de sus acciones como soldado o político, sino también por los recuerdos de aquellos que lo conocieron, y también por su comportamiento durante sus apariciones públicas, especialmente sus varias entrevistas (para quienes vivieron con Chávez, ver ELIZALDE y BÁEZ, 2004). Un estudiante disciplinado, el mestizo Chávez mostró una gran fuerza de carácter y sentido de justicia social, que puede entenderse a la luz de sus antecedentes familiares de maestros de escuela y pequeños agricultores en el campo.

La capacidad de Chávez para innovar en términos políticos ayuda a comprender por qué su proyecto político superaría a los partidos de izquierda tradicionales en Venezuela, que todavía dependían en gran medida del glosario del marxismo-leninismo. Además de ser un autodidacta en muchos campos científicos, Chávez estaba dotado de un buen conocimiento académico y militar y una memoria poderosa. Mostró desprecio por los dogmas, que se podían ver en citas que iban de Bolívar a Marx, de Nietzsche a la Biblia. Sus muchos tipos de referencias intelectuales no mostraron eclecticismo superficial, sino sus propias reflexiones sinceras, correctas o incorrectas, y el hecho de que sus firmes concepciones ideológicas no fueron el resultado de simples creencias o clichés innatos, sino de una decisión consciente. También era cristiano, enfatizando los aspectos sociales de esta religión, argumentando que Cristo había sido “el primer revolucionario socialista”.

Obviamente, estas características no impidieron conceptos erróneos o eventualmente una retórica vacía, especialmente cuando se trata de macroeconomía, un campo en las ciencias sociales que Chávez no dominaba tan bien. Hasta 2008,

a menudo mostró mucho optimismo con respecto a la economía venezolana, un optimismo que, como veremos, no se correspondía por completo con la realidad. En cualquier caso, no le preocupaban los dogmas y las concepciones *a priori*. Se movió alrededor de una confrontación dialéctica entre límites teóricos claros, como la justicia social, el anti-imperialismo, el nacionalismo y la tradición (como lo opuesto a la pura imitación de modelos extranjeros), pero siempre argumentando que la novedad y la invención deberían ser un elemento básico de cualquier proyecto político. “Inventamos o erramos” fue una de sus citas favoritas de Simón Rodríguez, el mentor de Bolívar.³

Pero es obvio que Chávez no inventó solo la doctrina de un socialismo bolivariano, ni su ascensión es un simple producto de sus cualidades inherentes. Venezuela ya había construido una tradición de antiimperialismo que se remonta a 1800, partiendo de la lucha por la independencia coordinada por Simón Bolívar y otros revolucionarios nacionales. Los políticos e intelectuales venezolanos ya habían hecho una reflexión crítica sobre los aspectos negativos de la industria petrolera para la economía venezolana; Rómulo Betancourt, por ejemplo, a menudo mencionó y discutió el tema, declarando en 1962 que “crear nuevas fuentes de riqueza y así diversificar nuestra economía, aún tan dependiente del petróleo, es una meta de la importancia del capital” (BETANCOURT, 2006, p.352).

El Partido Comunista de Venezuela fue fundado en 1931 y constituyó un importante grupo político. Como vimos, AD en sí era una tradición revolucionaria antes de convertirse en uno de los partidos gobernantes en Venezuela después de 1958. El “bolivarianismo”, la adaptación del marxismo a América Latina (incluido el legado intelectual de José C. Mariátegui), el desarrollismo y las ideas correlacionadas ya existían cuando Chávez ingresó a la academia militar.⁴ Bajo la influencia de la Revolución Cubana, los nuevos grupos revolucionarios se extendieron durante las décadas de 1960 y 1970, con muchos abandonando el Partido Comunista, que se consideró demasiado moderado (LÖWY, 1999; HOBSBAWM, 2016). Chávez mantuvo contacto con muchos de esos revolucionarios. Y durante la ascensión de Chávez, muchos otros grupos de izquierda también disputaron el poder, como el Movimiento al Socialismo – MAS, La Causa R, Patria para Todos, Proyecto Carabobo, etc. (BISTOLETTI, 2011).

3 Simón Rodríguez nació en Caracas y murió en 1854 en Perú; filósofo humanista, fue el mentor de Simón Bolívar.

4 Para relatos históricos de las ideas económicas y políticas en América Latina desde diferentes perspectivas teóricas, ver JAGUARIBE, 1967; LOVE, 1994; SADER y JINKINGS, 2007; LÖWY, 1999.

Entonces, la trayectoria de Chávez realizó la clásica situación dialéctica en la historia donde los grandes individuos son tanto el resultado de la historia pasada como una causa importante de cambio histórico. El ascenso personal de Chávez es, de hecho, el resultado de un proceso histórico, la crisis neoliberal en Venezuela a fines de la década de 1980 y la pérdida de prestigio de los grupos políticos gobernantes que conllevó. Él y sus compañeros de izquierda conspiraron contra el régimen desde fines de la década de 1970, cuando muchos oscilaban entre la guerrilla o permanecían como soldados. Al final, no abandonó el ejército, sino que comenzó a desarrollar una llamada “alianza civil-militar”, viendo esta estrategia como una forma más eficiente de alcanzar el poder (RAMONET, 2016). “Al igual que Douglas [Bravo, uno de los revolucionarios venezolanos conocidos en ese momento], yo estaba totalmente de acuerdo con una alianza civil-militar, pero pensé que la semilla del movimiento debería sembrarse y desarrollarse en el corazón del propio Ejército, desde adentro” (RAMONET, 2016, p.528).

El plan de un golpe militar ganó condiciones “subjetivas” para su implementación después del Caracazo en 1989. Como las manifestaciones populares fueron tratadas con una masacre por la administración de Pérez, esto consolidó un clima psicológico para un cambio de régimen. El 4 de Febrero de 1992 se lanzó la insurrección; fracasó, pero la administración de Pérez se debilitó. La reputación de Chávez se hizo particularmente fuerte cuando asumió la responsabilidad de la operación frente a las cámaras de televisión antes de ser arrestado, diciendo que: “Por ahora, nuestros objetivos aún no se alcanzaron”. José Vicente Rangel, vicepresidente de Chávez entre 2002 y 2007, observó con razón que esas imágenes constituían una obra maestra en términos de política de masas. Chávez estuvo encarcelado hasta 1994; mientras tanto, estudió, se reunió con militantes e intelectuales y reflexionó sobre varios temas políticos, históricos y económicos.

Librado durante la presidencia de Caldera en medio de grandes celebraciones callejeras, Chávez dejó el ejército y decidió explorar estas condiciones favorables por medios pacíficos: en lugar de organizar otra insurrección, convenció a sus aliados en el MBR-200, no sin dificultades, de que debería luchar por medios políticos, con la creación de un “frente popular”. Esta estrategia funcionó y nació el Movimiento V República – MVR.⁵ Chávez comenzó a viajar por Venezuela, siempre acompañado de su fiel discípulo, Nicolás Maduro (nacido en 1962).

5 Presumiblemente, la primera República se extendió desde 1831, cuando Venezuela se separó de Gran Colombia, hasta el comienzo de la presidencia de Juan Vicente Gómez (1908); las administraciones de Gómez, Contrera y Angarita formaron el segundo periodo; el golpe de estado de 1948 y la dictadura de Pérez Jiménez que siguió hasta 1958 constituyeron la tercera República; la cuarta República se refirió al periodo inaugurado por el pacto Punto Fijo en 1958. Según Chávez y sus seguidores, ahora debería ser reemplazado por un nuevo régimen.

Después de esos años de movilización política entre 1994-1998, y luego una campaña presidencial, Chávez fue elegido presidente en 1998. Se postuló contra Henrique Salas Römer, representando al conservador Proyecto Venezuela (que incluía miembros del antiguo COPEI). La victoria de MVR puso fin a la tradicional disputa entre los partidos COPEI y AD, que ya se había terminado con fines prácticos cuando Rafael Caldera fue elegido por segunda vez en 1994 como candidato de un nuevo partido, la Convergencia, una disidencia de COPEI. En términos políticos, Chávez había tomado una decisión clara en 1994, cuando visitó Cuba después de ser liberado. Sin embargo, en ese momento no hizo hincapié en el socialismo, sino en la independencia nacional y una nueva constituyente nacional. De hecho, su encuentro con Fidel Castro mostró una fuerza ideológica particularmente fuerte en un mundo de neoliberalismo triunfante, pero Chávez no declaró perseguir el socialismo durante su primera campaña presidencial. Insistió en la necesidad de superar el neoliberalismo y los problemas de Venezuela, relacionados con la corrupción, las viejas prácticas políticas, la deuda externa y la dependencia del petróleo. En lugar de la revolución, Chávez propuso un camino “bolivariano” para Venezuela, que comenzaría por medio de una nueva constitución.

3. *O projeto Bolivariano*

A la luz de todos estos legados intelectuales, Chávez propuso una doctrina social centrada en la historia de Venezuela, con el fin de obtener un apoyo más amplio y “nacionalizar” su proyecto político. El corto *El Libro Azul*, escrito en 1991, condensó las ideas que él y sus aliados estaban discutiendo desde finales de la década de 1970 en el Ejército.

Vivimos, efectivamente, una era donde las ideologías parecieran extinguirse. El “fin de las ideologías”, así la han llamado no pocos estudiosos de la época. El fenómeno adquiere mayores proporciones en América, particularmente en Venezuela, donde la gran mayoría de los partidos políticos, surgidos paralelamente al proceso de industrialización, derivaron en organizaciones de corte populista, totalmente vacías de contenido ideológico. Por otra parte, se ha dado persistentemente la tendencia, en nuestros pensadores contemporáneos, de buscar modelos en otras latitudes para importarlos y tratar de implantarlos en nuestras sociedades. Mientras tanto, nuestros pueblos se han ido alejando cada vez más de sus raíces históricas, allí donde seguramente se encuentran las claves para descifrar el terrible enigma que nos mantiene en un ir y venir por el abismo de la historia, ya a las puertas del siglo XXI. Las ideologías son ayudas de navegación para surcar los tiempos y los espacios, dándole rumbos precisos a las sociedades y a las naciones (CHÁVEZ FRÍAS, 2013, p.41-42).

Este libro se dividió en tres partes: “El árbol de las tres raíces”, el “Proyecto nacional Simón Bolívar” y un “Sistema ideológico”. Los escritos de Simón Bolívar, su mentor Simón Rodríguez (quien posteriormente cambió su nombre a Samuel Robinson) y el “general del pueblo soberano” Ezequiel Zamora⁶ se condensaron en el llamado “Árbol de las Tres Raíces” o “Sistema EBR”. (Ezequiel [Zamora], [Simón] Bolívar y [Samuel] Robinson). Bolívar fue el revolucionario; Rodríguez, su mentor intelectual; y Zamora fue quien “caminó junto a los llanos invocando la traicionada revolución bolivariana” (Chávez Frías, 2013, p.91).

A la luz de las ideas de Rodríguez, el “árbol con las tres raíces” debería ser un “sistema ideológico” humanista que siguiera la necesidad de “inventar nuevas instituciones para las nacientes repúblicas latinoamericanas o de errar el camino cayendo en el simplismo de copiar modelos de otros tiempos, otras actitudes, otros hombres. Es decir, si no inventamos, caemos fatalmente en el error”(CHÁVEZ FRÍAS, 2013, p.47). El proyecto nacional Simón Bolívar enfatizó la necesidad de profundizar la autonomía nacional y la soberanía popular mediante un sistema de elecciones más democrático. El libro también elaboró sobre el tipo de federalismo propuesto por Zamora y la división de los poderes estatales entre un poder ejecutivo, un poder legislativo, un judicial, un electoral y un moral (CHÁVEZ FRÍAS, 2013, p. 68).

El nuevo modelo para la sociedad debería basarse en la “participación y solidaridad”, con los “ciudadanos protagonistas”. Los modelos europeos de organización política y social siempre deben adaptarse a las condiciones latinoamericanas. Sin embargo, el socialismo no fue mencionado como tal, como si la expresión en sí no se refiriera a las realidades locales. Con respecto a la organización política del estado, Chávez observó: “los ciudadanos que integren los diferentes consejos electorales serán total y absolutamente independientes de los partidos políticos” (CHÁVEZ FRÍAS, 2013, p. 71), una propuesta que difería del tipo comunista tradicional de organización estatal, pero que era poco probable que se implementara como tal. Aquí podemos ver cómo se establecerían posteriormente las perspectivas de Chávez sobre los modelos extranjeros de organización social: no creía que los modelos extranjeros de socialismo debían ser perseguidos *per se*. En cambio, creía en la necesidad de crear algo nuevo para Venezuela, evitando los supuestos errores de mera imitación.

6 Ezequiel Zamora nació en 1817 en Cúa, Venezuela, y murió en 1860, en San Carlos, Venezuela. Fue el líder de los federalistas durante la Guerra Federal de 1859-1863.

Otra fuente importante para el pensamiento de Chávez antes de alcanzar el poder fue el corto *¿Y cómo escapar de este laberinto?*, escrito en la cárcel en 1992. Publicado por El Correo Bolivariano, periódico del MBR-200, y firmado por Chávez y los principales miembros de la organización, el documento pedía una nueva carta nacional, que debería reunir a todos los diferentes miembros de la sociedad (iglesias evangélicas y católicas, sindicatos, empresarios, campesinos, partidos políticos, indígenas, estudiantes y intelectuales). La renuncia de Andrés Pérez debe ser debatida e implementada; entonces debería llamarse un nuevo constituyente nacional. El sistema ideológico como el expuesto por el *El Libro Azul* fue invocado indirectamente como los fundamentos intelectuales de este nuevo constituyente nacional. El “gobierno de transición” debería reducir el número de ministerios y eliminar el supuesto “carácter autocrático” del Ejército.

El documento abordó las medidas económicas que deberían implementarse: el retiro del “paquete económico” de Pérez; medidas para reducir los costos de vida, fomentar el “empleo productivo” y la “soberanía alimentaria” mediante un nuevo sistema de producción y distribución a nivel nacional; la adopción de autogestión y prácticas de apoyo; un nuevo sistema tributario que permitió menores déficits fiscales; la revisión de la “carta de intenciones” al FMI; fuerte combate a la corrupción. Los miembros del MBR-200 estaban adoptando una postura antineoliberal, bajo la influencia de intelectuales socialistas y líderes políticos como Carlos Matús, Oskar Varsavsky y Julius Nyerere, pero no objetivos socialistas, en el sentido de una amplia socialización de la economía y la adopción de algún tipo de planificación central. El socialismo todavía no era el objetivo a principios de la década de 2000 y la palabra como tal no se mencionaría en los discursos presidenciales hasta 2003 (CHÁVEZ FRÍAS, 2013b).

Todavía no habíamos levantado la bandera del socialismo. Al mismo tiempo, siempre estábamos inclinados de esa manera. Miramos a Cuba y Nicaragua como ejemplos locales y, más lejos, a la Unión Soviética como un aliado potencial. La derrota del gobierno de Daniel Ortega nos golpeó duro (...) Por supuesto, la fuerza de nuestro propio movimiento, militarmente hablando, residía en el bolivarianismo. Nuestra organización militar, revolucionaria e insurgente no se vio afectada en sí misma por esos eventos internacionales. Pero en términos políticos, obviamente estábamos afectados por esa atmósfera de “fin del socialismo”. Particularmente considerando la dirección que queríamos que tomara nuestra nueva política exterior de Venezuela, buscando nuevos horizontes. (RAMONET, 2016, p. 755).

De hecho, los documentos antes mencionados contenían las pautas políticas y económicas de la primera campaña presidencial de Chávez en 1998. Criticaron a los grupos políticos gobernantes en Venezuela, la desigualdad social, el desempleo, el FMI y el neoliberalismo, pero no el capitalismo *per se*. La dependencia, el imperialismo, los monopolios y la distribución desigual fueron los principales objetivos. Estas ideas se fusionaron en las primeras pautas generales de las políticas económicas contenidas en el documento Plan Nación 2001-2007, escrito en 2001 todavía bajo un tono relativamente conservador (ver República Bolivariana de Venezuela – RBV, 2001). Mostró una combinación de enfoques heterodoxos y ortodoxos, mostrando incluso algunas perspectivas neoliberales, como la autonomía del Banco Central y el mantenimiento de un régimen de tipo de cambio flotante. En términos generales, el plan expresaba ideas genéricas del nudesarrollismo, mostrando las posiciones cautelosas iniciales de Chávez, y también el clima político prevaleciente hasta 2002. A través del Fondo Para el Desarrollo Social – FONDEN, el gobierno tenía la intención de utilizar el excedente proporcionado por Petróleos de Venezuela S.A. – PDVSA (la mayor empresa petrolera de Venezuela, estatizada en 1999) para mejorar las condiciones fiscales durante las recesiones y diversificar los recursos petroleros en otras formas de inversión.⁷ La autonomía, el crecimiento endógeno, la industrialización, la sustitución de importaciones, la diversificación, etc., aparecieron como los principales objetivos a alcanzar, siguiendo las ideas de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL, incluidas las de Osvaldo Sunkel.

7 En otros términos: diversificar la estructura económica; alcanzar un crecimiento económico sostenible; eliminar la severa volatilidad económica; refinar petróleo y desarrollar la producción nacional de maquinaria y tecnología; desarrollar la “economía social”; alcanzar saldos fiscales y mayores tasas de ahorro e inversión; reforzando las empresas de pequeña escala y cooperativas y la producción nacional de alimentos; reforzamiento de las condiciones institucionales; desarrollo de los mercados financieros internos (ver República Bolivariana de Venezuela, 2001; CAMPBELL y CÔMERT, 2009). La tasa de cambio entre la venta de las monedas fuertes de PDVSA y el Banco Central se determinaría de acuerdo con el contexto, sin estar vinculada a ninguna de las tasas de cambio existentes. De acuerdo con la PDVSA, el Acuerdo de Intercambio número 35 “establece las reglas que regirán las operaciones del régimen de control de cambio de moneda extranjera que fija el tipo de cambio protegido (DIPRO) a Bs.9.98 por dólar para compras y por dólar para ventas a su precio de fecha efectiva. Dicho acuerdo de intercambio también indica las actividades a las que corresponde cada tipo de tipo de cambio. Transacciones de compra y venta de divisas generadas por las operaciones de exportación y / o venta de PDVSA y sus actividades subsidiarias de hidrocarburos, así como las de las Empresas Mixtas mencionadas en la Ley de Hidrocarburos Orgánicos, la Ley Orgánica de Hidrocarburos Gaseosos y la Ley Orgánica para El desarrollo de las actividades petroquímicas se completará con cualquiera de los tipos de cambio previstos en este acuerdo de intercambio (reducido en 0.25% para ventas), teniendo en cuenta la programación, coordinación y evaluaciones realizadas por la Vicepresidencia sectorial de Economía, el Ministerio de People’s Power for Banking and Finance, y el BCV, sobre la base de las políticas establecidas y la disponibilidad de monedas extranjeras para satisfacer las necesidades de la economía, regidas por el tipo de cambio mencionado en este acuerdo” (PDVSA, 2016, p. 74).

Chávez decidió “izar la bandera del socialismo” después de las dificultades políticas y económicas de 2002-2003, que involucraron un golpe de estado contra él, su secuestro y las huelgas en PDVSA. Después de regresar al poder, se tomó una decisión clara para reforzar su apoyo popular a través de un nuevo atractivo político. Chávez comenzó a creer sinceramente en él, comenzando al mismo tiempo a usar el poder de las ideas socialistas para movilizar a la sociedad y particularmente a los pobres. Este debería ser el “socialismo para el siglo XXI”, sugiriendo que el “viejo” debería ser superado. En términos teóricos, esta fue una instancia legítima e interesante, pero también implicaba que las lecciones de la historia y la teoría económica también pueden ser ignoradas...

Al reclamar un nuevo socialismo, Chávez estaba tratando de evitar la desilusión general nacida de la historia soviética y también tratando de desarrollar un proyecto político en torno a los rasgos históricos venezolanos. Este “nuevo” socialismo debería basarse en la movilización constante de la sociedad civil, la legislación progresiva, los servicios públicos gratuitos, así como el fomento no solo de las empresas estatales, sino también de las cooperativas, las empresas de “producción social” y la reforma agraria; políticamente, debería basarse en medios democráticos, un lugar para garantizar el ‘mercado’, incluidas las empresas privadas. Debe evitarse la eliminación inmediata de las empresas privadas como tales. La dependencia del petróleo, el imperialismo y el monopolio fueron los problemas económicos fundamentales a los que se enfrentó. Solo las fracciones improductivas de la burguesía deberían ser atacadas. No se mencionaron menciones a objetivos físicos y se mencionó un plan de coordinación general que vinculaba al gobierno central y las “comunidades”; el socialismo debería excluir los medios forzados para la acumulación de capital, naciendo básicamente de decisiones locales participativas.

En consecuencia, las pautas económicas de la economía después de 2003 se basaron en estos supuestos. Los aspectos intelectuales de esta nueva etapa ideológica y política pueden rastrearse desde muchas fuentes, incluido el tipo de literatura que Chávez leyó y solía mencionar (Kenneth Galbraith, Noam Chomsky, Istvan Mészáros, etc.), pero principalmente a partir de sus propias palabras. Estos se condensaron con más claridad en el llamado *El Libro Rojo*, el estatuto del nuevo Partido Socialista Unificado de Venezuela – PSUV creado en 2007. Chávez fue su primer presidente. La mayoría de las organizaciones políticas anteriores bajo la influencia política de Chávez, como el Movimiento V República, la Unidad Popular Venezolana, la Liga Socialista, el Movimiento Tupamaro y otros grupos de izquierda, fueron todos se fusionaron en el nuevo PSUV (pero el Partido Comunista se quedó afuera).

El PSUV se asumió como un partido socialista que lucha por una Venezuela socialista que todavía no existía. Destacó los peligros del imperialismo contemporáneo y la necesidad de una interpretación ecológica del crecimiento económico. La mayoría de los medios esenciales de producción deben ser nacionalizados. Las alianzas tácticas y estratégicas podrían eventualmente hacerse con “otras fuerzas” en la “lucha por el socialismo” (PSUV, 2010, p.85). La democracia “burguesa” debe dar lugar a la “democracia participativa y protagonista”. Se debería combatir la corrupción y la burocratización.

La dependencia del petróleo y el consumismo deberían dar lugar a la diversificación económica y la “plena satisfacción de las necesidades humanas” (PSUV, 2010, p.43). También se debe fomentar la agricultura, así como el equilibrio entre el crecimiento impulsado por las exportaciones y el crecimiento endógeno (PSUV, 2010, p.125-126). Aparentemente, el partido hizo una autocrítica al observar que durante los primeros años del ahora llamado Gobierno Revolucionario Bolivariano, “se le dio prioridad a la inclusión social [que] exigía respuestas rápidas y masivas”; esto aparentemente significaba que según el partido, el gobierno no daba prioridad a una tasa rápida de inversiones. Las misiones (políticas sociales gubernamentales centradas a nivel local) se crearon como un medio para “superar la estructura burocrática y pesada del viejo estado burgués mediante las rentas petroleras”(PSUV, 2010, p. 28). Ya era hora (2007) de luchar por una Venezuela socialista (p. 29), que debería construirse de abajo hacia arriba, por medio de más comunas, consejos comunales y “consejos revolucionarios de trabajadores y estudiantes” (p.33).

Como se puede ver, los fundadores del PSUV aparentemente estaban tratando de recuperar aspectos de las estructuras soviéticas originales que condujeron a la revolución de 1917; pero a pesar de algunas breves menciones a la planificación económica (PSUV, 2010, p. 32, p.108 y p.130), aparentemente ignoraron las vicisitudes históricas del estado soviético “posrevolucionario” y sus equivalentes en Europa del Este y Asia. Excluyendo a Mao y Guevara (durante algunos años), la mayoría de las figuras históricas citadas por el estatuto del PSUV no participaron en la construcción del llamado “socialismo real”, con sus estados centralizados. De hecho, estos estados posrevolucionarios no fueron tomados como “estados socialistas” y su funcionamiento relacionado no merecía mucha atención, incluida la Yugoslavia de Tito, que debería haber sido una referencia obvia a Chávez y al PSUV no solo porque esa antigua nación se inauguró la discusión sobre el socialismo de mercado y las empresas autogestionadas en una economía socialista, pero también debido a su papel en el movimiento de los países no alineados al que Venezuela también pertenecía.

Los fundadores del PSUV no mencionaron a los principales pensadores socialistas del “socialismo real existente”, incluidos economistas conocidos como Oskar Lange, Michal Kalecki, Leonid Kantorovich, etc., o incluso el (trotskista) Ernest Mandel, quien criticó en detalle la economía soviética (MANDEL, 1962, capítulos XV-XVII). Marx, quien, como sabemos, nunca habló sobre el funcionamiento concreto de una economía socialista, fue tomado como la principal referencia teórica en términos de políticas económicas. “Es necesario tomar los instrumentos teóricos de la crítica de la economía política como elaborado por Marx y autores marxistas para elaborar una crítica de la economía política para la transición [socialista] que da soluciones [no solo] a problemas generales sino también a problemas inmediatos y concretos” (PSUV, 2010, p.117).

El Partido se esforzará por formar a sus militantes en el Árbol de las Tres Raíces – el pensamiento y la acción de Simón Bolívar, Simón Rodríguez y Ezequiel Zamora – y rescatará con sentido crítico las experiencias históricas del socialismo, adoptando como guía el pensamiento y la acción de revolucionarios y socialistas latinoamericanos y del mundo, como José Martí, Ernesto Che Guevara, José Carlos Mariátegui, Rosa Luxemburgo, Carlos Marx, Federico Engels, Lenin, Troski, Gramsci, Mao Tse-Tung y otros que han aportado a la lucha por la transformación social, por un mundo de equidad y justicia social, en una experiencia humana que tiene antecedentes remotos, como la cosmovisión indio afro americana, el cristianismo, la teología de la liberación (PSUV 2010, p.38).

Es cierto que el partido adoptó muchas características leninistas. Declaró tener un “líder eterno” – Hugo Chávez –, y representar los intereses del “proletariado urbano y rural y otros sectores explotados” sobre la base del centralismo democrático (p.53). Los militantes tenían una lista de obligaciones, centrada en un ethos socialista. Se debería organizar una nueva V Internacional Socialista (p.95). Pero la llamada comuna debería ser la base de la nueva sociedad y el estado socialista. Podrían existir varios tipos de propiedad, pero la mayoría de los medios de producción no deberían pertenecer a individuos privados o grandes corporaciones privadas; la propiedad privada debe tener una “función social”. El gobierno debería fomentar las empresas estatales, incluidas sus eventuales asociaciones con empresas extranjeras. Pero las empresas estatales deberían transferirse progresivamente a los consejos comunales, es decir, los consejos comunales (PSUV 2010, p.119). Aquí, el modelo propuesto tenía un precedente histórico obvio, que era el tipo de socialismo yugoslavo; Chávez y el PSUV, sin embargo, no lo dieron por sentado, siendo el caso cubano su referencia favorita, aunque no del todo (YAFFE, 2015).

3. Una apreciación

Una cosa interesante sobre Chávez y el entonces llamado Movimiento V República es que, a diferencia de otros líderes y partidos progresistas después de la caída del muro de Berlín, no rechazaron un proyecto socialista como tal. Era como si las fuerzas de izquierda de Venezuela fueran casi autónomas con respecto a los acontecimientos mundiales posteriores a 1989 (como Chávez le dijo a Ramonet; ver RAMONET, 2016). Por medio de lecturas personales y también estudios académicos, Chávez llegó a conocer las deficiencias del modelo político y económico soviético y decidió superarlas, aunque conservando el llamamiento socialista por la igualdad y la soberanía nacional tan común en África y Asia durante el último siglo. En consecuencia, él personalmente no propuso una socialización completa de los medios de producción en Venezuela en 1998, y no pareció proponerlo incluso después de 2003, a pesar de las declaraciones del PSUV sobre estos asuntos. Todavía pensaba que, siendo Venezuela una nación pobre, los capitales privados productivos, incluidos los extranjeros, aún eran necesarios incluso en el socialismo (MANCILLA, 2014).

Inicialmente, Chávez planeó una radicalización de la democracia burguesa o algo más que eso, también sin perseguir un monopolio completo del poder político para su partido. Teóricamente, sus partidarios tendrían que convivir con la oposición: conservadora, virulenta, diversificada (hoy hay más de noventa partidos políticos en Venezuela). Más allá de las creencias originales de Chávez en la democracia como un aparente “valor universal”, de hecho no había otra forma de comportarse en 1998, dada la cantidad de grupos políticos opuestos en la nación y el estado de ánimo internacional contra las perspectivas comunistas durante la década de 1990. Así, Chávez propuso en primer lugar un modelo político basado en una lucha permanente, en su carisma entre el pueblo y el ejército, y en acciones concretas hacia los pobres: “la burguesía y sus aliados – en casa y en el extranjero – nunca nos abandonarán en paz. Y eso es normal en rivalidad democrática. Tenemos que acostumbrarnos, por lo tanto, a vivir en un estado de lucha permanente, en conflicto permanente, en revolución permanente (RAMONET, 2016, p.976).⁸

8 Para evaluaciones positivas o moderadas de las políticas de Chávez, ver HARNECKER, 2005 y GUEVARA, 2005 (entrevistas con Chávez); CLAIRMONT, 2007; BRUCE, 2008; JONES, 2008; MARTINEZ, FOX y FARREL, 2009; GONZALEZ, 2014; CICARELLO-MAHER, 2016; STRØNEN, 2017; para críticas de acuerdo con la visión negativa del “populismo” de Chávez, ver HAWKINS, 2010; ver igualmente CORRALES y PENFOLD, 2011 y HAUSMANN y RODRIGUEZ, 2014 para críticas neoliberales; para una interpretación laclausiana de Chávez, ver BRADING, 2013; para otras críticas, ver también SANTOS, 2016 y SUTHERLAND, 2018.

No hay razón para suponer que estas declaraciones no fuesen sinceras, pero a medida que pasó el tiempo, Chávez evidentemente se aprovechó del hecho de que el partido estaba creciendo en apoyo popular para aceptar elecciones más o menos libres, también tomando medidas cubiertas para reforzar su poder, como reformar las Fuerzas Armadas y crear una milicia popular. Este camino evitó la apatía política y la crítica extranjera, que también eran importantes en un mundo de feroz oposición a cualquier tipo de políticas económicas y sociales radicales. Pero desde el punto de vista de la planificación estatal y el monopolio del poder político por el partido socialista gobernante, esto se revelaría a sí mismo como un juego peligroso, ya que la oposición intentó un golpe de estado, ganó algunas elecciones, gobernó administraciones regionales y mantuvo un ataque abierto a través de diferentes medios. El giro hacia un proyecto socialista aparentemente redujo las creencias de Chávez o la defensa pública de la democracia (liberal), pero el profesó la necesidad de elecciones hasta el final.

De todos modos, los peligros traídos por el golpe de estado en 2002 llevaron al cambio político de Chávez hacia el socialismo. Pero este socialismo no se basó en los modelos económicos soviético o chino, lo que había llevado al logro de altas tasas de crecimiento económico a lo largo del tiempo, bajo diferentes condiciones. Chávez dio por sentado que esos modelos no eran de hecho socialistas, desestimando sus logros históricos y particularmente la teoría y las técnicas económicas detrás de la planificación económica. Para evitar la “burocratización”, la propiedad estatal debe transferirse a los productores locales, pero, curiosamente, no se hizo referencia al modelo yugoslavo de autogestión, como si el nuevo modelo “bolivariano” comenzara casi de la nada, o teniendo como principal referencia la experiencia cubana, que no eran exactamente autogestionarias. Las perspectivas yugoslavas originales de luchar contra la jerarquía y la propiedad ausentista en los lugares de trabajo podrían haberse tomado como un punto de partida paralelo al caso cubano; había mucha literatura sobre este tema (ver, por ejemplo, ADIZES, 1977). Por supuesto, nadie puede negar que el modelo soviético pudiera ser reevaluado e interpretado en perspectiva histórica. Pero las propuestas hechas sobre esta postura ya se habían probado en otros lugares, y se vio que también tenían problemas. Hubiera sido muy útil recurrir a estas experiencias pasadas antes de confiar tanto en la autogestión y la descentralización, lo que no podría simplemente tomarse como una herramienta mágica para superar los problemas de la planificación económica. En cuanto a Yugoslavia,

the process of implementation of these ideas [market socialism and self-management] was gradual and by no means straightforward. The problem of de-controlling prices and foreign economic relations, both essential for creating competitive conditions, proved to be particularly difficult. (...) Empirical evidence suggests that the attempt to combine market mechanism with self-management of the Yugoslavian kind generate problems unknown either to capitalist market economy or to full-fledged cooperatives operating in a market environment. Decentralization of state functions substantially enhanced the power of local organizations (particularly at level of national republics and autonomous regions) which led to strong autarkic tendencies that not only had a disruptive effect on the unity of national market, but also made easier to overrule the commercial principles of operation (e.g. of the banks) by political-administrative interference. (...) Excessive fragmentation resulted in some cases. (...) [T]he end of the 1970s and the beginning of the 1980s brought substantial deterioration in this respect (slowdown of growth, high unemployment, accelerated inflation, fall in real earnings), which prompted renewed scrutiny of the effectiveness of the Yugoslavian model (BRUS, 1990, pp. 169-171).

Al reflexionar sobre los escritos sobre “burocratización” realizados por economistas de izquierda, Alec Nove también se mostró escéptico con respecto a muchos aspectos de esas críticas.

It cannot be too strongly emphasised that complexity is not just a quantitative matter: as Marxists should know, quantity passes into quality. Such vital questions as decentralisation and centralisation, plan and market, the interests of the part and the interests of the whole, the identification of the public good, the alienation of individuals, the necessity and dangers of hierarchy and bureaucracy and, incidentally, most of the major problems now plaguing the Soviet economy, all arise directly or indirectly out of the vast scale and innumerable interdependencies of the modern industrial economy. It will not and cannot be “simple”. The economy cannot be planned and run “like the post office”. It is not just a matter of technique plus accounting-arithmetic, as Lenin (before 1918) seemed naively to imagine. (...) Then some other departments (numerous different departments, because of the scale of the task) have to ensure that the means are available, or can be produced, or provided from stock. Even the most “motivated” worker, manager, or production-planning department cannot ensure that action is taken unless the means are provided, and the means (i.e. the various inputs) are bound to be administered by several other departments. Hence the paperasserie, interdepartmental conferences, regulations, delays, inconsistencies, the need to refer questions to higher authority, and other well-known examples of bureaucracy. To denounce it is easy, but it has its vital role in production in a centrally planned marketless economy, and so it grows and “flourishes” (NOVE, 1992, pp.33-35).

En el caso del modelo soviético de planificación económica, Chávez repitió con frecuencia algunos de los lugares comunes más conocidos, aunque también parecía entender que los problemas de una economía socialista eran muy complejos

y debían ponerse en un contexto histórico. “Recordemos la Unión Soviética, que se fue con el viento. Nunca hubo democracia en la Unión Soviética, nunca socialismo; sus líderes nunca se dieron cuenta, o no pudieron hacer nada”; sin embargo, el “culpable también proviene de las agresiones externas, sabotajes económicos, guerras biológicas” realizadas por el “Imperio” (los Estados Unidos) (CHÁVEZ FRÍAS, 2012, p.16).

En cuanto al caso del modelo chino después de Deng Xiaoping, que mantuvo un papel decisivo para la planificación estatal incluso después de la adopción de reformas de mercado, Chávez simplemente no habló de ello. China importaba como un importante socio comercial o aliado geopolítico; pero aparentemente a Chávez tampoco le importaba el funcionamiento concreto de la estructura económica híbrida china, tal vez porque pensaba que China estaba demasiado lejos y era muy diferente (para las referencias de Chávez sobre China ver CHÁVEZ FRÍAS, 2013b, vols. II-III).⁹

Un sistema productivo que quiere activar la participación plena de los productores asociados, los trabajadores, requiere de una multiplicidad de procesadores “paralelos”, coordinados de la manera adecuada, así como de un correspondiente sistema operativo que sea radicalmente diferente a la alternativa operada de manera central, trátase de la economía dirigida capitalista o de sus bien conocidas variedades poscapitalistas presentadas engañosamente como “planificación” (CHÁVEZ FRÍAS, 2012, p.24).

Entonces, la idea de que el “socialismo es una invención” y que nadie “sabía cómo construirlo”, que Chávez afirmó repetidamente, a menudo se hacía con declaraciones más o menos superficiales. Las ideas de Chávez y del PSUV sobre el socialismo se colocaron entre la defensa de las experiencias acumuladas del pasado y la necesidad de nuevas rutas en un mundo en rápida evolución. Pero esta posición, que estaba anclada en muchos prejuicios inocentes con respecto a la Unión Soviética y el antiguo campo socialista, a menudo condujo a despreciar la experiencia pasada, desperdiciando conocimientos valiosos y útiles que podrían adaptarse a las condiciones venezolanas. Esta postura condujo a contradicciones. Cuando Chávez afirmó que “no debemos perder de vista, compañeros y compañeras, la parte medular de este proyecto: no debemos seguir inaugurando fábricas que sean como una isla, rodeadas del mar del capitalismo, porque se lo traga el mar” (CHÁVEZ

⁹ Durante una entrevista a Daniel Filmus (político argentino), en el Canal 7 del servicio público argentino de televisión, aquel le preguntó a Chávez qué era el socialismo. Él respondió: “¡Es lo que está escrito en los libros de Marx y Lenin!”. Pero no se hicieron referencias a – por ejemplo – Mao, Tito o Deng. Se puede ver aquí la influencia de los trabajos de Trotsky en las perspectivas de Chávez.

FRÍAS, 2012, p.27), debería haber concluido que la autogestión y la participación local deberían haber sido equilibradas con algún tipo de decisiones centralizadas y decisiones de acumulación forzada tomadas por el centro. De hecho, “the process of planning and counter-planning involves a mutual submission and discussion of planning suggestions, designed to lead to the adoption of a plan which is feasible for the enterprise and ensures that the resources of each enterprise are used in accordance with national requirements” (EATWELL y ROBINSON, 1973, p. 282); pero, ¿cómo asegurar los requisitos nacionales si los productores locales toman decisiones independientemente del gobierno central?

Por lo tanto, el estatuto del PSUV, así como los “planes socialistas” posteriores del gobierno desde 2003, estaban llenos de indignación moral y tendencias generales a ser alcanzadas, pero no mencionaron técnicas más específicas históricamente relacionadas con las políticas socialistas. Esta postura está relacionada con las políticas económicas limitadas adoptadas durante el período 1998-2018 y puede tomarse al menos como una razón parcial del comportamiento desequilibrado de la economía.

Incluso en el caso de un “estado comunal” sin una planificación central adoptada, las empresas autogestionadas deberían haber sido estimuladas por la implementación de decisiones macroeconómicas que les aseguraran una demanda agregada, como: prioridad a la manufactura, incluidos los bienes comercializables; medidas más fuertes para impulsar la agricultura, incluso mediante un tipo de cambio devaluado; mayores impuestos por consumo improductivo e igualación de salarios; una postura mucho más fuerte sobre la especulación privada con reservas extranjeras y productos básicos etc. Pero la economía experimentó tasas de inversión a la baja en términos del PIB, particularmente en los sectores manufactureros; tasas bajas o decrecientes de producción agrícola per cápita; creciente propensión a importar; la especulación se extendió rápidamente; y la reducción de los salarios reales aumentó la participación de las ganancias en el PIB sin ser utilizada como una fuente adicional de ahorro por parte del gobierno, particularmente después de 2013.

Los productores locales no pudieron tomar las decisiones para corregir todas estas tendencias correlacionadas; era tarea del gobierno central. Junto con la crisis en los mercados petroleros desde 2008 y la feroz oposición interna de los grupos privados, las políticas macroeconómicas adoptadas por el gobierno también deben tenerse en cuenta en una evaluación más amplia de las deficiencias de la economía venezolana durante el período 1998-2013.

Referencias Bibliográficas

- ADIZES, I. *Autogestión: la práctica yugoslava*. Mexico City: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- BARBOSA, W. N. *One Hundred Years of Learning: The Russian Revolution of 1917 Agrarian South*, 6 (2): 221-236, 2017.
- BRADING, R. *Populism in Venezuela*. London: Routledge, 2013.
- BETANCOURT, R. *Selección de escritos políticos (1929-1981)*. Caracas: Fundación Rómulo Betancourt, 2006.
- BISTOLETTI, E. L. *Estudio sobre los orígenes del Chavismo*. Madrid: Editorial Académica Española, 2011.
- BROWN, A. *The rise and fall of communism*. New York: Harper-Collins, 2009.
- BRUCE, I. *The real Venezuela*. Norwich: Pluto Press, 2008.
- BRUS, W. *The economics and politics of socialism*. London, Routledge, 1973.
- _____. Market socialism. IN: EATWELL, J.; MILGATE, M; Newman, P. (org) *Problems of the planned economy*. London, Macmillan, 1990.
- CARROL, R. *Comandante, Hugo Chávez's Venezuela*. London: Penguin Press, 2013.
- CICCARIELO-MAHER, G. *Building the commune. Radical democracy in Venezuela*. London, Verso, 2016.
- CHÁVEZ FRÍAS, H. *El Libro Azul*. Caracas, Gobierno de Venezuela, 2013.
- _____. *Discursos del Presidente ante la Asamblea Nacional (1999-2012)*, vols I-IV. Caracas: Feditorial de la Asamblea Nacional William Lara, 2013b.
- _____. *Golpe de Timón*. I Consejo de Ministros del nuevo ciclo de la Revolución Bolivariana. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2012.
- _____. Introduction. IN: BROWN, M. (ed) *The Bolivarian Revolution*. London, Verso, 2009.
- _____. *Selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela*, vols 1-8. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.

CHÁVEZ FRÍAS *et al* Una propuesta. ¿Y como salir de este labirinto? IN: El Correo Bolivariano. Movimiento Revolucionário – 200, 1992. Available on <https://dolartoday.com/este-es-el-documento-original-de-chavez-llamando-la-transicion-firmas/>

CLAIRMONT, F. *Cuba and Venezuela, the nemeses of imperialism*. Malaysia: Citizens International, 2007.

CORRALES, J; PENFOLD, M. *Dragon in the tropics*. Washington: Brookings Institution Press, 2011.

DOS SANTOS, F. L. *A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana*. São Paulo, Editora Elefante, 2016.

_____. *Uma história da onda progressista Sul-Americana (1998-2016)*. São Paulo, Editora Elefante, 2018.

EATWELL, J; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (org.) *Problems of the planned economy*. London: Macmillan, 1990.

ELIZALDE, R. M.; BÁEZ, L. *Chávez nuestro*. La Habana: Casa Editora Abril, 2004.

ELLMAN, M.; KONTOROVICH, V. *The disintegration of the Soviet System*. London: Routledge, 1992.

FURTADO, C. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2008.

_____. *Obra autobiográfica*, Tomo III. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. *Economic development of Latin America*. Cambridge: Cambridge Economic Press, 1977.

GONZALEZ, M. *Hugo Chávez, socialist for the twenty-first century*. Ewards Bros, Pluto Press, 2014.

GOTT, R. *Hugo Chávez and the Bolivarian Revolution*. London: Verso, 2005.

GUEVARA, A. *Chávez, Venezuela and the new Latin America, an interview with Hugo Chávez by Aleida Guevara*. New York: Ocean Press, 2005.

HOBBSAWM, E. *The age of extremes*. London, Penguin Books, 1994.

_____. *Viva la Revolución*, Hobsbawm on Latin America. London: Little Brown, 2016.

HARNECKER, M. *Understanding the Venezuelan revolution*. Hugo Chávez talks to Marta Harnecker. New York: Monthly Review, 2015.

HAUSMANN, R.; RODRÍGUEZ, F. (org.) *Venezuela before Chávez, anatomy of an economic collapse*. The Pennsylvania State University, 2014.

HAWKINS, K. *Venezuela's Chavismo and Populism in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

JAGUARIBE, H. *Problemas do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *Crises e alternativas da América Latina*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

JONES, B. *¡Hugo! The Hugo Chávez story from mud hut to perpetual revolution*. New Hampshire: Steerforth Press, 2008.

KANTOROVICH, L. *The best use of economic resources*. Oxford: Pergamon Press, 1965.

KORNAI, Y. *From socialism to capitalism*. Budapest: CEU Press, 2008.

LANGE, O. *On the economic theory of socialism*, part 1. *The Review of Economic Studies* 4 (1): 53-71, 1936.

LÖWY, M. *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

MANCILLA, A. S. *El pensamiento económico de Hugo Chávez*. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales, 2014.

MANDEL, E. *Traité d'économie marxiste*, tome 2. Paris, René Juliard, 1962.

MARTINEZ, C; FOX, M; FARREL J (org.) *Venezuela speaks! Voices from the grassroots*. Oakland: PM Press, 2010.

MAZOWER, M. *Dark continent*. London: Penguin Books, 1999.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *A desordem mundial, o espectro total da dominação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

NOVE, A. *The economics of feasible socialism*. London: Harper-Collins, 1992.

NOVE, A; NUTI, D. M. *Socialist economics*. London, Penguin Books, 1972.

OTTERO, G. S. *Hugo Chávez y la resurrección de un pueblo*. La Habana: E Cubano del Libro, 2014.

PETRÓLEOS DE VENEZUELA S.A. *Consolidated Financial Statements*. Caracas: PDVSA, 2016. Available on: <http://www.pdvsa.com>

PARTIDO SOCIALISTA DE VENEZUELA UNIFICADO (PSUV) *El Libro Rojo*. Documentos fundamentales. Caracas, 2010.

PONS, S; SERVICE, R. (org) *A dictionary of 20th-century communism*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

RAMONET, I; CHÁVEZ FRIAS, H. *My First Life, Conversations with Hugo Chávez*. London: Verso, 2016.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. *Plan Nación 2001-2007*. Caracas: Gazeta Oficial de la República, 2001. Available on: <http://www.mppp.gob.ve/>

ROBINSON, J.; EATWELL, J. *An introduction to modern economics*. London: Macgraw-Hill, 1973.

SCHINCARIOL, V. *Economy and Society in Venezuela: an overview of the Bolivarian Period, 1998-2018*. London: Springer, 2020.

STRØNEN, I. A. *Grassroots Politics and Oil Culture in Venezuela, the revolutionary petro- state*. London, Palgrave Macmillan, 2017.

SUTHERLAND, M. *La ruína de Venezuela no se debe al “socialismo” ni a la “revolución”*. Nueva Sociedad 274, 2018.

YAFFE, H. *Venezuela: building a socialist communal economy?* International Critical Thought, 5 (1): 23:41, 2015.

WILCZYNSKI, J. *Socialist economic development and reforms*. London: Palgrave Macmillan, 1972.

ARTIGO

O ESTADO COMUNAL E SEUS ANTÍPODAS

Resumo:

Este artigo visa a examinar a luta em torno do Estado Comunal, como realização da democracia participativa protagônica estabelecida na Constituição venezuelana. Para alcançar este objetivo, o artigo está dividido em duas seções. A primeira descreve a estrutura do Estado comunal, a segunda, a luta em torno dele, além das considerações finais relativas à questão democrática.

Palavras-chave: Democracia participativa protagônica; Estado comunal; questão democrática.

Abstract:

This article aims to examine the struggle around the communal state, as the realization of the protagonist participative democracy set up into Venezuelan Constitution. To reach such objective, it was divided into two sections. First describes the communal state structure, the second, the struggle around it, besides the finely considerations regard the democratic issue.

Keywords: *Protagonist participative democracy; communal state; democratic issue.*

* Professor do Depto. de Ciências Políticas e Econômicas da UNESP/Marília e pesquisador do NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais e do grupo CPMT – Cultura e Política do Mundo do Trabalho.

Quando o assunto é a Venezuela se estabelecem dois quase-consensos: o regime é uma ditadura e a derrocada econômica é efeito da opção pelo socialismo. Esses dois quase-consensos vêm sendo repetido *ad nauseam* pela imprensa corporativa desde fevereiro de 2014, quando a oposição reunida em torno da Mesa de Unidade Democrática – MUD – adotou a estratégia que denominaram “A Saída” (*La Salida*) e, vez ou outra, encontra-se em trabalhos acadêmicos o mesmo juízo sobre o país vizinho.

Esses quase-consensos mais contribuem para confundir do que explicar o que está em causa na Venezuela, com repercussão em toda a região, por operar com categorias genéricas que aludem aos fatos por apelos judiciosos, sem sistematização de dados empíricos, ou sistematização conforme critérios de tais apelos.

O objetivo deste artigo é oferecer uma interpretação sobre o processo político venezuelano que tem como centro a luta política em torno do Estado Comunal – EC, que é o que está em causa desde a primeira eleição de Hugo Chávez em 1998. Como Estado Comunal é uma definição jurídica estabelecida pela legislação com vistas a dar efetividade institucional ao que preconiza a Constituição da República Bolivariana da Venezuela – doravante CRBV –, para alcançar o objetivo proposto, na primeira seção apresento a estrutura legal do EC, sempre com referência à lutas políticas que culminaram com este novo paradigma constitucional.

Na segunda seção, apresento um exame da ação dos opositores ao EC, manifestações violentas, guerra econômica e bloqueio à economia venezuelana como o último (no sentido de atual) estágio de combate oposicionista a este novo paradigma constitucional representado pelo chavismo.

Comuna e poder popular

Como argumentei em outro lugar (PINHEIRO, 2016), circula entre nós, tanto em crítica jornalística como acadêmica, a noção de que o governo venezuelano é uma ditadura porque teria usurpado o processo eleitoral e o princípio da representação política. A usurpação do processo eleitoral é falsa porque Maduro foi eleito com 60% dos votos em 2018, em um processo reconhecido como legítimo pelos observadores internacionais (GARCÍA, 2019) e, a usurpação do princípio da representação política, porque se desconsidera (ou se desconhece) que a CRBV preconiza, em sua nova concepção constitucional, a criação de instituições políticas baseadas não

no princípio geral da representação, mas no do exercício direto da soberania¹ e no conceito constitucional operativo de participação protagónica,² combinado com o princípio da representação.

Advirta-se que este princípio que anima a CRBV não foi colhido em alguma teoria constitucional para fazer história, embora, como não poderia deixar de ser, tenha lastro na teoria constitucional, ele surge como resposta às mobilizações populares na América Latina. Como observam Pastor e Dalmau, juristas espanhóis,

A Assembleia Constituinte colombiana de 1991 sentou as bases do resgate da doutrina tradicional do poder constituinte. (...) o certo é que com a Constituição de 1991 uma nova época do constitucionalismo latino-americano foi inaugurada, seguida principalmente pelas constituições das Repúblicas de Equador (1998) e Venezuela (1999) e cujas características principais parecem destacar-se na mudança constitucional vivida pela Bolívia (2006-2007) (2013, p. 51).

Entre os países citados, à exceção da Colômbia, que vive uma guerra civil desde a década de 1960,³ os demais elegeram assembleias constituintes em conjuntura de colapso do sistema partidário e de completa deslegitimação do poder Executivo. No caso específico da Venezuela, este colapso foi marcado pela revolta conhecida como caracazo, em 27 de fevereiro de 1989, inaugurando um período que López Maya (2002) designou “*El sacudón, o cuando la gente salió a la calle y ya no regresó*”,⁴ durante o qual novas revoltas aconteceram, a cada eleição os partidos tradicionais (Acción Democrática – AD – e o Comité de Organización Política Electoral Independiente – COPEI) perdiam densidade eleitoral e legitimidade, ao mesmo tempo que crescia o apoio popular de Chávez, que comandara um levante militar em fevereiro de 1992, quando foi preso.

1 “Artículo 5.– La soberanía reside intransferiblemente en el pueblo, quien la ejerce directamente en la forma prevista en esta Constitución, y en la ley, e indirectamente, mediante el sufragio, por los órganos que ejercen el Poder Público. Los órganos del Estado emanan de la soberanía popular y a ella están sometidos”.

2 “Artículo 62.– Todos los ciudadanos y ciudadanas tienen el derecho a participar libremente en los asuntos públicos, directamente o por medio de sus representantes elegidos o elegidas. La participación del pueblo en la formación, ejecución y control de la gestión pública es el medio para lograr el protagonismo que garantice su completo desarrollo, tanto individual como colectivo. Es obligación del Estado y deber de la sociedad facilitar la generación de las condiciones más favorables para su práctica”.

3 Registre-se que apesar do acordo de paz firmado entre o governo de Juan Manuel Santos e as FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – mediado pelo governo cubano, outros grupos guerrilheiros mantiveram-se ativos e alguns comandantes das FARC se recusaram a depor as armas por falta de garantia dos termos do acordo por parte do governo.

4 A autora informa que, de outubro de 1989 a setembro de 1999, houve 7.092 protestos na Venezuela.

Anistiado em 1994 com a condição de passar para reserva, Coronel Hugo Chávez, a principal liderança do movimento cívico-militar Movimento Bolivariano Revolucionário – MBR200 (o número marca o bicentenário de nascimento de Simon Bolívar, o libertador do país), emerge como liderança popular. Em 1998, Chávez concorre às eleições presidenciais pelo Movimento Quinta República – MVR. Este nome tem um duplo significado: marcar o fim da Quarta República, fundada pela Constituição de 1961, apoiada no *Pacto de Punto Fijo*⁵ e que sustentara o regime até então, e a refundação da República, por isso sua única bandeira eleitoral foi a convocação de uma Assembleia Constituinte, o que fez como seu primeiro ato, uma vez eleito.

É neste contexto de colapso do regime e ampla mobilização social que tem como bandeira central a participação popular que a CRBV consagra tal participação no mais alto grau, o exercício direto da soberania. Desde o primeiro momento, a promulgação da CRBV marcou a polarização política na Venezuela que perdura até hoje. De um lado, submetida a plebiscito, a nova Constituição é aprovada por 85% dos eleitores, de outro, setores minoritários liderados por empresários ligados à *Fedecámara*, principal entidade de representação empresarial, recusam-se a reconhecer a nova carta.

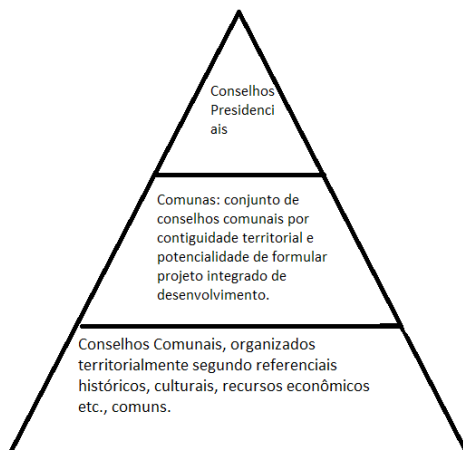
Após obter maioria nas eleições parlamentares de 06 de dezembro de 2015 a oposição, reunida em torno da MUD, adotou a retórica de que se chegasse ao poder Executivo governaria de acordo com a Constituição, o que parece mais manobra eleitoral que compromisso político, uma vez que as instituições do Estado Comunal continuaram sendo não apenas seu principal alvo de crítica, como de ação violenta (GUERRERO, 2017).

O Estado Comunal não é uma obra de engenharia institucional acabada, muito ao contrário, ele vem se constituindo no ritmo das marchas e contramarchas das lutas políticas, tanto entre o chavismo e a oposição, como entre as diferentes vertentes que integram o chavismo, por isso, o modelo que exponho a seguir procura reproduzir do modo mais fiel possível o estado da arte, mas não deve ser tomado como o ponto de chegada do processo.

Assim, o primeiro passo para a construção do Estado Comunal foi a promulgação da CRBV, mas seu próceres não tinham em mente um modelo definido de organização e institucionalização da democracia participativa protagônica, de modo que a estrutura ilustrada na Figura 1, foi se constituindo ao longo desse período, sem que seja possível prever como acabará ou se retrocederá.

5 Firmado em 1961 na chácara de mesmo nome de propriedade de Rafael Caldera.

Figura 1 - Estrutura do Estado Comunal



Como já assinalado, esta estrutura não é obra acabada. À promulgação da CRBV, em dezembro de 1999, segue-se o que pode ser considerado o segundo passo em direção ao Estado Comunal: um intenso processo de participação popular que tem como protagonistas as mais diversas formas de nucleação e organização social, as quais vocalizam as mais diferentes demandas (COMITÉS DE TIERRAS URBANA, 2009; PARKER, 2009). Ao sabor dessa intensa participação vão se constituindo canais de participação genericamente denominados mesas, um termo muito comum entre os venezuelanos para designar formas de negociação e/ou conversação sem uma forma institucional definida, normalmente de natureza temática e/ou setorial. De qualquer modo, essa intensa participação busca dar efetividade prática aos artigos 5 e 62 inicialmente citados.

Os protagonistas dessa ampla participação nunca deixaram de reivindicar uma legislação que criasse um marco jurídico popular, o que permitiria dar forma e consistência a uma experiência que é a culminância da demanda de participação popular desde a década de 1970. Apenas em abril de 2006 é aprovada a primeira lei que institui os conselhos comunais, revogada em 26 novembro de 2009 pela

Ley Orgánica de los Consejos Comunales⁶, em vigor até hoje, que tem por objeto, conforme seu primeiro artigo:

(...) regular la constitución, conformación, organización y funcionamiento de los consejos comunales como una instancia de participación para el ejercicio directo de la soberanía popular y su relación con los órganos y entes del Poder Público para la formulación, ejecución, control y evaluación de las políticas públicas, así como los planes y proyectos vinculados al desarrollo comunitario.

Portanto, não é exagero afirmar que a base do que veio a ser denominado EC – a expressão não é utilizada antes desse período – resultou da convergência da pressão da base de apoio do chavismo com a reação do governo às pressões opositoras com vistas a derrubar o governo, objetivo nunca abandonado desde a promulgação da CRBV. Sob o impulso da organização dos conselhos comunais, um ano depois, entre os dias 10 e 13 de dezembro de 2010, foi aprovado um conjunto de leis que, conjugadas, conforma a estrutura ilustrada acima.

Para uma ideia geral dessa estrutura, cite-se uma síntese do objeto de cada uma dessas leis: Lei Orgánica das Comunas tem por objeto “desarrollar y fortalecer el Poder Popular, estableciendo las normas que regulan la constitución, conformación, organización y funcionamiento de la Comuna”; a Lei Orgánica do Poder Popular: “desarrollar y consolidar el Poder Popular, generando condiciones objetivas a través de los diversos medios de participación y organización establecidos en la Constitución de la República”; a Lei Orgánica da Controladoria Social: “desarrollar y fortalecer el Poder Popular, mediante el establecimiento de las normas, mecanismos y condiciones para la promoción, desarrollo y consolidación de la contraloría social como medio de participación y de corresponsabilidad de los ciudadanos, las ciudadanas”; a Lei Orgánica do Sistema Econômico Comunal:

(...) desarrollar y fortalecer el Poder Popular, estableciendo las normas, principios, y procedimientos para la creación, funcionamiento y desarrollo del sistema económico comunal, integrado por organizaciones socioproductivas bajo régimen de propiedad social comunal, impulsadas por las instancias del Poder Popular, del Poder Público o por acuerdo entre ambos, para la producción, distribución, intercambio y consumo de bienes y servicios, así como de saberes y conocimientos, en pro de satisfacer las necesidades colectivas y reinvertir socialmente el excedente, mediante una planificación estratégica, democrática y participativa.

6 Chávez saúda essa inovação institucional com a afirmação de que “Hay que ir a un nivel superior de gobierno en la comuna, donde el consejo comunal será parte del órgano comunal, como un brazo, o los brazos de un organismo; pero también están las piernas: los comités de tierra urbana. Hay que trascender al gobierno comunal, a las estructuras del poder, del poder popular, del autogobierno, de la contraloría social y la autogestión general”. Cuaderno para el Debate: Comunas, Propiedad y Socialismo, Caracas, 2009.

Por fim, a Lei Orgânica da Planificação e Popular:

(...) desarrollar y fortalecer el Poder Popular mediante el establecimiento de los principios y normas que sobre la planificación rigen a las ramas del Poder Público y las instancias del Poder Popular, así como la organización y funcionamiento de los órganos encargados de la planificación y coordinación de las políticas públicas, a fin de garantizar un sistema de planificación, que tenga como propósito el empleo de los recursos públicos dirigidos a la consecución, coordinación y armonización de los planes, programas y proyectos para la transformación del país, a través de una justa distribución de la riqueza mediante una planificación estratégica, democrática, participativa y de consulta abierta, para la construcción de la sociedad socialista de justicia y equidad.

Os objetos de cada uma dessas leis formam, no seu conjunto, um todo cujo objetivo é o desenvolvimento (econômico, político, social e cultural) comunitário baseado no princípio da mais ampla participação, com vistas a dar efetividade ao que estabelece a CRBV no seu “Artículo 2. – Venezuela se constituye en un Estado democrático y social de Derecho y de Justicia...”, através do exercício direto da soberania, como estabelecido no artigo 5º.

Entretanto, havia uma lacuna nessa legislação uma vez que ela não previa como articular os órgãos do Poder Popular ao Poder Público. Ante a ameaça de perda de hegemonia do processo político, devido à eleição de maioria parlamentar pela oposição no pleito de 06 de dezembro de 2015, no dia 29 do mesmo mês, Maduro edita um decreto que tem nível, valor e força de lei, autorizado por lei habilitante,⁷ criando os Conselhos Presidenciais, que tem por objeto

(...) regular la constitución, conformación y funcionamiento de los Consejos Presidenciales de Gobierno Popular como instancias fundamentales para el desarrollo de las políticas públicas revolucionarias, en la construcción del Estado social, de derecho y justicia previsto en la Constitución Nacional.

O artigo 7º desta lei, item 1, preconiza que os Conselhos Presidenciais, “Como principio general atenderán la agregación espacial desde la escala comunal, local,

7 Aprovada em março de 2015, conforme a CRBV, nos seus artigos: “Artículo 203.– Son leyes habilitantes las sancionadas por la Asamblea Nacional por las tres quintas partes de sus integrantes, a fin de establecer las directrices, propósitos y marco de las materias que se delegan al Presidente o Presidenta de la República, con rango, valor y fuerza de ley. Las leyes habilitantes deben fijar el plazo de su ejercicio [202 y 203].” “Artículo 236.– Son atribuciones y obligaciones del Presidente o Presidenta de la República: 8. Dictar, previa autorización por una ley habilitante, decretos con fuerza de ley.” O instituto da lei habilitante está integrado à tradição constitucional venezuelana, tendo sido utilizado por todos os presidentes das últimas décadas: Rómulo Betancourt (1959), Carlos Andrés Pérez (1974), Jaime Lusinchi (1984), Ramón José Velásquez (1993), Rafael Caldera (1994), Hugo Chávez (1999, 2001, 2007, 2010) y Nicolás Maduro (2013, 2014, 2015).

subregional, regional y nacional salvo aquellos casos que por razones culturales o sectoriales se contraponga otra forma específica de agregación de las escalas espaciales.”, o que preenche a lacuna acima mencionada. No entanto, esta lei introduz certa incongruência na estrutura institucional do poder popular na medida em que, no caput do artigo 10º, estabelece que “Las voceras y los voceros deberán ser legitimados en asambleas debidamente constituidas, de base, por las organizaciones a las cuales pertenecen y responder a los intereses del colectivo.”, ou seja, os representantes da instância encarregada de articular (agregar, na terminologia do texto legal) as diversas instâncias (conselhos comunais e comunas) são eleitos por uma instância à parte.

Por certo, esta legislação pode ser analisada por critérios lógicos de sistematicidade, uniformidade e coesão por quem se ocupa com a estruturação e/ou aperfeiçoamento da institucionalidade do EC ou pelo analista que toma esta institucionalidade como objeto, diferente do meu propósito, de tomar o EC como objeto da luta política.

Por isso, para encerrar esta seção, apresento um quadro síntese dos órgãos do EC, destacando a forma política como se procura dar efetividade funcional aos artigos 5 e 62 da CRBV, já mencionados.

Tabela 1 - Instituições do Estado Comunal⁸

Órgãos do Estado Comunal:	Conselho Comunal	Comuna	Conselhos Presidenciais
Forma de participação:	Direta/presencial	Representação*	Representação**
Organização executiva:	Comitê de Trabalho com participação rotativa	Comitês de gestão com participação rotativa	Comissões de trabalho
Instância decisória:	Assembleia dos(as) cidadãos(ãs)	Parlamento da Comuna	Assembleia do Conselho
Caráter da decisão:	Deliberativa e vinculante	Deliberativa e vinculante	Indicativa

8 Por várias razões é difícil obter dados estatísticos precisos sobre conselhos comunais. O portal do Ministério do Poder Popular – MPPC – para as Comunas, registrava em novembro de 2013 *um total de 459 Comunas registradas e 45.155 conselhos comunais*.

* Representantes eleitos nas assembleias dos conselhos comunais e das organizações socio-produtivas.

** Eleitos em assembleias comunitárias constituídas especificamente para este fim.

Competências:	Elaborar, executar e acompanhar projeto de desenvolvimento integral no âmbito do conselho	Elaborar, executar e acompanhar projeto de desenvolvimento integral no âmbito da comuna	Articular as diversas instâncias
Obrigações:	Prestação de contas à assembleia do Conselho e ao MPPC	Prestação de contas ao parlamento comunal e ao MPPC	Definição da agenda programática

Este quadro complementa o anterior; ambos têm por objetivo dar efetividade ao conceito constitucional de democracia participativa protagônica através de uma estrutura institucional que organiza territorialmente a comunidade, lhe confere autonomia no interior de um plano nacional de desenvolvimento e instrumentos para controle das instâncias superiores. Certamente há uma distância entre o desenho institucional e os fatos, mas a explicação para tal distância deve ser buscada no desenvolvimento da própria experiência, uma vez que se trata de criação de novas instituições políticas baseadas no legado da participação popular, aspecto que não abordo aqui, e, por outro lado, nas dificuldades impostas pela ação oposicionista, como examino a seguir.

Os Antípodas do EC e seus Modus Operandi

Como já assinalado, desde o início a oposição ao governo Chávez recusou-se a reconhecer a CRBV e o princípio que a anima e se mostrou determinada a derrubá-lo pelos meios que tivessem à mão. Na primeira eleição para a Assembleia Nacional, logo após a promulgação da CRBV a oposição não apresentou candidato, esperando, com isso, deslegitimar o governo, isolando-o interna e externamente. Entretanto, tal recusa resultou inócua.

Este período, que vai até 2004, se caracteriza por uma variedade de ações legais e ilegais para derrubar o governo.

Las fuerzas de oposición entre 2002 y 2004 – representadas por organizaciones empresariales, ejecutivos de Petróleos de Venezuela, dueños de medios privados de comunicación, jerarquía de la iglesia católica, dirigentes sindicales afines a los partidos otrora hegemónicos, organizaciones sociales de capas medias, partidos de oposición,

entre otros – desarrollaron acciones que buscaban la caída del gobierno Chávez, por vías distintas a las constitucionales. Entre sus acciones insurreccionales destacaron el golpe del 11 de abril de 2002 y la huelga general con parálisis de la industria petrolera (...) (LÓPEZ MAYA, 2011, p. 17)

Uma vez frustrado o golpe, tem início o que Rodríguez (2014) denominou guerra econômica como ficou conhecido o paro, que López Maya denomina *huelga general*. O fracasso do golpe não arrefeceu o ânimo da oposição, que manteve manifestações quase diárias e fez da Praça Altamira, região nobre de Caracas, seu quartel general. A divisão da cidade entre região nobre e bairro popular era clara. No dia 2 dezembro de 2002, segunda-feira, começa a greve geral, que tem inclusive o apoio da Central dos Trabalhadores da Venezuela – CTV, hegemônica pela democracia cristã.

Apesar de a maior parte das lojas do leste de Caracas, uma área rica, ter fechado suas portas, muitas ruas do centro e na região oeste da cidade continuavam lotadas de pedestres e muitos estabelecimentos funcionaram. No imenso barrio de Catia a vida parecia transcorrer normalmente. (JONES, 2008, p. 396)

Na quarta-feira a greve parecia caminhar para o fracasso, quando recebeu o impulso da adesão do capitão Daniel Alfaro, do navio-tanque Pilín León.

O capitão ancorou o navio, com a altura de um prédio de 8 andares, e seus 280 mil barris de gasolina refinada no meio do lago Maracaibo e recusou-se a sair dali. “Este governo está nos empurrando para uma situação semelhante à de Cuba”, afirmou o capitão Daniel Alfaro. O resto da frota de 13 navios da PDVSA rapidamente seguiu o exemplo, lançando âncora no mar ou recusando-se a sair dos portos. Dentro de poucos dias, outros 24 navios-tanque com bandeiras de outros países aderiram ao movimento. (Jones, 2008, p. 397).

Como a indústria petrolífera é a principal atividade econômica da Venezuela, esta adesão paralisou o país por cerca de três meses. O efeito econômico foi o esperado pela oposição.

Al cierre del primer trimestre de 2003, la economía nacional sufrió la recesión más severa de la historia reciente, alcanzando una contracción del PIB de 24,9% (según datos del Banco Central de Venezuela). La paralización de la economía venezolana a finales del 4to trimestre de 2002 y 1er trimestre de 2003, afectó a todos sus componentes, (...). De hecho esta situación afectó los resultados de todas las actividades de la economía a lo largo de todo el año 2003... (LARA, 2007, s/p)

Entretanto, o efeito político foi muito diferente do esperado. Chávez manteve elevado apoio popular, o que não deixou à oposição outra saída senão a de aceitar o encaminhamento do governo de fazer um referendo revocatório na metade do

mandato, como prevê o artigo 72 da CRBV. No dia 15 de agosto de 2004 se realizou o referendo, cujo resultado foi de 59,1% pela não destituição de Chávez.

Este resultado representou a culminação de uma sucessão de derrotas políticas da oposição, somado ao isolamento no plano internacional. Desde a eleição de Chávez, a política dos EUA para a Venezuela obedeceu ao figurino da mudança de regime. Certamente, só saberemos com precisão o papel cumprido pelos EUA no golpe de abril de 2002 quando os documentos forem desclassificados pelas autoridades daquele país. Apesar desse limite, em sua adensada pesquisa, Jones já identifica os sinais dessa participação.

Os comunicados supersecretos da CIA distribuídos a integrantes do primeiro escalão do governo norte-americano alertavam, antes da revolta, que um golpe se avizinhava. O comunicado de 6 de abril afirmou que figuras da oposição poderiam “provocar uma ação militar”, explorando “distúrbios” advindos das manifestações da oposição marcadas ainda para este mês, ou das greves que ocorrem atualmente na estatal do petróleo PDVSA”. O documento chega a mencionar os planos sobre a prisão de Chávez. (JONES, 2008, p. 368)

Mal consumado o golpe, o governo dos EUA se apressou a reconhecer Pedro Carmona como novo governo da Venezuela e “(...) Otto Reich, o principal homem do governo George W. Bush para a América Latina, esforçava-se para convencer os outros países latino-americanos a aceitarem o novo governo instalado na Venezuela.” (JONES, 2008, p. 368). Todavia, Reich foi malsucedido nos seus esforços. A maioria dos presidentes latino-americanos, reunidos em San José, Costa Rica, para onde Chávez iria não fosse impedido pelo golpe, assinaram manifesto contrário a saídas inconstitucionais e, no ano seguinte, como reação a gestões da então secretária de Estado, dos EUA, Condoleezza Rice, para que o Brasil se alinhasse à política estadunidense de hostilidade ao governo venezuelano, Lula firmou como posição

9 A Federação Empresarial Venezuelana – Fedecámaras, liderada por Pedro Carmona, junto com a Central dos Trabalhadores da Venezuela – CTV, declaram um greve geral de 24 horas no dia 9 de abril, no dia 10 a declaram por tempo indeterminado, no dia 11 grevistas e manifestantes se dirigiram ao Palácio Miraflores, mas no caminho foram recebidos a tiros com um saldo de 18 mortos; no entanto, no dia 6 os arapongas da CIA já sabiam que haveria distúrbios que justificariam a “ação militar”. No dia 12, Chávez já preso no Forte Tiuna, a imprensa venezuelana noticiava em unísono: “Se alguém, em algum momento, acalentou qualquer dúvida sobre o caráter fascista e assassino deste regime, essa pessoa viu suas dúvidas dirimidas ontem. (...) Hugo Chávez mais uma vez manchou suas mãos com sangue.” (Citado por Jones). Três fatores concorreram para o fracasso do golpe: a mobilização de massa em defesa do governo, a ação de militares leais a Chávez e a ação do procurador geral Isaiaz Rodríguez e da filha de Chávez, Maria Isabel, que conseguiram romper o bloqueio midiático e revelar a farsa de que Chávez havia renunciado. Só então, após a volta de Chávez ao governo, no dia 14, se revelou a farsa dos franco-atiradores postados no caminho da manifestação, o que provocou os distúrbios atribuídos ao governo e seus partidários. Kim Bartley e Donnacha O’Briain, documentaristas irlandeses, eternizaram a denúncia da farsa no documentário *A Revolução Não Será Televisada*.

do governo brasileiro o reconhecimento do caráter democrático daquele governo e propôs a formação do Grupo de Amigos da Venezuela para cooperar com a OEA nas gestões para a superação da crise venezuelana, grupo que acabou composto por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos, México e Portugal.

Esta sucessão de derrotas internas e o isolamento externo tiveram como efeito a desarticulação da oposição e a desmobilização da sua base social, abrindo um período de estabilidade até a reeleição da Chávez em 2012. Neste período, o governo alcançou suas melhores realizações no combate à pobreza, o que obteve reconhecimento de agências multilaterais e de vários governos na América do Sul, mas paralelo ao combate à pobreza também se desenvolveu a estrutura do Estado Comunal, como descrito na seção anterior, o que continuou suscitando inquietação no governo dos EUA e nos seus aliados. Assinale-se que este desenvolvimento não foi um cavalo de Tróia; na campanha eleitoral de 2006 Chávez usava como lema: “quien vota por Chávez, vota por el socialismo”.

Contudo, a reeleição de Chávez em 2012 ocorreu em contexto bastante diferente, de normalização das conquistas, o que já não mobilizava apoio com o mesmo entusiasmo do período anterior, certo “desgaste do material”, como é comum às democracias representativas que continuou sendo, afinal, a âncora do Estado Comunal em construção, além dos efeitos de longo prazo de uma política econômica que, malgrado os esforços contrários, continuou dependente da exportação de petróleo (GIORDANI, 2012).

Acrescente-se a este quadro, certo temor pelo vazio de liderança que se anunciava pelo estado de saúde de Chávez, que vinha tratando de um câncer, culminando com o pronunciamento do próprio presidente à nação em dezembro daquele ano, às vésperas de viajar para Cuba a fim de continuar o tratamento que, em caso de sua morte, indicava Maduro para sucedê-lo, morte que se confirmou em 5 de março de 2013. Como no sistema venezuelano o vice-presidente é nomeado pelo presidente, no caso de vacância da presidência nos quatro primeiros anos de mandato deve-se convocar novas eleições (artigo 233 da CRBV), que foram realizadas em 14 de abril sob o clima de comoção e vazio de liderança.

A oposição, que havia se rearticulado em 23 de janeiro de 2008 em torno da MUD, uma coalizão que reunia os seguintes partidos: Ação Democrática, A Causa R, *Avanzada* Progressista, Vem Venezuela, Aliança Bravo Povo e dissidentes de Um Novo Tempo, Movimento Progressista de Venezuela, Vontade Popular e Primeiro

Justiça, aproveita a oportunidade e realiza uma campanha eleitoral agressiva apoiada no mote “Maduro não é Chávez”.¹⁰

Embora Maduro tenha sido eleito, o chavismo saiu das urnas enfraquecido e, a oposição, que teve como candidato Henrique Capriles, fortalecida. A diferença mínima impulsionou a oposição. Tal diferença foi de 50,61% para 49,12%, correspondente a 223.599 votos em números absolutos, num universo de 14.951.559 votantes, associada à percepção de que se a campanha fosse mais longa Maduro poderia perder.

A partir de então, a oposição intensifica o trabalho de mobilização e manifestação pública associada à guerra econômica e às hostilidades do governo dos Estados Unidos ao regime. A rigor, as manifestações públicas – contra ou a favor do governo – se tornaram parte da paisagem na Venezuela, entretanto, não é visível como as manifestações contrárias ao governo têm sido preparadas para a instrumentalização do discurso em defesa dos direitos humanos.

En 2003, Amnistía Internacional alertó sobre la instrumentalización del discurso de los DD.HH en Venezuela. Tal alerta mantiene su vigencia, en el actual conflicto venezolano. Vemos con preocupación cómo desde sectores de oposición se intenta posicionar una matriz de opinión según la cual, en Venezuela, unos jóvenes que ejercen su derecho a la protesta pacífica, son reprimidos y asesinados por el Estado y grupos parapoliciales, en una situación generalizada y sistemática de violación a los derechos humanos. Tal matriz tiene, evidentemente, la intención de deslegitimar al Gobierno del Presidente Maduro, nacional e internacionalmente, y forzar una “salida” no prevista en la Constitución. Los derechos humanos, en esta estrategia, están siendo usados como un instrumento para debilitar a un gobierno electo democráticamente y, con ello, para vulnerar el derecho a elegir de la mayoría de la población que se expresó en las elecciones presidenciales de abril tanto como en las regionales de diciembre de 2013.¹¹

Os autores do informe se referem a uma prática comum de manifestações violentas da oposição venezuelana. Norwood denomina *plan guarimba*,¹² esta prática híbrida da oposição de promover a violência nas próprias manifestações e acusar

10 Não foi uma consigna para compor material de campanha, mas uma narrativa adotada pela militância oposicionista, como detectei em trabalho de campo em 2014 e 2015.

11 Introdução ao informe intitulado *Situación de los derechos humanos en la coyuntura venezolana*: Una mirada alternativa, emitido em 26/02/14, assinado por 34 ativistas dos direitos humanos atuantes em diferentes organizações venezuelanas. Neste informe os autores fornecem informações sobre cada um dos mortos, nominalmente, e as circunstâncias da morte. Disponível em: <<https://movimientos.org/es/content/situacion-de-los-derechos-humanos-en-la-coyuntura-venezolana-una-mirada-alternativa>> acessado em 14/07/14.

12 No vocabulário venezuelano, o termo *guarimba* designa as brincadeiras de criança que em algumas regiões do Brasil se chama esconde-esconde e, em outras, pique-esconde; no entanto, a partir de janeiro de 2014 passou a designar armadilhas criadas pelos opositores para provocar violência e morte nas manifestações, como esticar arame farpado em avenidas de grande circulação na altura de 1m 20cm, entre outras.

o governo de insuflá-la, para instrumentalizar o discurso de defesa dos direitos humanos. Para ilustrar o contraste entre as alegações dos opositores de desrespeito aos direitos humanos e as causas das mortes, Norwood (2014, p. 63) elabora a tabela que reproduzo abaixo.

Tabela 2 - Número de mortos nos protestos de 2014 segundo a causa

Causa	Falecidos	Porcentagem
Guarimbas*	31	63,2
Violência política	10	20,4
Forças de segurança	7	14,2
Outros	1	2,2
Total	49	100%

Para evitar o equívoco de supor que 2014 foi um caso isolado, vale o registro de que os atentados violentos contra o chavismo continuaram, como na revolta de 2017 “(...) lincharon a 30 personas por ser ‘chavistas’ o sospechosas de tal condición política...” (GUERRERO, 2017, p. 89).

No que se refere à guerra econômica, Curcio (2017) apresenta uma análise adensada dos diversos instrumentos dessa guerra: desabastecimento programado, inflação induzida, boicote de fornecimento, bloqueio financeiro internacional e embargo comercial encoberto. Por limite de espaço, me restringirei a dados relativos ao primeiro instrumento, uma vez que a escassez de produtos de consumo regular é a face mais visível dessa guerra e que tem como objetivo dos seus promotores afetar diretamente a população para desgastar o governo.

Esta autora faz um contraponto ao princípio postulado por Adam Smith, em sua clássica obra *An inquiry into the nature and causes of the Wealth of Nations*, de que ao buscar seu próprio bem o indivíduo é guiado pela mão invisível que atua no mercado e garante a consecução do bem comum. A este postulado, incorporado acriticamente ao senso comum, a autora contrapõe o da mão visível do mercado.

* A causa guarimba deriva da somatória dos seguintes casos, conforme informa o autor: nove vítimas de barricadas utilizadas para armar as guarimbas; treze vítimas por tentar ultrapassar as barricadas; três pessoas “defendendo” as barricadas e quatro guarimbeiros mortos por acidente dentro das próprias guarimbas.

El imperialismo, los monopolios, las grandes corporaciones son la mano visible del mercado. Cuentan con un gran poder. Quienes concentran la propiedad del capital, la producción y la distribución, sobre todos los bienes esenciales para la vida, tienen el poder de manipular los mercados, sus precios y sus cantidades pueden hacer chillar las economías, afectar un pueblo, desestabilizarlo social y políticamente. Tienen el poder para derrocar gobiernos democráticos. Son estrategias de las guerras no convencionales (CURCIO, 2017, p. 23).

Portanto, a figura ideológica de um mercado constituído pela categoria igualitária do livre-cambista, sem relações hierárquicas, é substituída pelo mercado tal como ele existe: hierarquizado por quem detém o poder econômico e não cessa de transmutá-lo em poder político: as grandes corporações. Todavía, a transmutação do poder econômico em político não é direta e transparente, mas mediada pelas instituições estatais e pelo domínio do debate público, por isso Curcio começa o capítulo sobre o desabastecimento programado pela lógica do argumento dos opositores ao regime, que é a seguinte:

Los venezolanos nos encontramos ante una de las peores crisis económicas jamás vividas, no tenemos qué comer porque no hay alimentos, nos embarga una gran escasez de bienes y servicios. La escasez se debe a que el Gobierno no le ha entregado las divisas al sector empresarial para que pueda importar, tanto las materias primas como los productos finales que no son producidos en el territorio nacional. Al no poder importar estos bienes, se reduce la producción y ante una demanda creciente de la población, se genera la escasez, la cual, a su vez presión los precios al alza. Todo eso debido a que estamos ante la presencia de un modelo fracasado que impide al Gobierno dar respuesta ante la grave crisis económica que estamos viviendo. (CURCIO, 2017, p. 37)

Em seguida, a autora passa ao exame dos dados econômicos para demonstrar que este argumento não tem sustentação empírica, o que aqui será apresentado apenas uma síntese. A crítica mais geral, espécie de guarda-chuva que abriga as demais, é a de modelo fracassado, a que a autora contrapõe os dados do PIB, conforme a Tabela 3.¹³

13 O gráfico apresentado pela autora, à página 194, não apresenta os números, então, para tornar os dados mais visíveis, os converti nesta tabela. Disponível em: <http://www.bcv.org.ve/estadisticas/producto-interno-bruto> Consultado em 12/11/19.

Tabela 3 - Crescimento do PIB em porcentagem de 2003 a 2018

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
%	-7,75	18,28	10,30	9,87	8,75	5,27	3,20	-1,48
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
%	4,17	5,62	1,34	-3,89	-6,22	-17,04	-15,67	-19,62

Fonte: porcentagens apuradas pelo autor baseadas em dados disponíveis no portal do BCV – Banco Central da Venezuela.

É esclarecedor cotejar esses dados com os eventos políticos do período. Forte queda em 2003, ano do *paro petrolero*, perda de ritmo em 2009 e leve queda em 2010, por efeito da crise do *subprime*, como ficou conhecida a crise de 2008, nova perda de ritmo em 2013, ano da morte de Chávez, e queda tendencialmente crescente a partir de 2014 por efeito das sanções impostas pelos EUA, o que trato mais adiante. Outra crítica, embutida na do modelo fracassado e contraditada pelos dados do PIB, é o da queda na produção. “En resumen, *no es una caída de la producción nacional lo que está explicando el índice de desabastecimiento*” (CURCIO, 2017, p. 44, *itálicos no original*).

No que se refere à crítica de que o governo não teria transferido divisas ao setor privado para importar bens e matérias primas, a autora informa que

Se registró un incremento desde el 2003 hasta el 2008 del 408,8% en las importaciones totales, y sin embargo, observamos un aumento en el índice de escasez durante esos mismos años. Entre los años 2006 y 2007 se registró un incremento del 25% del índice de escasez a pesar de que las importaciones en esos dos años crecieron 39%.

Portanto, conclui a autora, “no hay correspondencia entre el comportamiento del índice de escasez y el nivel de importaciones totales”. Acrescente-se que “Desde el 2003 y hasta el 2013, le han sido entregadas al sector privado, 304 704 millones de dólares. En el 2003 se les otorgó 5695 millones de dólares y en el 2013, la suma ascendió a 30 859 millones de dólares” (CURCIO, 2017, p. 45 e 46).

Ainda segundo Curcio, ao comparar as importações do ano de 2003 e de 2013, medidas em dólares, houve uma variação de 388,9%. Entretanto, “las importaciones totales de bienes y servicios, ahora expresados en kilogramos, obtuvimos que la variación entre los años 2003 y 2013 fue 57,6%” (2017, p. 50).

El hecho de que proporcionalmente el aumento de las importaciones expresadas en dólares sea mucho mayor que el de las importaciones expresadas en kilogramos, elevándose de esta manera el costo promedio por kilogramo importado, aunado al incremento de las divisas otorgadas al sector privado por una parte, y los índices de desabastecimiento por otra, se corresponde con el comportamiento creciente de las monedas y depósitos del sector privado en el exterior. (CURCIO, 2017, p. 51)

Conclui a autora que são três os fatores que explicam o desabastecimento no país: 1) diminuição das importações em volume comparativamente com as divisas transferidas ao setor privado; 2) retenção de alguns bens por empresas oligopólicas que dominam o mercado; e 3) contrabando por desvios de mercaderia, para a Colômbia, o que inclusive levou o governo venezuelano a fechar a fronteira por certo período.

A autora assinala como conclusão, com certa cautela, que há no desabastecimento programado “un interés principalmente político, afirmación que nos atrevemos a dar cuando observamos que los episodios de desabastecimiento coinciden con momentos de tensión política, de mayor polarización y en el marco de eventos electorales.” (CURCIO, 2017, p. 53)

Além do “plan guarimba” e da guerra econômica, a Revolução Bolivariana também tem sido confrontada pela política de mudança de regime dos EUA que, coincidência ou não, foi mantida em baixa intensidade no mesmo período em que a oposição esteve enfraquecida. García apresenta a cronologia das medidas dessa política dos EUA:

Diciembre 2014 • Ley 113-278 del Congreso de EE.UU., que impone el bloqueo económico a Venezuela.

Marzo 2015 • Barack Obama dicta la Orden Ejecutiva 13692 mediante la cual declara a Venezuela como una “amenaza inusual y extraordinaria a la seguridad nacional y política exterior de Estados Unidos”.

Marzo 2016 • La administración estadounidense renueva por un año, la Orden Ejecutiva 13692 (Decreto Obama).

Agosto 2017 • Donald Trump emite la Orden Ejecutiva 13808: “Imposición de sanciones con respecto a la situación en Venezuela” la cual establece las siguientes prohibiciones: Que el gobierno venezolano adquiera nuevas deudas con vencimiento mayor a 30 días. Que PDVSA adquiera nueva deuda mayor a 90 días. Nueva obtención de acciones por parte del gobierno de Venezuela. Pago de dividendos o distribución de ganancias al gobierno de Venezuela.

Febrero 2018 • El Departamento del Tesoro de EE.UU., amplía las sanciones financieras a Venezuela y empresas venezolanas establecidas en la Orden Ejecutiva 13808 de agosto de 2017.

Marzo 2018 • La Administración Trump renueva por un año las Órdenes Ejecutivas 13692 y 13808.

• La administración Trump dicta la Orden Ejecutiva 13827 que prohíbe a cualquier ciudadano o institución efectuar transacciones financieras con la criptomoneda venezolana “Petro”, a pesar de que ésta aún se encuentra en fase de preventa y no se negocia formalmente en los mercados de criptoactivos. Esta decisión carece de precedentes en la corta historia de estos mercados.

Mayo 2018 • Donald Trump emite la Orden Ejecutiva Nro. 13835 en la que amplía las sanciones económicas contra Venezuela.

Noviembre 2018 • Donald Trump emite la Orden Ejecutiva Nro. 13850 que prohíbe a los ciudadanos estadounidenses comerciar con oro exportado desde el país sudamericano.

Enero 2019 • La administración de Donald Trump aprueba la Orden Ejecutiva Nro. 13857, del 28 de enero de 2019, que establece el bloqueo – congelamiento de los activos de PDVSA (CITGO) en EE.UU.

Para não deixar dúvida quanto aos objetivos visados por essas medidas, García cita as declarações das autoridades estadunidenses:

Así, el Secretario de Estado Rex Tillerson declaró el 04 de febrero de 2018 que: “uno de los aspectos al considerar al sancionar el petróleo es qué efecto tendrá sobre el pueblo venezolano”. De igual modo, el ex Embajador de EEUU en Venezuela, William Brownfield, afirmó el 12 de octubre de 2018 lo siguiente: “Debemos tratar esto como una agonía, una tragedia que va a seguir hasta que finalmente llegue a un final (...) y si podemos hacer algo para acelerarlo, debemos hacerlo, pero debemos hacerlo entendiendo que esto va a tener un impacto en millones de personas que ya están teniendo dificultades en encontrar alimentos y medicinas (...) el fin deseado justifica este severo castigo.” También ha dicho lo siguiente: “Si vamos a sancionar a PDVSA, ello tendrá un impacto en el pueblo entero, en el ciudadano común y corriente (...) aunque ello produzca un periodo de sufrimiento de meses o quizás años” (2019, p. 11).

Também chama a atenção a coincidência cronológica entre essas medidas e a queda acentuada do PIB, conforme a Tabela 3. O reconhecimento imediato de Juan Guaidó, autoproclamado presidente da Venezuela em 23 de janeiro de 2019, pelos EUA e a transferência do controle da CITGO (subsidiária da PDVSA no EUA) a Guaidó pelo governo Trump indica haver coordenação entre o bloqueio financeiro internacional, a ação interna da oposição e a política de mudança de regime.

Guerrero (2017) considera que a Assembleia Constituinte Comunal, proposta por Maduro, significou um avanço rumo ao Estado Comunal, o que acelerou a política de mudança de regime e mereceu um editorial de advertência do New York Times, em 12 de julho de 2017, segundo o qual, “el gobierno impone **una dictadura comunista a través del Estado comunal** – siguiendo el modelo cubano – o la oposición restablece la democracia em Venezuela.” (negrito no original citado por Guerrero). Este autor recorda, com ironia, que este diário apoiou ditaduras no

passado, portanto o problema está em ser ditadura, mas comunista. A esta ironia pode-se acrescentar uma contradição: como descrito na seção anterior, o comunal designa uma organização política a partir das comunidades locais, enquanto uma ditadura designa a concentração do poder político numa instância decisória central, portanto, ditadura comunista é uma contradição em termos.

Considerações finais

Como assinali inicialmente, as críticas mais comuns ao chavismo têm como referência uma Constituição liberal e, por conseguinte, uma democracia representativa, o que as leva a operacionalizar a análise com categorias inadequadas. Embora o objetivo deste artigo seja examinar a luta em torno do EC, como o fundo desta luta é a questão democrática, convém situar tal luta em relação a este debate. Não é ocioso aduzir que a pretensão de uma análise conclusiva, de um processo em curso, tende a aprisionar na teoria um desfecho que só pode encontrar resolução na prática política.

Como já há uma vasta literatura sobre o Chavismo, embora pouco conhecida no Brasil, tomo como referência dois autores que formulam um tipo de crítica comum àquela experiência política. Caires (2019) apoia-se no conceito de convergência perversa de Dagnino (2006) para postular que houve uma convergência do mesmo tipo entre dois projetos internos ao chavismo, um democrático participativo e, outro, autoritário e socialista. Pode-se apontar três inadequações conceituais na análise de Caires: 1) embora este autor faça alusão à CRBV, não se dá conta de que, por um lado, o projeto de construção das comunas, que ele denomina autoritário mobilizador, significa a efetivação dos artigos 5, 62 e 70 da Constituição e, por outro, que esses institutos foram justamente a resposta ao legado da demanda de participação que se desenvolveu na Venezuela desde a década de 1970 como crítica à democracia representativa, por escapar ao controle social; 2) embora critique os limites da teoria das elites (SCHUMPETER, 1961) e adote o modelo da disputa de projetos para analisar o caso venezuelano, o que acaba prevalecendo como critério de fundo para definir o regime é seu caráter competitivo. Ora, este é o núcleo da crítica das organizações populares à democracia liberal representativa: reduzir-se à competição entre elites, ainda que este termo seja enganoso, mas não me dedicarei à crítica dele aqui.

Em uma obra anterior à legislação estruturante do Estado Comunal, Njaim (2007), após uma análise vocabular da democracia participativa, como ele mesmo a denomina por tratar-se do exame de como os conceitos são apropriados pelos próprios agentes políticos, conclui:

La complementariedad de la representación y la participación sólo debe entenderse en el sentido que la una no conduzca a la minusvaloración o aniquilación de la otra, tendremos la oportunidad de crear algo nuevo en la política que verdaderamente podríamos llamar una sociedad participativa. Sólo así se podrá evitar la confusión de representantes tratando de ser participacionistas o de estos últimos pretendiendo asumir funciones para las que no son aptos. (2007, p. 148)

Apesar de operarem com diferentes arcações conceituais, Caires e Njaim concebem a democracia participativa como complementar à representativa, à semelhança de Avritzer (2002), com primazia da representativa no que se refere à ação estatal e, a participativa, com o papel de articular demandas de grupos da sociedade civil à agenda estatal e, por extensão, descartam como autoritário e disfuncional a primazia da democracia participativa protagônica.

À guisa de conclusão, essa concepção apresenta pelo menos três inadequações em relação às lutas políticas relativas ao EC: 1) o sentido do texto constitucional é o inverso e a literalidade do artigo 5 é inequívoca; 2) descartar *in limine* como autoritário e disfuncional a primazia da democracia participativa protagônica, sem o exame do conjunto normativo e do debate travado pelos interessados, implica assumir (inconscientemente?) a posição daqueles bem posicionados no sistema competitivo, que perdem espaço com a inversão entre uma e outra. Nada contra o analista assumir posição, afinal, toda teoria política é uma tomada de posição (LUKES, 1980), aberta ou velada por arranjos lógicos.

Finalmente, a terceira inadequação é a perda de perspectiva histórica, o que leva a tomar a democracia representativa como um dado, não como o resultado atual de um processo histórico, portanto sempre inacabado e transitivo. Vale recordar que grandes autores liberais do século XIX consideravam disfuncional e indesejável a extensão do sufrágio universal (COUTINHO, 2006 e MACPHERSON, 2003). Não por acaso, a própria teoria política, confrontada com o movimento histórico, desenvolveu vários modelos de democracia (HELD, 2006), embora na atual quadra histórica subjaz a todos os modelos a competição entre os interessados na política como núcleo básico e índice de democracia.

As mesmas classes populares que reivindicavam o direito ao sufrágio, hoje postulam na Venezuela e em várias partes do mundo uma forma participativa de democracia que seja protagônica, justamente por se verem cumprindo um papel menor de voto no processo de competição pelo voto (o que é realmente decisivo nas atuais democracias) e alijadas dos mecanismos de controle dos eleitos. O rumo que tomará a experiência venezuelana depende do desenvolvimento das lutas travadas pelos defensores do EC e seus opositores, justamente por isso uma análise conclusiva, em termos favoráveis ou contrários, aprisiona na teoria o que lhe escapa.

Referências bibliográficas

AVRITZER, L. *Democracy and Public Sphere in Latin America*. Nueva Jersey: Princeton University Press, 2002.

COMITÉS DE TIERRAS URBANAS. *Socialismo y tenencia de la tierra urbana*. IN: LÓPEZ MAYA, M.(ed.) *Ideas para debatir el socialismo del siglo XXI*. Caracas: Editorial Alfa, 2009.

COUTINHO, C. N. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

CURCIO, P. *La mano visible del mercado: guerra económica en Venezuela*. Caracas: Editorial Nosotros Mismos, 2017.

GARCÍA, E. L. G. *Crimén de lesa humanidad: el bloqueo económico-financiero contra Venezuela*. Caracas: SURES, 2019.

GIORDANI, J. A. *La transición venezolana al socialismo*. Caracas: Vadell Hermanos editores, 2012.

GUERRERO, M. E. *Fascismo, Chavismo y Estado Comunal*. Buenos Aires: Marcos Paz Ediciones, 2017.

HELD, D. *Models of democracy*. Cambridge: Polity Press, 2006.

JONES, B. *Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

LARA, H. S. Efectos de la paralización económica del 2002 en el sector construcción en Venezuela. IN: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* v.13 n.3 Caracas dic. 2007. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-64112007000300004

LÓPEZ MAYA, M. *Apuntes sobre la polarización política en Venezuela y los países andinos*. IN: LOZADA, M. (comp.) *Polarización social y política en Venezuela y otros países*. Caracas: Fundación Centro Gumilla, 2011.

_____. *Protesta y cultura en Venezuela: los marcos de acción colectiva en 1999*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

LUKES, S. *Poder*. Brasília: Editora da UnB, 1980.

NJAIM, H. *Democracia participativa: retórica y aprendizaje*. Caracas: Universidad Metropolitana, 2007.

MACPHERSON, C. B. *La democracia liberal y su época*. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

NORWOOD, F. F. *Plan guarimba: expresión de odio al pueblo*. Caracas: Fondo Editorial de la Asamblea Nacional Willian Lara, 2014.

PARKER, D. *Socialismo y organización de la producción*. IN: LÓPEZ MAYA, M. (ed.) *Ideas para debatir el socialismo del siglo XXI*. Caracas: Editorial Alfa, 2009.

PASTOR, R. V.; DALMAU, R. M. O processo constituinte venezuelano no marco do novo constitucionalismo latino-americano. IN: WOLKMER, A. C. e MELO, M. P. (orgs.) *Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas*. Curitiba: Juruá, 2013.

PINHEIRO, J. *Quem tem medo do bolivarianismo?* IN: *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.20 n.37, p.100-114, jul./dez. 2016.

RODRIGUEZ, L. S. *Escritos desde la guerra económica*. Caracas: El Perro y la Rana, 2014.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

ARTIGO

O GOVERNO DE NICOLÁS MADURO RESISTE: UM DIÁLOGO CRÍTICO COM O MODELO DE QUEDAS PRESIDENCIAIS PROPOSTO POR ANÍBAL PÉREZ-LIÑÁN

Resumo:

Neste artigo, estabelecemos um diálogo crítico com o modelo de análise de quedas presidenciais criado por Aníbal Pérez-Liñán à luz do caso venezuelano atual: a crise política pela qual o governo de Nicolás Maduro atravessa. O objetivo é discutir por que a análise bidimensional proposta pelo autor é insuficiente para compreender a complexidade desse caso. Para isso, fizemos uma análise multidimensional, com base no conceito de endogeneidade formulado por Robert Franzene Jr., a fim de examinar quais são as ameaças à manutenção de Maduro no poder e quais são os escudos que o protegem, analisando as seguintes variáveis: o legislativo, os protestos de rua, as instituições de justiça e as forças armadas. Adicionalmente, investigamos as estratégias do Executivo e dos grupos opositores diante do acirramento dos conflitos.

Palavras-chave: Nicolás Maduro; Pérez-Liñán; queda presidencial.

Abstract:

In this article, we establish a critical dialogue with the model of analysis of presidential falls created by Aníbal Pérez-Liñán in the light of the current Venezuelan case: the political crisis through which the government of Nicolás Maduro is going through. The objective is to discuss why the two-dimensional analysis proposed by the author is insufficient to understand the complexity of this case. To this end, we made a multidimensional analysis, based on the concept of endogeneity formulated by Robert Franzene Jr, in order to examine what are the threats to Maduro's hold in power and what are the shields that protect him, analyzing the following variables: the legislature, street protests, justice institutions and the armed forces. In addition, we investigated the strategies of the Executive and the opposing groups in the face of the intensification of conflicts.

Keywords: Nicolás Maduro; Pérez-Liñán; presidential fall.

* Mestre e doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estados Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista do CNPq. E-mail: jeffersonlnascimento@iesp.uerj.br

Introdução

O presente artigo resulta de pesquisa para dissertação de mestrado sobre como a ciência política interpreta as crises políticas e sociais que atingem países latino-americanos ao longo dos séculos XX e XXI. É a partir destes diferentes resultados das crises que alguns pesquisadores elaboram hipóteses para tentar explicar porque alguns mandatários caem e outros não. Um dos cientistas políticos mais célebres nessa área é Aníbal Pérez-Liñán e seu trabalho sobre o que ele chama de “instabilidade presidencial”.

De acordo com o modelo de análise de quedas presidenciais proposto por Pérez-Liñán (2014), as pesquisas sobre esse tema deveriam ser conduzidas no sentido de examinar quais são as “ameaças” ao mandatário e quais são os “escudos” que o protegem. O autor propõe uma análise bidimensional com o intuito de perceber a “interação dialética” entre duas variáveis: os protestos de rua e a política interna do Congresso. Segundo o autor, a ação dos movimentos sociais é a maior fonte de instabilidade política, mas os seus efeitos são mediados pela lealdade ou não dos legisladores. No entanto, a iniciativa de derrubar o presidente pode partir também do Congresso, criando um cenário de crise presidencial.¹

Na Venezuela, o governo de Nicolás Maduro, iniciado em 2013, vem sofrendo intensa pressão dentro e fora do país, que visa a removê-lo do poder. Tais ameaças já existiam no governo de seu predecessor e correligionário, Hugo Chávez, que chegou a ser derrubado em 2002, retornando ao poder 48 horas depois.² No caso de Maduro, esse tipo de conflito político se intensificou a partir de 2014 em virtude, sobretudo, do agravamento da crise econômica e do aumento do descrédito em relação ao sistema político.

Neste artigo, o objetivo é discutir a hipótese de que, devido à complexidade do caso venezuelano, não poderíamos analisá-lo em profundidade usando o modelo bidimensional proposto por Pérez-Liñán, uma vez que há outros vetores atuando para que Maduro se mantenha no poder, a despeito das ameaças. Dito de outro modo, se investigássemos apenas o Congresso e os protestos de rua, o resultado da pesquisa não seria suficiente para explicar por que Maduro se mantém no cargo.

Por conseguinte, optamos por adotar uma abordagem multidimensional, que engloba outras variáveis que não somente as duas a que Pérez-Liñán se refere,

1 O autor define “crise presidencial” como sendo o “extremo conflito entre o executivo e o legislativo no qual um dos lados busca a dissolução do outro” (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, p.7).

2 Naquela ocasião, Chávez ficou preso, mas retornou à presidência depois de intensa pressão popular e apoio de parcela expressiva dos militares.

produzindo, assim, uma análise mais matizada do objeto de estudo. O intuito é analisar a “endogeneidade” entre as variáveis, tal como propõe Franzene Jr. (2007). Segundo o autor, é preciso levar em conta o fato de que, em fenômenos multicausais, é impossível separar de maneira estanque o que é causa e o que é efeito. Uma mudança em uma variável X pode causar mudanças numa variável Y, que pode incidir em modificações na variável X e até mesmo nas outras variáveis, estabelecendo uma cadeia contínua de ações e reações (FRANZENE JR., 2007, p.61). Uma atitude hostil das Forças Armadas ao governo, por exemplo, provocará uma reação por parte deste, procurando, possivelmente, limitar a atuação daquelas. A partir daí, a tendência é que os militares se articularem para defender seus interesses, desencadeando uma série de disputas, que pode inclusive atrair outros atores como o Judiciário, o Legislativo, os movimentos sociais etc.

À luz desse debate metodológico, nossa análise lança mão das duas variáveis propostas por Pérez-Liñán, mas adicionamos outras duas para produzir uma análise mais matizada do objeto de estudo. Portanto, além de investigar (1) a atuação do Parlamento e (2) o impacto dos protestos de rua para a crise política, vamos analisar (3) o papel das instituições de Justiça e (4) das Forças Armadas. Adicionalmente, discutiremos as estratégias do Executivo diante do acirramento dos conflitos e as estratégias dos principais partidos que fazem oposição ao governo. Nossas fontes de pesquisa foram matérias jornalísticas e textos acadêmicos e o período analisado é de abril de 2013, quando Maduro assume a presidência, a abril de 2019, quando ocorre a Operação Liberdade, tentativa mais ousada da oposição para derrubar Maduro.

O artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta Introdução. Na próxima, discutiremos o percurso dos primeiros anos de governo, dando destaque ao recrudescimento das ameaças populares, que resultou na eclosão do ciclo de protestos de 2014 e a perda do escudo parlamentar ao final de 2015, fato que modificou significativamente a correlação de forças existente.

Na terceira seção, o objetivo será debater a atuação do Judiciário para mitigar o ímpeto do Legislativo em derrubar o presidente e as estratégias do Executivo para proteger Maduro, diante do cenário de agravamento da crise institucional, da crise econômica e da eclosão da segunda onda de protestos, em 2017. Já a seção quatro abordará a importância do escudo militar para conter as investidas feitas por grupos opositores, entre agosto de 2017 e abril de 2019, com o intuito de retirar o presidente do poder. Por fim, retomaremos a hipótese inicial e teceremos algumas conclusões finais.

Da eleição de 2013 à derrota massiva no Legislativo em 2015

A chegada de Nicolás Maduro à presidência ocorreu um momento bastante turbulento para a Venezuela. Além do falecimento de Hugo Chávez, um importante líder carismático que governou o país por 14 anos, a Venezuela passava por uma intensa crise econômica, com a queda vertiginosa do preço do petróleo, que fez aumentar a pressão do mercado financeiro para que se adotassem medidas de contenção de gastos (CAMPELLO, 2015). Caso cedesse, Nicolás Maduro teria pouca margem para manter os programas sociais herdados de seu predecessor.

Antigo vice-presidente, Maduro era um ator importante dentro da cúpula do governo, tendo sido também ministro das Relações Exteriores e presidente da Assembleia Nacional. Maduro ganhou a primeira eleição em abril de 2013 por apenas 50,61% dos votos contra 49,12% conquistados por Henrique Capriles, seu adversário. A margem apertada de votos era um indício do acirramento da polarização e que, portanto, Maduro não teria vida fácil nos anos subsequentes. Para fins de comparação, na eleição de 2012, na qual Hugo Chávez ganhou antes de falecer, a margem obtida foi significativamente maior: Chávez havia conseguido 685 mil votos a mais que Maduro conseguiu em 2013, vencendo a eleição por uma diferença de 12% dos votos.

A oposição, encabeçada pelo candidato derrotado Henrique Capriles, não estava disposta a dialogar, questionou o resultado do pleito, apontando irregularidades sem apresentar provas, e convocou o povo para sair às ruas.³ Desde os primeiros anos do governo, opositores nacionais e internacionais exerceram forte pressão contra o presidente Maduro, tal faziam com Hugo Chávez: eram feitas constantes acusações de corrupção, houve protestos contra o Executivo por governar de maneira autoritária, o qual também era criticado por sua suposta incompetência em gerir o país etc. Uma primeira grande mudança que marca a diferença entre os governos de Chávez e Maduro foi o cenário internacional, que se tornou significativamente mais adverso para o chavismo com a piora dos indicadores econômicos, devido sobretudo à queda brusca dos preços das *commodities*.

A indignação da sociedade venezuelana com a degradação das condições socioeconômicas somada ao repúdio de uma grande parcela ao sistema político vigente fez eclodir, em 2014, uma série de protestos. Por volta de 800 mil pessoas mobilizaram-se nas ruas entre fevereiro e março de 2014 em 16 estados da Venezuela

³ <https://www.telesurtv.net/news/La-violencia-de-la-derecha-en-Venezuela-en-abril-de-2013-20160408-0050.html>

(UZCÁTEGUI, 2014). Ocorreram, ao todo, 9286 mobilizações sociais ao longo do ano de 2014, totalizando mais do que o dobro de protestos ocorridos no ano anterior (LÓPEZ MAYA e UZCÁTEGUI, 2016). Para fins de comparação, entre outubro de 2001 e setembro de 2002, período que compreende o frustrado golpe contra Hugo Chávez, foram contabilizados menos de 1300 mobilizações de rua (ACOSTA, 2007).

Sem embargo, o saldo dos protestos não foi positivo para a oposição formal responsável pela convocação e organização de parte dessas mobilizações, já que um de seus principais líderes, Leopoldo López, do partido *Vontade popular*, acabou preso. A coalizão dos partidos opositores, a *Mesa da Unidade Democrática* – MUD, é bastante heterogênea e reúne partidos de bases ideológicas distintas, que vão desde a extrema direita até mesmo à esquerda. A única bandeira capaz de unir todos esses grupos em torno de uma coalizão é o fato de se contraporem ao governo chavista. Essa diversidade manteve a MUD fragmentada, o que impediu a ascensão de um líder que pudesse arremessar os diversos grupos em torno de uma estratégia comum (UZCÁTEGUI, 2014).

É importante registrar que, a despeito das ameaças, Maduro ainda conseguiu mobilizar uma parcela de seus apoiadores para que saíssem as ruas em favor do governo nos momentos em que os conflitos se acirravam. Entretanto, o “escudo” popular era bastante débil, se comparado às “ameaças” que vinham das ruas (MACLOED, 2018). Esse saldo negativo para o governo da correlação de ameaças e escudos populares, aliado às estratégias de campanha da oposição no contexto das eleições legislativas, resultaram na maior derrota do chavismo desde que chegou ao poder em 1998: a perda da maioria no parlamento.

Em dezembro de 2015, a MUD conseguiu ocupar 2/3 dos assentos na Assembleia Nacional – AN, o que lhe dava a prerrogativa de, inclusive, reescrever a constituição. Segundo Sutherland (2016), a vitória foi conquistada após os partidos opositores mudarem a estratégia de campanha, evitando pautá-la em termos subjetivos, como a suposta “ameaça comunista” propiciada pelo “socialismo do século XXI”, e centrou-se mais nos debates de temas reais envolvendo a crise econômica. Além disso, as estratégias comunicativas da oposição pareciam mais alinhadas com as transformações tecnológicas recentes (FERNANDEZ, 2018, p. 190) e, dessa maneira, ela conseguiu se conectar mais facilmente com setores populares, sobretudo os mais jovens.

A partir de então, o presidente Maduro passava a ter contra si as ruas e o parlamento, ou seja, as duas ameaças que, segundo o modelo de Pérez-Liñán são vitais para queda presidencial. Entretanto, Maduro não caiu. Por que? O que sustentou o governo, mesmo em um cenário extremamente adverso?

O fortalecimento do escudo judiciário e o recrudescimento das ameaças populares

Após a derrota expressiva, Maduro rapidamente se articulou com a sua base aliada para reforçar o escudo judiciário, o que viria a ser fundamental para conter o ímpeto dos congressistas opositores eleitos, que afirmavam abertamente a intenção de removê-lo do cargo. A menos de duas semanas para a coalizão opositora assumir o controle da Assembleia Nacional, os deputados chavistas, que ainda eram maioria, aprovaram a nomeação de 13 novos juizes para o TSJ.

A partir de então, a Justiça passou a atuar mais do que como um “escudo” ao governo, mas também como “espada”, no sentido de que diversas decisões do Tribunal Superior prejudicaram os principais adversários do governo. Foram impugnadas candidaturas eleitas, impedindo a formação da supermaioria na nova legislatura;⁴ o Congresso foi condenado por desacato ao desobedecer a uma ordem dos juizes do TSJ, o que retirou da casa legislativa uma série de poderes;⁵ ademais, o TSJ declarou inconstitucional a Lei da Anistia aprovada no Congresso, que dava liberdade a presos políticos opositores, dentre eles Leopoldo López.⁶

O controle sobre o judiciário foi importante para mitigar as ações da oposição formal no parlamento, mas não arrefeceu a temperatura nas ruas. Devido à queda ainda mais brusca nos indicadores econômicos, à corrosão do sistema político e à inabilidade do governo em retirar o país da crise, explodiu, em 2017, o maior ciclo de protestos enfrentado pelo chavismo. Nas manifestações observou-se um alto grau de violência, tanto por parte dos manifestantes quanto das forças de segurança – ainda maior do que aquele observado em 2014.⁷

Algumas das manifestações foram convocadas por líderes dos partidos Vontade Popular, liderado por Leopoldo López, e Primeiro Justiça, cujo maior expoente era Henrique Capriles. O repertório violento e racista de alguns grupos que foram às ruas transmitiu uma mensagem negativa para uma parcela significativa da população. Na época, houve relatos de agressões e linchamentos a cidadãos chavistas e a outros que não eram apoiadores do governo, mas que eram lidos pelos manifestantes como

4 <https://www.telesurtv.net/news/Oposicion-no-acatara-sentencia-sobre-desacato-de-AN-venezolana-20160111-0057.html>

5 <https://revistaforum.com.br/noticias/supremo-da-venezuela-assume-funcoes-da-assembleia-nacional-enquanto-legislativo-estiver-em-desacato/>

6 <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/supremo-da-venezuela-declara-lei-de-anistia-inconstitucional.html>

7 <https://www.hrw.org/pt/world-report/2018/country-chapters/313461>

tendo “traços fenotípicos de chavistas”. Mais ainda, foram noticiadas situações em que apoiadores dos partidos Vontade Popular e Primeiro Justiça invadiram pequenas propriedades onde supostamente viviam eleitores de Maduro (SUTHRELAND, 2018).

Tais atitudes restringiam a capacidade da direita radical de criar uma identificação com grande parte do eleitorado que ocupa a base da pirâmide social, especialmente entre aqueles cujas posições ideológicas estavam localizadas à esquerda no espectro político. Por conseguinte, mesmo estando insatisfeitos com a situação concreta de suas vidas e com o governo, muitos desses eleitores não concebiam o voto nos dois partidos acima citados como uma alternativa viável para atingir seus propósitos.

Uma das estratégias que o Executivo adotou para conter a efervescência das ruas e para dirimir a ameaça legislativa foi a de lançar uma Assembleia Constituinte – AC. A iniciativa gerou revolta entre os membros da MUD, pois estes defendiam que o povo venezuelano deveria ser consultado previamente para saber se desejavam ou não uma nova constituição, além terem feito críticas na maneira como definida a composição da AC.

Sob a justificativa de que as eleições dos membros da Constituinte não eram legítimas nem legais, a MUD decidiu não lançar nenhum candidato, o que resultou na formação de uma Assembleia em que todos os 545 legisladores eram ligados ao movimento bolivariano. A partir do início do seu funcionamento, a presidenta da AC, Delcy Rodríguez, anunciou que seriam retiradas do Parlamento as atribuições de legislar acerca de temas de ordem interna, de segurança nacional, direitos humanos, sistema socioeconômico e finanças, o que não impedia a Assembleia Nacional de legislar sobre outros temas.

Apesar do boicote à AC, a oposição ainda teria pela frente a oportunidade de conquistar apoio popular por meio do voto nas eleições para governadores, em outubro de 2017; para prefeitos, em dezembro de 2017; e para presidente, em abril de 2018. Em todas elas, contudo, o PSUV, partido governista, obteve vitórias expressivas, o que nos leva à seguinte questão: como o governo conseguiu dar essa reviravolta após a derrota massiva no pleito para o legislativo em 2015?

Uma série de motivos podem ser destacados, dentre eles a falta de identificação de setores populares com os principais partidos opositores, sobretudo após o ciclo de protestos de 2017. Além disso, a “espada” judiciária continuou sendo utilizada no sentido de atacar adversários. Após a eleição para governador, por exemplo, Juan Pablo Guanipa, eleito no estado de Zulia, se recusou a atender a ordem de comparecer à Assembleia Constituinte para ser juramentado, sendo, por conseguinte, impedido

de assumir o governo.⁸ Nas eleições presidenciais o Conselho Nacional Eleitoral – CNE não registrou os partidos políticos que desistiram de participar das eleições municipais, dentre eles os três partidos opositores mais atuantes contra o governo: o Ação Democrática, o Primeiro Justiça e o Vontade Popular.⁹

Contudo, as iniciativas que parecem ter pesado mais em favor do governo foram tomadas no âmbito da economia. Maduro anunciou quatro medidas de grande impacto na vida da população, sobretudo na dos estratos mais pobres, que deram algum alívio à pressão popular: utilizou a máquina eleitoral do PSUV para distribuir produtos básicos a eleitores de redutos que tradicionalmente apoiam o chavismo; emitiu moedas através do Banco Central da Venezuela, aumentando a liquidez da economia; postergou os ajustes macroeconômicos, que poderiam afetar negativamente alguns setores da economia e manteve os subsídios de 99,99% ao preço da gasolina, transporte, água, dentre outros bens e serviços, cujo acesso era quase gratuito naquele momento (SUTHERLAND, 2018).

Tais políticas são extremamente efetivas, sobretudo em regiões onde o Estado é a única fonte de emprego e renda devido à carência de empresas privadas. Portanto, de acordo com Sutherland (2018), “sem a necessidade de extorquir ou chantagear a população mais empobrecida, a expansão do gasto público de maneira clientelista funciona como um igualador social muito eficaz”. Com isso, Maduro conseguiu se reeleger para mais um mandato, o que, todavia, não iria amenizar os conflitos que permaneceram intensos.

Portanto, é preciso compreender que o Executivo, ao se deparar com o agravamento das ameaças populares e com a perda do escudo legislativo, tomou uma série de atitudes que foram cruciais para evitar a queda: ampliou o apoio dentro do Judiciário; lançou uma Assembleia Constituinte, que retirou funções essenciais do Parlamento; e adotou estratégias clientelistas que amenizavam as condições precárias de vida dos segmentos mais pobres da população. Os partidos opositores, por seu turno, embora tivessem obtido uma vitória expressiva nas eleições parlamentares, encontravam grandes dificuldades para formular um discurso coeso e trazer para o seu lado a maioria dos eleitores que ocupavam a base da pirâmide social.

Nesse xadrez político, contudo, falta ainda analisar uma peça fundamental: as Forças Armadas. O escudo militar se tornou cada vez mais um elemento vital para conter as tentativas de remover o governo Maduro, sobretudo a partir de meados de 2017.

8 <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/31/apos-duas-derrotas-oposicao-venezuelana-decide-nao-participar-de-eleicoes-municipais/>

9 <https://www.telesurtv.net/news/venezuela-cne-registro-organizaciones-politicas-20180201-0055.html>

As Forças Armadas: um escudo resistente às tentativas de remoção presidencial

Segundo Harnecker (2003), para compreendermos o apoio dos militares na Venezuela a um governo que se autointitula socialista, é preciso analisar as particularidades do caso venezuelano frente aos demais países latino-americanos. Primeiramente, (1) existe, entre os militares, uma forte influência do pensamento anticolonial de Simón Bolívar no que tange à defesa nacional e, com isso, a inclinação à integração latino-americana é bastante acentuada entre eles. Em segundo lugar, (2) a geração de Chávez – que fora um militar, tendo alcançado a patente de tenente-coronel – não foi treinada nos EUA e sim na Academia Militar venezuelana, o que os tornou menos susceptíveis à influência do pensamento neoimperialista exportado pelas instituições estadunidenses. Aliado a isso, (3) existiram poucas guerrilhas devido ao fato de o país não ter vivido uma ditadura militar e, portanto, a ideologia anticomunista não atingiu as mesmas proporções que nos países vizinhos. Por fim, outro fator importante foi que (4) muitos desses oficiais tiveram incentivos para cursar ensino superior, bem como para estudar a história do país e as ciências sociais. Tais fatores são alguns dos responsáveis por uma formação humanística diferenciada dos militares venezuelanos em relação aos militares de outros países latino-americanos e o fato de apoiarem um governo dito socialista está ligado, em grande medida, às dinâmicas acima assinaladas (HARNECKER, 2003).

Além disso, algumas iniciativas tomadas por Chávez, que foram seguidas ou aprofundadas por Maduro, ajudaram a construir um escudo militar bastante resistente. Após a tentativa de golpe de 2002, Chávez promoveu uma série de expurgos e de estratégias e de reformas na hierarquia das instituições militares, que propiciaram a promoção de aliados e a expulsão de adversários que pudessem desestabilizar o governo.¹⁰ Além disso, foram feitos investimentos que resultaram no incremento do poderio militar e na melhoria das condições de vida de oficiais de todas as patentes, com a elevação dos salários e dos benefícios (KRUIJT, 2020, p. 90).

A militarização da sociedade venezuelana é um processo que vem paulatinamente se aprofundando ao longo do chavismo. As Forças Armadas atualmente dirigem diversos elementos do cotidiano: a distribuição dos alimentos e dos remédios às farmácias; controlam a circulação, os metrô, além de empresas do complexo industrial denominado Zona Econômica Militar Socialista, por onde circula um enorme fluxo de dinheiro público. Na esfera da coalizão governista, quase metade dos ministérios é coordenada por militares. Francine Jácome (2017, p.46) observa

¹⁰ <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2019/01/22/por-que-os-militares-venezuelanos-respaldam-Maduro>

que o Ministério do Poder Popular para a Defesa, responsável pela coordenação das instituições militares e chefiado pelo general Vladimir Padrino López vai reunindo, no decorrer do governo Maduro, cada vez mais poder dentro do Executivo, se convertendo na ordem máxima do país, atrás apenas do presidente.

A militarização do governo protege a presidência em momentos chave, nos quais ocorreram investidas de grupos opositores com o intuito de derrubar o mandatário. Um dos primeiros eventos dessa natureza ocorreu no dia 6 de agosto de 2017, quando um grupo de rebeldes do estado de Carabobo formado por militares e civis vestidos com uniforme das Forças Armadas, comandados pelo militar reformado Juan Caguaripano, promoveu um levante contra o presidente Maduro em um quartel na cidade de Valência, mas acabaram rendidos por outros membros das Forças Armadas e a alta cúpula reforçou a lealdade ao governo.¹¹

Um segundo evento no qual os militares sustentaram o apoio ao governo ocorreu no dia 4 de agosto de 2018. Em meio a um discurso, Maduro foi vítima de uma tentativa de homicídio mediante a explosão de um drone. A ação do serviço de inteligência e da Guarda Nacional Bolivariana, instituição que pertence à Fuerza Armada Nacional Bolivariana – FANB, foi fundamental para antever o crime e explodir o drone antes que se aproximasse do presidente.¹²

O fracasso do atentado não foi suficiente para conter o ímpeto de setores da oposição em retirar o presidente do poder. No início de 2019, por não reconhecer a reeleição de Maduro e defender que, portanto, a cadeira presidencial estava vazia, o então presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, proclamou-se presidente da Venezuela no dia 23 de janeiro de 2019. Essa ação era parte de uma estratégia que vinha se desenhando desde o início da nova legislatura em 2016. Ao longo desse período de três anos, o Congresso tentou criar uma Suprema Corte paralela,¹³ os parlamentares boicotaram a votação para a Assembleia Constituinte, contribuindo para a desmoralização das instituições políticas; e colocaram em discussão uma Lei da Anistia, tentando atrair os militares insatisfeitos com o governo para o lado dos opositores.¹⁴

Conscientes de que a conquista do apoio dos militares era fundamental para derrubar o presidente, os grupos opositores, no dia 21 de janeiro de 2019, promoveram mais um levante militar. Dessa vez, a revolta contra o governo aconteceu em uma unidade da Guarda Nacional, onde um grupo liderado pelo sargento José Gregorio

11 <https://www.cartacapital.com.br/mundo/governo-reprime-levante-militar-na-venezuela/>

12 <https://edition.cnn.com/2019/03/14/americas/venezuela-drone-maduro-intl/index.html>

13 <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/07/1903147-oposicao-venezuelana-nomeia-tribunal-paralelo-em-ofensiva-contra-maduro.shtml>

14 https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/27/internacional/1548621248_688539.html

Brandes atacou a guarnição militar de Cotiza, um bairro de Caracas. O sargento falou à imprensa que o levante tinha como objetivo fazer com que a Constituição fosse respeitada pelo governo e convocou o povo a se manifestar. Logo em seguida, foi organizado um protesto próximo à guarnição atacada, mas os manifestantes foram rapidamente dispersados pela Polícia Bolivariana.¹⁵

Guaidó utilizou a fala de Brandes para tentar convencer os venezuelanos de que a revolta era sintoma de um “sentimento generalizado dentro das Forças Armadas”. Contudo, é importante salientar que a Guarda Nacional é o braço mais fraco dentro das Forças Armadas e que o movimento dissidente ficou restrito apenas àquela unidade militar. Além disso, a FANB emitiu um comunicado oficial no qual chamavam os revoltosos de “delinquentes” e prometiam um “castigo exemplar” para os envolvidos.¹⁶

Mesmo diante das tentativas frustradas, a oposição não desistiu da estratégia de angariar apoio entre os militares. No dia 30 de abril de 2019, ocorreu a Operação Liberdade, na qual Juan Guaidó promoveu a investida mais ousada contra o governo Maduro. O autoproclamado presidente foi à base militar de La Carlota, no centro de Caracas, acompanhado de uma dezena de militares rebeldes e do líder opositor Leopoldo López, que até então estava em prisão domiciliar mas foi libertado pelo chefe do Serviço Bolivariano de Inteligência, Christopher Figueira. No mesmo vídeo, Guaidó conclamava as Forças Armadas a rebelar-se contra Maduro e a população a se mobilizar nas ruas, entretanto, novamente, a investida foi frustrada pelo alto comando das FANB, que reforçou o apoio ao governo em uma transmissão simbólica na TV ao lado de Maduro.¹⁷

O fracasso do golpe acirrou ainda mais os ânimos e diversas mobilizações populares aconteceram em todo país, levando à prisão de 25 manifestantes.¹⁸ No âmbito jurídico, o Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional – SEBIN e o TSJ endureceram a ofensiva que já vinham praticando contra a oposição, retirando a imunidade parlamentar de membros de partidos opositores e decretando a detenção

15 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/21/na-venezuela-militares-iniciam-revolta-contramaduro-e-sao-presos.ghtml>

16 https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/21/internacional/1548085657_760562.html

17 <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/04/30/A-cartada-mais-ousada-de-Guaid%C3%B3-contram Maduro-na-Venezuela>

18 https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/venezuelan-opposition-leader-juan-guaido-appears-to-stage-military-backed-challenge-to-president-maduro/2019/04/30/c7028eee-6b35-11e9-8f44-e8d8bb1df986_story.html

dos mesmos.¹⁹ O TSJ anulou também todos os atos aprovados pelo Parlamento desde a posse do segundo mandato.²⁰

Com isso, podemos notar que além do escudo judiciário, o escudo militar foi fundamental para contrabalançar as ameaças das ruas e do Legislativo. É importante frisar que essa rede de proteção foi conseguida por meio de iniciativas do próprio Executivo no sentido de interferir no funcionamento das instituições de justiça e das militares, com o fim de ampliar o número de apoiadores e reduzir a pressão de adversários.

Confirmamos, desse modo, a hipótese de que a análise bidimensional proposta por Pérez-Liñán é insuficiente para explicar o caso do governo de Nicolás Maduro. Se apenas analisássemos as duas variáveis elencadas pelo autor como centrais – o legislativo e os protestos – incorreríamos no erro de achar que Maduro cairia entre 2016 e 2017, já que a MUD havia conquistado a maioria no Congresso e a ameaça popular alcançou o auge no ciclo de protestos de 2017. Se não adicionarmos duas peças fundamentais para esse xadrez político – as instituições de justiça e os militares –, não é possível compreender os motivos que fazem Maduro continuar no poder, a despeito de todas as adversidades.

Considerações finais

A hipótese que guiou a nossa pesquisa é a de que o modelo de análise de instabilidade presidencial proposto por Pérez-Liñán (2014) não é suficiente para explicar a permanência de Nicolás Maduro na presidência da Venezuela. De acordo com o autor, para prever a queda ou não de um mandatário, ante um cenário de crise, seria preciso observar dois vetores: os protestos de rua e o legislativo. Em um contexto de fortes ameaças provenientes dessas duas fontes, a tendência seria a queda do mandatário.

Nossa pesquisa confirma a hipótese sobre os limites da análise de Pérez-Liñán. A partir de 2016, Maduro vinha sofrendo forte ameaça por parte do Congresso, ocupado em sua maioria por opositores, e, em 2017, ocorreu a maior onda de contestação popular ao governo, sem que isso resultasse na destituição do presidente. Portanto, uma análise bidimensional focada nas variáveis Congresso e protestos de rua nos levaria a crer que o governo Maduro cairia naquele momento.

19 <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/05/09/A-nova-ofensiva-de-Maduro-contr-opositores-na-Venezuela>

20 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/21/na-venezuela-militares-iniciam-revolta-contramaduro-e-sao-presos.ghtml>

Argumentamos, porém, que, apesar das ameaças popular e legislativa, as variáveis que sustentam o governo diante do agravamento dos conflitos políticos são, principalmente, as instituições de justiça e as forças armadas. Como vimos, o Judiciário vem funcionando não apenas como um “escudo” de proteção, mas também como uma “espada” usada para atacar adversários. Esse apoio foi sendo construído desde os primeiros anos do governo Chávez, por meio de reformas que possibilitaram ampliar o número de apoiadores ao movimento bolivariano nas instituições de justiça, e foi intensificado por Maduro, sobretudo no momento em que viu esfalecer o escudo legislativo.

A FANB também sofreu reformas expressivas que possibilitaram a expulsão de adversários e a ascensão de aliados, bem como flexibilizou a hierarquia das instituições em favor do governo. Além disso, houve significativa elevação no padrão de vida dos militares, que favoreceu a aliança com o governo, mesmo diante do avanço da crise econômica. Tais medidas renderam um escudo militar resistente às investidas para derrubar Maduro.

Por outro lado, a MUD se mostrou incapaz de produzir um discurso coeso, capaz de unificar as demandas dos diferentes grupos que formavam a coalizão em torno do objetivo comum de remover Maduro do poder. Além disso, esses grupos não lograram conquistar a confiança dos setores marginalizados da população, em especial daqueles alinhados mais à esquerda, cujas condições de vida haviam melhorado ao longo dos anos 2000.

Sem compreender o papel dos escudos judiciário e militar e as iniciativas que o Executivo tomou para mantê-los e fortalecê-los, bem como a incapacidade da oposição formal em angariar apoio da parcela mais pobre da sociedade venezuelana, não podemos compreender por que o governo Maduro sobrevive, em meio a um cenário de fortes ameaças popular e legislativa, impulsionadas por uma intensa crise socioeconômica.

Referências Bibliográficas

CAMPELLO, D. *The Politics of Market Discipline in Latin America: globalization and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015

FERNÁNDEZ, C. B. *Medios rojos y espectadores azules: cuando las audiencias deciden emigrar. Selectividad ideológica de las audiencias ante la estatización de la información en Venezuela*. *Contratexto*, v. 29, p. 181-198, 2018. Disponível em: <https://revistas.ulima.edu.pe/index.php/contratexto/article/view/1822>. Acesso em: 13 ago. 2019.

FRANZENE JR., R. *Multicausality, context-conditionality and endogeneity*. IN: BOIX, C.; STOKES, S. (org.) *The Oxford Handbook of Comparative Politics*, Oxford: Oxford University Press, 2007.

HARNECKER, M. *Venezuela. Militares junto al pueblo*. Madrid, El Viejo Topo, 2003.

JÁCOME, F. *Venezuela: ¿um nuevo tipo de régimen militar?* Foreign Affairs Latinoamérica, volume: 17, número 4, outubro-dezembro 2017.

KRUITJ, D. *Venezuela's defence diplomacy under Chávez and Maduro (1999-2018)*. IN: Defence Diplomacy and National Security Strategy: views from the Gobar South, 2020.

LOPÉZ MAYA, M.; UZCÁTEGUI, R. *Venezuela: conflictividad social, protesta e institucionalización democrática*, 2016. Disponível em https://www.academia.edu/27961809/VENEZUELA_CONFLICTIVIDAD_SOCIAL_PROTESTA_E_INSTITUCIONALIZACION_DEMOCRATICA. Acesso em 03 de setembro de 2020

MACLEOD, A. *Bad News from Venezuela: Twenty Years of Fake News and Misreporting*, New York, NY: Routledge, 2018a.

PÉREZ-LIÑÁN, A. *A Two Level Theory of Presidential Instability*. Latin American Politics and Society, v. 56, n. 1, p. 34-54, 2014.

SACHS, J.; WEISBROT, M. *Economic Sanctions as Collective Punishment: the case of Venezuela*. Center for Economic and Policy Research. Washington, DC: 2019: 1-25. Disponível em <http://cepr.net/publications/reports/economic-sanctions-as-collective-punishment-the-case-of-venezuela>. Acessado em: 09 de janeiro de 2020

SCHEIDT, E. *A democracia participativa na Venezuela da Era Chávez e a questão dos Conselhos Comunitários e das comunas*. 2017 Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/15344/11377>

SUTHERLAND, M. *A derrota eleitoral do chavismo*. 2016. Disponível em: <http://uece.br/nacionalidades/index.php/noticias/43579-artigo-qa-derrota-eleitoral-do-chavismo-qa-de-manuel-sutherland>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

_____. *Venezuela: ¿Por qué volvió a ganhar el chavismo?*, 2018. Disponível em: <https://www.aporrea.org/actualidad/a254205.html> Acesso em: 10 de maio de 2020.

UZCÁTEGUI, R. *Movilizaciones estudiantiles en Venezuela: del carisma de Chávez al conflicto en redes*. IN: revista Nueva Sociedad No 251, maio-junho de 2014, ISSN: 0251-3552.

ENSAYO

LA MALDICIÓN CIUDADANA

Resumo

O ser humano, em cada época histórica, cria, desenvolve e aperfeiçoa seus próprios modos de se relacionar consigo mesmo, com os outros, com o ambiente e constrói as explicações de que necessita, a partir das reflexões que faz a partir de suas interpretações. Dentre essas explicações, ele usa seus construtos simbólicos para interpretar fenômenos naturais e culturais. Nesse sentido, a possível utopia indo-americana supõe necessariamente a construção de caminhos paralelos aos estabelecidos pelo estado burguês: o predomínio das formas coletivas de propriedade, a superação e ruptura com as organizações verticais, novos estilos de relações intersubjetivas, uma nova política cultural, a revalorização da autoridade e do poder, a reivindicação do sujeito social em nossos contextos, a partir de expressões populares indígenas, africanas e outras profundamente enraizadas, atuais e alternativas.

Palavras-chave: Bolivarianismo; Estado comunal; Filosofia política.

Abstract:

The human being in each historical era, creates, develops and improves his own ways of relating to himself, with others, with the environment and builds the explanations he needs, based on the reflections he makes from his interpretations. Among these explanations, he uses his symbolic constructs to interpret natural and cultural phenomena. In this sense, the possible Indo-American utopia necessarily implies the construction of paths parallel to those established by the bourgeois state: the predominance of collective forms of ownership, overcoming and breaking with vertical organizations, new styles of intersubjective relations, a new cultural policy, the revaluation of authority and power, the claim of the social subject in our contexts, based on popular indigenous, African and other deeply rooted, current and alternative expressions.

Keywords: *Bolivarianism; Communal state; Political philosophy.*

* Docente-Investigador de la Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez (UNESR-Venezuela).

No tenemos ciudadanos para hacer República y no podemos regresar a la Monarquía, inventamos o erramos. Simón Rodríguez

Introducción

El ser humano, en cada época histórica, o quizá en cada “modo de producción”, crea, desarrolla y perfecciona sus propias formas de relacionarse consigo mismo, los otros, el entorno y construye las explicaciones que necesita, sustentándose en las reflexiones que hace a partir de sus interpretaciones. Entre estas explicaciones utiliza sus constructos simbólicos para interpretar fenómenos naturales y culturales como, por ejemplo, para interpretar al sol, al trueno, su posición en el universo, a los dioses, al pensar y las ideas, al comportamiento socialmente conveniente y aceptado, al conocimiento “racional” y emocional, a las formas de administración y gobierno y a sus instancias como el Estado y la escuela, a las tecnologías, al progreso, entre otra infinidad de interpretaciones.

Gracias al lenguaje como instancia simbólica, frente a esos fenómenos y en cada época histórica elaboramos metáforas y tramas fabulados, a través de las cuales se da sentido y se cohesionan tradiciones, personajes, sueños, hábitos, costumbres, intereses, necesidades, constituyéndose esas formas simbólicas en “fundamento de la vida” y mecanismos catárticos. Estos tramas fabulados las más de las veces, contruidos en base a la experiencia y adaptados metafóricamente, adquieren forma en cultos, imágenes y fetiches a deidades, versiones adaptadas a hechos y acontecimientos, parecer/es y padecer/es, sentimientos y esperanzas agnósticas, materialistas y ateas, impregnándonos muchas veces de subterfugios útiles para interpretar/se y sentir/se resguardado ante la “angustia existencial”, lo trágico, darle consistencia y plantear creencias, esperanzas, soportes ante lo inexplicable, certezas ante las incertidumbres, paliativos frente a los miedos, para direccionar-se/nos, justificar/se por lo que hace o deja hacer o para controlar y dominar, como parte de recursos propias de la subjetividad.

Todas y todos recurrimos a fábulas, mitos, parábolas, alegorías, símiles y metáforas para interpretar lo real factual y poder situarnos plenamente como seres complejos en lo cotidiano de la vida con nuestras historicidades. Algunas y algunos quizás más que otras y otros, dependiendo de las personales capacidades de referir, simbolizar, inventar o soñar, utilizamos en mayor o menor proporción esos recursos simbólicos. Es seguro que nadie rechaza cierta dosis de “fantasía” y

hasta las disfruta y es menos seguro aceptar tal hecho. Es seguro que mientras esas formas no sustituyan irreversiblemente lo real y nos arrastre a planos de alienación crónica, disociación psicótica, parálisis paradigmáticas, infrencias u otras patologías aberrantes, los sueños y “fantasías” forman parte imprescindible del combustible necesario para subsistir y lograr metas previstas en los proyectos, objetivos, planes y programas y constituyen la chispa que encienden las estrategias y tácticas requeridas para concretar lo necesario. Colocar las expectativas en el plano de lo real, de la historia concreta de cada uno como persona y colectivo, como pueblo, es parte de nuestra condición humana y requisito para vivir, avanzar y alcanzar mayores niveles de bienestar, y, para ello, lo simbólico de las utopías posibles y de los inéditos viables constituyen unas construcciones plenamente justificadas.

En el devenir histórico de los pueblos del Continente, han tomado cuerpo diversos proyectos colonizadores, implantados de maneras sutiles y aberrantes, que buscan determinar las características y el comportamiento de sus habitantes. La intencionalidad subyacente de estos implantes simbólicos, como representación distorsionada de lo real, es marcar y uniformizar la vida particular, singular, colectiva y los perfiles de la gente, en función de que sean aceptadas, sufridas y reproducidas las ambiciones de grupos de poder, los cuales están en correspondencia con paradigmas societarios determinados, originarios del desarrollo y evolución del occidente civilizador y judeo-cristiano.

En su elaboración, esos proyectos y sus intencionalidades han creado una serie de subterfugios racionales míticos de tipo económicos, psicológicos, ideológicos, religiosos, teleológicos, de gobernanza, de asentamiento y distribución de espacios, etc., que le dan consistencia y justificación para sí mismos, encontrando pertinencia dentro del ordenamiento que los produce y llegando a convertirse en fórmulas que se incorporan en el imaginario colectivo como auténticos conjuros que funcionan para los objetivos que se proponen.¹

El poder de estos conjuros impuestos radica en su absolutización, la no aceptación de otros proyectos distintos y divergentes y la negación por todas las vías, con la fuerza necesaria y con todos los dispositivos imaginables, de lo alternativo. No aceptan fuera de sí mismos otras formas materiales o espirituales que atenten contra su hegemonía y predominio pleno, persiguiendo, reduciendo y aplastando las disidencias y amenazando con el caos todo lo que no se englobe en sus circuitos y no lo reconozca en su omnipotencia.

1 “(...) mito es el fundamento de la vida; es el patrón intemporal, la fórmula religiosa con que la vida se moldea a sí misma, en tanto sus características son una reproducción de lo inconsciente” (KERÉNYI, 1999, p. 12).

Esos “conjuros históricos” requieren ser identificadas inequívocamente en sus múltiples manifestaciones, con el objeto no solo de conocerlos y determinar sus alcances sobre la vida concreta del hombre y la mujer de estas latitudes, sino, y quizá más importante aún, reflexionarlos para develar intencionalidades, determinar sus implicaciones y orientar hacia dónde deben dirigirse nuestros esfuerzos como seres humanos y, particularmente, como integrantes de colectivos problematizadores en nuestro sentir/pensar/hacer cotidianos.

El ciudadano como propuesta jurídico-política, constituye un mito minuciosamente elaborado – como parte de una estructura que tiene su representación también en el plano ideológico –, como sustento histórico articulado a la propiedad privada de los medios de producción y al Estado, pilares fundamentales del sistema de dominación hegemónico. Es un mecanismo idóneo para la reproducción del modelo burgués y que se prefigura, por poner un ejemplo, en el promocionado “sueño americano” que no es otra cosa que el “sueño del ciudadano”: la ilusa fantasía tras la cual transcurre un estilo de vida funcional y práctico al capital. En esta misma dirección, por su parte Hinkelammert nos refiere que “El gran ejemplo es precisamente el mito del progreso y la nueva magia de la mercancía, el fetichismo mercantil” (2008, p. 71).

Por sus implicaciones, es necesario reflexionar sobre la función social del ciudadano como propuesta de un modelo y sobre los correlatos que lo acompañan.

Nadie se imagina en la no ciudadanía. Dejar de ser ciudadano es convertirse en paria, en un ser no reconocido, desconocido, despreciable y despreciado de todo lo aceptable e instituido, más allá de los excluidos y marginados, de la escoria social, una “doña nadie” o “don nadie” que no tiene siquiera donde caerse muerto porque está fuera de lo admisible, tolerable, aceptable, consensuado y constituido. Una o nada, la negación de la negación, ubicado más allá de las sombras del caos. Ser no ciudadano es ser un execrado integral.

Ese aditivo, el ciudadano, impuesto por encima del ser humano, del sujeto, de la persona, de la hembra y el varón, es la supuesta condición para que te “amparen” contra las terribles fuerzas de carencia de relaciones naturales de la familia y los diversos parentescos, del hambre, la intemperie, el desempleo, la ignorancia, entre otros derechos consagrados, bajo la condición de cumplir con los deberes que se te imponen como contraprestación. La aceptas o la aceptas y te comprometes a ser fiel, leal, obediente y sumiso a las disposiciones-imposiciones finiquitadas por la otra parte del “contrato social” de la carta de ciudadanía, por el contratante hegemónico.

El discurso sobre ciudadano es lo reconocido. Más allá de él no existen ni esclavos ni amos, ni siervos ni señores feudales, ni reyes ni vasallos, ni obreros ni burgueses, ni ateos ni creyentes, ni hembras ni varones. El ciudadano universaliza la condición humana y la reduce a las prescripciones de la ley. Todo fuera de él es tema tabú, no cuenta con el *imprimatur* de los miembros del *sancta sanctorum* que legislan la vida humana y tienen la apropiada facultad del *imprimi potest* basada en condiciones meritocráticas. Fuera del código de ciudadano y la fe en sus postulados prácticos, toda la reflexión es lanzada al vacío o cuando menos en el estercolero.

La reflexión, como actividad cerebral centrada en el pensar y este en la palabra, no solo encuentra expresión material en la interacción comunicativa oral y documental para considerar algo con detenimiento, comprenderlo y expresarlo teniendo en cuenta al pasado y el ahora, sino que constituye la carga teleológica presente en aspiraciones, deseos, esperanzas, contenidos en distintos proyectos de vida. La reflexión es palabra que se desencarna/encarna en el o los sujetos que profundizan su praxis en dinámicas de acción-reflexión-acción, cuyo interés se centra en el hecho socio-político como parte de la totalidad social históricamente determinada. Ella es, como afirma Valera-Villegas: “disciplina comprensiva”.²

Establecer lo común y lo contradictorio entre ciudadanía y gente, entre proyecto de dominación y proyecto de liberación, entre lo ajeno y lo propio, entre sus identidades y nuestra identidad nacional, entre autoridad y poder, en lo concreto del devenir de nuestra realidad venezolana, como parte de un continente humano con una matriz societaria y una geo/historia común, es un reto necesario de asumir para nuestro propio reconocimiento como parte de un pueblo con sus cargas significativas que lo determinan.

Las líneas maestras, los ejes transversales, del proyecto depredador del invasor de “1492” siguen vigentes en diversas manifestaciones del paquete de la apropiación privada de los medios de producción, Estado, ciudadanía, ciudadano, poder, impuesto para reproducir y garantizar la hegemonía del capital y opera determinando nuestro presente en el modelo colonizador renovado y defendido por los herederos de los mantuanos, en nuestro presente histórico, en alianza con las corporaciones transnacionales en la coyuntura globalizadora del capital financiero.

2 “La (...) disciplina comprensiva, está referida justamente a la formación de un hombre capaz de comprender algo, de entenderse con el otro, de comprenderse autorreflexivamente (...) El interés teórico tiene su epicentro en los actores de la praxis(...), en su vida, en sus actividades y creaciones. Estos actores articulan su actividad (...) en la relación social yo-nosotros-otro(s), y (...) que supone actividades terminales, generadora de hechos espirituales y productora y reproductora de cultura en un contexto histórico-social (VALERA-VILLEGAS, 2002, pp. 123-124).

Es fácil constatar que, la condición de ciudadanía originariamente está supeditada a propietarios y libertad individual, tenencia y acumulación de riquezas, estatus social y devino, con el correr del tiempo y en la medida que se expande su modelo originario, en deberes y derechos obligatorios para los connacionales, pero, limitados y referidos solo en documentos y sin que sean expresión de la situación real de las mayorías no propietarias, explotadas, subyugadas, maltratadas, discriminadas, reprimidas, perseguidas y/o asesinadas.

Nuestras realidades son otras, aun cuando no se admitan, se nieguen o causen vergüenza a muchos nativos por razones bien precisas. No se pueden desconocer los efectos culturales de la invasión, el genocidio y la secuela de daños patrimoniales consecuentes, pero sería hacerles el juego negar la continuidad histórica de la matriz cultural receptora que se remonta geo-históricamente, se manifiesta en un presente en construcción y se vislumbran en los recorridos por hacer.

Ciudad, ciudadanía, ciudadano, propiedad privada y Estado

Ciudad, ciudadanía, ciudadano, propiedad privada y Estado son códigos lingüísticos cuyos orígenes no sólo tienen una raíz común, sino que en su devenir histórico revelan relaciones estrechas con circunscripciones concretas e intereses específicos y presuponen ciertos andamiajes económicos, sociales e ideológicos con lo que guardan estrecha correspondencia.

La ciudad, del latín *civitas*, y de acuerdo a las definiciones asumidas y difundidas en diversos diccionarios, es el área urbana que presenta una alta población, conformada por habitantes que, por lo general, no se dedican a actividades agrícolas. Son asentamientos de población con atribuciones y funciones políticas, administrativas, económicas y religiosas, a diferencia de los núcleos rurales que carecen de ellas, total o parcialmente. Esta situación se refleja en lo material, con la presencia de edificaciones específicas propia de cierta la configuración urbanística en la que predomina el comercio, la industria y los servicios.

Ciudadanía se refiere al conjunto de derechos y deberes a los cuales hipotéticamente el individuo está sujeto en su relación con la sociedad en que vive. Por tanto, ciudadanía es la condición prescriptiva que se otorga formalmente al individuo por ser miembro de una comunidad organizada. La ciudadanía declarativamente implica derechos y deberes otorgados, con el fin supuesto, declarado o sugerido, de garantizar la convivencia de los comunes en la sociedad con supuestas, declaradas o sugeridas condiciones de igualdad. El concepto de ciudadanía, en la mayoría de los modelos

de democracia burguesa, se liga y restringe al derecho al voto y en lo concreto se limita a ciertos procesos políticos electorales definidos, direccionados, mediatizados por los partidos políticos y limitados en su alcance y trascendencia. Sin el voto los ciudadanos no pueden supuestamente intervenir en los asuntos del Estado.

Ciudadano es un adjetivo que puede designar aquello perteneciente o relativo a la ciudad o los ciudadanos. Como ciudadano puede considerarse a aquella persona que es habitante u oriunda de una ciudad. La palabra, en este sentido, se deriva del latín *civitas, civitatis*, que significa ‘ciudad’, y se compone con el sufijo “ano”, que indica y se limita para indicar la pertenencia o procedencia. En el mundo antiguo europeo donde se origina, principalmente en el sistema civil de la Antigua Grecia, como ciudadano solamente podía considerarse a una categoría muy reservada y selectas de personas.

Es muy común, escuchar a “maestros” dirigirse a los “alumnos” exhortándolos a que sean buenos ciudadanos: “– respeten la propiedad privada, sean obedientes a la autoridad, no se metan en problemas ajenos, cumplan las normas del buen hablante, denuncien al infractor”..., entre otras “recomendaciones” que forman parte de la “buena educación” para crear buenos ciudadanos, cuestión indispensable para “triunfar en la vida”.

Las ciudades, la ciudadanía, la condición de ciudadano, el Estado, no existían en la configuración autónoma y originaria de nuestros pueblos y menos aún la propiedad privada de los medios de producción. Fueron formas trasplantadas durante los procesos de colonización y en el caso venezolano es oportuno considerar que España era una monarquía, donde sus habitantes eran vasallos del rey y no ciudadanos. En las monarquías no existían los Estados Nacionales como tales, sino reinados y principados.

A partir de la expulsión del gobierno español durante la Guerra de Independencia, empiezan a configurarse las repúblicas, los estados nacionales, las ciudades, las ciudadanías y los ciudadanos, en base a los criterios que establecieron, en base a sus referencias, los “mantuanos” y los “grandes cacaos”, descendientes de los invasores, quienes estaban posicionados en los órganos de dirección económicas, políticas, jurídicas e ideológicas de las nacientes entidades jurídico-políticas.

Castel (2012), citando a unos de los teóricos europeos John Locke, reivindica sus palabras al soportarse en la afirmación que dice: “El fin esencial que persiguen los hombres que se unen para fundar una república y someterse a un gobierno es la preservación de su propiedad”, y comenta que: “no es una simple declaración

‘ideológica’, sino la línea directriz de la política efectiva de los Estados que se instalaron a lo largo del siglo XIX” (Castel, 2012, p. 335).³

Es en el Estado burgués, donde se origina, desarrolla y adquiere legitimidad la ciudadanía, el ciudadano en el orden impuesto por la clase social hegemónica que controla como propiedad privada los medios de producción y que promueve e impulsa el Estado, justificándose en el postulado que señala que él sirve al interés o bienestar general y actuando bajo el falso pretexto de suprimir las diferencias de nacimiento, cultura, ocupación, declarándolas apolíticas, proclamando por igual a cada miembro del pueblo partícipe de la “soberanía popular” sin atender a esas diferencias, tratando todos los elementos de la vida real del pueblo desde el punto de vista del Estado.

No obstante, históricamente el Estado propicia y favorece que quienes detentan la propiedad privada de los medios de producción, la cultura, las ocupaciones de dirección y control, que son quienes lo han diseñado, hagan valer sus derechos por encima de los intereses del común de los mortales y prevalezcan por encima del mismo Estado sus intereses específicos. Muy lejos de suprimir esas específicas diferencias, de hecho, la existencia del Estado las presupone, consolida, reproduce y legitima. El Estado entonces se origina, es controlado, se desarrolla y pertenece a la clase dominante, al “capital en general”, y tiene el rol del ejercicio de cierto poder constituido y ser el garante jurídico, político e ideológico de una relación de explotación contra el ser humano y la naturaleza en general, por parte de una minoría de propietarios.

Las crisis de gobernabilidad, crisis de poder, producidas por las mismas limitaciones a lo interno de las diversas configuraciones del Estado, se resuelven con los llamados Estados de Excepción, emergencia nacional, toque de queda, lo que permite el remozamiento en algunas de sus instancias operativas sin alterar sus leyes o las bases que lo sustentan y mostrar sus garras y colmillos. Con el Estado de excepción se suprimen automáticamente las “garantías” – derechos formalmente reconocidos – y se anula *ipso facto* la condición de ciudadanía, desatándose y legitimándose la violenta represión del capital encarnado en sus secuaces, mercenarios, sicarios, gendarmes, policías, militares, entre otros, sobre la humanidad criminalizada.

El Estado, como tal, parece inalterable frente a golpes de estado militares, judiciales, parlamentarios, empresariales o “*impeachment*”; asume hierática e impasiblemente

3 En el mismo texto, el autor establece que: “Así, en la Declaración de los derechos del hombre y del ciudadano de 1789 la propiedad tiene rango de derecho inalienable y sagrado”. Y agrega: “Así, en los comienzos de la modernidad, la propiedad no es solamente un valor ‘burgués’, un privilegio de clase. Es la condición de posibilidad de ciudadanía”. (Castel, 2012, p.310 y p. 311)

democracias imperiales, democracias corporativas, narco-democracias, democracias rentistas, tiranías, regímenes gorilas, populismos, nacionalismos, fascismos, dictaduras, democracias militarizadas, representativas, participativas, insurrecciones militares, socialismos históricos, reales, utópicos, científicos, del siglo XXI, gobiernos del legislativo, dobles presidentes y resiste incólume las inclemencias por corrupción, impunidad, traiciones de todo género, etc.

Por ello podemos afirmar que, el Estado pareciera que fue hecho para ser una institución inquebrantable, impeccedera, omnipotente, inmutable, a la que los acontecimientos más inverosímiles, contradictorios y antagónicos no le hacen mella. Es un aparato a prueba de “piedra, plomo y candela”, “puños, patadas y mordiscos”. Y quizá por eso también, pareciera, que desde los más amplios ortoprácticos hasta los más recalitrantes ortodoxos se enfrentan en terribles y encarnizadas luchas por hacerse con su control. Quizá por eso, pareciera también que, Benito Mussolini, padre del fascismo italiano, acuñó intuitiva la frase: “nada fuera del Estado, nada contra el Estado, nada por encima del Estado”.

Esa frase de Mussolini es – además y siendo coherentes sentí-pensantes-transformadores antifascistas y antimperialistas –, una invitación a hacer un esfuerzo por retrotraerse, preterirse, imaginarse y construirse fuera, contra y por encima del Estado y sus aparatos económicos, jurídicos, políticos, ideológicos. Pensarse, en un primer momento, subversivamente fuera de la lógica, las estructuras y los aparatos del Estado. Pero hasta allí como que no llega la revolución, porque los temores pesan más que las esperanzas, acomodarse es más fácil que arriesgarse, las seguridades son más apropiadas que las dudas y las certezas pesan menos y son más llevaderas que las incertidumbres.

Pero lo más lamentable y que llama a la reflexión es que todos los esfuerzos de la actualización jurídica se han centrado y limitado alrededor de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela – CRBV, obviando referir la función originaria del Estado, su historial y su pertinencia para legitimar crímenes y las ligazones entre esta y el código civil y el código penal,⁴ cuyas funciones están clara y definitivamente establecidas desde tiempos inmemoriales y quedan allí para reprimir.

Leer nuestro pasado, ubicarnos en el presente y proyectar el futuro, es una responsabilidad histórica ineludible, donde los educadores tenemos funciones determinantes como forjadores de sueños y constructores de esperanza. Tal como

4 En este sentido las reflexiones de Hinkelammert (2008, p. 243) es oportuna: “En los orígenes del Estado de derecho en el siglo XVIII, la función del Estado es el ejercicio del código penal (...), la última instancia del Estado de derecho – de la libertad – es la coerción (...), la última instancia del código penal es la pena capital.”

lo señaló Paulo Freire: “Comprender el nivel en que se encuentra la lucha de clases en una determinada sociedad es indispensable para la demarcación de los espacios, de los contenidos de la educación, de lo históricamente posible; por tanto, de los límites de la práctica político-educativa” (FREIRA, 2001, p. 49).

La tradición crítica, desde las perspectivas marxistas, concibe al Estado, tal como lo señala Harnecker, como:

(...) un conjunto de aparatos institucionales y de normas destinados a reglamentar el funcionamiento de la sociedad en su conjunto (...) el organismo que realiza las tareas técnicas y de dominación política (...) tareas en que domina el carácter técnico (por ejemplo, la contabilidad nacional) y otras en que domina el carácter de dominación política (por ejemplo la función de conservar el orden interno, propio de la policía y del ejército) (HARNECKER, 1970, pp. 83-87)

Además, tal como lo señala Althusser (1973), dentro del Estado se consideran también “cierto número de realidades que se presentan al observador inmediato bajo la forma de instituciones distintas y especializadas” (p. 24), y a veces como instituciones privadas a los cuales denomina los Aparatos Ideológicos del Estado (AIE), entre los cuales menciona a los AIE religiosos, los escolares, el sindical, el correspondiente a los medios de difusión, entre otros.

El Estado moderno es un producto determinado histórico y socialmente, propio de los modelos societarios cuya base económica está fundamentada por la propiedad privada de los medios de producción por parte de una minúscula minoría parasitaria y la explotación del trabajo humano del resto de la población. Es la “trata” de personas institucionalizada, constitucional, catastrófica, donde todos “los ciudadanos libres y soberanos” tienen que venderse y someterse a los avatares del mercado capitalista convirtiéndose en mercancía, en simples objetos que ofrecen su fuerza de trabajo a un mercado que lo compra a través de fábricas y distintas dependencias y donde su condición de sujeto pierde la relevancia genuina y la naturaleza humana es desconocida.

Los estilos de gobierno del Estado burgués, herederos de monarquías, en su mayoría son regímenes de autocracias ansiosas de perpetuidad, donde el poder se concentra en un presidente, quien se jacta de mandar, de instruir a subalternos con la orden de “cúmplase”, regodeándose con las genuflexiones de auténticas y diligentes camarillas de secuaces. Son las “democracias” donde se compran, sobornan o disuelven parlamentos, se montan cortes de justicia, fiscalías y aparatajes electorales leales con el jefe “más que tenga cochocho”.

En la actual fase neoliberal y globalizadora del sistema capitalista, somos testigos de la pérdida de soberanía de los estados-nación frente a las corporaciones industriales, militares, mediáticas, principalmente, al imponer paquetes de medidas económica que generan deudas impagables y con intereses exorbitantes que asfixian y arruinan a las naciones cuyos niveles de recursos y tecnologías están por debajo de los patrones de las naciones más poderosas y crean situaciones de mayor dependencia. Y ante la resistencia a la devastadora depredación del capital transnacional, estas fuerzas imperiales bloquean, invaden y generan guerras para someterlos, utilizando a sus avanzados recursos tecnológicos a sus aliados y cómplices.

Es decir, en esta coyuntura histórica mundial del sistema capitalista, la parafernalia del Estado y los estados constituidos en las naciones periféricas no le funcionan al capital financiero de las grandes corporaciones multinacionales. Y no sólo el Estado-nación no le funciona al sistema en la actual coyuntura mundial, sino tampoco las industrias nacionales, los capitales nacionalistas. El capital financiero mundial invade, roba y saquea a las naciones periféricas, desconoce tratados y acuerdos internacionales, arruina a las empresas nacionales y quiebra sus economías. En la coyuntura de la globalización se impone el mercado frente al Estados-nación, como una instancia supranacional que aplica las exigencias de las grandes corporaciones mundiales asfixiando, sobreexplotando, endeudando y arruinando a las naciones históricamente invadidas y saqueadas.

Se trató de someter a un proceso de transmutación compulsiva a seres humanos en condición de sujetos históricos, con una identidad propia y específica, hasta convertirlos en individuos uniformizados, masas amorfas con una identidad común globalizada favorable a las estrategias de las corporaciones industriales, financieras, militares, mediáticas, académicas y religiosas,⁵ donde predominan los contratos sociales, contratos individuales, contratos colectivos, contratos de hecho, de acuerdo a los intereses de quien delimita y encarcela al contratado en una fórmula jurídica legitimada, validada, amparada y aceptada por la legalidad burguesa y avalada por el Estado, de acuerdo a los intereses del contratante, que no es otro que el más fuerte y poderoso.

La despersonalización colectiva y profunda como estrategia de dominación, empieza por la destrucción de los códigos referenciales constitutivos del sistema mundo. La palabra, como articulación de significados en el imaginario socio/simbólico de los colectivos, contiene la energía relacionante entre sus integrantes. La

5 “El código civil por medio del cual se constituye el Estado de derecho tiene un principio de generación, del cual se deriva. Consiste en la reducción de la persona humana al individuo propietario, que se relaciona con otros por medio de contratos concertados en libertad formal” (HINKELAMMERT, 2008, p.243).

destrucción de los idiomas locales y la imposición del idioma del dominador con su universo de significados, es una de las tácticas que acompañan a la apropiación de las riquezas. Tal como lo señala Castro Gómez, ya “en 1770 el rey Carlos III ordenó la extinción de las lenguas indígenas y solamente autorizó el uso del idioma castellano” (2008, p. 130).⁶

Es decir, la conversión va de gente a individuos y de estos a ciudadanos: doble conversión necesaria, en función de la adecuada aplicación del naciente modelo, en su fase de capitalismo salvaje. En estas conversiones participan directamente el explotador de la mano de obra y los distintos credos, originados en el mismo desarrollo del modelo, con la imposición del sistema donde, y en palabras de Hinkelammert: “Dios ya no es la vida humana, sino la vida de un sistema dominador. Es el sistema de la cristiandad” (2008, p. 31).⁷

El Estado nos certifica la condición de individuos/ciudadanos, a través de la partida de bautizo/nacimiento, con lo que se sella el pacto de recibir el vínculo y la gracia imperecedera de la nacionalidad.

La estrategia individualista contenido en la propuesta de ciudadanía es des-colectivizar a través de la apropiación privada de los medios de producción comunes y sustituirlos por derechos, deberes, Estado, individuos. Es la garantía de que se impondrá el reino de la competitividad frente a quienes asumen históricamente en su comportamiento la solidaridad, los bienes comunes, la cooperación, la ayuda mutua, entre otros alcances humanos, como normas de vida.

El individuo es una construcción social e histórica, no una condición de las personas. El individuo, la ciudadanía, el ciudadano, el Estado son constructos históricos determinados por la propiedad privada de los medios de producción en función de su reproducción. Somos seres humanos en igualdad de condiciones, por nuestra propia naturaleza, antes y por encima de cualquier otra “valoración” producto de la intencionalidad depredadora del capital.

El individuo es la última reducción posible a los miembros de la especie. Individuo significa indiviso, que ya no le cabe más divisiones. La palabra proviene del latín *individūus* y significa indivisible y generalmente se aplica – “ese individuo

6 En este mismo sentido comenta el precitado autor que: “Aparece la tendencia de someter la vida colectiva a un ordenamiento impersonal, legalmente estatuido, en oposición a un ordenamiento personalizado y vinculado a las tradiciones. Se trata, en definitiva, de la disolución de los lazos comunitarios de tipo tradicional y el tránsito hacia un ‘actuar conforme a reglas’ cuidadosamente diseñadas por el Estado” (GÓMEZ, 2008, p. 111).

7 Afirma Hinkelammert que “La conquista universal por parte de este imperio de la cristiandad es conquista de la tierra, porque toda la tierra es de Dios y el imperio su herramienta. Pero sigue siendo conquista en nombre de la cristianización y para convertir al cristianismo. Por supuesto, prefieren conquistar para Dios aquellas tierras donde hay más riqueza que robar... Dios como recompensa da las riquezas de los países conquistados como botín” (HINKELAMMERT, 2008, p. 32).

o el individuo ese” – para designar a alguien de quien no sabemos su nombre, procedencia, condiciones personales, implica connotar a alguien de cosa pequeña, simple, sin mayor interés, descartable, convertido en capital humano. El individuo como capital queda reducido a la condición por excelencia para doblegar su voluntad, socavar su dignidad, explotar su fuerza de trabajo y succionar sus entrañas y su espíritu. Ser ciudadano es ser mercancía útil al mercado laboral, es algo que se puede someter a la “libre demanda” y se puede ofertar, que se puede tasar y comprobar su valor bruto, neto y agregado en el tabulador de acuerdo a sus capacidades, a sus estudios, a su experiencia.

Es la contradicción capital-trabajo/tierra en su expresión artera y cotidiana⁸, que no reconoce que:

(...) el ser humano como sujeto no es una instancia individual. La intersubjetividad es condición para que el ser humano llegue a ser sujeto. Se sabe una red, que incluye la misma naturaleza externa al ser humano: que viva el otro, es condición de la propia vida (...) El ser humano no es sujeto si no hay un proceso en el cual se revela que no puede vivir sin hacerse sujeto. No hay sobrevivencia, porque el proceso que se desarrolla en función del sistema es autodestructor. Aplasta al sujeto, que cobra conciencia de ser llamado a ser sujeto en cuanto se resiste a esta destructividad (HINKELAMMERT, 2008, p. 263).

La imposición del ciudadano/individuo, como paradigma del ser social dentro del modelo hegemónico, es una necesidad para la supervivencia, reproducción y consolidación del mismo modelo, para lo cual el Estado, con su estructura jurídica-política-ideológica, constituye el eje sobre el cual cabalgan quienes se han apropiado de los medios de producción, se benefician, concentran y se reservan las ganancias.

La toma del poder o el empoderamiento

Los hombres hacen su propia historia, pero no la hacen a su libre arbitrio, bajo circunstancias elegidas por ellos mismos, sino bajo aquellas circunstancias con que se encuentran directamente, que existen y les han sido legadas por el pasado. La tradición de todas las generaciones muertas oprime como una pesadilla el cerebro de los vivos. Y cuando éstos aparentan dedicarse precisamente a transformarse y a transformar las cosas, a

⁸ “(...) la producción capitalista solo sabe desarrollar la técnica y la combinación del proceso social de producción socavando al mismo tiempo las dos fuentes originales de toda riqueza: la tierra y el trabajador”. (Marx *apud* HINKELAMMERT, 2008, p. 259).

crear algo nunca visto, en estas épocas de crisis revolucionaria es precisamente cuando conjuran temerosos en su auxilio los espíritus del pasado, toman prestados sus nombres, sus consignas de guerra, su ropaje, para, con este disfraz de vejez venerable y este lenguaje prestado, representar la nueva escena de la historia universal. Karl Marx

Dentro del simplismo de razonamientos encuadrada dentro de la lógica del occidente civilizador judeo-cristiano, inoculados a través de la ideología hegemónica, la lucha de clases implica la sustitución progresiva de la burguesía por el proletariado en las diferentes instancias de poder, partiendo del supuesto que es el proletariado el sujeto transformador por excelencia, porque es quien ha internalizado la disciplina y ha recibido el aprendizaje por experiencia requerido para la toma y ejercicio del poder, por ser parte de la médula de la producción y conoce las “entrañas del monstruo”.

Dichos razonamientos, inoculados, internalizados, defendidos y utilizados conscientemente, promueven, llevan, exaltan y vanaglorian a obreros, o peor aún a sindicalistas y sindicaleros, aun cuando el alcance de la infraestructura industrial esté precarizada, no sean de hecho una referencia de combatividad ni constituyan la vanguardia en las luchas populares en nuestros contextos, e históricamente, y en lo concreto de los países altamente industrializados y donde se desarrollaron estos razonamientos, la clase obrera se haya aburguesado y constituya un estamento más defensor del status quo que los integra y acomoda. Es por esto que cuando algún “obrero” asume como presidente en nuestros países colonizados, que es por cierto donde se da este “fenómeno”, quienes los han promovido y muchos ingenuos seguidores dan por seguro que dicho obrero-presidente garantiza las luchas históricas de los explotados. La tradición occidental predominante en nuestros espacios académicos, políticos, religiosos y culturales, colonizados/neo-colonizados y dependientes en general, propician la internalización de concepciones contra natura y antinacionales que produce aberraciones y que son necesarias desarticular.

En cuanto al poder, esa tradición ha diseñado y proyecta un modelo individualista y megalómano, proponiendo estructuras útiles rellenas de cargos y jerarquías, entre los que sobresalen comandantes, presidentes, gobernadores, alcaldes, dirigentes, guías, directores, subdirectores, coordinadores, supervisores y operadores, papas, cardenales, monseñores, presbíteros, diáconos, misioneros y laicos, doctores, magister, licenciados, bachilleres, escolares, analfabetas, jefes del buró, cuadros medios, cuadros de base, dirigentes, masa y hasta, imagínense, “masa crítica”.

Son estructuras aberrantes en cadenas de mando verticales que asientan, inoculan, reproducen y crean hábitos de dependencia, la sumisión, subordinación y obediencia, imponen la jerarquización como mecanismo de control y la división social del trabajo como derivación de la propiedad privada de los medios de producción.

Quizá resulte reiterativo en el texto referir nuevamente la profecía marxista citada, cuando afirma que: “La tradición de todas las generaciones muertas oprime como una pesadilla el cerebro de los vivos. Y cuando éstos aparentan dedicarse precisamente a transformarse y a transformar las cosas, a crear algo nunca visto, en estas épocas de crisis revolucionaria es precisamente cuando conjuran temerosos en su auxilio los espíritus del pasado, toman prestados sus nombres, sus consignas de guerra, su ropaje, para, con este disfraz de vejez venerable y este lenguaje prestado, representar la nueva escena de la historia universal”.

Todo mito, o en nuestro caso conjuros históricos funcionales, está elaborado sobre la base de las metáforas y estas últimas como representaciones analógicas cuya realización tienen por objeto ocultar la realidad.⁹ Ciertamente, la intensiva colonización obnubila y castra a quienes son llamados a contribuir a aclarar los nuevos caminos. Allí está operando el mito. En lugar de ello se constituyen en verdaderos estorbos ensoberbecidos que bloquean la búsqueda que realiza el pueblo por abrirse distintos horizontes. Políticos de oficios y quienes trabajan con las ideas, principalmente, se babeaban ante el exhibicionismo de ideas refritas en los centros hegemónicos del poder y se convierten en expertos conferencistas, repetidores de muchas patrañas teóricas y mitos e idólatras de fanfarrones.

La justificación, absolutización y mitificación de estos modelos como formas predominantes de organización y de relaciones impuestas dentro del paquete del Estado, exaltan el individualismo, la competitividad, la posesión, la concentración acumulada y el uso indiscriminado y arbitrario de la autoridad y el poder.

Son muchas las experiencias alternativas de formas de pensamiento, de valoraciones, de estilos de relacionamiento entre humanos y con la naturaleza, de formas de producción y economía, de organización social. Son formas autónomas imbricadas a lo más genuino, constante y específico de nuestra naturaleza como gente, donde se manifiesta el componente indígena, africano y la carga occidental impuesta.

9 En este orden es oportuno citar a Téllez: “Cabe recordar que la palabra griega metáfora proviene de *meta* (más allá) y *fero* (llevar), es decir: meta-foreo: transportar. Etimológicamente, metáfora significa transporte, de modo que se presenta como una herramienta adecuada para traspasar los límites impuestos por la forma literal del lenguaje. La metáfora rompe la simple adecuación del lenguaje-cosa y construye saberes, aunque también es importante tener presente que ciertas metáforas se iniciaron como lenguajes subversivos pero terminaron convirtiéndose en discursos de orden, como, por ejemplo, la metáfora de contrato social” (TÉLLEZ, 2008, p. 170).

En contraposición con esos esquemas impuestos, y en otra dirección, es oportuno referir la propuesta de la Corriente Histórico Social – CHS¹⁰ al reivindicar la experiencia de los colectivos otras formas del ejercicio del poder, otros estilos de relaciones humanas para el intercambio alrededor de las formas culturales de hacer política, de la producción. Tal como lo sostiene Denis:

(...) dos racionalidades de poder o de dominio sobre lo real que se confrontan en forma cada vez más abierta y negativa y que induce a muchísimos participantes de este proceso a preguntarse por el problema del poder desde una postura cada vez más radical y distanciada de lo que pudo suponer una sociedad aún manejada por partidos políticos y en general los agentes profesionalizados de la politiquería burguesa (DENIS, 2004; p. 58)

En este sentido, la facultad de poder otorgada implica obediencia al colectivo, en donde radica la propiedad social y de donde proviene el mandato, pero esta facultad no está exenta de desvirtuarse, desviarse y subordinar al mismo colectivo en función de aspiraciones y propósitos extraños a lo que lo originó.

La obediencia al colectivo, como instancia originaria y que da sentido al poder delegado circunstancialmente, constituye un imperativo, es decir “mandar obedeciendo”, por lo que “Ninguna voluntad de poder que le dé forma y perfil a los poderes locales podrá nacer si no se responde con fuerza a estos imperativos de la vida colectiva” (DENIS, 1997, p. 4).

Desde este marco de lecturas de experiencias alternativas y autónomas, es oportuno citar a Moreno al afirmar que “Desde la estructura política, económica, social y cultura de la ciudad, los barrios son parte de una unidad más amplia. Desde dentro, se identifica como, y practican, una notable autonomía” (2009, p. 226).¹¹

10 “El poder del cual hablamos implica la gestación de espacios de lucha – y de alegría – donde emerge una nueva relación social, la producción colectiva y la solidaridad igualitaria desde lo cual deriva un nuevo orden ideal de sociedad y una nueva cultura política. No estamos hablando de paraísos de felicidad, en cambio sí de experiencias colectivas que revitalicen el sentido mismo del compromiso libertario, y permitan el surgimiento de movimientos populares que multipliquen todas las formas de desobediencia social y superación del orden dominante. En este sentido el poder popular podemos definirlo positivamente como un poder constituyente, como el momento y el espacio colectivo en que el poder comienza a transformarse en una relación social donde la facultad de decisión la detentan efectivamente los sujetos que hacen parte de las comunidades locales o los trabajadores” (CORRIENTE HISTÓRICO SOCIAL, 1997, p. 21).

11 Moreno expone, como fruto de su inclusión en un barrio durante veinte años, su experiencia como investigador: “1. En el pueblo se da un sistema de relaciones económicas propio fuera de las reglas del mercado moderno y no sometido a ninguna regulación, dependiente de decisiones libres de sus agentes. 2. Este sistema tiene características, formas de acción, campos de aplicación y funciones que corresponden a la particularidad del mundo de vida popular. 3. Hay en él una circulación de dinero que nada tiene que ver con el sistema bancario pero que cumple con la finalidades que un sistema bancario de tipo ‘popular’ podría o debería cumplir” (MORENO, 2009, p.227).

En este sentido, la utopía posible indoamericana – o en palabras de Paulo Freire “lo inédito viable” – necesariamente supone la construcción de vías paralelas a las establecidas por el Estado burgués: el predominio de formas colectivas de propiedad, la superación y ruptura con organizaciones verticales, nuevos estilos de relacionamiento intersubjetivos, una nueva cultura política, la revalorización de la autoridad y el poder, la reivindicación del sujeto social en nuestros contextos, a partir de las premisas indígenas, africanas y otras expresiones populares arraigadas, vigentes y alternas.

“Otro mundo es posible” sólo con otros modelos de propiedad y economía, de organización de las mayorías, de gobernabilidad y ejercicio del poder comunitario, de modelos de educación, otra cultura política y un nuevo orden jurídico, otros proyectos de vida, una nueva subjetividad social. La subversión es necesaria en todos los terrenos.

Es oportuno citar palabras de Hugo Chávez, referido por Rangel (2012, p. 7):

(...) para subvertir he nacido y para subvertir vivo. La subversión se ha convertido para mí, así lo siento, en un destino: soy un subversivo amoroso, contumaz e impenitente en pos de la felicidad de mi pueblo y de la plena concreción de la Patria bolivariana y socialista.

Referencias Bibliográficas

CASTEL, R. . *El ascenso de la incertidumbres. Trabajo, protecciones, estatuto del individuo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 2012.

CASTRO GÓMEZ, S. *La hybris del punto cero. Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2008.

CORRIENTE HISTÓRICO SOCIAL. *Proyecto Nuestra América*. Caracas: Ediciones Primera Línea, 1997.

DENIS, R. *Rebelión en proceso. Dilemas del movimiento popular luego de la rebelión del 13 de abril*. Caracas: Ediciones Nuestra América Rebelde, 2004.

HINKELAMMERT, F. *Hacia una crítica de la razón mítica. El laberinto de la modernidad. Materiales para la discusión*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, (2008).

KERÉNYI, K. *Los dioses griegos*. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 1999.

MONTERO, M. *Ideología, alienación e identidad nacional*. Caracas: UCV, 1991.

MORENO, A. Superar la exclusión, conquistar la equidad: reformas, políticas y capacidades en el ámbito social. IN: LANDER, E. (comp.) *La Colonialidad del saber*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2009.

RANGEL, J. V. De Yare a Miraflores el mismo subversivo. Entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías (1992-2012). Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 20012.

TÉLLEZ, M. *Lo uno y lo otro. Notas para pensar la ciudadanía en la abismal politicidad de lo trágico*. IN: Lectura, ciudadanía y educación. Miradas desde la diferencia. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2008.

VALERA-VILLEGAS, G. *Pedagogía de la alteridad*. Caracas: Comisión de Estudios de Postgrado. Facultad de Humanidades y Educación-Universidad Central de Venezuela, 2002.

ARTICLE

IMPERIALISM AND THE GEOPOLITICS OF COVID-19 IN VENEZUELA

Resumo

O impacto da Covid-19 apenas aumentou uma crise de saúde pública interna à Venezuela. Como os demais setores da economia e da sociedade venezuelana, o colapso do sistema de saúde decorre do legado de conflitos de classes e das contradições da política de desenvolvimento bolivariana dependente do petróleo, que chegaram a um ponto de ruptura com o fim do super ciclo dos *commodities*. Não obstante as causas domésticas da crise, o atual desdobramento da pandemia de Covid-19 é naturalmente geopolítica. As dinâmicas eleitorais e políticas, vinculadas à cadeia imperialista centrada em Washington, são centrais para esse quadro. O conflito entre as forças chavistas e de oposição, a crise constitucional de 2017, a declaração unilateral de Juan Guaidó como presidente interino em 2019 e a intensificação do regime de sanções são todos condicionados pela estratégia imperial dos EUA. Esse artigo revelará as interconexões entre as dinâmicas domésticas e internacionais da crise socio-política da Venezuela, explorará as maneiras pelas quais a Covid-19 foi usada como arma pela administração Trump, e tentará prospectar uma renovação política radical sob condições de um crescente conflito geopolítico.

Palavras-Chave: Venezuela, saúde, cadeia imperialista.

Abstract

The impact of COVID-19 in Venezuela has merely compounded an already existing health crisis within the country. Like the rest of the Venezuelan economy and society, the breakdown of the healthcare system is largely due to the legacy of class conflict and the contradictions of Bolivarian oil-dependent development policy, which finally came to breaking point with the end of the commodity super-cycle. And yet, despite the domestic sources of the crisis, the current unfolding of the COVID-19 pandemic in Venezuela is inherently geopolitical in nature. Central to this story is the manner in which Venezuela's domestic and electoral dynamics have become inextricably embedded within the 'imperialist chain' centred on Washington. The conflict between chavista and opposition forces, the constitutional crisis of 2017, the unilateral declaration of Juan Guaidó as 'interim president' in 2019, and an intensified sanctions regime are all differentially conditioned by US imperial strategy. This paper will unpack the interconnections between the domestic and international dynamics of Venezuela's socio-political crisis, explore the ways in which COVID-19 has been weaponised by the Trump administration, and attempt to understand the prospects for radical political renewal under conditions of increasing geopolitical conflict.

Keywords: Venezuela, health, imperialist chain.

* Lecturer in International Relations and Development at the School of Politics and International Relations, Queen Mary University of London.
E-mail: r.lubbock@qmul.ac.uk

Introduction

The global outbreak of the most recent strain of coronavirus (COVID-19) has merely brought to the surface a number of tensions, contradictions and fault-lines that were previously simmering below the surface. From the looming global food crisis to the spectre of a new Great Depression (DAHIR, 2020; ROUBINI, 2020), the global pandemic has cast a searing light on the irrationalities of the capitalist world system (GILLS, 2020). While the impact of the virus has been severely enhanced by the region-wide trend of underfunded national health-care systems (WEBBER 2020; BURKI 2020), infection rates having been growing exponentially, with the US, Brazil, Mexico, and Peru being particularly hard hit (PHILLIPS *et al.*, 2020; AFP, 2020). Both Donald Trump and Jair Bolsonaro have actively downplayed the severity of the crisis, bordering on denialism (ASCHWANDEN, 2021; FRIEDMAN, 2020), and have instead “weaponised” the pandemic for the purpose of reinforcing their authoritarian-nationalist agendas (MASON and HOLLAND, 2020; HOFFMAN PFRIMER and BARBOSA JR., 2020). As a result, the US has recorded the highest number of cumulative cases (5,014) and 92 deaths per 100,000 (per capita), followed by Brazil with 3,319 case and 87 deaths per capita. (Peru, meanwhile, has the highest COVID per capita death rate in Latin America, at 360).¹

The case of Venezuela, on the other hand, is somewhat more surprising. Despite years of rapid deterioration in the country’s health care infrastructure, and its increasingly limited supply of medical imports, Venezuela has recorded strikingly low infection rates. This is largely attributable to the rapid response of the Venezuelan government. On March 13th, the country registered its first confirmed case of COVID-19, and first COVID-related deaths two weeks later (VAZ and LUCAS, 2020; VAZ, 2020a). On the day of the first confirmed cases, the government implemented protocols for social distancing, closing of non-essential services, obligatory use of face masks on public transport, and the launching of a government web portal allowing citizens to register potential COVID-19 cases. On top of this, the state has absorbed the enormous economic cost accompanying the lockdown, including a nation-wide rent-freeze and guaranteeing workers’ salaries (FLORES, 2020).

And yet, despite these measures, Venezuela is struggling from this acute health crisis in ways unparalleled with other Latin American nations, in the context of a crumbling health care sector and a deadly sanctions regime orchestrated by the

¹ Author’s per capita calculations from, <https://who.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/c147788564c148b6950ac7ecf54689a0>

United States. While initially the US delivered targeted sanctions against assets and accounts held by top Venezuelan officials, as of 2020 the Trump administration has gone into high gear in the hope of toppling Maduro and placing their man in Caracas (Juan Guidó) into Miraflores. However, questions concerning national health systems and international sanctions regimes should not be viewed through merely an internal/external lens. Rather, the unfolding of COVID-19 in Venezuela must be seen through a distinctly geopolitical lens. Indeed, employing a broader analysis to the COVID-19 pandemic in Venezuela helps to go beyond narrow depictions of Maduro's "authoritarianism" and state incompetence as the root causes of the country's healthcare crisis (GREENE, 2020). Framed through the concept of "imperialist chain", I argue that the current socio-political conditions through which the current pandemic unfolds must be traced back to the geopolitical dynamics of the capitalist world system itself, and the international relations of class struggle that have shaped the "Bolivarian revolution" from the beginning.

The article will reveal the ways in which economic, political and ideological determinations become complexly imbricated within the shifting forms of imperialism during the modern era. The crystallisation of non-territorial domination during the 20th century signalled the historic triumph of the capitalist mode of production, insofar as the capillaries of geopolitical power became increasingly mediated by transnational flows of capital and investment across a fragmented system of formally independent sovereign states. The uneven geography of these flows, expressed in the international division of labour, constitutes the hierarchy of wealth and power of the imperialist chain as a whole. Yet the international systems is itself a system of *capitalist states*, each comprising a unique mix of class forces, struggles and institutional resolutions, the consequences of which reverberate across the entire chain in a chaotic pattern of rivalry, conflict, co-optation or cooperation. The history of Venezuela thus shares a common pattern among many states in the Global South during the post-war period, all of which simultaneously attempted to reconcile their own patterns of uneven development and differential insertion into the international division of labour, while simultaneously attempting (however unsuccessfully) to limit the imperial dominance of the Global North. The emergence of Venezuela's "Bolivarian turn" under Hugo Chávez at the turn of the century constituted perhaps the most fundamental challenge to this pattern of geopolitical relations. The subsequent pattern of class conflict and geopolitical rivalry marking this period of Venezuelan history forms the fundamental context of how and why the current pandemic is unfolding within a broader context of social, economic and geopolitical crisis.

Theorising the Imperialist Chain

In attempting to understand the geopolitics of COVID-19 in Venezuela, we must come to terms with the complex relations between a variety of analytical levels – from the operation of the capitalist world market, to geopolitical strategies and conflicts between different social formations, and the determinant dimension of class struggle that fundamentally shapes the evolution of domestic and international relations (*cf.* GORDON and WEBBER 2020). One way of broaching this task is through the concept of the “imperialist chain”. Initially formulated by Lenin, the imperialist chain articulates the inherently uneven character of capitalist development on a world scale, between dominant and subordinate states (MILIOS and SOTIROPOULOS, 2009, 19). Each (national) link in the chain represents the totality of global capital accumulation that is necessarily divided into a specific international division of labour.

In contrast to pre-modern forms of direct territorial colonisation and control, modern imperialism, as it crystallised in the late 19th/early 20th centuries, tended towards the export of capital and financial investments across colonial territories that soon acquired their own form of political independence in the guise of sovereign statehood (SAKELLAROPOULOS and SOTIRIS, 2015, pp. 95-96). This transformation signals the changing historical forms of geopolitical domination, from one based on direct political control to one that is mediated by financial and capital flows, insofar as the movement of capital from the imperial ‘core’ (from the Atlanticist West) towards the Global South is merely the pre-requisite for the extraction of surplus value that makes its way back towards the Global North (*cf.* LUBBOCK, 2018). Yet the notion of an imperialist chain does not presuppose a mechanical process operating in a smooth and predictable manner; as Lenin emphasised, links in the imperialist chain are not that of national economies, but *national states* (MILIOS and SOTIROPOULOS, 2009, p. 19). Precisely because the capitalist state represents the condensation of class contradictions and antagonisms within any social formation, it is principally through the process of class struggle (at the national scale) that the imperialist chain assumes its specific configuration. The aggregation of all such instances of struggle and political resolution across the imperialist chain thus congeals into the “international conjuncture” – as the broader geopolitical correlation of forces that differentially shapes the evolution of domestic class relations and struggles (MILIOS and SOTIROPOULOS, 2009, 196-197).

As the energy substratum of the capitalist world economy transformed from coal to oil at the turn of the 20th century, those states in possession of large petroleum reserves became key nodes within the geopolitical strategy of imperialist states. With the discovery of oil in Venezuela in the early 20th century, US oil firms quickly established a dominant position within the country's emerging energy sector. Successive governments in Venezuela struggled to wrest their share of oil rent from US multinationals in order to enhance state capacity and the normalisation of class antagonisms within the country's most important industry; indeed, by 1929 (at which point Venezuela became the world's principal oil exporter), some 27,000 workers were employed in the oil industry, reflecting enormous leverage among organised workers within the most strategically central economic sector (HEIN, 1980, p. 231).

The social transformations wrought by the expansion of oil production led to a specific amalgamation of social forces that increasingly aimed to challenge the prerogatives of imperial states. One of the key founders of the *Acción Democrática* –AD party, Rómulo Betancourt, denounced the *imperialismo petrolero* of the US in his effort to mobilise sections of the middle class, industrial workers and peasants into an anti-imperialist and anti-oligarchic alliance (HELLINGER, 2017, p. 57; DI JOHN, 2009, p. 196). The first AD government in 1945 thus opened a key chapter in a long history of struggle between US imperialism and the Venezuelan state over the capture of oil wealth. The onset of high commodity prices in the 1970s presented a unique opportunity for the Venezuelan state to assert a more independent path within the imperialist chain. Carlos Andrés Pérez's creation of the national oil company, PDVSA, in 1976 brought a windfall of oil rents into state budgets that were quickly funnelled into grand development projects (HELLINGER, 2017, p. 59; cf. CORONIL, 1997).

The collapse in oil prices and the onset of sever socio-economic crisis during the 1980s and 90s set the scene for a radical transformation of Venezuelan politics under the presidency of Hugo Chávez Frías. The election of Chávez in 1998 would bring the question of imperialism back to centre stage, primarily through the re-valorization of the historical figure Simón Bolívar as the symbol of national independence against imperialist domination. The birth of the “Bolivarian republic” thus laid the ground for a series of political struggles over the direction of national development and political sovereignty, the consequences of which continue to shape the current terrain of Venezuelan politics.

Oil, Class Struggle and the Re-Organisation of the Venezuelan State

The systemic contradictions of the Venezuelan economy (particularly in the form of shortages and hyperinflation), which form a key part of the country's current health crisis, are not merely the outcome of “socialist policy making”, but rather a result of the unforeseen consequences of class struggle that shaped the first years of the Bolivarian Republic. Right-wing political forces swiftly mobilised against Chávez's political program, particularly over the 2001 petroleum law that significantly enhanced state capture of Venezuela's oil wealth (HELLINGER, 2017, p. 66). Beginning with a demonstration from the offices of PDVSA that marched towards the presidential palace, a short-lived US-backed military coup in 2002 soon thereafter, and finally the ‘bosses strike’ in 2002-2003, signalled an intense struggle between the old power bloc and the newly enshrined Bolivarian state. From that point on, Chávez understood the degree to which the old power bloc would continue to challenge the progressive transformation of Venezuelan society. As a consequence, the state introduced much stricter currency controls, ostensibly to curb the prevalence of capital flight, and to discipline Venezuelan capital by limiting hard currency to businesses willing to cooperate with the government (ELLNER, 2017).

Yet the re-organisation of the state, principally through the strengthening of executive power, was also conceived as a way of connecting the Bolivarian state to the popular sectors. In the face of hostile fractions of the state apparatus, particularly within the National Assembly and officials within mayoral or gubernatorial positions, Chávez established a series of social development funds, such as the *Fondo de Desarrollo Nacional* –FONDEN and the *Banco de Desarrollo Económico y Social de Venezuela* –BANDES, directly controlled by the executive that would target much needed assistance to the state's social base (LUBBOCK, 2019a). This pattern of state-society relations was also crucial for the initial stages of Venezuela's new health policy, and arguably the principal factor in its marked success. In contrast to previous administrations, which focused more on the expansion of curative rather than preventative medicine, the Bolivarian state adopted a new philosophy to health care provision, conceived as a human right that recognised the inherently social, political and economic contexts through which access to health is shaped (BUXTON, 2017, p.355 and p. 361; see also ARMADA *et al.*, 2009; ALVORADO *et al.*, 2008). A key plank in the transformation of health care came with the *Misión Barrio Adentro*, facilitated by the participation of Cuban medical personnel working

within Venezuela's poorest neighbourhoods. Renewed focus on the health sector led to a significant improvement in the ratio of medical personnel to population, from 1:14.373 (1998) to 1:1.380 (2007) (MUNTANER *et al.*, 2013; MUHR, 2011, p. 145). The success of this social mission was also aided by the network of *consejos comunales* (communal councils), through which health care workers established training programmes and monitoring practices with community residents (MAHMOOD and MUNTANER, 2013). And this re-valorisation of social policy was expanded through the regional institution of the ALBA-TCP, bringing the *Barrio Adentro* programme to other ALBA states and peoples (ARTARAZ, 2018).

By and large, Venezuela's radical health policies were merely part of a much larger vision of social transformation and renewal. Integral to the health of the nation was the rejuvenation of political life through mass participation, and the construction of a "social economy" that would instil the values of Bolivarian socialism based on cooperative production and the elevation of human need over private gain. And yet, it was precisely from the unforeseen consequences of class conflict and disorganised policy-making that the gains of Venezuela's healthcare miracle would eventually become undone.

From Social Policy to the Social Economy

The Venezuelan right-wing opposition, still clinging to its dream of a return to the elite politics of the *Punto Fijo* era,² would not let this progressive turn go unchallenged. Having gone through a failed coup and ineffective strike, opposition forces attempted to straddle the boundary between institutional and extra-institutional confrontation. Combining electoral strategies among Venezuela's main opposition parties (combined under the *Mesa de Unidad Democrática*, MUD, after 2006), as well as street mobilisations and violent clashes (*guarimbas*) among Venezuelan students, the terrain of Venezuelan politics became increasingly polarised. These anti-government strategies were deeply embedded within broader transnational US elite networks, with tight links between a series of US-based "non-governmental" organisations, such as the National Endowment for Democracy – NED and the US Agency for International Development – USAID, providing funds, training and organisational

2 The consolidation of Venezuelan democracy in 1958 was based on the *Pacto de Punto Fijo* (Fixed Point pact), established between the three main political parties – *Acción Democrática* (AD), *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI), and *Unión Republicana Democrática* (UPD) – who vowed to work together to guard against the return of dictatorship, and to exclude more radical currents like the Venezuelan Communist Party.

support for opposition parties and civil society groups (GOLINGER, 2007). Yet this support to the Venezuelan right did not translate into a substantive political programme; anti-chavista forces were increasingly fixated on overthrowing the government rather than developing a popular message, curiously reflected in the opposition's core support base in the student movement, which itself carried little political content or substantive visions of politics beyond the empty rhetoric of defending "individual rights" (IVANCHEVA, 2017, p. 185).

To overcome these challenges, the Bolivarian state shifted its focus from social policy to the "social economy" (*economía social*). Underlying this socialist philosophy was the formation of a new system of production and consumption mediated through the democratisation of the means of production and worker co-/self-management (*cogestión/ autogestión*), principles that were later integrated into two of Venezuela's 6 year plans (RBV, 2007; RBV, 2013). While these experiments in workplace democracy and broader social participation within economic management have seen some notable successes, they have also been mired in continued struggle among workers and communities with more bureaucratic elements of the state apparatus, as well as organisational obstacles emerging from wider contradictions in the national economy (see LARRABURE, 2013; AZZELLINI, 2016). From an institutional standpoint, the transformation of the Bolivarian state has engendered a systematic tendency for the expansion and duplication of state entities, a problem that afflicts virtually every sector of Venezuelan society – from the economy to health and education (BUXTON, 2017, p. 367; IVANCHEVA, 2017). Particularly problematic was the multiplication of institutions in the food sector, leading to huge deficits in planning and coordination, as well as the expansion of graft and corruption (LUBBOCK, 2019b, p. 303).

The underlying contradictions of economic policy and strategies of reproduction among a variety of social actors would eventually transform into a full-blown economic crisis. The turn to capital controls and the state-managed distribution of dollars to the private sector led to the rapid expansion of black market exchange in dollars and other goods. This later characteristic was further aggravated by the implementation of price controls and a cap on profits (30%) aimed at cultivating a *precio justo* (just prices) for the popular classes. In response, national capital continually circumvent these measures, either by switching product lines (and thus evading price controlled goods categories), halting production, or switching to imports, in order to hoard consumption goods for the sake of price speculation (CURCIO, 2017).

In its attempt to manage these problems through deeper involvement in the economy (particularly through nationalisations) economic policy increasingly turned towards bureaucratic work place structures, public firms managed by military personnel with little experience, and an increasingly high turnover rate of government personnel in state ministries (*cf.* LUBBOCK, 2019a).

With the death of Chávez in 2013, and the precipitous drop in oil prices a year later, the underlying tensions that had been building up over the previous decade were now heading to breaking point. Despite efforts to diversify the economy, establish new forms of participatory democracy, and create a more just economic system based on expanding popular consumption, relative failure on the first of these dimensions severely impacted the viability of the other two. As a consequence, Venezuela's attempt to break the imperialist chain inadvertently deepened its subordinate position within the international division of labour. Indeed, while geopolitical conflict with the US has re-directed Venezuelan oil exports to more sympathetic partners in the Pacific (OPEC 2016: 49), sporadic changes in export partnerships have not affected the continued dependence on oil revenues. Thus, while the imperialist chain has undergone a relative shift across the East-West axis, Venezuela has merely enhanced its dependency within the shifting configuration of geopolitical power (BELLO, 2019; ROSALES, 2016).³ As we will see below, the reproduction of (relative) economic dependence on oil rents, and on the US market in particular, would provide Washington with enormous leverage over the Bolivarian state.

Economic Collapse and the Making of a National Health Crisis

With reduced revenues from oil rents, national imports collapsed. Coupled with a decline in national production, supply squeezes soon fed into an inflationary spiral, registering a rate of inflation of 2,600% in 2017. Consequently, the renewed focus on economic development led to a relative neglect of social policy; shifting national investment from health to production starved the former of much needed funds, while the organisational dysfunctions in the latter severely hampered the ability of the state to continue supporting its social missions (see Figure 1). Key to the story of Venezuela's current vulnerability to the coronavirus pandemic is the relative collapse

³ It should be noted, however, that China-Venezuela relations embody a mix between exploitative economic relations and cooperative diplomatic and political relations, particularly in light of China's recent medical assistance to the Maduro government (TELESUR, 2019a).

of the national food system (DOOCY *et al.*, 2019). As seen in Figure 2, less and less families are able to purchase basic goods due to both declining production and imports.

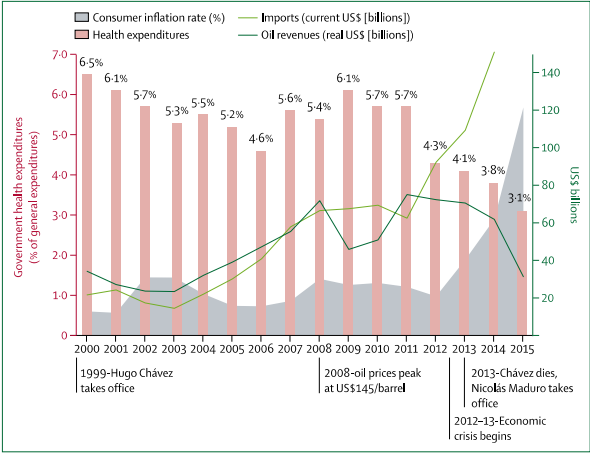


Figure 1: Timeline of government health expenditures, annual consumer price inflation, imports, and oil export revenue, 2000-2017. Source: Page et al. 2019, p. 1255.

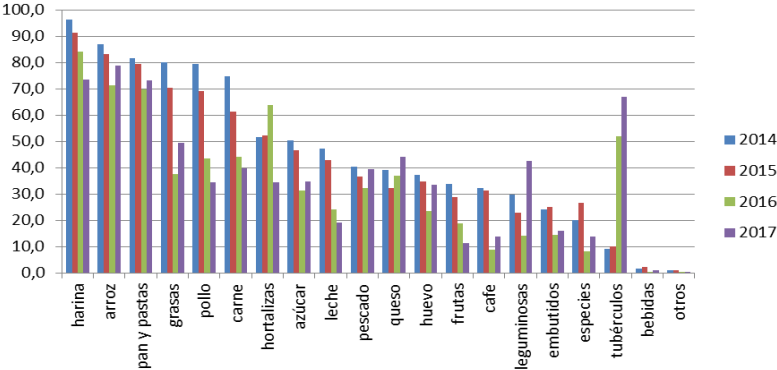


Figure 2: Weekly food purchases, 2014-2017 (% of families). Source: ENCOVI, 2017.

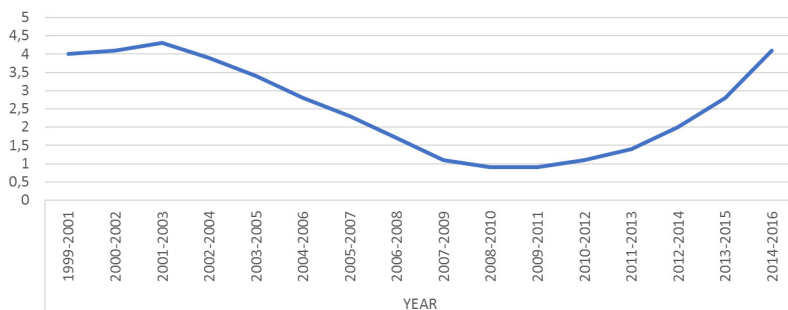


Figure 3: Number of People Undernourished in, millions (3 year average). *Source:* Food and Agriculture Organisation, 2017.

Flour, meats, vegetables, milk, and fruit have all dramatically fallen over the past few years, with greater substitution for legumes and starchy tubers leading to a mono-dietary squeeze. The renewed prevalence of undernourishment has effectively wiped out most of the gains made over the past decade (Figure 3).⁴ These health dynamics thus adversely impact the most vulnerable sectors of the population within the current context, given the close relationship between nutrition and health.

The economic crisis has radically reduced health care capacity at precisely the time when Venezuelans are most vulnerable. According to one survey covering 137 hospitals in 22 federated states, lack of services such as laboratories and pharmacies, and the irregular functioning of key infrastructures/supplies such as water, medicine and surgical stocks, afflicts almost every part of the national health system (PAGE *et al.*, 2019, p. 1255). Additionally, Venezuela has seen a dramatic “medical brain drain”, with key personnel seeking refuge from the economic crisis. Those who remain have sought to pressure the state to address the shortages of medical staff and deteriorating wages. Somewhat surprisingly, these grievances have not been easily co-opted by the Venezuelan opposition. When the right-wing political figure, María Corina Machado, approached a strike among workers and medical personnel of the Miguel Pérez Carreño hospital in July 2018, protesters quickly rebuked her presence, and rejected the instrumental politicisation of their struggle by Machado’s party, *Vente Venezuela*. Likewise, during a protest by personnel from the Hospital

4 Though it should be noted that Figure 3 represents absolute measures of undernourishment. Relative to population, and taking into account population growth since 2000, the proportion of undernourished people in Venezuela between 2014-2016 (13%) is notably lower than it was in 1998-2000 (20% of total population) (see Felicien *et al.* 2018: 7, fn. 4).

Clínico Universitario, workers deserted the highways in which they were camped once they noticed the presence of officials from *Vente Venezuela* (APORREA, 2018). Yet this rejection of opposition support reveals a potential weakness of these sporadic rebellions. Characteristic of these health sector strikes is their radically *depoliticised* content, distancing themselves from *any* political party or social force. While the current terrain of Venezuelan politics may help to explain this position – particularly in light of the increasingly bureaucratic and decrepit United Socialist Party of Venezuela (see HETLAND, 2017a) – these protests – untethered to any organised political force – may fall prey to fragmentation and an inability to scale up their demands into the heart of the state apparatus.

Elite Conflict Across the Imperialist Chain

While the general crisis of Venezuela's health system and its declining health indicators can be broadly traced to the underperformance of the national economy, the current unfolding of the COVID-19 pandemic in Venezuela is deeply embedded within recent cycles of elite conflict, and the manner in which this standoff has been crucially shaped by US imperial strategy. Years of logistical and economic support from the US to opposition groups has rendered political conflict in Venezuela a near permanent feature of the Bolivarian period. Of course, domestic opposition forces are not simply puppets of US imperialism; as with all links in the imperialist chain, the dynamics of domestic class conflict remains the decisive determination in the evolution of the international conjuncture, which is itself formed by a transnational correlation of class forces. As such, the relationship between the Venezuelan right and US planners – as with many instances of imperial “democracy promotion” efforts (AYERS, 2009) – remains “multifarious and checked with contradictions and conflicts” (ROBINSON, 1996, p. 11).

Since the election of Nicolás Maduro to the presidency in 2013, the opposition has continued its long-held strategy of defeating *chavismo* through both electoral and extra-parliamentary tactics. Rather than formulate a coherent political agenda and platform that might connect with the popular sectors, the MUD turned towards lobbying external forces in order to validate its struggle with the state, including the US, OAS and the EU. Internally, the MUD faced severe divisions over strategic direction, with moderate elements opting to remain within the electoral realm, while more radical elements such as *Vente Venezuela* and *Alianza Bravo Pueblo* pushing for violent street mobilisations (BUXTON, 2018, p. 417). The resultant stalemate has

led to the further consolidation of state power within the executive. One example of this trend can be seen in the somewhat dubious convening of the National Constituent Assembly (*Asemblea Nacional Constituyente* – ANC), conceived by the government as a substitute for the previously suspended (and opposition controlled) National Assembly.⁵ To be sure, there has been a vigorous debate over whether the events leading up to the convening of the ANC can be considered a slide towards authoritarianism or not (cf. HETLAND, 2017b; KOERNER, 2017). Regardless of the difference of interpretation, there is no disagreement on the deep crisis fracturing the state apparatus as a whole. And it is from this position of crisis that the US has recently begun to ramp up efforts to overthrow the Maduro government.

On the 23rd January 2019, a young and relatively unknown political figure, Juan Guaidó, declared himself the “legitimate” president of Venezuela, in light of Maduro’s alleged “abandonment” of his duties. Guaidó had emerged from relative obscurity, signified by the fact that, at that time, most Venezuelans had never heard of him (VTV, 2019; SÁNCHEZ and SMITH, 2019; cf. BOLTON, 2020, p. 238). Forged in the crucible of Venezuela’s student protests in 2007, Guaidó helped to form the right-wing *Voluntad Popular* party with his political mentor, Leopoldo López. He soon received diplomatic recognition of his (unconstitutional) claim to the presidency from Argentina, Brazil, Canada, Colombia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panama, Paraguay and the United States. In its early stages, US planners were optimistic about the Guaidó gambit; as then National Security Advisor John Bolton recalled, “The more I thought about it, the more I realized the decision on political recognition [of Guaidó’s claim to the presidency] was more important now than the oil sanctions” (BOLTON, 2020, p. 235). Yet despite the full backing from Washington, Guaidó has failed to make any headway in unseating the ruling party from power. The ineffectual approach of the opposition, and Guaidó in particular, has thus led to a souring of support from the US (KOERNER, 2020). As a result, US imperial strategy increasingly turned to economic warfare as a substitute for strategic cooperation with the Venezuelan right.

5 The principle area of contention revolves around the lack of a prior referendum vote on whether the ANC should go ahead – a constitutionally guaranteed mechanism in which only the people may convoke a new constituent assembly (Article 347), even if the President may initiate the convocation (Article 348). The lack of popular consultation may not be surprising, in light of the fact that around 85% of Venezuelans did not think it necessary to convene a new constituent assembly in the first place (APORREA, 2017b).

Cruel (but not unusual) Punishment: The Pathology of US Sanctions

While Washington has routinely turned to unilateral sanctions against Venezuela since 2005 (CRS, 2020), the current sanctions regime orchestrated by the Trump administration has entered into a pathologically violent phase. With the express aim of strangling Venezuela's oil industry (principally by cutting off its largest market, the US), as well as blocking the import of medical supplies, it is estimated that around 300,000 Venezuelans are now at risk due to the lack of imported medicines, leading to roughly 40,000 excess death in just one year (2017-2018) (ZAKRISON and MUNTANER, 2019). In January 2019, UN rapporteur, Alfred de Zayas, spoke out against the US sanctions regime as "crimes against humanity" under international law (SELBY-GREEN, 2019). Indeed, as Mark Weisbrot and Jeffery Sachs observe, the Trump sanctions regime violates the OAS charter, the Hague and Geneva conventions, as well as US domestic law, pertaining (respectively) to the illegitimacy of foreign intervention, collective punishment of civilian populations, and the false invocation of Venezuela as a "national emergency" that threatens US security (2019, pp. 313-315).

Beyond this unilateral sanctions strategy, the US has also coordinated efforts with key geopolitical allies, such as the UK, with the Bank of England freezing \$1.2bn of Venezuela's gold reserves (BOLTON, 2020, p. 238). Instances of geopolitical leverage over other states (such as India), as well as a host of oil trading houses and refineries pressured to suspend business with PDVSA, point towards the enormous power resources mobilised by Washington in its quest to overthrow the Maduro government (WEISBROT and SACHS, 2020, p. 300). Finally, the US has used its weight within global governance institutions to deny the Venezuelan government necessary medical aid required to cope with the current pandemic (VAZ, 2020b; MACLEOD, 2020).

Confronting COVID: Socialist Internationalism and Popular Power

In light of Washington's pathological assault against Venezuela during the world's most acute health crisis in generations, the UN and European Union have urged the Trump administration to ease their sanctions regime on Venezuela and other states in the Global South (KOERNER and VAZ, 2020). While such calls for compassion will likely fall on deaf ears, Venezuela has moved forward with its own strategies to combat the spread of COVID-19, with infection rates rapidly increasing

in early December (APORREA, 2020).⁶ In response, Cuba has maintained its long-standing health diplomacy with Venezuela. Indeed, while oil exports to Petrocaribe have largely ceased – due in part to the most recent US sanctions regime, as well as years of mismanagement within PDVSA (DOBSON, 2019; cf. OLIVARES, 2018) – Venezuela has steadfastly maintained its oil exports to Cuba as a means of maintaining the flow of doctors into the country, which stood at around 20,000 by 2019 (Yaffe 2020: 174). In August 2020, the Venezuelan government welcomed an additional 230 doctors from Cuba sent to assist with the COVID-19 outbreak within the country’s poorest neighbourhoods, with an additional 1,000 medical personal projected to arrive the following month (ARIZA, 2020).

Nevertheless, in the face of an increasingly strained national health system, grassroots organisations have become the *de facto* frontline responders in combating the virus. Communal health organisations, like those in Altos de Lidice in the city of Caracas, emerged directly from the experience of working with Cuban doctors a decade prior. As one community nurse put it, “When the transition to the Venezuelan doctors happened, and later when the system became autonomous and self-managed by the commune, there was a bit of resistance. Little by little, however, the pockets of resistance dissolved. Now the neighbors are not only welcoming, but there is also a sense of pride” (cited in MARQUINA, 2020). More broadly, popular movements have helped to support local communities through the previously formed Popular Solidarity Aid Network (*Red Popular de Ayuda Solidaria* – REPAS) – a nationwide network of volunteers and revolutionary cadres that bring food, education, medical supplies and other forms of support to those most in need (RESUMEN LATINOAMERICANO, 2019). The REPAS is more than simply a local initiative to combat social problems; the revolutionary peasant movement, *Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora* – CRBZ, founded the network as a direct response to the “systematic, continuous and simultaneous attacks of North American imperialism” (CRBZ, 2019). In battling the current pandemic, popular organisations like the CRBZ have begun to use their organisational networks to identify new cases of infection, testing, and monitoring, while continuing their participation in the Local Committees for Supply and Production networks (CLAPs) that bring food to vulnerable families (FUENTES, 2020).

6 See also country data from the World Health Organisation, <https://covid19.who.int/table>

Conclusion

Since the inception of the Bolivarian “revolution”, mainstream discourse has framed every crisis, conflict and setback as the result of disastrous government policy and a misguided attempted to build more just society (MACLEOD, 2018). True to form, the depiction of Venezuela’s health crisis and the state’s response to the coronavirus outbreak is no different. Yet to understand the current conjuncture, both within and beyond Venezuela, we need broader appreciation of the domestic and international dynamics that critically shape the civilizational crisis facing humanity as a whole.

This article has offered a more critical analysis of the geopolitics of COVID-19, and the ways in which the economic, political and ideological determinations of class struggle, at a variety of different scales, shapes the wider structure of international hierarchy and social domination. Seen through the optic of the imperialist chain, the dynamics of global capital accumulation become refracted through a network of uneven development across the imperialist chain, in which capitalist states and the class antagonisms and struggles constituent of them forge the ever-changing character of geopolitical rivalries. Seen from this perspective, the global pandemic is merely the epiphenomenal effect of the historical legacy of a global food system based on the endless accumulation of capital (rather than human need), while its diffusion across different social formations results from the contingent class strategies situated at different times and places across the imperialist chain.

As the forgoing analysis has shown, the history of Venezuelan state formation, and the class and geopolitical struggles over its vast subterranean riches, constitutes the sedimented historical force that continues to shape Venezuelan politics today. The rise of *chavismo*, as an expression of popular antagonism against the domination of domestic elites and imperialist states, signalled an historically unprecedented challenge to US imperialism, and to the “common sense” of capitalist civilization. In attempting to break out of its position within the imperialist chain, the Bolivarian state encountered a fierce reaction from the US ruling class and its historic allies within the old Venezuelan power bloc. Invariably, this counter-strategy became couched in the ideology of “democracy” and “human rights”, even if (during the 2002 coup and after) the US opted to destroy Venezuelan democracy in order to save it. Needless to say, the assault on Venezuela was never about democracy, but merely the reassertion of US primacy in the region, and the reaffirmation of its claims over the material wealth of subordinate states (TELESUR, 2019b; LIMITONE, 2019).

The cycles of class struggle and state transformation during the Bolivarian era led to a series of unintended consequences – from a unique currency regime, to a raft of populist policies that ultimately failed to break the power of domestic capital. Even in light of the shifting geopolitical coordinates from West to East, the continued dependency on oil extraction ultimately created the conditions for a severe socio-economic crisis, made all the more fatal with the arrival of the Trump administration seeking to reclaim the Monroe doctrine as the basis of US power in the hemisphere; as Trump allegedly uttered, Venezuela is ‘really part of the United States’ (cited in BOLTON, 2020, p. 230). As with all instances of imperial assault on the Bolivarian Republic – from the coup d’état to the economic strangulation of the country – popular forces have played a crucial role in defending the Bolivarian process, even as they do so in partnership with a state that has increasingly vacillated in its response to long-standing socio-economic crisis. In a bitter twist of fate, Venezuela is now battling the deadliest pandemic in recent memory under the worst possible conditions. It is imperative that we resist the temptation of viewing Venezuela’s struggle with COVID-19 as merely the result of an incompetent and authoritarian state, and instead situate the specificity of the contemporary Venezuelan state (and its internal crisis) as a concentrated expression of the contradictions of the imperialist chain in the 21st century.

References

AFP Latin America to bear worst impact from coronavirus: World Bank, *Macau News Agency*, October 20, 2020, <https://www.macaubusiness.com/latin-america-to-bear-worst-impact-from-coronavirus-world-bank/> [Accessed 23 December 2020].

ALVARADO, C. H. *at al.* Social Change and Health Policy in Venezuela, *Social Medicine*, 3(2), 2008, pp. 95-109.

APORREA *Datanalisis: 85% de los venezolanos rechazan modificar la Constitución*, 10 June, 2017, <https://www.aporrea.org/actualidad/n309811.html> [Accessed 10 November 2018].

_____. *Gremios de salud rechazaron presencia de María Corina Machado en sus protestas*, 24 March, 2018, <https://www.aporrea.org/trabajadores/n328641.html> [Accessed 22 July 2020].

_____. *Maduro informó registro de 584 nuevos casos de COVID-19 en Venezuela*, 13 December, 2020, <https://www.aporrea.org/actualidad/n361273.html> [Accessed 23 December 2020].

ARIZA, J. *New delegation of Cuban doctors arrives to fight COVID-19*, Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, 16 August, 2020, <http://www.mppre.gob.ve/en/2020/08/16/new-delegation-cuban-doctors-fight-covid-19/> [Accessed 23 December 2020]

ARMADA, F. *et al.* Barrio Adentro and the Reduction of Health Inequalities in Venezuela: An Appraisal of the First Years', *International journal of Health Services*, 39(1), 2009, pp. 161-187.

ARTARAZ, K. A very Latin American social policy: ALBA, counter-hegemonic regionalism, and "living well", IN: CUSACK, A. (ed.), *Understanding ALBA. Progress, Problems and Prospects of Alternative Regionalism in Latin American and the Caribbean*, London: Institute of Latin American Studies, 2018, pp. 115-140.

ASCHWANDEN, C. Debunking the False Claim That COVID Death Counts Are Inflated, *Scientific American*, January, 2020, <https://www.scientificamerican.com/article/debunking-the-false-claim-that-covid-death-counts-are-inflated1/> [Accessed 23 December 2020]

AYERS, A. J. Imperial Liberties: Democratisation and Governance in the "New" Imperial Order, *Political Studies*, 57(1), 2009, pp. 1-27.

AZZELLINI, D. *Communes and Workers' Control in Venezuela: Building 21st Century Socialism from below*. Leiden: Brill, 2016.

BELLO, W. *China: An Imperial Power in the Image of the West?*, Bangkok: Focus on the Global South, 2019.

BOLTON, J. *The Room Where it Happened. A White House Memoir*, New York: Simon and Schuster, 2020.

BURKI, T. COVID-19 in Latin America, *the Lancet*, April 17, 2020.

BUXTON, J. Social Policy in Venezuela: Bucking Neoliberalism or Unsustainable Clientelism?, IN: YI, Ilcheong (ed.), *Towards Universal Health Care in Emerging Economies*, London: Palgrave Macmillan, 2017, pp. 347-372.

_____. Venezuela: Deeper into the Abyss, *Revista de Ciencia Política*, 38(2), 2018, pp. 409-428.

CORONIL, F. *The Magical State. Nature, Money, and Modernity in Venezuela*. Chicago: Chicago University Press, 1997.

CRBZ, ¿De qué se trata la Red Popular de Ayuda Solidaria propuesta por #LaCorriente?, Marzo 23, 2019, <http://www.crbz.org/de-que-se-trata-la-red-popular-de-ayuda-solidaria-propuesta-por-lacorriente/> [Accessed 23 December 2020]

CRS [Congressional Research Service], *Venezuela: Overview of U.S. Sanctions*, 2 June, 2020.

CURCIO, P. C. *The Visible Hand of the Market. Economic Warfare in Venezuela*. Caracas: MINCI, 2017.

DAHIR, A. L., Instead of Coronavirus, the Hunger will Kill Us. A Global Food Crisis Looms, *New York Times*, 22 April, 2020, <https://www.nytimes.com/2020/04/22/world/africa/coronavirus-hunger-crisis.html> [Accessed 22 July 2020].

DI JOHN, J. *From Windfall to Curse? Oil and Industrialisation in Venezuela, 1920 to the Present*, University Park, P.A.: The Pennsylvania State University Press, 2009.

DOBSON, P. ALBA Summit: Venezuela Promises to Relaunch PetroCaribe in 2020, *Venezuelanalysis*, 16 December, 2019, <https://venezuelanalysis.com/news/14745> [Accessed 23 December 2020]

DOOCY, S. *et al.* The food security and nutrition crisis in Venezuela, *Social Science & Medicine*, 226, 2019, pp. 63-68.

ELLNER, S. Implications of Marxist State Theory and How They Play Out in Venezuela. *Historical Materialism*, 25(2), pp. 29-62, 2017.

FELICIEN, A. Food politics in a time of crisis: Corporate power vs. popular power in the shifting relations of state, society and capital in Venezuela's food system.' *Emancipatory Rural Politics Initiative Conference Paper*. No. 9. 2018.

FLORES, L. Venezuela's Coronavirus Response Might Surprise You, *Common Dreams*, 25 March, 2020, <https://www.commondreams.org/views/2020/03/25/venezuelas-coronavirus-response-might-surprise-you> [Accessed 22 July 2020].

FRIEDMAN, U. The Coronavirus-Denial Movement Now Has a Leader, *the Atlantic*, March 27, 2020, <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2020/03/bolsonaro-coronavirus-denial-brazil-trump/608926/> [Accessed 23 December 2020]

FUENTES, F. Venezuela: Combatting COVID-19 Through Solidarity, *Venezuelanalysis*, April 20, 2020, <https://venezuelanalysis.com/analysis/14845> [Accessed 23 December 2020]

GILLS, B. Deep Restoration: from The Great Implosion to the Great Awakening, *Globalizations*, 17(4), pp. 577-579, 2020.

GOLINGER, E. *The Chávez Code: Cracking US Intervention in Venezuela*. London: Pluto Press, 2007.

GORDON, T.; WEBBER, J. R., Complex Stratification in the World System: Capitalist Totality and Geopolitical Fragmentation, *Science & Society*, 84(1), 2020, pp. 95-125.

GREENE, B. NYT Blames Maduro for Healthcare Horror, Downplays US Role, *FAIR*, 16 April, 2020, <https://fair.org/home/nyt-blames-maduro-for-healthcare-horror-downplays-us-role/> [Accessed 22 July 2020].

HEIN, W. Oil and the Venezuelan state. IN: Peter Nore and Thomas Turne (eds.). *Oil and Class Struggle*. London: Zed Press, 1980, pp. 224-251.

HELLINGER, D. Oil and the Chávez Legacy, *Latin American Perspectives* 44 (1), 2017, 54-77.

HETLAND, G. From System Collapse to Chavista Hegemony. The Party Question in Bolivarian Venezuela, *Latin American Perspectives*, 212(44), 2017a, pp. 17-36.

HETLAND, G. Why is Venezuela Spiraling Out of Control?. *NACLA*, 2017b <https://nacla.org/news/2018/05/18/why-venezuela-spiraling-out-control> [Accessed 23 December 2018].

PFRIMER, H. Brazil's war on COVID-19: Crisis, not conflict — Doctors, not generals. *Dialogues in Human Geography*, DOI: 10.1177/2043820620924880

IVANCHECA, M. P. The Discreet Charm of University Autonomy: Conflicting Legacies in the Venezuelan Student Movements, *Bulletin of Latin American Research*, 36(2), 2017, pp. 177-191.

KOERNER, L. Authoritarianism in Venezuela? A Reply to Gabriel Hetland. *Venezuelanalysis* 19 May, 2017, <https://venezuelanalysis.com/analysis/13136> [Accessed 23 December 2018].

_____. Guaidó Addresses Davos, Fails to Secure Meeting with Trump, *Venezuelanalysis*, 23 January, 2020, <https://venezuelanalysis.com/news/14775> [Accessed 22 July 2020]

KOERNER, L. and VAZ, R. UN, EU Urge Venezuela Sanctions Relief as Coronavirus Outbreak Intensifies, *Venezuelanalysis*, March 25, 2020, <https://venezuelanalysis.com/news/14823> [Accessed 23 December 2020]

LARRABURE, M. Human Development and Class Struggle in Venezuela's Popular Economy: The Paradox of "Twenty-First Century Socialism". *Historical Materialism* 21 (4), 2013, pp. 177-200.

LIMITONE, J. Venezuela regime change big business opportunity: John Bolton, *Fox Business*, 24 January, 2019, <https://www.foxbusiness.com/politics/venezuela-regime-change-big-business-opportunity> [Accessed 22 July 2020].

LUBBOCK, R. Development and imperialism: rethinking old concepts for a new age IN: FAGEN, G. H. and MUNCK, R. (eds.), *Handbook of Development and Social Change*, Cheltenham, Northampton, M.A.: Edward Elgar, 2018, pp. 44-68.

_____. The Social Contradictions of Regional Development in the ALBA-TCP: The Case of Food Production, *New Political Economy*, 25(2), 2019a, pp. 213-230.

_____. The hidden edifice of (food) sovereignty: Rights, territory, and the struggle for agrarian reform in Venezuela, *Journal of Agrarian Change*, 20(2), 2019b, pp. 289-310.

MACLEOD, A. *Bad News From Venezuela. Twenty years of fake news and misreporting*, London, New York: Routledge.

_____. IMF Conditions Emergency COVID-19 Loan to Venezuela on Regime Change, *MPN News*, 30 March, 2020, <https://www.mintpressnews.com/imf-conditions-emergency-coronavirus-loan-venezuela-regime-change/266185/> [Accessed 22 July 2020].

MAHMOOD, Q. and MUNTANER, C. Politics, Class Actors, and health sector reform in Brazil and Venezuela, *Global Health Promotion*, 20(1), 2013, pp. 59-67.

MARQUINA, C. P. A Caracas Commune Prepares for the Conoavirus Crisis: Four Voices from the Altos de Lidice Communal Healthcare System, *Venezuelanalysis*, April 11, 2020, <https://venezuelanalysis.com/analysis/14834> [Accessed 23 December 2020]

MASON, J. and HOLLAND, S. Trump says he will invoke wartime act to fight “enemy” coronavirus, *Reuters*, March 18, 2020, <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-usa-trump-act-idUSKBN2152XL> [Accessed 23 December 2020]

MILIOS, J. and SOTIROPOULOS, D. *Rethinking Imperialism. A Study of Capitalist Rule*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

MUHR, T., *Venezuela and the ALBA: Counter-Hegemony, Geographies of Integration and Development, and Higher Education for All*. Saarbrücken: VDM Verlag, 2011.

MUNTANER, C., et al. Egalitarian Policies and Social Determinants of Health in Bolivarian Venezuela, *International Journal of Health Services*, 43(3), 2013, pp. 537-549.

OLIVARES, F. Maduro atribuye a la corrupción en PdVsa parte de la crisis del país, *El Universal*, 27 Julio, <https://www.eluniversal.com/politica/16009/maduro-lleva-plan-economico-al-iv-congreso> [Accessed 23 December 2020]

OPEC Annual Statistical Bulletin, 2016, https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/OB11_12%202016.pdf [Accessed 22 July 2020].

PAGE, K. R., *et al.* Venezuela's public health crisis: a regional emergency, *The Lancet*, 393, 2019, pp. 1254-1260.

PHILLIPS, D. *et al.* Hospitals in Latin America buckling under coronavirus strain, *the Guardian*, 20 May, 2020, <https://www.theguardian.com/world/2020/may/20/hospitals-in-latin-america-buckling-amid-coronavirus-strain> [Accessed 22 July 2020]

RESUMEN LATINOAMERICANO, Venezuela. Red Popular de Ayuda Solidaria: desde la gente para la gente, 22 Julio, 2019, <https://www.resumenlatinoamericano.org/2019/07/22/venezuela-red-popular-de-ayuda-solidaria-desde-la-gente-para-la-gente/> [Accessed 23 December 2020]

ROBINSON, W. I., *Promoting Polyarchy. Globalization, US intervention, and hegemony*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ROSALES, A. Deepening extractivism and rentierism: China's role in Venezuela's Bolivarian development model, *Canadian Journal of Development Studies / Revue Canadienne d'études du développement*, 37(4), 2016, pp. 560-577.

ROUBINI, N. A Greater Depression?, *Project Syndicate*, 24 May, 2020, <https://www.project-syndicate.org/commentary/coronavirus-greater-great-depression-by-nouriel-roubini-2020-03?barrier=accesspaylog>, [Accessed 22 July 2020].

SAKELLAROPOULOS, S. and SOTIRIS, P. From Territorial to Nonterritorial Capitalist Imperialism: Lenin and the Possibility of a Marxist Theory of Imperialism, *Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society*, 27(1), 2020, pp. 85-106.

SANCHEZ, F. and SMITH, S. Guaidó, político de poca experiencia que asume rol crucial, *AP*, 14 January, 2019, <https://apnews.com/b962becca0454d1789fdd7e15b8dfa9a> [Accessed 22 July 2020].

SELBY-GREEN, M. Venezuela Crisis: Former UN rapporteur says US sanctions are killing citizens, *The Independent*, 26 January, <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/venezuela-us-sanctions-united-nations-oil-pdvsa-a8748201.html> [Accessed 22 July 2020]

TELESUR China Delivers 71 Tons of Humanitarian Aid to Venezuela, 14 May, 2019a, <https://www.telesurenglish.net/news/China-Delivers-71-Tons-of-Humanitarian-Aid-to-Venezuela-20190514-0005.html> [Accessed 22 July 2020].

TELESUR John Bolton Admits US-backed coup in Venezuela is About Oil, Not Democracy', 30 January, 2019b, <https://www.telesurenglish.net/news/John-Bolton-Admits-US-backed-Coup-in-Venezuela-Is-About-Oil-Not-Democracy-20190130-0020.html> [Accessed 22 July 2020].

VAZ, R. Venezuela Registers First Coronavirus Deaths, *Venezuelanalysis*, 27 March, 2020a, <https://venezuelanalysis.com/news/14826>, [Accessed 22 July 2020].

_____. IMF Rejects Venezuela Emergency Fund Appeal, *Venezuelanalysis*, 18 March, 2020b, <https://venezuelanalysis.com/news/14817> [Accessed 22 July 2020].

VAZ, R. and KOERNER, L. 'Venezuela confirms Coronavirus Cases as US Slaps New Sanctions', *Venezuelanalysis*, 12 March, 2020, <https://venezuelanalysis.com/news/14811> [Accessed 22 July 2020].

VTV Hinterlaces: 81% de los venezolanos desconoce a Guaidó como líder político, 20 January, 2019, <https://www.vtv.gob.ve/hinterlaces-81-venezolanos-desconoce-a-guaido-como-lider-politico/> [Accessed 22 July 2020].

WEBBER, J. R. Choosing Between Life and Capital in Latin America, *The Bullet*, 20 May, 2020, <https://socialistproject.ca/2020/05/choosing-between-life-and-capital-in-latin-america/> [Accessed 22 July 2020].

WEISBROT, M. and SACHS, J. Punishing Civilians: U.S. Sanctions on Venezuela, *Challenge*, 62(5), pp. 299-321.

YAFFE, H. *We Are Cuba!: How a Revolutionary People Have Survived in a Post-Soviet World*. Yale University Press, 2020.

ZAKRISON, T. I. and MUNTANER, C., US sanctions in Venezuela: help, hindrance, or violation of human rights?, *The Lancet*, 393, 2019, pp. 2586-2587.

ENTREVISTA

PERSPECTIVAS VENEZUELANAS

*Con: Adrian Padilla Fernández; Liliana Buitrago; Manuel Sutherland e
Marielys Briceno.*

Por favor, haga una breve presentación de sí mismo que incluya cómo se identifica políticamente hoy y su relación con el proceso político iniciado por Hugo Chávez.

ADRIÁN PADILLA FERNÁNDEZ (APF): Con estudios de pregrado en Comunicación Social e Historia en la Universidad Central de Venezuela y de postgrado (Maestría y Doctorado) en Ciencias de la Comunicación en la Universidad de São Paulo, con militancia en diferentes frentes sociales y políticos del campo popular y revolucionario desde la década de 1970, en la actualidad soy docente-investigador vinculado al Centro de Experimentación para el Aprendizaje Permanente (CEPAP) de la Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez y al Programa de Postgrado en Sociedad y Fronteras (PPGSOF) de la Universidad Federal de Roraima. Me reconozco como parte de una tradición de lucha política y memoria colectiva que conocemos como Corriente Histórico-Social, la cual es una confluencia de diversos colectivos políticos revolucionarios que, a su vez, se reconocen en el proceso de la Revolución Bolivariana en la que es central la figura de Hugo Chávez con su legado político.

Quienes militamos en movimientos sociales y políticos con referentes de izquierda radical en Venezuela durante las décadas de 70, 80 y 90 del siglo XX, tuvimos la experiencia de luchar en un contexto de democracia autoritaria donde la represión contra las y los militantes revolucionarios se expresaba en la persecución, torturas, desaparición forzosa y asesinatos. El punto de encuentro de esa militancia con la emergencia de Chávez en el espacio público está en la significación de los sucesos del 27 de Febrero de 1989, conocidos como “El Caracazo”, aun cuando es con el levantamiento militar del 4 de febrero de 1992 que se conoce de Hugo Chávez y del movimiento de militares patriotas que formaban el MRB-200. La confluencia se da por la lectura histórica que se hace de esa explosión social del 89, que fue reprimida con contundencia por el gobierno de Carlos Andrés Pérez (del partido AD), tanto la izquierda radical como los militares patriotas consideran esos hechos como un punto de quiebre de un modelo bipartidista que durante 4 décadas representó y ejerció el poder de las elites criollas alineadas con las políticas de los gobiernos estadounidenses y los intereses de las corporaciones transnacionales.

LILIANA BUITRAGO (LB): Liliana Buitrago es investigadora y activista ecofeminista. Hace parte del Observatorio de Ecología Política de Venezuela y del Grupo de Trabajo Mujeres Cuerpos y Territorios. Es lingüista, analista crítica del

discurso, con trabajos sobre movimientos sociales en Venezuela. Ha participado de procesos y debates desde abajo durante el proceso político marcado por los gobiernos de Hugo Chávez, como la construcción de la Ley de Semillas, la campaña X Más Postnatal y espacios de articulación de movimientos y organizaciones sociales diversas. Busca con sus análisis visibilizar las afectaciones por el avance de los despojos en territorios, que impactan de manera negativa principalmente a las mujeres y niñas, y visibilizar alternativas al extractivismo y al desarrollo en Venezuela, más allá de la polarización política actual que favorece a las élites político-económicas.

MANUEL SUTHERLAND (MS): Soy Manuel Sutherland, director del Centro de Investigación y Formación Obrera – CIFO. Soy economista e investigador independiente. Nunca fui chavista como tal, pero si milité en el Partido Comunista en mi juventud, que en ese momento apoyaba a Chávez (entre 2006 o 2007).

MARIELYS BRICENO (MB): Mi nombre es Marielys Briceno, soy venezolana, educadora y abogada egresada de la Universidad Católica Andrés Bello con una especialización en derechos humanos, trabajé como abogada defensora de derechos humanos en una parroquia eclesial en la frontera colombo-venezolana, me vinculé al poder judicial como funcionaria de carrera, actualmente soy migrante en la frontera venezolano-brasilera. No ejerzo una militancia político partidista y tampoco tengo una ideología definida, podría decir que tengo una tendencia socialdemócrata por influencia familiar y convicciones propias asociadas a mi personalidad siempre conciliadora. No me considero seguidora del presidente Chávez, por tanto no me identifico como chavista, sin embargo me relacioné con su proceso político y apoyé en la medida que sus propuestas comulgaban con los principios de solidaridad, honestidad y respeto que orientan mi vida y en la medida que dialogaban con mi aspiración de un mundo socialmente más justo; creo profundamente en el poder de las bases para la transformación social y el desarrollo en términos sostenibles, fui testigo de ese tipo de experiencias inspiradoras en mi país hace muchos años, por eso promuevo la participación como ejercicio de una ciudadanía activa dentro de un marco democrático.

1. *¿Cómo, en su experiencia personal, se manifestó la crisis del “socialismo del siglo XXI” propuesta por Hugo Chávez? De hecho, ¿es una crisis o un fracaso del modelo?*

APF – Considero que, para entender y explicar el despliegue del proyecto de la Revolución Bolivariana, Socialismo del siglo XXI, hay que destacar que la mayoría de la población de Venezuela a partir de 1998 optó por un camino distinto al pautado por el centro de poder de los Estados Unidos, el cual había sido seguido durante casi una centuria por las elites de la oligarquía criolla. Ese camino alternativo se fue configurando con la propuesta bolivariana del Comandante Chávez y con la reserva moral e histórica de las luchas varias generaciones de revolucionarias y revolucionarios en nuestro país. Como consecuencia de esa decisión el pueblo ha sufrido durante las últimas dos décadas el ataque sistemático y sostenido de parte del centro de poder hegemónico del continente. Se trata de una Guerra No Convencional que con sus más diversas expresiones de operaciones psicológicas, operaciones encubiertas, sabotajes a los servicios públicos, impacta de forma dramática la vida cotidiana de las y los venezolanos. En ese contexto, hay que destacar la resistencia y protagonismo de un pueblo que tiene conciencia y que ha desarrollado formas organizativas de un tejido socio-comunitario que hace posible la implementación de las políticas en los territorios.

De igual modo hay que señalar las prácticas de burocratismo, corrupción y autoritarismo presenten en las dinámicas del día a día, con efectos corrosivos que pueden explicar tensiones y contradicciones a lo interno del propio movimiento bolivariano y desgaste de algunos liderazgos. Con una mirada aguda podemos considerar que se trata de una crisis interna que reclama reconfiguraciones, desafíos para activar multilécticas y complejas reflexiones que permitan replantear los elementos fundantes del proyecto bolivariano que continúa vigente, alimentado por las prácticas de sujetos políticos que se reconocen en una confrontación contrahegemónica que trasciende los límites del Estado-Nación y se localiza en las dinámicas de la geopolítica contemporánea.

LB – El proyecto político no consolidado del Socialismo del Siglo XXI venezolano fue un proyecto con muchas fases, etapas y momentos de rupturas y continuidades. Pensarlo como un bloque homogéneo en términos de “EL” proyecto sería dejar toda una serie de entramados políticos sin analizar, que se tejieron en su conformación desde arriba – desde el propio Gobierno-Estado – y en especial desde abajo.

En términos de ruptura significó visibilizar a sectores precarizados por la implementación de las políticas neoliberales y sus disputas por la redistribución de la renta, impulso que aprovecharon los sectores de los movimientos socioculturales y políticos de los sectores populares para disputar visibilidad y poder en las estructuras especialmente estatales. Esto implicó que muchos de estos actores integraron, se acoplaron, a las estructuras del Estado. En este tensionar como “alebrijes” – mitad estado, mitad movimiento popular – se conformaron identidades muy difusas en el accionar político cuyo despliegue implicó en muchos casos perder la posibilidad de tensión y una búsqueda constante de incidencia que muchas veces derivó en la postergación de las agendas de base en pro del inmediatismo de la toma del poder antes las constantes elecciones y amenazas de la injerencia extranjera; a la par que implicó la politización y movilización de actores emergentes de los sectores populares que se reconocieron en ese proyecto y pusieron mucho cuerpo. Este ha sido un proceso complejo que ha marcado la polarización de actores diversos.

No se pueden entender a los chavismos – y aquí enfatizo el plural – sin sus oposiciones y viceversa, son mutuamente constituyentes. Entonces más que fracaso o victoria, yo hablaría de posibilidades y postergaciones, intentos inconclusos o incluso de tensiones permanentes que no lograron resolverse mientras se mantuvo por un lado este vigor híbrido, hoy mitigado, entre movimiento popular y Estado y que no consolida una hegemonía de la agenda popular, y aún hoy busca disputar con muy poca fuerza. Por otro lado, tenemos una oposición más hegemónica a esta movida política – ojo que también la oposición es diversa, pero hablemos de esta más hegemónica – que no comprendió esta potencia y la subestimó, centrada mucho más en la deriva autoritaria del gobierno, hoy muy evidente, que perdió la conexión con los sectores populares. Esto en los extremos, pensando que en el medio quedan muchos matices.

Hay hoy en día una especie de nostalgia por lo no realizado, un imaginario de una época feliz que no vuelve para todos los sectores, tanto los chavismos como para las oposiciones diversas en medio de la más profunda crisis de los cuidados, económica, ecológica y política por la que hayamos pasado, en especial frente al colapso civilizatorio que enfrentamos como sociedad.

Por otra parte, Venezuela es hoy una especie de caso especial de visibilización de este colapso global, cuya dependencia de los combustibles fósiles al extremo sólo limita la reproducción de la vida. Lamentablemente la dependencia al imaginario del desarrollo para pensar cualquier posibilidad post extractivista, junto a la deriva autoritaria y el avance de los grupos antiderechos en Venezuela, sólo entierran y

borran este horizonte de transformación que significó para muchos sectores la llegada de la izquierda al poder con Chávez.

MS – En mi opinión, la crisis del “socialismo del siglo XXI” es una crisis rentística o es un desenlace necesario de un hiperentismo lumpenizado. Desde 2003 se están haciendo mal las cosas de un manera grave y ya en 2004/2005 era el momento hacia el cambio, para frenar todos los males que vinieron aparejados con el rentismo (lo que se llama “enfermedad holandesa”, “maldición de los recursos”). Nada de eso se hizo, mas bien se profundizó el rentismo de una manera impresionante y eso se acompaño con altos grados de autoritarismo, despotismo y formas antidemocráticas; desprecio por la alternabilidad de partidos en el poder, desprecio por el equilibrio de poder, por el contra peso; y por la necesidad de una fiscalización importante de las actividades que se realizaron.

El hiperentismo radica fundamental o solamente en vivir de la renta petrolera y tener una moneda muy sobrevaluada que impulsa importaciones excesivas, fuga de capitales y que destruye la competitividad de las empresas locales, agrícolas, industriales, e incluso el comercio formal que es desplazado por unas formas de contrabando; formas de compra e venta con divisas preferenciales que terminan saliendo del país por una horripilante política económica.

Esto es como el corazón de la crisis del hiperentismo lumpenizado en el chavismo. Eso tiene el apellido de lumpenizado porque gran parte de las actividades que estuvieron al rededor de la hipercorrupción que se desató con buscadores de renta y los empresários y burócratas que empezaron a hacer negocios completamente deshonestos y terriblemente dañosos al herario publico, al tesoro nacional y empezaron a hacer otros tipos de negocios aún mas corruptos, aún mas sucios y mas viles. La sociedad toda empezó a robar un poco aquí, un poco allá y se hizo como una socialización del robo de la renta petrolera a través de micro-fraudes con tarjetas de crédito y divisas en el extranjero, con cupos de visa eletronicas, con remesas paraísos...y bueno, un montón de actividades que premian a importadores, comisionistas, gestores y castigan a productores, obreros honestos a trabajadores decentes.

Todo esto tenía que terminar mal y eso empieza a quebrarse a partir de 2014 y en 2015 con la caída del precio del petróleo se acentua la crisis exponencialmente y en 2016-2017 son años realmente horribles, son años de escasez, de una caída y de una pobreza muy fuerte que se ha ido acentuando hasta nuestros días y que ha ido manifestando el fin del modelo que, digamos el chavismo iba cambiando conforme

a que la renta la desaparecieron por la poca inversión que se hizo y la extrema corrupción que sucedió en PDVSA como extractora de petróleo y productora de renta, la empresa tiene años acumulando pérdidas y ya prácticamente se extrae muy poco petróleo, de los 3,2 millones de barriles ahora se extraem alrededor de 400.000 y Venezuela pasó de tener enormes capacidades de exportación de gasolina a importar gasolina desde hace bastantes años, a importar petróleo liviano de Estados Unidos hasta que vinieron las sanciones obviamente y un montón de indicadores que demuestran la ruptura o el debacle del modelo.

MB – Venezuela transita hoy por un estado de emergencia compleja de carácter político que socava la estabilidad del país especialmente en este contexto de pandemia. El camino para llegar hasta aquí ha sido largo y está relacionado directamente con la elección del modelo de desarrollo monoprodutor, rentista y extractivista del petróleo desde inicios de su explotación a gran escala a partir del gobierno del General Juan Vicente Gómez a comienzos del Siglo XX. Todos los gobiernos basaron sus economías en tendencias liberales y estatistas, todos aprovecharon las privilegiadas reservas de crudo pesado y liviano que el país tiene a pesar de la diversidad de potencialidades de desarrollo derivadas de las condiciones edafoclimáticas para la producción agropecuaria en las región centro-occidental y andina, de la diversidad de minerales y piedras preciosas de la región sur-oriental susceptibles de también ser explotados de manera equilibrada y de las potencialidades de desarrollo turístico con lugares diversos y de contraste que durante años fueron destinos anhelados por turistas y migrantes internacionales.

De tal manera que la base económica fundada en la renta petrolera durante el Siglo XX fue impactando de manera negativa en la estructura social del país cuyas asimetrías acordonaron la miseria en las periferias de las grandes ciudades formadas a partir de la migración rural hacia las grandes ciudades en busca de empleos y mejores oportunidades de vida. Este desequilibrio social con unos pocos asidos al poder, a los recursos y a las oportunidades de desarrollo personal sobre una masa empobrecida fue develado a finales de los años 80 dando paso al intento de golpe militar cuyo líder más adelante sería nuestro presidente bajo la promesa de luchar por la igualdad social y la justicia a favor de los desvalidos, acabar con la corrupción, los partidos políticos, la burocracia y el clientelismo, entre otros; fueron estas promesas las que motivaron el apoyo de gran parte de la población dando un viraje en la historia política de nuestro país hacia la izquierda socialista sobre el cual más tarde se definía el modelo de “Socialismo del Siglo XXI”.

La propuesta del “Socialismo del Siglo XXI” fue inicialmente pensada por el profesor Heinz Dieterich en respuesta a la incapacidad del capitalismo y el socialismo histórico para resolver los problemas que abaten a la humanidad tales como pobreza, hambre, explotación, opresión económica, sexista, racista, destrucción ambiental y ausencia de formas democráticas participativas.¹ Dieterich realmente concede en su proyecto un peso importante a la democracia participativa a la cual no podríamos llegar solo por empatía y conocimiento del “otro” sino por una acumulación de poder en los excluidos que logre ser superior al poder de los explotadores y para ello propone la construcción, de un Nuevo Proyecto Histórico (NPH) desde las bases minoritarias mediante una participación activa y protagónica de las masas. Para Dieterich la estructura económica de mercado es simplemente incompatible con el modelo democrático participativo por antidemocrática, inestable y depredadora; el modelo político democrático participativo solo sería compatible con una economía democráticamente planificada y controlada por la sociedad a través de procesos de participación.

La implementación o adopción de este tipo de economía de equivalencias supondría combinar la teoría del valor del trabajo con el principio de las equivalencias de manera que el salario equivaldría al tiempo de trabajo invertido con independencia de la edad, sexo, color de piel, estado civil, nacionalidad, tipo de trabajo, nivel de esfuerzo físico, preparación escolar, condiciones de salud (...). El precio de los bienes y servicios por otro lado, sería el equivalente a los valores y está conformado por la equivalencia del trabajo incorporado al producto. Con esta propuesta según el autor, se estaría cerrando el circuito de la economía sustituyendo “precios” por “economía de equivalencias”. En esta propuesta suelo y recursos serían propiedad común, pero controlado por el Estado para su conservación y correcta utilización.²

Estos son grosso modo los postulados que inspiraron al presidente Hugo Rafael Chávez Frías, 6 años después de iniciar su primer gobierno para proponer el modelo de Socialismo del Siglo XXI cuyo enunciado llamó la atención a nivel global; eran frecuentes las alocuciones presidenciales en cadena para hablarnos de los objetivos de esta propuestas que en líneas generales guardaba relación con el Proyecto Simón Bolívar del periodo anterior y que recogía parte de la propuesta de Heinz Dieterich (nueva ética social, suprema felicidad posible, democrática participativa y protagónica, modelo productivo socialista, modelo geopolítico nacional, Venezuela

1 DIETERICH *apud* OSORIO, L. El socialismo del siglo XXI. *Revista Telos*, vol. 21, núm. 1. Universidad Privada Dr. Rafael Belloso Chacín. 2019.

2 DIETERICH, H. Libro No. 1472. El Socialismo del Siglo XXI. Colección E.O. Febrero 21 de 2015. Disponible en pdf <https://app.box.com/s/wfb519zk11zw0zggmkzcsh5gf20wwjxv> Consultado en 21/03/2021.

potencia energética mundial, nueva geopolítica internacional); en lo personal acogí con esperanzas los anuncios especialmente en lo que más compartía de su pensamiento nueva ética social, democracia participativa y protagónica; sin embargo el tema de la producción socialista me generaba desconfianza especialmente cuando atendía los comentarios de mis papás, que inmediatamente la acogieron como una amenaza para la propiedad y así en términos generales se centró desde inicios el debate por el nuevo plan.

Pienso que el presidente Chávez intentó promover una democracia participativa que con base Constitucional de la República Bolivariana de Venezuela de 1999. Con la idea de instaurar una nueva democracia alejada de la representativa promovió la democracia participativa como una forma de socializar la toma de decisiones dentro del seno de las comunidades a través del llamado “poder comunal” que avanzaría para constituir el Estado Comunal en sustitución de las tradicionales formas de organización político territorial. En retrospectiva, se constituyeron tantos consejos comunales como comunidades existieran, quien no se organizara quedaría excluido de los beneficios sociales pues el concejo comunal fue constituyéndose en la base social de participación por excelencia, el punto de enlace entre las comunidades y el poder ejecutivo. Se esperaba que se constituyeran tantas comunas de consejos comunales como fueran posibles para que en un futuro próximo las Comunas que a su vez constituirían el Estado Comunal. Fui testigo presencial de la lucha que se estableció en contra de la conformación de las comunas dentro de los mismos partidarios del Presidente; pero también fui testigo presencial de la forma como los consejos comunales terminaron convirtiéndose en brazos ejecutores de su política. Desde mi punto de vista las expresiones de organización comunal y las estructuras comunales terminaron sometidas al control del poder ejecutivo.

Ese sujeto dotado de nueva ética social, teóricamente definido en el contexto de la comunidad política, fue convirtiéndose en instrumento del sistema de gobierno nacional. En este sentido, no fue una lucha desde las bases en ejerciendo el poder popular; las directrices de actuación fueron siempre dadas desde el arriba y estuvo condicionado a esos lineamientos políticos al momento de distribuir los beneficios sociales y/o recursos para los procesos de auto-gestión que se definían en el seno de los Consejos Locales de Planificación a nivel de las municipalidades, por lo que el poder no se construía desde abajo hacia arriba como se esperaría desde el enfoque de la propuesta de Dieterich y en consecuencia tampoco dialogaban con las epistemologías del sur que defiende Boaventura,³ contrariamente, se promovió y

3 BOAVENTURA, S. *O fim do império cognitivo*. A afirmação das epistemologias do sul. Edições Almedina Editores. Coimbra. 2018.

luego se impuso desde arriba hacia abajo y eso creó antagonismos en las comunidades que luego viraron a sectarismos, la tendencia era excluir de los beneficios sociales o recursos aquellos que no comulgaran con el proceso “cajas del clap”, “insumos agrícolas”, “créditos agropecuarios” fueron condicionadas en su entrega por el apoyo al proceso revolucionario.

Muchos creímos la organización comunal como organizaciones de base para la transformación socio-económica y formamos parte de este proceso de manera indirecta apoyando la constitución y funcionamiento de los consejos comunales, en otros casos acompañando su gestión en la ejecución de sus obras y directamente formando parte activa de ellos con liderazgo en la conformación y funcionamiento de sus comités. La consigna “Poder para el Pueblo” entró en el pensamiento de las bases; una instancia de “participación” que enaltecía y daba la idea de un protagonismo real nunca antes experimentado pero que fue progresivamente reduciéndose a espacios para el proselitismo político por la perpetuación del poder de sus líderes principales. Con esta dinámica se limitó el potencial autónomo que ahora conozco de experiencias como las de Chico Mendes y la comunidad de siringueros en el Acre de Brasil.

En este sentido, soy conteste con la opinión de otros venezolanos al referir que los consejos comunales y comunas, como instancias de participación innovadoras, en contextos democráticos, partidaria y estatalmente independientes, pudieron ser espacios para el desarrollo sobre la base de principios de igualdad, corresponsabilidad, solidaridad y alternativas productivas de trabajo colectivo, fomentando el ejercicio de una ciudadanía activa; infelizmente si no desaparecen tenderán a permanecer como distribuidores de beneficios a cambio de compromisos políticos.

Superado el paro petrolero de finales del 2002, con un precio de petróleo favorable, los programas sociales fueron una prioridad así como la búsqueda de un modelo de desarrollo auto-sustentable basado en una sociedad más igualitaria procurando alcanzar el objetivo propuesto en su plan de desarrollo económico y social siguiendo el modelo del Socialismo del Siglo XXI. Es claro que este plan de desarrollo apuntó a promover la constitución de empresas de producción socialista a partir de la organización comunitaria encaminados a abastecer al país con productos del sector primario según las potencialidades de las zonas, apuntando a un modelo de desarrollo alternativo al rentista monoprodutor que nos acompañó por 100 años, los cuales fijarían el precio de sus productos en teoría sobre la base de la relación valor/tiempo de trabajo. Infelizmente, la implementación de este plan no contó con la estrepitosa caída del precio del petróleo y la pérdida física del líder carismático

que ideó el plan, y en un contexto favorable quedaría por comprobar la viabilidad de esa modalidad de fijación de precio. En todo caso, con estos elementos en contra, sumada la polaridad nacional y global que no podemos desconsiderar, la ejecución del plan de desarrollo se vio frustrada, los incipientes ensayos de la producción socialista pronto encontraron amigos en los corruptos y la falta de preparación de un pueblo supuestamente “empoderado” pero susceptibles de manipulación por los habilidosos “enchufados” en el gobierno.

Ante la crisis económica que comenzaba a agudizarse en esta nueva etapa post-Chávez/caída del precio del petróleo, el panorama fue enrareciéndose de forma progresiva y sistemática a través del tiempo. En el nuevo escenario, comienzan a aplicarse las medidas estatistas autócratas que fueron dando forma a la maraña de crisis en cada una de las dimensiones del desarrollo en todos los sectores del país, moldeando lo que hoy conocemos como una emergencia compleja sostenida en el tiempo.

Los controles de precios y de cambio (además del control de los medios de comunicación que se iniciaron desde su llegada al gobierno) comenzaron a establecerse a partir de 2003, estas medidas acentuaron la confrontación interna. Como consecuencia de la caída de los precios del petróleo en el año 2013 estas medidas se intensificaron con el sector privado recrudeciéndose los problemas de desabastecimiento; luego vinieron acciones sobre la propiedad privada con fines redistributivos que incluyeron medidas como la intervención y la expropiación.

Desde mi experiencia se intervinieron empresas privadas, como “Agroisleña” una empresa de origen canario que proveía de insumos agrícolas a los pequeños agricultores de localidades con esta vocación. Esta empresa además de vender sus productos, financiaba siembras y daba asistencia técnica a los pequeños, medianos y grandes productores del sector. Fui testigo de la forma como los productos fueron progresivamente escaseando en la sustituta unidad socialista mientras aparecían vendedores paralelos con los mismos productos, estos ya no se vendían en tiendas, estaban en las casas de los mayores productores de mi pueblo, “paperos” y “tomateros”, aparecieron entonces como representantes de “monopolios paralelos” de aquellos insumos que incluían semillas, fertilizantes, fungicidas, herbicidas, abonos químicos, urea todos a precios exorbitantes.

Progresivamente se acabaron los financiamientos, progresivamente se acabaron los insumos, muchas veces se hacían filas desde la madrugada para optar por una unidad de cada producto; algunos demoramos más en ser excluidos, otros infelizmente accedieron con mucha dificultad. Finalmente los pequeños productores

salimos del juego. En el sector pecuario aconteció que el costo de importación de productos como la soja que nosotros no producimos teniendo potencial para hacerlo en términos por lo menos de la auto-sustentables, encarecía el alimento concentrado, en consecuencia, las empresas que proveían concentrados de alto valor proteico, desaparecieron o dejaron la producción para uso exclusivo de sus granjas, los comerciantes pronto empezaron a vender alimentos a base de maíz, después solo a base de fécula de maíz, habían semanas que no tenían alimentos para distribuir, entonces aparecieron las unidades socialistas de alimentos concentrados cuyas dificultades para acceder al lugar de distribución y luego para acceder al código de beneficiario, amén de la distancia a recorrer, hacía inviable su tramitación; los pequeños productores pecuarios también nos fuimos extinguiendo. La única empresa de concentrados que conozco como experiencia exitosa está vinculada a un ex-gobernador que coincidentalmente se inició en un proyecto caprino de alta genética de cuyo progreso somos testigos cada día en mi comunidad.

Las medidas de intervención adoptadas indicaban a las empresas los bienes que debían producir, así como su precio de venta al público, algunas veces incluso el mismo estado se encargaba de distribuirlo. Entra en este grupo de intervenciones las establecidas en la venta de gasolina, que si bien inicialmente fue exclusivo de las estaciones de servicio fronterizas, se extendió a todo el territorio nacional. Fui testigo de cómo en la frontera, la asignación de militares y policías a las estaciones de servicio rápidamente se convirtió en fuente de enriquecimiento de los funcionarios en servicio y los grandes contrabandistas de gasolina, mientras que el rutero que recogía leche en las localidades campesinas, maestros, transportistas, enfermeros y toda la población en general sufríamos las peores inclemencias y humillaciones para acceder a una cantidad limitada de combustible; con el tiempo, hasta el moto taxista equipaba y “descargaba” para entregar a los contrabandistas mayores. Este fenómeno se produjo sólo a partir del momento en que fueron destacados los funcionarios a las estaciones para “controlar” la venta de gasolina.

Las primeras medidas de expropiación comenzaron a partir del año 2008 y se acentuaron con el recrudecimiento de la crisis económica. El nuevo modelo de desarrollo económico estuvo orientado a confrontar los conceptos mundialmente aceptados del neoliberalismo fomentando en contrapartida una economía social a partir de nuevas relaciones de producción con el propósito de eliminar las inequidades sociales que impedían la inserción social. Esta propuesta priorizó el desarrollo social sustentado en lo endógeno y no el mercado. Se habló entonces de una economía productiva en contraposición a la rentista, de justicia social y no de privilegios, de

inclusión, no de exclusión, de democratización de la producción, no de monopolios, entre otros aspectos. La nueva economía social comprendería los programas sociales de redistribución, promoción de formas de organización colectivas, la creación de núcleos de desarrollo endógeno, la cogestión empresarial y las empresas de producción social, todo apuntando a modificar el proceso de acumulación capitalista que ordena el mundo.⁴ Infelizmente estas iniciativas resultaron en la concentración de unidades socialistas en manos de asociados al gobierno con un porcentaje de denuncias de interés por corrupción o malas prácticas como mala gestión, caída de la producción, conflictos laborales, baja productividad.⁵

Se estatizaron las empresas estratégicas y bajo la consigna extrema de “quitar a quien más tiene” fui testigo de la expropiación en mi pueblo de dos unidades de producción privada constituidas en unidades de producción socialista, ambas del sector agropecuario luego quebradas por la sobrecarga de nómina y el mal manejo administrativo. También vi como las tierras entregadas por procesos de expropiación luego eran parceladas y vendidas a terceros. Las industrias expropiadas pasaron a constituirse en botines de saqueo para el disfrute personal de los políticos que logran establecer su control sobre las mismas.

Con la escasez nos vino otro fenómeno conocido como “el bacheo” fenómeno social que hace aflorar un sentido de supervivencia casi de naturaleza inhumana que nos desangra a unos con otros y que consiste en el acto de acaparar para luego revender a precios excesivos, da igual si es un medicamento o leche de fórmula para bebés, da igual si son productos regulados o no. Aquí implementamos una figura civil que conocemos como la “permítame” y que popularmente llamamos “trueque”. Oíamos al presidente Chávez hablar del “trueque” vendió la idea en sus alocuciones como si se tratara de la panacea para resolver los problemas del capitalismo; ahora estoy comprendiendo que esa figura del “trueque” respondía a aquella propuesta del profesor Dieterich de acabar con el precio y sustituirlo por una equivalencia de valor basado en la relación trabajo/tiempo. Bueno, ahora sonrío relajada, pero que angustia viví junto a mis papás; forzadamente practicamos el “trueque”, cambiábamos carotas y café por papelón y harina de trigo, por solo nombrar algunos productos, hasta pagamos algunos servicios y jornales con aguardiente artesanal que como solución innovadora familiar encontramos para

4 Para ampliar puede consultarse el artículo de Carmen Añez y Rosa Melean en el siguiente link: <https://www.redalyc.org/pdf/257/25720652002.pdf> Consultado en 21/03/2021

5 Al respecto puede consultarse el informe de Transparencia Venezuela. En el siguiente link: <https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2018/11/EPE-II-Resumen-ejecutivo-Transparencia-Venezuela.pdf> Consultado en 21/03/2021.

hacer frente a los desafíos haciendo honor a la ocupación clandestina de mi papá en sus años mozos.

Para amainar el furor de la tormenta de estas vivencias que me sacuden de indignación con frecuencia recorro a un encuentro que sostuvimos en el año 2006 como Equipo de Pastoral Alto Apure en los pasillos de la Universidad Católica del Táchira con el padre Horacio Arango, S.J. miembro de la comisión de por la Paz Reconciliación en uno de los procesos de pacificación de Colombia. El padre nos habló de las raíces del conflicto armado colombiano en las profundas asimetrías de la sociedad colombiana, tierras y poder en manos de terratenientes, hacendados, élites de poder resistidos por más de 50 años a una reforma agraria y nos explicó como las consecuencias de esa lucha había llevado al país a niveles igualmente profundos de violencia, donde el entramado social estaba fragmentado. El padre nos pidió que hiciéramos el ejercicio de mirar a nuestro hermano país y nos proyectáramos en él porque parecíamos caminar en la misma dirección. Son factores estructurales los que nos llevan a experimentar este tipo de acciones y son con mucha probabilidad, la acumulación de años de gestiones gubernamentales erradas.

Con respecto al dólar, fui testigo de cómo los intentos de fijar una tasa oficial era superada por la existencia del dólar paralelo fomentado por la escasez y la desconfianza; más tarde también por la asignación preferencial mediante mecanismos que funcionarios del gobierno ventajosamente conocían. Hoy vivimos lo más inverosímil, el proceso inflacionario del dólar, la “harina pan” producto que nos identifica como venezolanos en el mundo, tiene un precio en la mañana y otro después del medio día; la razón? el dólar amaneció con un precio que en la tarde puede que ya no esté. Pueden imaginarse ahora lo que sufrimos los migrantes en Brasil cuando intentamos enviar nuestras remesas, debemos jugar con el precio del real en Brasil y el precio del dólar al amanecer y después del mediodía en Venezuela.

En este sentido también refiero los aumentos salariales, mientras ejercí funciones de analista profesional para el Tribunal Supremo de Justicia a través de las direcciones administrativas regionales, cada aumento de salario representaba una angustia para mí y mi equipo de trabajo, pues veíamos que incluso antes de anunciar oficialmente el aumento, los comerciantes ya habían aumentado los precios de los productos, luego el día del anuncio teníamos otro precio y a la semana siguiente otro aumento; desde lo profundo de nuestros corazones ya no deseábamos los aumentos salariales que en otras épocas nos emocionaba.

En relación a las políticas sociales hubo un reconocimiento importante a los históricamente excluidos. Nuestro gobierno destinó fondos importantes de la renta

petrolera a la inversión social: numerosos proyectos sociales de vivienda, educación, alfabetización, alimentación, electrificación y en general desarrollo comunal, especialmente a través de los Consejos Locales de Planificación en los municipios. Se visibilizaron los pueblos indígenas después de 500 años de práctica “inexistencia” garantizándoles acceso no solo a derechos básicos como salud y educación sino a espacios de participación pública como líderes comunitarios, empleados del gobierno y hasta representantes públicos. Los programas de ayuda social abarcaban todo el territorio así como las subvenciones de productos y servicios. Inicialmente todas estas medidas fueron un aliciente para cubrir necesidades básicas sentidas por la población. Pulularon todo tipo de misiones que en principio fueron acogidas como respuesta a las desigualdades sociales. ¿Cuándo fuimos consciente de la magnitud del problema? cuando percibimos la falta de estructura y capacidad de articulación, cuando advertimos su dependencia exclusiva de los recursos provenientes de la renta petrolera y cuando advertimos su carácter instrumental para la movilización política. El ejemplo más representativo fueron las misiones educativas que tenían más contenido político ideológico que áreas del conocimiento inserido en un proceso de homogenización social.

En este sentido, la idea del “nuevo sujeto” que estuvo presente en la propuesta para promover la autogestión, infelizmente fue distorsionado bajo la premisa de “quien no está conmigo está en mi contra”, reflejo de estas tendencias homogeneizantes orientadas a polarizar y contradecir el mismo espíritu de las ciencias sociales y humanas y que desde la perspectiva crítica de los derechos humanos intentamos colocar desde nuestras aulas y desde nuestros particulares estilos de vida, radicalismos que atentan contra una dictado sencillo “en la diversidad está la riqueza”.

Con relación a la intervención petrolera y no petrolera, ésta es real y ha representado un duro golpe a la compleja situación del país haciendo inviable su reestructuración interna dada la inoperatividad de su aparato productivo. Hace poco nos visitó la relatoría especial de la Organización de Naciones Unidas sobre medidas coercitivas unilaterales y derechos humanos; la relatora Alena Douhan confirmó los efectos de las medidas y advirtió que estas contravienen varios instrumentos de protección internacional y en tal sentido instó a los gobiernos a descongelar los activos del Banco Central de Venezuela para que podamos comprar medicinas, vacunas, alimentos, equipos médicos, repuestos y otros bienes para garantizar nuestras necesidades humanas. El informe también reconoce la monodependencia que hemos tenido del petróleo, así como la dependencia que tenemos de importar productos como maquinarias, repuestos, alimentos y medicinas. Solo para tener una

idea, refiere que los activos venezolanos congelados en bancos de Estados Unidos, Reino Unido y Portugal ascienden a US \$ 6 mil millones a la fecha del informe.⁶

El informe también destaca que la disminución de las remesas producto del bloqueo de los activos estatales y la complejidad e impedimentos de las transferencias bancarias, sumados a los 4 años de súper inflación que ha devaluado la moneda nacional al punto de que un salario se sitúe entre 1 a 10 dólares y un nivel de pobreza creciente son algunas de las causas del estado de emergencia compleja generalizada que motivaron medidas económicas nuevas del gobierno venezolano entre 2018 y 2019, medidas destinadas a levantar los controles de precio y autorización del sector privado para reactivar sus actividades económicas, infelizmente estas medidas no prosperan ante el recrudecimiento de las sanciones, tampoco se logra la capacidad del estado para mantener la infraestructura y la implementación de proyectos sociales. El Programa de Educación y Acción por los Derechos Humanos (PROVEA) también reconoce las medidas y sus efectos más sentidos en julio del 2020 aclarando que las medidas no son únicas responsable de nuestra situación, sino una variable que la ha exacerbado.

Puedo decir al final de este relato sobre la base de mi experiencia que la propuesta de desarrollo económico y social basada en el Socialismo del Siglo XXI de Chávez y post-Chávez no ha servido para modificar las razones prácticas por las que llegamos a él, infelizmente, nos encontramos viviendo en una emergencia compleja y prolongada exponencialmente más profunda de la que vivimos a finales de los años 80, que atraviesa todo el espacio, todos los sectores y dimensiones de la vida humana al punto de generar la diáspora de movilidad humana que pone distancia forzada de nuestros afectos. Por esas razones concluyo que lo que se aplicó como modelo de Socialismo del Siglo XXI, lejos de responder a nuestras expectativas de superación de las anteriores crisis, nos ha llevado a un precipicio; corresponde a los teóricos desarrollar sus debates en torno a esta pregunta. Desde mi punto de vista, apostaré siempre por los enfoques más socialistas, sin caer en los enfoques radicales, por convicción propia, por mi personalidad no creo en los extremos, sí en cambio en los procesos de concilio, donde las partes involucradas llegan a acuerdos, perdiendo y ganando a la vez. Este escenario de negociación desde donde veo, está lejos, ni la oposición ni el oficialismo representa los intereses de un pueblo herido y agonizante.

6 Para conocer el contenido del informe pueden acceder al siguiente link [https://blog.fastformat.co/como-fazer-citacao-de-artigos-online-e-sites-da-internet/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20NBR,%2C%20volume%2C%20n%C3%BAmero%20ou%20fasc%C3%ADculo](https://blog.fastformat.co/como-fazer-citacao-de-artigos-online-e-sites-da-internet/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20NBR,%2C%20volume%2C%20n%C3%BAmero%20ou%20fasc%C3%ADculo.). 12 de feb. 2021

2. *¿Cómo entiende la alianza de los militares con el gobierno de Maduro y cuáles son las implicaciones de esta relación en la vida cotidiana?*

APF – En Venezuela, al igual que en otros países de América Latina la institución militar ha tenido relación y participación en los procesos políticos del país en diferentes momentos, unas veces llevando la conducción en procesos dictatoriales y en otros como factores de peso en la vida política. Antes de la Revolución Bolivariana la incidencia de los gobiernos estadounidenses a través de sus Misiones Militares (asesorías a las fuerzas armadas) y la formación en la Escuela de las Américas, con sede en Panamá, fue determinante para responder a la acción hegemónica del país norteamericano. En 1989 cuando se reprimió a la revuelta popular ante las medidas neoliberales impuestas por el FMI y BM se hizo con el ejército que durante varios días utilizó una fuerza desproporcionada y extrema contra la población, con saldo de miles de víctimas, para marcar un precedente macabro en un momento de democracia representativa.

La presencia del factor militar en los gobiernos bolivarianos, los de Chávez y los de Maduro, tiene su origen en el papel que jugó en la configuración del propio proyecto de la revolución bolivariana. Ello se expresa en la creación del MBR-200, en los alzamientos militar y cívico-militar de febrero y noviembre de 1992. En ese contexto, se crea una doctrina militar bolivariana que rescata toda gesta libertaria del ejército de Simón Bolívar en la guerra de independencia e incorpora referentes antiimperialistas como la experiencia de Vietnam con la Guerra de Todo el Pueblo conceptualizada por Nguyen Von Giap. Es allí donde se sustenta la creación de la Milicia Bolivariana como un nuevo componente de las fuerzas armadas.

La presencia del factor militar se explica por ese origen histórico. Si hacemos un balance de esa participación habrá que reconocer la caracterización de generaciones, o promociones, de militares patriotas comprometidos con el proceso bolivariano. Al mismo tiempo, al igual que en otros sectores de funcionarios públicos, existen prácticas transversales de burocratismo, corrupción y autoritarismo que colocan en cuestión las concepciones que se tienen sobre el poder. Tanto en el sector militar como en el civil conviven y se debaten dos tradiciones. Por un lado, la vieja política de servirse de las instancias del poder, de los recursos públicos, para favorecer intereses individuales o grupales, se mantiene activa generando situaciones que pueden desmoralizar a la militancia bolivariana y sus bases de apoyo, como al común de la población que se ha sentido identificada con el proyecto, que al ver y sentir políticas erráticas o conductas impropias de altos o medianos funcionarios, van perdiendo las

esperanzas. Por el otro, las experiencias de organización comunitaria en Comunas y otras expresiones de un significativo tejido socio-comunitario apuntan a formas societales alternativas y del poder obedencial que son postulados del proyecto bolivariano y contribuyen en una socialización de la política que se expresa en una ciudadanía crítica y participativa, que cuestiona cualquier práctica burocrática, corrupta o autoritaria sea del sector civil o militar.

LB – La alianza actual entre la FFAA y el gobierno es una alianza estratégica de sostenimiento del propio gobierno en el poder. El hecho del otorgamiento al sector militar de las actividades extractivas mineras, por ejemplo, a través de una empresa, en medio de un giro neoliberal intenso y acelerado de la economía, de privatización, y de desregulación de cualquier contraloría sobre estas actividades es un síntoma muy significativo de cómo se tejen estas alianzas. Los principales actores en territorio, operadores del modelo extractivista y de despojo son precisamente los sectores militares junto a alianzas con un tejido más ilegal y criminal, capitalista, patriarcal que opera en la nueva geometría productiva territorial, teniendo como aliados a grupos antiderechos fundamentalistas.

MS – El chavismo es un movimiento fundamentalmente militarista que tiene características de los nacionalismos militares clásicos y de populismo civiles también, pero fundamentalmente militar. Chavez era Teniente Coronel y gran parte de su gabinete, de los alcaldes chavistas, gobernadores chavistas y líderes chavistas son militares como Diosdado Cabello, por ejemplo, [...], Arias Cárdenas que entraron y salieron del chavismo en diversas condiciones. Fundamentalmente era un movimiento militar con acompañamiento de civiles que al inicio – en el año 1998, 1999 – habian bastantes profesores universitarios de izquierda pero que fueron poco a poco purgados. En un momento entraron mas militares de lo normal y en el momento actual hay una mezcla de militares y un lumpen-político-policial de personas sin ningún tipo de formación academica y personas que están ahí porque cumplen ordenes ciegamente y son cómplices de toda clase de delitos y corrupción sin límites, gente sin escrúpulos y sin ningún tipo de sensibilidad para con la gente que está sufriendo misérias terribles, entonces el chavismo siempre há sido un gobierno militar.

Com Maduro há tenido que afanzarse o afincarse de la visibilidad del ejército por la necesidad de reprimir mucho más que Chávez porque en la época de Chávez había mucho dinero proveniente de la renta que permitiría solucionar a fuerza

de dinero casi cualquier problema. Cuando el dinero se escapa y la situación se hace desesperada las masas salen a la calle, el ejército y la guardia nacional y los aparatos policiales tienen que tener una presencia más fuerte. Igualmente cuando hay problemas sindicales, cuando hay problemas con las empresas el gobierno tiende a colocar militares para casi militarizar las empresas y evitar que los obreros se subleven, imponerles salarios como el actual de 2, 3 dólares y, bueno, eso hace que el papel militar se sobreponga y se vea un poco más fuerte.

Igualmente gran parte de la elite militar está llevando los mejores negocios y donde hay más dinero y más oportunidades de poder hacer cobrar comisiones y llevar negocios que tienden al peculado y obviamente en los últimos años con sanciones y las dificultades de hacer dinero han demostrado en las calles que son los que realmente manejan el país: mostrando camionetas de 50, 60 mil dólares, relojes, compras de casas con maletines de dinero en efectivo etc.

MB –⁷ Existe efectivamente una alianza entre militares y el gobierno de Maduro, probablemente una consecuencia de su vinculación con la política. Con la aprobación de la nueva constitución se les otorgó el derecho al voto con limitaciones claras sobre la militancia política y participación en cargos públicos pero éste no es un derecho exclusivo de los militares venezolanos, actualmente la mayoría de constituciones en la región lo reconocen en terminos similares, con restricciones y/o condiciones para el ejercicio de cargos públicos y de militancia política; por otro lado, no es la primera vez que en Venezuela se les reconoce el derecho al voto a los militares, 1819 se consagró este derecho el cual fue ratificado en la Constitución de Cúcuta de 1821 y se mantuvo hasta 1830 cuando se disolvió la Gran Colombia, predominando en el escenario un modelo político liberal que desde la lógica de configuración del poder obligaba a repensar la relación cívico-militar haciendo predominar la primera sobre la segunda. Nuestra constitución de 1999 es muy clara, el artículo 330 les reconoce el voto pero se les limitan los cargos de elección popular, la participación en actos de propaganda, militancia o proselitismo político.

El nombramiento de militares activos y retirados en cargos de importancia político-estratégica es contrario a la constitución ciertamente, pero las bases para el nuevo orden político-ideológico que ha configurado en una especie de “totalitarismo”, estaría predominando para desplazar la balanza del poder hacia la institución castrense como lo fue en el pasado.

⁷ Para responder esta pregunta conversé con una persona cercana de quien me consta es un hombre honesto y leal a sus propias convicciones, ex-oficial del ejército que por mantenerse apegado a sus principios prefirió solicitar la baja de este cuerpo y dedicarse a la vida civil como productor agropecuario, su nombre es Juan José Veliz.

Dos acciones concretas fueron ejecutadas en este sentido: 1.) Promulgación de la nueva Ley de la Fuerza Armada Nacional (LOFAN) creando un nuevo modelo de organización que objetivaba el aumento en la cantidad de efectivos militares, así como un mayor número de plazas en los altos cargos que daba cabida a un mayor número de oficiales superiores, ocupando cargos estratégicos fuera de la institución armada. 2.) Sometimiento de la institución castrense a un proceso de formación ideológica con asesoría del gobierno cubano.

Estas acciones implicaron el despliegue de los efectivos militares como un brazo político armado facultado para hacer proselitismo político, así como para persuadir y ejercer el control sobre la sociedad civil constituyéndose un gobierno de tendencia totalitarista.

Durante los periodos de gobierno del fallecido del Tcnel. Hugo Chávez Frías las fuerzas armadas fueron ocupando paulatinamente espacios que según la nueva constitución no estaban reservados a militares. Durante la presidencia el presidente Maduro, se fortaleció aún más esta ocupación de espacios intentándose perpetuar en el poder pero sin comprometer las posiciones privilegiadas de oficiales generales, son evidencia de ello, la ocupación en el cargo durante años de los mismos oficiales generales tanto en el Ministerio de Defensa como en el Comando Estratégico de Operaciones de las Fuerzas Armadas Nacionales (CEOFAN) y la creación de milicias que están presentes en cada espacio de la vida cotidiana (Escuelas, iglesias, alcaldías, estaciones de servicio, entre otros) así como el fortalecimiento de vínculos con grupos armados que actúan bajo órdenes del círculo de poder del madurismo; esto también acontecía con el presidente Chávez, un hecho público y notorio que constatabamos los habitantes de frontera.

Existe una alianza entre militares y el gobierno de Maduro, es evidente y todos estos elementos que apuntamos concursan para evidenciarlo. En el caso Maduro podría decirse que los militares son las razones de su permanencia en el poder; esta alianza, según mi propia experiencia también tiene implicaciones en la vida ordinaria de sus ciudadanos a lo largo de toda la extensión del territorio, especialmente enclavado en las dinámicas de fronteras con el comercio ilegal de mercaderías de las que muchos de ellos participan y la permisividad de actuación de los grupos armados irregulares. El cobro de vacunas infinitamente denunciado no es atendido, quien se traslada dentro del país queda a merced de cada puesto de control, no solo de las fuerzas armadas sino de cualquier otro cuerpo de seguridad.

Para cerrar este punto sugiero consultar el Informe titulado Empresas Sociedad del Estado. Un modelo de control Segunda Parte elaborado por Transparencia

Venezuela.⁸ En el cual se refiere la participación de las Fuerzas Armadas en la dirección de las Empresas de Producción Socialista a pesar de su restricción constitucional. Según el informe las actividades de dirección se relacionan con cargos de presidencia, direcciones estatales, representaciones ante organismos políticos y financieros internacionales, ministerios, embajadas y gerencias. Durante el periodo del presidente Maduro se reporta su participación en cargos relacionados con el control cambiario, asignación de divisas preferenciales, importación de alimentos y otros insumos.

3. ¿Cuál es el alcance de las actividades informales e ilegales en la vida de la población venezolana hoy?

APF – En la medida que se han ido incrementando los ataques al proyecto bolivariano que se expresa en ataques a la población venezolana, independientemente de su posición política, las normalidades de algunas dinámicas se han ido perdiendo, entre ellas y de manera significativas las de naturaleza económica. El bloqueo económico y financiero que arreció después de la Orden Ejecutiva del gobierno de Barak Obama en 2015, la caída de los precios del petróleo en los mercados internacionales, los ataques a la moneda nacional (el bolívar), la hiperinflación inducida, son hechos que nos desafían para comprender una situación económica que no puede ser explicada dentro de los parámetros de la ciencia económica, ni con la ayuda de ningún manual técnico. Es incertidumbre extrema que coloca la sobrevivencia como temática urgente.

Tal vez, ante todo ese cuadro la población comienza a incorporar la contingencia como verbo al contingenciar la propia situación que va más allá de las formalidades y de algunas legalidades. Frente a la especulación exacerbada del canibalismo comercial que dificulta la más sencilla de las transacciones económicas y comerciales, el simple comprar y vender, sectores de la población le dan rienda suelta a la creatividad para en acciones colaborativas, de cooperación, de autogestión, de consumo solidario, derrotar los obstáculos que violentan su cotidiano. Con un cierto pragmatismo se manejan todos los factores que se van presentando para moverse en las condiciones adversas que son las predominantes. No son pocas las experiencias productivas y de consumo que se vienen desarrollando en distintos territorios a escala nacional.

8 Informe titulado Empresas Sociedad del Estado. Un modelo de control Segunda Parte elaborado por Transparencia Venezuela <https://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2018/11/EPE-II-Resumen-ejecutivo-Transparencia-Venezuela.pdf> Consultado en 21/03/2021.

En la dimensión de las políticas económicas se destaca un debate que distintos actores del chavismo ventilan en algunos espacios mediáticos. Allí se destacan los aportes de la profesora universitaria y doctora en economía Pasqualina Cursio viene colocando en su columna del diario Últimas Noticias para cuestionar la política económica oficial y proponer alternativas dentro del contexto bolivariano.

LB – Venezuela se encuentra atravesando un período de una fuerte y acelerada desinstitucionalización y desmantelamiento del marco legal normativo que rige la vida toda. Los marcos legales como letras muertas son violados de forma impune y las principales afectadas ante el avance de las economías de muertes (como las extractivistas mineras, las que se generan en los flujos ilegales migrantes, de precarización de las economías y salarios) son las mujeres y tejidos más comunitarios: indígenas, campesinos y comuneros. La dolarización no legal de la vida junto a la orificación de los circuitos de la economía, esto es, la impronta de enclave extractivista aplicada a la cotidianidad, han abierto brechas entre las clases sociales y ha generado migraciones forzadas y el incremento de las violencias.

MS – Com el auge de la renta a partir del 2004-2005 empezaron a hacerse miles de actividades deshonestas y propias del lumpen comissionista, gestor el cual había apropiación de las diversas fugas que tenía la renta petrolera venezolana, de las divisas que salían por manejos dolosos, de peculado, comisiones, sobre precio, sobre facturación.

Esa política de corrupción y apropiación de la renta, por la vía ilícita, fue una política que el chavismo realmente socializó y compartió con prácticamente cientos de miles de personas que pudieron de alguna manera actuar de manera deshonestas por la infraestructura o arquitectura financiera que el mismo chavismo creó para ello. Obviamente que en la socialización era que evidentemente muy pocas empresas y muy pocos empresarios asociados al gobierno de alguna manera robaban enormes cantidades y miles de cientos de personas robaban cantidades pequeñas o hurtaban y hacían actos deshonestos de apropiación de renta con créditos que no se devolvían, operaciones clientelares de cambios de votos por prevendas políticas, por prevendas de apartamentos, de carros, de casas, de comida.

Entonces fue una lumpenización muy profunda que hizo que miles de actividades ilegales fueran más o menos comunes en la sociedad y hasta bien vistas y evidentemente funcionarios públicos, burocratas o militares – que también son funcionarios públicos. Todos saben que un funcionario público gana 10, 20 o 30

dólares mensuales ahora no solamente tienen 5, 10 escoltas; 3, 4, 5 camionetas sino que exhiben riquezas enormes: camionetas de lujo, apartamentos de lujo, casas de lujo, fiestas en yate y todo ese tipo de cosas que practicamente le dicen a la gente que ellos son corruptos y que la corrupción es la vía para el ascenso social. Es como digamos, la *leitmotiv* del chavismo, decir que se puede robar impunemente y que la forma de robar a través de la corrupción pública es la vía más expedita para ello.

Hay enormes cantidades de personas que están girando con eso, ahora ya esa cantidad de personas disminuyeron mucho, muchas se fueron del país, ya no hay renta petrolera que robar y el botín ha sido saqueado, no se ahorró un centavo, se endeudó el país, el país está en quiebra y la economía ilegal masiva que había antes ya no existe y lo que existe ahora son rutas más tradicionales de contrabando, narcotráfico, corrupción focalizada en algunos espacios de minería, por ejemplo, de petróleo en unos espacios de comisiones pero ya no es tan masivo como antes evidentemente ni se le parece por la destrucción de PDVSA y la destrucción de la empresa que generaba la renta petrolera.

En algún momento PDVSA llegó a producir cerca de 90,000 millones de dólares anuales en el 2008-2012 y ahora los ingresos por petróleo añadido a la gravedad de las sanciones y a las dificultades por sanciones pueden ser de mil, dos mil, tres mil, cuatro mil millones de dólares, es decir una caída del 88%-90% en el ingreso, lo que hace que la corrupción sea muchísimo más baja que antes; pero, lamentablemente ha dejado un golpe moral muy fuerte a toda la sociedad.

MB – Entre 1999 y 2013 Venezuela reportó las tasas más altas de empleo formal y por consiguiente las más bajas de empleo informal, descendiendo la tasa de desocupación de 16,6 a 9,4%.⁹ El presidente del Instituto Nacional de Estadísticas en aquel momento destacó el hecho de que Venezuela no solo absorbía la totalidad de la población económicamente activa sino que además absorbía las filas de desocupados para llegar a 4 millones de personas incorporadas a la economía formal.

Infelizmente, por razones que desconocemos, los datos oficiales de empleo en el país solo están disponibles hasta el año 2013, el mismo presidente Maduro a inicios del corriente año reconoció esta realidad además de admitir que atravesamos por una situación de pobreza general con un crecimiento de las actividades informales en 43,9%.¹⁰

9 Pueden acceder a la página oficial del Instituto Nacional de Estadísticas por medio del siguiente link http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=507%3Ade-enero-de-1999-a-enero-2013-la-tasa-de-desocupacion-descendio-de-166-a-94&catid=120%3Afuera-de-trabajo&Itemid=3 Consultado en 19/03/2021.

10 Este término porcentual es unos puntos más bajos que el reportado por la Universidad Católica Andrés

Tenemos una lista ampliada de trabajadores informales y aún mayor de trabajadores informales considerando que muchos de los venezolanos vinculados a la administración pública como personal obrero, administrativo y de carrera deben ingeniárselas para mejorar sus ingresos de lo contrario como se explicaría que vivirían a penas con sus salarios? Yo personalmente, a finales del año 2017 me vi forzada a solicitar mi renuncia a la dirección ejecutiva de la magistratura porque llegó el momento en que no podía costear mis gastos de mantenimiento en la ciudad donde trabajaba. Infelizmente estos empleos informales solo se reducen a buhonería, mendicidad, adivinación, actos de gorra, piratería, prostitución, ayuda doméstica, artesanía, facilitación de actividades culturales y educativas, cuidadores de personas que trabajan en su propio domicilio, aprendices sin remuneración, servicios profesionales sin facturación y gestores entre muchos otros. Se suman a estas actividades informales algunos grupos por los efectos de la pandemia, entre ellas empresas que operaban de manera formal así como personas de la tercera edad que ya no reciben sus remesas por el bloqueo. También aumentan significativamente las horas de trabajo real; trabajamos más, el tiempo simplemente no alcanza.

Con relación a las actividades ilegales también denominadas “renegadas” numerosas denuncias reportan la anuencia y hasta el concurso de las fuerzas de seguridad (militares, guardias nacionales y policías) y otros tipos de actores como bandas y megabandas, pranes carcelarios, grupos armados irregulares nacionales y no nacionales y colectivos armados. En el desarrollo de este tipo de economía se enuncian la producción de bienes y servicios, transacciones, importaciones, exportaciones, contrabando entre otras. La emergencia compleja y generalizada que vivimos ha estimulado este crecimiento y que también juegan un papel importante en la dinamización de la economía. Estas informaciones están disponibles a toda hora del día en las diferentes redes sociales. En mi caso, converso con regularidad con personas que vienen de trabajar en las minas “un inframundo” de tantos que existen en el planeta.

Una de las actividades señaladas es el contrabando de productos como alimentos, medicinas y combustibles; sin embargo, pocas veces es advertido otro tipo de actividades sobre bienes comunes como agua, biomasa, biodiversidad, recursos mineros, recursos biológicos y genéticos, entre otros cuya explotación no se limita a las zonas incluidas en el Arco Minero. La madera es otro caso de actividad extractiva ilegal, menos visibilizada pero que de manera continua y sistemática está

Bello (UCAB) entre 2019 y 2020 en la encuesta que anualmente hacen sobre condiciones de vida (ENCOVI) Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI). Pueden acceder a los resultados de la encuesta en el siguiente link <https://www.proyectoencovi.com/informe-interactivo-2019>

produciendo efectos negativos sobre el medio ambiente y que de continuar traería consecuencias irreparables para nuestros ecosistemas, el color marrón de Haití, triste realidad de nuestros hermanos a la que deberíamos estar atentos.

4. Desde su perspectiva, ¿cuál es la alternativa política para salir de la actual situación venezolana? ¿Y cuál es el futuro de la izquierda en Venezuela?

APF – Se impone la palabra oportuna, fundamentada, demoledora, que coloque sobre la mesa las contradicciones e incongruencias en las prácticas de funcionarios/funcionarias, sea del nivel que sea, así como cualquier participación que venimos cultivando desde la resistencia aborígen hasta estos tiempos de Revolución Bolivariana.

La alternativa no está ni en la derecha tradicional ni en la ultraderecha de corte fascista que ha capitalizado en algunos momentos las dinámicas de la oposición que ha optado por el expediente de la violencia y de la intervención extranjera. Las izquierdas, los movimientos populares y revolucionarios estamos interpelados a impulsar prácticas que tributen a la consolidación del proyecto de emancipación, de manera integral para desplegar un poder alternativo capaz de establecer relaciones diferentes a las del modelo capitalista, colonialista y patriarcal. La reforma intelectual y moral que propone Gramsci tiene un territorio fundamental en las dinámicas que esos flujos y contraflujos del poder van dejando con sus marcas configuradoras de sociedad. Igualmente, contamos con la fuerza mítica que consideraba Mariátegui como un factor fundamental en los proyectos emancipatorios de Nuestra América.

LB – Este es una pregunta sumamente difícil y que nos plantea el problema de las escalas y la tensión de los tiempos: el de los ciclos naturales, el de la lógica mediática, el de la organización social, entre otros. Sin embargo, mi apuesta es siempre a que la opción política es el hacer comunidad. Las economías feministas, solidarias y comunitaristas así nos lo señalan. Esto pensando en alternativas de construcción de políticas cotidianas de sostenibilidad de la vida y de los cuidados post-capitalistas que son presente.

En una discusión más de la política hegemónica, la apuesta es vencer la falsa polarización que mantiene trancado el juego político electoral en Venezuela y que al final beneficia a las élites empresariales, viejas y nuevas. En este sentido es fundamental que sean revocadas las sanciones que sobre Venezuela tiene el

gobierno de los Estados Unidos, que se habiliten de forma transparente mecanismos de recuperación de los salarios y de transparencia de la gestión pública con la recuperación del horizonte de participación de sectores amplios. No puede seguirse postergando el otorgar los derechos de las mujeres, de los pueblos indígenas, de las disidencias en favor del avance de grupos empresariales religiosos fundamentalistas o del empresariado militar.

Cualquier alternativa “de izquierda” – aunque el término se me haga corto para expresar lo que las nuevas políticas que requerimos, y se están realizando en pequeñas escalas, explicitan – cualquier alternativa, tiene que resignificar “lo otro”, aquello a lo que es una “alternativa” y aquí la cuestión es del modelo y la visión de “futuro”, muy ortodoxa, lineal, aburrida, por cierto, en la izquierda tradicional. Mientras el imaginario del desarrollo prive sobre la vida no habrá futuros viables. El mundo ha cambiado, lo hemos cambiado, el decrecimiento no es una opción, está ocurriendo de forma forzada y suicida. O colocamos los cuidados y las vidas por sobre el beneficio económico de las élites con participación real sobre estas políticas de quienes las encarnan o no habrá mundos – agua, tierra, aire, bosque, selva – para re-existir.

Los chavismos y oposiciones no hegemónicas – esto es fuera de las estructuras corruptas de gobierno o de financiamiento antidemocrático que se benefician de la polarización, las sanciones y del giro neoliberal fascista global – los partidos, nuevos movimientos políticos en sentido amplio como los feministas, ecologistas, indígenas, entre otros, tienen el reto de re-conocerse mutuamente y hacer política venciendo la lógica de la aniquilación del otro, de la muerte a lo diverso que priva actualmente en la política venezolana. Salir de la polarización negativa es el gran reto.

MS – Bueno Venezuela... es difícil saber como salir de aquí. Yo soy partidario de una salida democrática en la cual chavistas y opositores puedan ponerse de acuerdo en reconstruir el país con nuevas bases de construcción social en el cual se piensa en recuperar el salario, recuperar los servicios públicos, recuperar la institucionalidad, la formalidad de las instituciones del gobierno y la seguridad del ciudadano.

Pero eso requeriría un esfuerzo de diálogo y conversaciones para tratar de buscar esas vías en la cual se produzcan leyes que permitan una alternabilidad política y evitar que el chavismo con el 20% de apoyo popular tome el 92-32% de los puestos en la Asamblea y que gane las presidenciales inabilitando a candidatos opositores con oportunidades y todo ese tipo de cosas, entonces habría que hacer un gran pacto social para cambiar eso.

Ahora la izquierda en Venezuela está completamente destruída, debastada, lumpenizada y desmoralizada. La izquierda ha quedado como para justificar la pobreza y la miséria de la clase obrera, de la fuga de capitales, para justificar la corrupción para aplaudir testaferros y toda clase de hampónes que dirigen instituciones estatales.

Y, bueno, ha quedado reducida a la denuncia de la sanción, a la denuncia de lo que hace Estados Unidos en contra de la economía, pero no tiene ninguna sensibilidad y ninguna seriedad para denunciar lo que pasó con los salários, con la seguridade social que la destrozaron, con las pensiones que destrozaron, con la jubilación, con la hiperinflación, con todas las cosas nefastas que le han sucedido a la clase obrera, que la izquierda simplemente ha hecho la vista gorda, o ha inventado excusas delirantes e idiotas.

La izquierda venezolana tampoco sabe lo que es el desarrollo ecosustentable, no sabe lo que es el cuidado del medio ambiente, no sabe lo que es la productividad, lo que es la necesidad de desarrollo de fuerzas productivas, es una izquierda completamente ignorante y aplastada por su propia miséria y su propia esterilidad.

Entonces esa izquierda pasarán años para que pueda reconstruirse desde otra perspectiva y que pueda entender la necesidad de hacer un giro total a su política de aplauso al militarismo y su política de subyugación o genoflexión ante el hiperentismo lumpenizado, ante el depotismo militarista y al autoritario cobarde que aplasta la población.

MB – Se han distinguido históricamente dos tipos de izquierda, la izquierda radical y la socialdemócrata lideradas tradicionalmente por Acción Democrática (AD) y el Partido Comunista de Venezuela (PCV); cada uno sufrió divisiones que llevaron a constituir los partidos Movimiento Electoral del Pueblo (MEP) fracción de AD y el Movimiento al Socialismo (MAS) y Causa Radical (LCR) (GONZALEZ, 2008). Históricamente AD y COPEI (Comité de organización social política independiente no confesional pero políticamente de centro democrático y humanista cristiano) a partir de un pacto conocido como Pacto de Punto Fijo, gobernaron entre ellos excluyendo la izquierda venezolana quien después de un fracasado intento de tomar el poder por medio de la organización armada irregular, intentaron vincularse a la vida política del país sin mucho éxito.

Del periodo democrático previo a la revolución del presidente Chávez, recuerdo nombres asociados a la izquierda radical como Pompeyo Márquez, Teodoro Petkof, Duglas Bravo, Fabricio Ojeda (...) personajes que mi papá nombraba cuando nos contaba sus historias de joven, cuando la “guerrilla” estaba en las montañas donde

él había nacido. La libre elección de gobernadores, alcaldes y concejales introducida en el segundo periodo del presidente Pérez, les abriría una ventana con los puestos logrados por la Causa R en el estado Bolívar y el MAS en el estado Aragua, señales del agotamiento de los partidos tradicionales. Esta crisis de legitimidad de los partidos en un contexto de golpe y exaltación por las ideas revolucionarias del para entonces “golpista militar” y una América Latina en movimiento, crearon las condiciones para un papel más protagónico de la izquierda venezolana cohesionada en torno a la candidatura de Chávez. Aparecieron otros nombres también vinculados al movimiento de los años 60, personajes como Domingo Alberto Rangel, Américo Martín, Luis Miquilena, y hasta el mismo José Vicente Rangel entre otros; tiempo después, incluso antes de adoptar el modelo del Socialismo del Siglo XXI, muchos de ellos se fueron desvinculando de la revolución chavista, retirando el apoyo al presidente.

Hoy poco se habla de la izquierda en Venezuela, da la impresión de que marcaron una retirada que podría ser muy bien para dedicarse a pensar o para dedicarse a perseguir alimentos, combustible, gas, (...) para poder sobrevivir un día a la vez como la mayoría de venezolanos. De cara a futuro, podrían continuar de esta forma o seguir evocando a Chávez e intentando aglutinar las demandas insatisfechas de la población, lidiando con las decisiones de continuar o no reproduciendo la práctica populista, de deslastrase o no de las cúpulas maduristas. Los más moderados, me refiero a los socialdemócratas, sí que es aún existen como tal, podrían continuar con sus ideas de lucha por la justicia social y distribución de la riqueza con menores dosis de estatismo pero debiendo lidiar con la bola de nieve que representa los intereses del libre mercado.

Me pregunto cada día cuál es nuestra salida? ¿Cuáles son las oportunidades reales para nuestro país en medio de esta emergencia compleja y sostenida en el tiempo? Aunque a veces soy escéptica, por un sentido de sobrevivencia pienso que debe haber una salida que esté más allá de los liderazgos mesiánicos porque ya nuestra historia demostró que no es el camino, tampoco una intervención extranjera porque ya la destrucción de otros países nos advierte de sus consecuencias destructivas, alla de las que estamos viviendo producto del bloqueo económico, una guerra civil nos desangraría, un golpe militar? Tal como estamos, la polarización hace casi irreconciliable las diferencias e inviables los consensos; infelizmente desde mi perspectiva, la salida está justamente en el consenso, en la articulación en red con todos los sectores de la sociedad sin exclusiones, valorando la riqueza de la diversidad para no repetir errores del pasado. Me refiero a una auténtica articulación entre la

sociedad desprendida del fascismo por un lado y del autoritarismo por el otro para conseguir visualizar nuevos horizontes para el país. Esta articulación supondría un posicionamiento de las fuerzas armadas que son, en mi criterio, las que mantienen el actual gobierno en el poder. Esa articulación de la sociedad debería pensar en una transición para establecer la institucionalidad y generar confianza, preparando el camino para un proceso electoral transparente, que promueva y garantice el respeto por lo resultados electorales sea cual fuese la decisión del pueblo, esa articulación debería apoyarse en unas fuerzas armadas depuradas y limitadas en su actuación a los términos constitucionalmente establecidos.